



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a acompanhar e promover a estratégia nacional para enfrentar as queimadas em biomas brasileiros – CEXQUEI

RELATÓRIO

Bioma Pantanal

Coordenadora: Professora Rosa Neide (PT/MT)

Brasília

Dezembro de 2020

MEMBROS DA COMISSÃO

Coordenadora: Professora Rosa Neide (PT/MT)

Titulares:

Pedro Cunha Lima (PSDB/PB)

Célio Studart (PV/CE)

Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE/MT)

Idilvan Alencar (PDT/CE)

Professor Israel Batista (PV/DF)

Túlio Gadêlha (PDT/PE)

Alencar Santana Braga (PT/SP)

Alessandro Molon (PSB/RJ)

Alexandre Padilha (PT/SP)

Camilo Capiberibe (PSB/AP)

Célio Moura (PT/TO)

David Miranda (PSOL/RJ)

Gervásio Maia (PSB/PB)

Ivan Valente (PSOL/SP)

Marcelo Freixo (PSOL/RJ)

Merlong Solano (PT/PI)

Nilto Tatto (PT/SP)

Paulo Teixeira (PT/SP)

Rodrigo Agostinho (PSB/SP)

Rubens Otoni (PT/GO)

Vander Loubet (PT/MS)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E BIÓTICA	22
1.1 Origem geológica da Bacia Sedimentar do Pantanal	22
1.2 Caracterização Física	25
1.3 Caracterização Biótica	30
1.4 Ameaças à Biodiversidade Pantaneira	36
2 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA	41
2.1 Povos Originários e impactos do colonialismo	41
2.2 Ocupação colonizadora	50
2.3 Remanescentes de quilombos	51
2.4 A mulher e o homem pantaneiro	53
3 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL AO PANTANAL	61
3.1 Proteção constitucional e leis federais	61
3.2 Proteção do bioma Pantanal em Normas Estaduais	63
3.2.1 Legislação de Mato Grosso	65
3.2.2 Legislação de Mato Grosso do Sul	69
3.3 Proteção conferida por tratados e acordos internacionais	76
4 A TRAGÉDIA NO PANTANAL: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS	80
4.1 Os incêndios no Pantanal: causas	81
4.1.1 Condições climáticas	82
4.1.2 Atuação do Estado e o “componente humano”	99
4.2 A tragédia no Pantanal: extensão do dano e suas consequências	127
5 A RESPONSABILIZAÇÃO PELO USO IRREGULAR DO FOGO	146
5.1 Os dados da impunidade	146
6 RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS DE SOLUÇÃO	158
6.1 Poder Legislativo	158
6.2 Recomendações ao Poder Executivo	160
6.3 Recomendações ao Poder Judiciário	161
6.4 Recomendações ao Ministério Público e Polícia Federal	162
6.5 Recomendações aos Estados de MT e MS	162

6.6	Recomendação à Sociedade Civil.....	163
7	PLANO DE TRABALHO – Bioma Pantanal	165
8	REUNIÕES TÉCNICAS	171
8.1	QUEIMADAS NO PANTANAL: ESTUDOS, SITUAÇÃO E PROGNÓSTICOS.....	171
8.2	MOVIMENTOS SOCIAIS, TRABALHADORES RURAIS E URBANOS, POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	186
8.3	O TRABALHO E O OLHAR DAS INSTITUIÇÕES QUE ATUAM NO PANTANAL (ONGS)	195
8.4	ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS: AÇÕES REALIZADAS PARA COMBATER AS QUEIMADAS	210
8.5	DIFICULDADES E PERSPECTIVAS DE SETORES ENVOLVIDOS.....	220
8.6	ORGANISMOS ECLESIAÍSTICOS, PASTORAIS E DE DIREITOS HUMANOS.....	232
8.7	RESGATE E ACOLHIMENTO DE ANIMAIS ATINGIDOS POR DESASTRES.....	241
8.8	O IMPACTO DAS QUEIMADAS NAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DE POPULAÇÕES AFETADAS	251
8.9	O IMPACTO DA CRISE HÍDRICA NA REGIÃO PANTANEIRA	259
8.10	TUTELA DO MEIO AMBIENTE: ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	267
8.11	ARTISTAS E PERSONALIDADES EM DEFESA DOS BIOMAS BRASILEIROS.	282
9	EVENTOS EXTERNOS.....	287
9.1	DILIGÊNCIA AO PANTANAL	287
10	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE	309
11	REQUERIMENTOS E PROPOSIÇÕES APRESENTADAS	310

APRESENTAÇÃO

É com muito orgulho, e ao mesmo tempo tristeza, que apresentamos este Relatório. Orgulho, por refletir árduo trabalho e a união de Parlamentares e cidadãos brasileiros em busca da defesa de um dos mais importantes biomas do mundo. Tristeza, porque não deveríamos estar passando por uma das maiores tragédias socioambientais da história.

Durante meses nos debruçamos sobre tão difícil tema e pesquisamos com afinco a dinâmica e a riqueza do bioma, bem como as causas e consequências da tragédia. Assim, pudemos apontar caminhos para que o nosso amado Pantanal seja devidamente respeitado e para que os animais, as plantas e os humanos que lá se encontram nunca mais passem por semelhante situação.

Logo no início dos trabalhos, comparecemos ao local da tragédia para compreender as providências imediatas necessárias ao auxílio dos mais impactados e daqueles que estavam colocando as próprias vidas na linha de frente.

Todas as providências possíveis aos membros dessa Comissão foram tomadas de imediato: cobramos do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa a contratação/designação imediata de um maior número de brigadistas para a área atingida, e aumento da participação das Forças Armadas no combate aos incêndios, com disponibilização dos equipamentos e aeronaves adequados para a tarefa. Também sugerimos ao Ministério da Defesa e ao Ministério das Relações Exteriores a aquisição emergencial ou pedido de cessão de veículos e aeronaves aos governos russo e canadense, conforme modelos apontados como necessários pelos combatentes da linha de frente dos incêndios na região.

Preocupados com o impacto da tragédia nos povos indígenas, acionamos o Ministério da Justiça e Segurança Pública para questionar sobre as medidas protetivas e reparadoras adotadas de imediato pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para proteção dos indígenas do Pantanal afetados pelos incêndios florestais, em especial, os povos Guató e Bororos. Em seguida, para garantir o sustento de comunidades tradicionais e ribeirinhos da região, apresentamos o Projeto de Lei nº 5009/2020, que dispõe sobre a concessão de auxílio emergencial aos pantaneiros atingidos pelos incêndios.

Além das medidas “oficialmente encaminhadas”, participamos de intenso esforço de interlocução com governos e legisladores estaduais, equipes de brigadistas, equipes policiais e membros do Ministério Público Estadual e Federal, organizações não governamentais, enfim, todos aqueles envolvidos na linha de frente do enfrentamento da catástrofe.

Em seguida, conduzimos mais de uma dezena de reuniões técnicas, que permitiram a elaboração de um aprofundado diagnóstico sobre o desastre ambiental que assolou o Pantanal em 2020 e seus impactos sobre a fauna, a flora e a população que habita na região.

Cabe destacar a pluralidade dos debates realizados, dos quais participaram Parlamentares, representantes do governo, professores universitários e outros especialistas, representantes dos setores de turismo, pecuária, organizações eclesiais, representantes da sociedade civil, de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Esse esforço confirmou e evidenciou a necessidade do engajamento de todos os atores sociais no enfrentamento dos desafios relativos aos incêndios florestais e à concretização do desenvolvimento sustentável em nosso País.

A partir das sugestões trazidas pelos especialistas e autoridades, e a partir das demandas trazidas pela população diretamente afetada, foram apresentadas proposições legislativas, especialmente de aprimoramento da legislação ambiental, tratando sobre temas de extrema relevância como o resgate de animais, a destinação de recursos para a efetiva conservação dos biomas, a proibição da prática nociva do correntão

para desmatamento e a responsabilização do uso irregular do fogo no manejo.

Em outros casos, em homenagem à economia processual e à celeridade do processo legislativo, foram avaliados e identificados dentre as proposições em tramitação na Câmara dos Deputados aqueles projetos cuja aprovação atenderia ao anseio da sociedade e contribuiria para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável da região ou do País. Dentre as propostas consideradas essenciais para garantir a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região, destacamos o Projeto de Lei nº 9050/2018, que dispõe sobre a conservação e o uso do Bioma Pantanal.

Com a anuência dos autores da proposta, que também são integrantes desta Comissão, o “PL do Pantanal” foi atualizado a partir de sugestões e demandas apresentadas nas reuniões técnicas e agora trabalharemos para sua célere aprovação pelo Plenário desta Casa. Inclusive, em diligência junto ao Presidente desta Casa, Dep. Rodrigo Maia, obtivemos do Parlamentar a boa intenção para votarmos os requerimentos de urgência já apresentados, bem como as respectivas proposições.

Essas medidas e as demais providências descritas no Relatório temático ora apresentado são apenas os primeiros passos tomados por esta Comissão Externa em defesa da preservação ambiental em nosso País. Prosseguiremos com este árduo trabalho em 2021, analisando os impactos dos incêndios florestais e outras mazelas ambientais nos demais biomas brasileiros.

Em complemento à nossa atuação imediata e propositiva, dedicamos grande esforço para compreender as causas e consequências dessa tragédia, tendo sempre em vista as características específicas do Pantanal.

Assim, apresentamos, no início do Relatório, uma detalhada caracterização física sobre o Pantanal, discorrendo sobre sua origem geológica, características climáticas e regime hidrológico. Em todas as interações entre os fatores bióticos e abióticos da planície pantaneira, é possível perceber a absoluta interdependência que a região possui com o

planalto que a circunda. Os processos ecológicos e o equilíbrio ambiental da região de planície são influenciados pelos eventos que ocorrem nas partes altas da bacia.

No que concerne à caracterização biótica, o Pantanal é considerado uma área prioritária para conservação, dada a expressiva diversidade de espécies nos diversos grupos biológicos. As características do Pantanal revelam a grande influência biogeográfica dos biomas vizinhos, como o Cerrado a leste, a Amazônia ao norte e o Chaco a sudoeste. Dentre o mosaico de ecossistemas que formam a planície pantaneira, também são observadas espécies típicas da Mata Atlântica, e até mesmo da Caatinga.

O Pantanal é uma área úmida sujeita a um pulso de inundação normalmente bem conhecido, composto por uma fase aquática e outra terrestre. Este pulso de inundação é que permite a exuberância deste ecossistema, a variabilidade anual alternada entre enchentes e secas; chuva e estiagem, respectivamente, representam o fator ecológico fundamental para o equilíbrio deste ambiente.

Apesar da relevância de sua biodiversidade, apenas 4,6% do território do bioma Pantanal encontram-se protegidos por unidades de conservação, dos quais 2,9% correspondem a UCs de proteção integral e 1,7% a UCs de uso sustentável. Essa fragilidade e outras ameaças ambientais sofridas pelo bioma foram relatadas no texto apresentado, bem como os encaminhamentos já realizados pelos Parlamentares da Comissão para o enfrentamento dos problemas identificados.

Optamos também por incluir nos capítulos iniciais deste Relatório temático um breve histórico sobre a ocupação do território pantaneiro, num recorte que excede o recorte de 300 anos costumeiramente considerado. Assim, apresentamos relatos de pesquisas sobre os povos originários que habitam a região há alguns milhares de anos.

De fato, a diversidade cultural da região pantaneira é tão impressionante quanto a sua diversidade ambiental. Quando os colonizadores europeus chegaram na região, nas primeiras décadas do

século XVI, encontraram ali várias centenas de milhares de índios portadores de sistemas culturais ricamente diferenciados.

Com a chegada dos colonizadores e a introdução do gado na região, começam as mudanças no manejo que configurariam a paisagem pantaneira que conhecemos. Com a ocupação portuguesa e o início da mineração em MT, são fundados os primeiros quilombos da região, onde negros, índios e brancos pobres se refugiavam e resistiam à escravidão.

Dessa miscigenação de classes, povos e culturas, tem origem o a mulher e o homem pantaneiros, que descendem dos bandeirantes, dos quilombolas, dos garimpeiros, dos índios, e de tantos outros que escolheram o Pantanal como seu lar.

Assim como os processos ecológicos que garantem a vida na região, também as comunidades tradicionais e etnias indígenas localizadas no Pantanal dependem primordialmente do equilibrado funcionamento do pulso de inundação que distingue este bioma. Muito além de influenciar diretamente seu sustento material (caça, pesca, cultivo de lavouras e criação de rebanhos) o ciclo das águas representa um dos pontos fundamentais dos modos de ser, fazer e viver da mulher e do homem pantaneiro.

Para aprimorar a compreensão sobre a proteção garantida ao bioma pela Constituição Federal e pela legislação federal e estadual, realizamos também estudos sobre as normas aplicáveis ao bioma, que são apresentadas no texto deste Relatório. Além de evidenciar as diferenças entre a legislação de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a revisão aborda a necessidade de aprovação de uma lei federal específica para o Pantanal, conforme previsto no § 4º do art. 225 da Constituição Federal.

Adentrando-se nas causas e consequências dos incêndios no Pantanal neste ano de 2020, é preciso primeiro compreender que a tragédia socioambiental ultrapassa qualquer patamar histórico, levando a uma destruição jamais observada na região. O que estamos vendo atualmente no Pantanal não é natural, não é mera consequência da dinâmica do bioma ou da milenar presença do fogo na região.

De fato, o uso do fogo é algo comum e até mesmo salutar no Pantanal, seja pelo aspecto cultural, seja por questões técnico-científicas. Contudo, as proporções do desastre indicam que os incêndios de 2020 foram ocasionados por fatores que fogem a qualquer naturalidade.

Para se ter uma ideia, tem-se que o número de focos de incêndio no Pantanal, ainda em outubro, já estava próximo ao dobro do número observado em todo o ano de 2019, que também foi um ano crítico.

Ademais, neste ano de 2020, a extensão da área queimada ultrapassou, em muito, quaisquer patamares anteriormente observados. São 33 mil quilômetros quadrados de devastação. 14% do bioma foi incendiado apenas no mês de setembro, sendo apontado que área queimada no Pantanal em 2020 supera em 10 vezes a área de vegetação natural perdida em 18 anos¹. A título de exemplo, queimou-se quase a totalidade do Parque Estadual Encontro das Águas e da RPPN Sesc Pantanal, bem como percentuais consideráveis de várias áreas indígenas.

Animais e humanos passam sede na maior bacia de inundação do Planeta. Os jacarés, atolados em barro. A onça, com as patas queimadas. A ave tenta proteger o ninho. Vários pantaneiros que perderam tudo. Faltam palavras para descrever tamanha tristeza.

Diante desse quadro, não se pode utilizar as práticas tradicionais da região e a dinâmica natural do bioma como subterfúgio à sua destruição. A secularidade do uso do fogo no Pantanal não pode ser véu a encobrir verdadeiros crimes ambientais e contra a humanidade, cometidos pela ação inescrupulosa de alguns e inflados pela omissão daqueles que deveriam agir.

Nesse contexto, esta Comissão não poderia permanecer inerte e acreditar que está “tudo normal”, como quer fazer transparecer a atual Presidência da República. É evidente que não está.

¹ SILVEIRA, Daniel. Área queimada no Pantanal em 2020 supera em 10 vezes a área de vegetação natural perdida em 18 anos. Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/09/24/pantanal-bioma-mais-preservado-ate-2018-perdeu-ao-menos-10-vezes-mais-area-em-2020-que-em-18-anos.ghtml>. Acesso em 17/11/2020.

Dessa forma, diante de todo o debate técnico realizado por esta Comissão, foi possível agrupar em três grandes pontos as principais causas que levaram os incêndios no Pantanal a uma proporção jamais vivenciada. São esses pontos: as questões climáticas, a atuação estatal, e a atuação humana.

A começar pelas condições climáticas, tem-se que, realmente, o ano de 2020 foi atípico, apresentando índices de precipitação e humidade em níveis mínimos históricos, acompanhados por índices de temperatura em patamares máximos.

Essa questão ficou muito clara durante os debates e parece incontroversa. No item 4.1.1 do Relatório são encontradas várias imagens e trechos transcritos das reuniões técnicas que explicam essas condições climáticas atípicas.

Em uma apertada síntese, pode-se dizer que a anomalia negativa de precipitação e humidade, acrescida de uma anomalia positiva de temperatura, eleva o risco de incêndio, que se torna ainda maior na presença do vento.

Na temática, é preciso ainda compreender que, em razão das mudanças climáticas, as perspectivas futuras não são as melhores. Existem indicativos de que condições extremas continuarão e até mesmo serão intensificadas.

Diante desse quadro, um alerta é extremamente necessário: não se pode ter a confiança de que o bioma irá sempre se recuperar. Em primeiro lugar, porque os danos são incomensuráveis. Não se pode, por exemplo, recuperar a extinção de uma espécie da fauna ou da flora. Em segundo lugar, porque as condições climáticas futuras podem não ser propícias à recuperação como foram no passado. A título de exemplo, tem-se que a intensa seca ocorrida na década de 60 foi sucedida de um período de inundação, o que pode não correr após a crise atual.

Tudo isso, é claro, encontra-se interligado, com as alterações do uso no bioma, tanto em sua parte baixa, quanto em sua parte alta.

Em síntese, é alarmante perceber as transformações no uso e ocupação da Bacia do Rio Paraguai. O pantanal está sofrendo um processo acelerado de interferências antrópicas que poderá levar ao colapso do seu sistema ecológico. As dinâmicas territoriais subjacentes a esse processo se localizam, em grande medida, nas áreas de cabeceiras dos principais rios da grande planície inundável. Desmatamento, expansão de monoculturas, barramentos hidrelétricos, uso massivo de agrotóxicos, crescimento urbano, ausência de saneamento e a mineração desordenada estão na origem de tais dinâmicas. Toda essa situação, agrava e potencializa os efeitos destrutivos dos incêndios na planície.

Que não sejamos mal compreendidos. Não somos contrários ao uso sustentável do Pantanal. Reconhecemos e valorizamos as importantes atividades econômicas que são exercidas no Bioma, a exemplo do turismo e da pecuária. O turismo traz recursos ao tempo que leva a um maior número de pessoas nossa paisagem exuberante e nossa tradição marcante. A pecuária é também fruto de nossa cultura, da secular tradição pantaneira de criação de gado em pastoreio extensivo. Essa tradição, no entanto, encontra-se fortemente pressionada por outras formas que, a um curto prazo, podem parecer mais lucrativas, mas que, em uma visão de longo prazo, devem ser repensadas, pois levam ao esgotamento do bioma.

Dessa forma, a questão não é sobre a possibilidade do uso, mas sim sobre sua forma. Não se trata de proibir, mas sim de garantir condições para que o uso possa ocorrer no presente e continuar a acontecer no futuro.

Tudo isso, é válido ressaltar, não pode ser analisado de forma “isolada”, bioma a bioma, ou bacia a bacia. O meio ambiente transcende fronteiras e encontra-se amplamente conectado. A título de exemplo, a diminuição das chuvas no Brasil tem sido cientificamente ligada ao desmatamento na Amazônia, que também atingiu índices estratosféricos neste ano de 2020.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as condições climáticas correspondem a um fator relevante para a contextualização dos incêndios no Pantanal.

Contudo, esse fator isolado não seria capaz de elevar os incêndios aos patamares trágicos atingidos. Se enxergássemos o “clima” como o “único culpado” estaríamos sendo mais que ingênuos, seríamos perniciosamente omissos, corroborando com ações humanas criminosas e condutas estatais, no mínimo, ímprobos. Mais que isso, se delegarmos puramente às condições climáticas o controle da situação, não só isentariamos de culpa aqueles que a tem, como estaríamos dando aval para que situações como as deste ano voltem a ocorrer.

Por isso, sem olvidarmos das excepcionalidades climáticas do ano de 2020, é preciso “dar nome aos bois”, pois, se a “boiada continuar a passar”, as tragédias socioambientais continuarão a acontecer.

De fato, parece não haver dúvidas de que a grande maioria dos incêndios no Pantanal tiveram origem em alguma forma de ação humana. São vários depoimentos de pesquisadores e de autoridades, inclusive de delegados de polícia responsáveis pela investigação, que apontam a presença humana na origem da absoluta maioria dos incêndios.

No entanto, se o homem está há muito presente no Pantanal, é necessário compreender por qual razão, neste ano de 2020, os incêndios derivados da ação antrópica atingiram patamares muito acima dos anteriormente observados.

Em resposta a esse questionamento, está o descaso e até mesmo a atuação dolosa do atual Governo brasileiro, em prol do extermínio de políticas ambientais construídas ao longo das últimas décadas, o que incentiva, ainda que de maneira indireta, o componente humano, na formação de um perigoso círculo vicioso.

Nesse diapasão, um primeiro ponto a se observar é que o atual Governo constantemente passa “sinais invertidos” à população, gerando sensação de impunidade e até mesmo de desnecessidade da proteção ambiental.

Está evidente que o Presidente da República não percebe a importância de um meio ambiente saudável, e enxerga na temática apenas a existência de interesses escusos contrários ao Brasil. Basta observar sua declaração perante à Organização das Nações Unidas, quando, em um ato de irracional negacionismo, disse sermos apenas “vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal”².

Já o Ministro do Meio ambiente diariamente adota posturas incompatíveis com o cargo, chegando a afirmar a necessidade de se aproveitar a trágica pandemia ocasionada pela Covid 19 para “passar a boiada” e arrefecer a proteção ambiental no País³.

Sem falar o vice-presidente, que busca desacreditizar dados científicos produzidos pelo Inpe, alegando, por exemplo, que a instituição estaria caracterizando “rochas aquecidas” como “focos de incêndios”⁴. Tal afirmação foi rebatida de forma incontroversa no meio científico, que possui no Inpe uma das instituições de pesquisa mais respeitadas do País⁵. Ainda, em reunião técnica do dia 30 de setembro, o Sr. Alberto Setzer, Coordenador Substituto do Programa de Queimadas do Inpe, explicou a questão, elucidando quaisquer possíveis dúvidas a respeito da temática.

² LEIA a íntegra do discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/22/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu.htm>. Acesso em 01/11/2020.

³ Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. G1. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em 20/10/2020.

⁴ PINHEIRO, Lara. Mourão diz que satélite aponta pedra como foco de calor; especialista do Inpe diz que monitoramento de queimadas exclui falsos positivos. G1. Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/09/24/mourao-diz-que-satelite-aponta-pedra-como-foco-de-calor-especialista-do-inpe-diz-que-sistema-de-queimadas-elimina-erros.ghtml>. Acesso em 20/10/2020.

⁵ Nesse ponto, cumpre observar que nas reuniões técnicas, professores universitários e outros cientistas, assim como agentes de órgãos estatais, não só reconheceram no Inpe uma fonte de pesquisa séria e respeitada, como disseram que os dados produzidos pela instituição são essenciais aos trabalhos que desenvolvem. No meio técnico, torna-se unânime a respeitabilidade do Inpe, apenas questionada por autoridades de um Governo que busca subterfúgios para sua atuação desastrosa na seara ambiental.

Como mais um exemplo, do descaso socioambiental, tem-se que esse Governo infringe a Constituição Federal, desrespeita indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, declarando abertamente que não irá mais demarcar ou titular seus territórios⁶.

É preciso compreender que essas declarações, quando proferidas por autoridades governamentais, ultrapassam o patamar de afirmações descabidas, despropositadas ou inoportunas, para atingir o campo da ilicitude, visto que emanadas por aqueles que, além de possuir uma maior visibilidade social, estão constitucionalmente encarregados da proteção socioambiental.

De fato, com tantos “sinais invertidos”, enviados por autoridades que deveriam prezar pelo cumprimento do art. 225 da Constituição Federal, parte da população passa a acreditar que não será punida caso desrespeite a legislação ambiental e, pior, passa a crer que a preservação ecológica é desnecessária ou até mesmo prejudicial ao País.

Nesse contexto, de extrema pertinência as palavras do Procurador do Ministério Público Federal, Sr. Daniel Azeredo, segundo o qual “a Amazônia funciona como uma espécie de bolsa de valores. Se o governo sinaliza que é contra uma postura mais forte de fiscalização, critica os órgãos ambientais, não nomeia pessoas técnicas para cargos de chefia, isso passa uma mensagem muito forte para a região. E os crimes ambientais aumentam em seguida⁷”.

Não sem razão, foram vários os depoimentos nas reuniões técnicas desta Comissão que corroboram os “sinais” invertidos passados pelo

⁶ A título de exemplo, disse o presidente “no que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena” (RESENDE, Sarah Mota: No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena', diz Bolsonaro a TV. Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml>. Acesso em 20/10/2020).

⁷ MACHADO Leandro; e FELLET, João: 'Amazônia é como a bolsa de valores: dependendo do sinal do governo, os crimes ambientais aumentam', diz procurador da força-tarefa. BBCC News Brasil. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/bbc/2020/10/09/amazonia-e-como-a-bolsa-de-valores-dependendo-do-sinal-do-governo-os-crimes-ambientais-aumentam.htm>. Acesso em 10/10/2020.

Governo, aumentando o ímpeto destrutivo daqueles que não possuem a cultura preservacionista.

Vale observar, também, que vários apontamentos nas reuniões técnicas desta Comissão indicam que o Governo Federal foi há muito notificado dos incêndios do Pantanal e, mesmo assim, permaneceu, por meses, em absoluta inércia.

O descaso é também comprovado pelos números. De fato, a presença do Estado na região se mostrou muito aquém do necessário.

É verdade, os profissionais e voluntários que atuaram no Pantanal são verdadeiros heróis da pátria e merecem o nosso devido reconhecimento. Contudo, é inegável que o controle efetivo dos incêndios demandaria uma atuação muito mais consistente do Estado brasileiro. Basta lembrar que, em meio ao caos, o Ibama chegou ao absurdo de determinar, sob o pretexto da falta de recursos, que as brigadas de incêndios florestais interrompessem os trabalhos em todo o País⁸.

Para piorar, mais que uma simples atuação indireta, via “sinais invertidos”, está sendo denunciada uma atuação verdadeiramente dolosa do atual Governo, com forte ímpeto para desestruturar por completo a proteção ambiental no País. Essa questão ficou clara na fala de membros do Ministério Público em reunião técnica do dia 21 de outubro, bem como encontra-se detalhadamente apontada na Ação Civil Pública que busca o afastamento do Ministro Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente, da qual trechos também foram transcritos no Relatório desta Comissão.

Diante de tamanha inércia, ou melhor dizendo, de premeditada atuação negativa de um Governo, pessoas passaram a acreditar na impunidade e na desnecessidade de proteção ambiental, o que resultou em tragédias socioambientais jamais vistas ou sequer imaginadas.

⁸ BRIGADISTAS suspendem combate a incêndios no Pantanal e Amazônia. Portal On News. Disponível em <https://portalonnews.com.br/brigadistas-suspendem-combate-a-incendios-no-pantanal-e-amazonia/>. Acesso em 10/11/2020.

Não sem razão, presenciamos, pela primeira vez na história, absurdos como o famigerado “dia do fogo”, no qual fazendeiros buscaram a queima conjunta da Amazônia. Não sem razão, a devastação no Pantanal também atingiu recordes históricos, que ultrapassam em muito os até então observados.

Diante do exposto, não há dúvidas: por mais que as condições climáticas sejam um fator importante da tragédia socioambiental no Pantanal, a atuação deste governo e o “componente humano” foram fatores essenciais para que se elevasse exponencialmente todos os recordes históricos de devastação.

Se fecharmos os olhos para essas questões, estaremos sentenciando de morte um dos biomas mais importantes do Planeta, bem como todas as populações originárias e tradicionais que nele se encontram, e, em um horizonte mais amplo, arriscando a própria sobrevivência humana na Terra.

Assim, não há dúvidas de que a crise ocasionada pelos incêndios no Pantanal neste ano de 2020, é excepcional, acarretando devastadoras consequências ecológicas, sociais e econômicas. Diante de tal quadro, nós, Parlamentares que formam esta Comissão, não poderíamos permanecer inertes. Continuaremos acompanhando e fiscalizando as providências tomadas pelo Governo em relação às falhas apontadas e às providências sugeridas por esta Comissão, a fim de que esta tragédia não se repita em nosso País.

Sabemos de nossas limitações, seja por nossa condição humana, seja diante de nossas atribuições como Parlamentares, mas faremos de todo o possível para que os brasileiros jamais presenciem novamente tamanho desastre, para que o Pantanal seja reconhecido, valorizado e eterno.

Para prosperar com ações transformadoras, esse compromisso passa e depende bem mais do que convicção e vontade política. Apenas um projeto de desenvolvimento que preserve para produzir, e produza para preservar, poderá soerguer o Pantanal com vigor para

enfrentar os atuais e futuros desafios. Um projeto que seja expressão dos problemas e necessidades reais do Bioma como um todo, não apenas da sociedade humana, e muito menos apenas dos segmentos hegemônicos. Deve ser um projeto de todos e para todos, construído de baixo para cima, com a participação ativa dos atores coletivos que dão razão e finalidade para o Pantanal ser Patrimônio Nacional, Sítios Ramsar, Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera. Sem o protagonismo desses atores, esses títulos de reconhecimento da importância do Pantanal não passam de cenários vazios, abstrações da realidade.

O que mais queremos nesta Comissão é obrar em favor desse projeto, mas é necessário dizer que sem a permanente mobilização, organização e lutas dos segmentos sociais que se identificam e respaldam a propostas que estamos apresentando, nem mesmo essas podem ser asseguradas. Muitas delas, notadamente os projetos de lei que defendemos, dependem de aprovação pelo Congresso Nacional. Sem o devido alinhamento político, convergência de prioridades, senso de oportunidade e pressão da sociedade, podem ficar dormentes neste Relatório, sem mesmo chegarem ao plenário para votação.

Por tal razão, nossa principal mensagem é um alerta, e ao mesmo tempo um chamado. O alerta é que o Pantanal continua queimando, o que indica a necessidade de fazermos muito mais, por muito que tenhamos feito. E o chamado é para a permanente mobilização desta Comissão, dos pantaneiros e pantaneiros e todos e todas que nesse País, e mundo afora, fazem do, e no, Pantanal uma luta real e simbólica pelo resgate da integridade da natureza, violada - que tem sido - pelo desatino dos interesses que se sobrepõem ao bem comum.

Finalmente, manifestamos os devidos agradecimentos a todos Deputados que compõem esta Comissão e a seus assessores, a todos que participaram de nossas reuniões técnicas, a todos que nos acompanharam pelo diversos canais disponíveis, à equipe técnica da Câmara dos Deputados e, principalmente, a todos que estiveram no Pantanal, lutando contra umas das maiores tragédias socioambientais deste País, e a todos os

pantaneiros e pantaneiras, que muito nos orgulham e merecem nosso devido reconhecimento.

PRECE PANTANEIRA

Letra e música: **Manoel Lacerda Lima**

Será que esta garça branca,
imagem que enfeita os céus,
no silêncio das alturas,
faz alguma prece a deus
pela paz da natureza,
pelo ninho sem defesa
que abriga os filhos seus?

Será que esta garça branca
sabe que depende, ó Deus,
da vida da natureza
a vida dos filhos teus?

Será que estas águas claras,
que correm no ribeirão
cortando a face da terra
fertilizando este chão,
transportam na correnteza
o barco da incerteza
rumo à nova geração?

Será que estas águas claras
sabem que depende, ó Deus,
da vida da natureza
a vida dos filhos teus?

Será que estas crianças
que nadam de braços nus,
que correm livres nos campos,
atrás dos seus tuiuius,
terão um dia a tristeza
de ver extinta a beleza
da terra dos guaicurus?

Será que estas crianças
sabem que depende, ó Deus,
da vida da natureza
a vida dos filhos teus?

Será por que tudo acaba
onde o homem põe seus pés?
Por que destroem florestas
e secam igarapés?
Por que a mão traiçoeira
vem à terra pantaneira
exterminar jacarés?

O homem, com sua maldade,
não vê que depende, ó Deus,
da vida da natureza
a vida dos filhos teus!

1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E BIÓTICA

O Pantanal é a maior planície inundável do Planeta e está localizada na parte central da América do Sul, estendendo-se sobre os territórios do Brasil, da Bolívia e do Paraguai (Figura 1.1). A área do bioma em território brasileiro é de pouco mais de 150.000 km², nos Estados de Mato Grosso (35%) e Mato Grosso do Sul (65%)⁹.

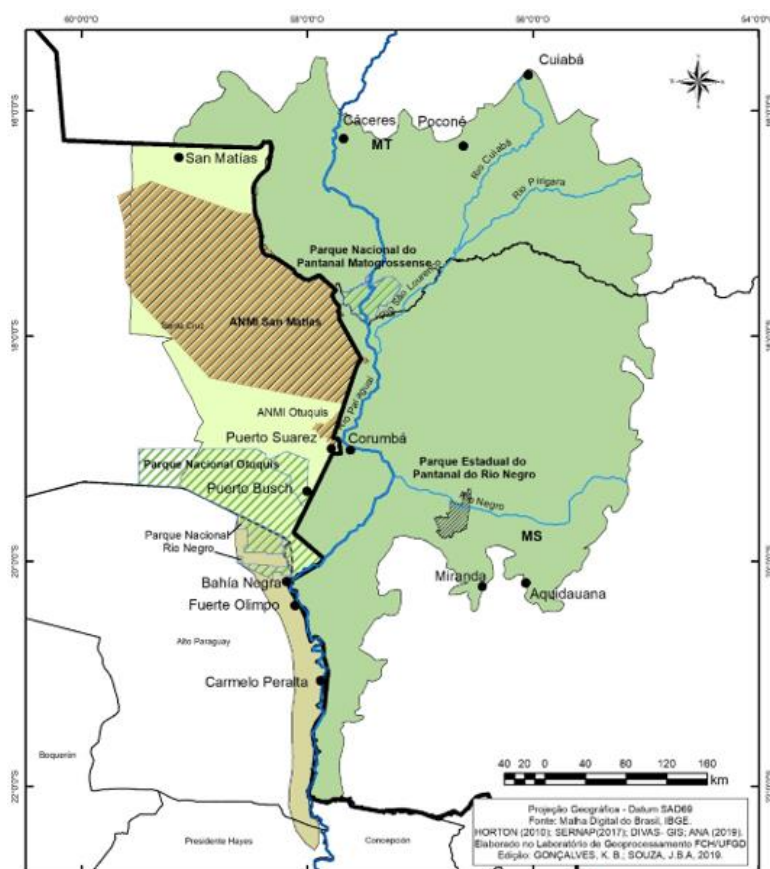


Fig. 1.1. Extensão do bioma Pantanal na Bolívia, Brasil e Paraguai.

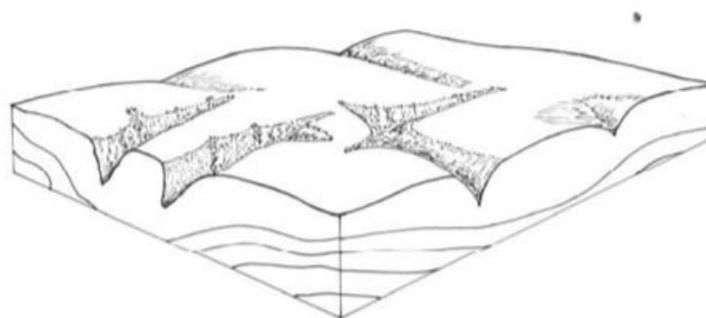
1.1 ORIGEM GEOLÓGICA DA BACIA SEDIMENTAR DO PANTANAL

⁹ IBGE. 2004. Mapa de Biomas do Brasil - Primeira Aproximação.

A região do Pantanal tem sua origem no mesmo evento geológico que culminou com o soerguimento da Cordilheira dos Andes, há milhões de anos, provavelmente no final do período terciário. A partir da movimentação e do atrito com a Placa de Nazca foram geradas dobras na Placa Sul-Americana, resultando na formação das grandes cadeias de montanhas andinas e no progressivo afundamento (subsidência) de parte do escudo cristalino, resultando na formação da bacia sedimentar do Pantanal. Posteriormente, o terreno passou por dissecação intensa em condições climáticas ainda mais úmidas que a atual, especialmente no período Pleistoceno.¹⁰

A gênese e evolução do Pantanal pode ser visualizada a partir de blocos diagramas, divididos em três eventos relevantes:¹¹

1º Evento - A origem a pantanal deve ser buscada nos tempos cretáceos quando não existia a depressão do alto Paraguai. A área era elevada, fornecia sedimentos para as bacias do Cretáceo Superior, que circunda na atualidade o Pantanal, representados pela bacia do Paraná, Chapadas dos Guimarães e Chapada dos Parecis (Fig. 1.2).



¹⁰ AB' SABER, A. N. O (1939). Pantanal Mato-grossense e a Teoria dos Refúgios. Revista Brasileira de Geografia. IBGE. Ano 1, Nº 1 (Janeiro/março 1939). Rio de Janeiro.

¹¹ Souza, C. A. de, & Souza, J. B. de. (2010). PANTANAL MATO-GROSSENSE: ORIGEM, EVOLUÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS ATUAIS. *Revista Eletrônica Da Associação Dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas*, (11), 34-54. Recuperado de <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/654>

Fig.1.2. Bloco diagrama representando o 1º evento da gênese e evolução do Pantanal. (Ilustração: Sérvulo Batista de Resende)

2º Evento - No Final do Cretáceo, esforços tencionais relacionados ao soerguimento em blocos da plataforma brasileira relacionado à orogênese Andina, promoveram um processo de desestabilização tectônica, acontecendo os dobramentos e falhamentos (Fig. 1.3).

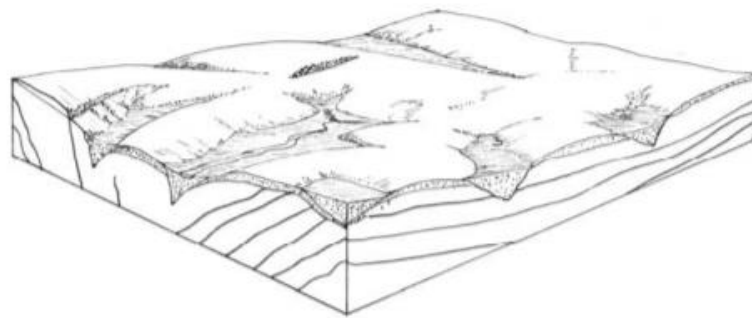


Fig.1.3. Bloco diagrama representando o 2º evento da gênese e evolução do Pantanal. (Ilustração: Sérvulo Batista de Resende)

3º Evento – A partir da reativação da tectônica de Pós-Cretácea, a superfície passou por um processo de abatimento diferenciado, vinculado aos longos processos erosivos, que originou na bacia sedimentar que está inserida o Pantanal mato-grossense (Fig. 1.4).

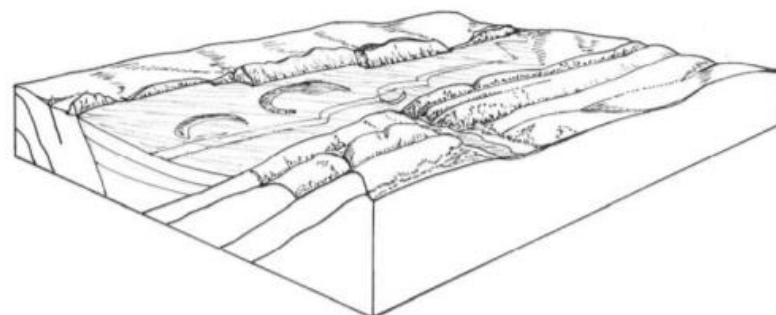


Fig.1.4. Bloco diagrama representando o 1º evento da gênese e evolução do Pantanal. (Ilustração: Sérvulo Batista de Resende)

1.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

A planície pantaneira está totalmente contida na Bacia do Alto Paraguai (BAP), que compreende uma área de cerca de 600.000 km², abrangendo parte do território brasileiro, bem como parte dos territórios do Paraguai e da Bolívia. A BAP é marcada pela clara macrocompartimentação física em duas grandes unidades de relevo: o planalto, com altitudes que variam de 200 a mais de 1.000 m, e a planície pantaneira, com altitudes médias de 60 a 150m.¹²

Apesar de constituírem duas regiões com características bastante distintas, essas duas unidades possuem inquestionável relação de interdependência. Os processos ecológicos e o equilíbrio ambiental da região de planície são influenciados pelos eventos que ocorrem nas partes altas da bacia.

O regime de chuvas é bem definido na região, com um período chuvoso de outubro a março/abril e um período seco que se estende até setembro. A maior parte das chuvas ocorre entre outubro e abril, onde chove praticamente 70% da chuva anual. Em contrapartida, o inverno é extremamente seco, chovendo em média menos de 25 mm no mês mais seco.

É a região de planalto que responde por grande parte da produção hídrica que mantém o pulso de inundação do Pantanal. Enquanto na região de planalto, com destaque para as cabeceiras de bacia, a precipitação anual pode chegar a 2.000 mm, na região da planície pantaneira, os totais anuais de precipitação ficam em faixas inferiores, de 800 a 1.200 mm (Fig.5).

O Pantanal funciona como um grande reservatório que retém a maior parte da água oriunda do planalto e regulariza a vazão do rio Paraguai em até cinco meses entre as vazões de entrada e saída. Em

¹² Dados de caracterização física apresentados nesse capítulo baseiam-se no “Plano de Recursos Hídricos do Paraguai – PRH Paraguai” publicado pela Agência Nacional de Águas em 2018. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-spr/prh-paraguai> Acesso em 10/11/2020.

Cáceres, a vazão média maior é em março, final do período chuvoso, em Porto São Francisco, em abril e maio, em Porto Murtinho é maior em junho e julho, completamente fora do período chuvoso. No planalto, as vazões específicas atingem 13/18 l/s/km², e no Pantanal, em geral, são inferiores a 0,5 l/s/km².

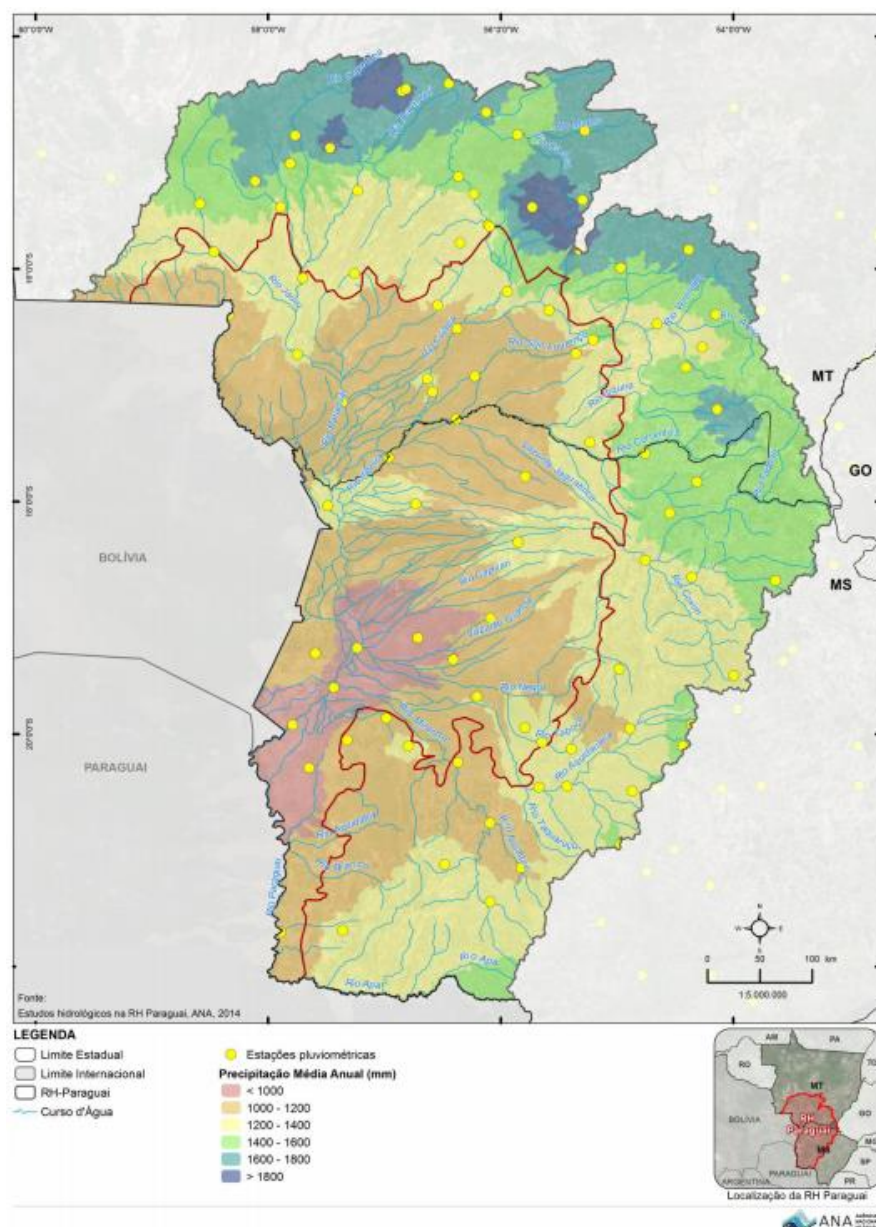


Fig. 1.5. Estações pluviométricas na BAP e distribuição da precipitação média anual. (Fonte: ANA, 2018)¹³

¹³ ANA. 2018. Agência Nacional de Águas. Plano de Recursos Hídricos do Paraguai – PRH Paraguai. Agência Nacional de Águas, Brasília. Disponível em:

A baixa declividade da região favorece as inundações, que propagam-se de norte para sul e de leste para oeste, ao longo do rio Paraguai e seus afluentes. Além disso, as enchentes são consequência da contribuição da água do subsolo e do escoamento superficial local. Assim, o Pantanal pode ser inundado não só por águas dos principais rios, que transbordam de seus respectivos leitos, mas, também pela elevação do nível d'água subterrânea, no período chuvoso.

Todas as fontes hídricas da Bacia do Alto Paraguai drenam para o Rio Paraguai, responsável pelas simbólicas cheias do Pantanal. O Fecho dos Morros, localizado ao norte de Porto Murtinho, é um dos principais elementos estruturais orográficos responsáveis pelo estreitamento do Rio Paraguai e represamento das águas. Devido à baixa declividade topográfica da planície pantaneira, naturalmente há baixo poder de vazão das águas, e, na presença do Fecho dos Morros, o escoamento da água se torna ainda mais lento (Benites et al, 2019)¹⁴.

A distribuição dos tipos de solo na BAP também está intimamente relacionada à macrocompartimentação da região nas unidades planalto e planície (Fig. 6). A distribuição não uniforme de pluviometria na BAP, conjugada às características pedológicas e de uso e ocupação do solo na bacia, caracterizam a região de planalto como grande produtora de água e de sedimentos, sendo estes transportados em direção à planície pantaneira.

<https://www.ana.gov.br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-spr/prh-paraguai> Acesso em 10/11/2020.

¹⁴ BENITES, M. et al . 2019. "Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul, e o Corredor Bioceânico: caminhos possíveis para a sustentabilidade socioambiental." **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande , v. 20, n. spe, p. 267-284, 2019 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000500267&lng=en&nrm=iso Acesso em 7/12/2020

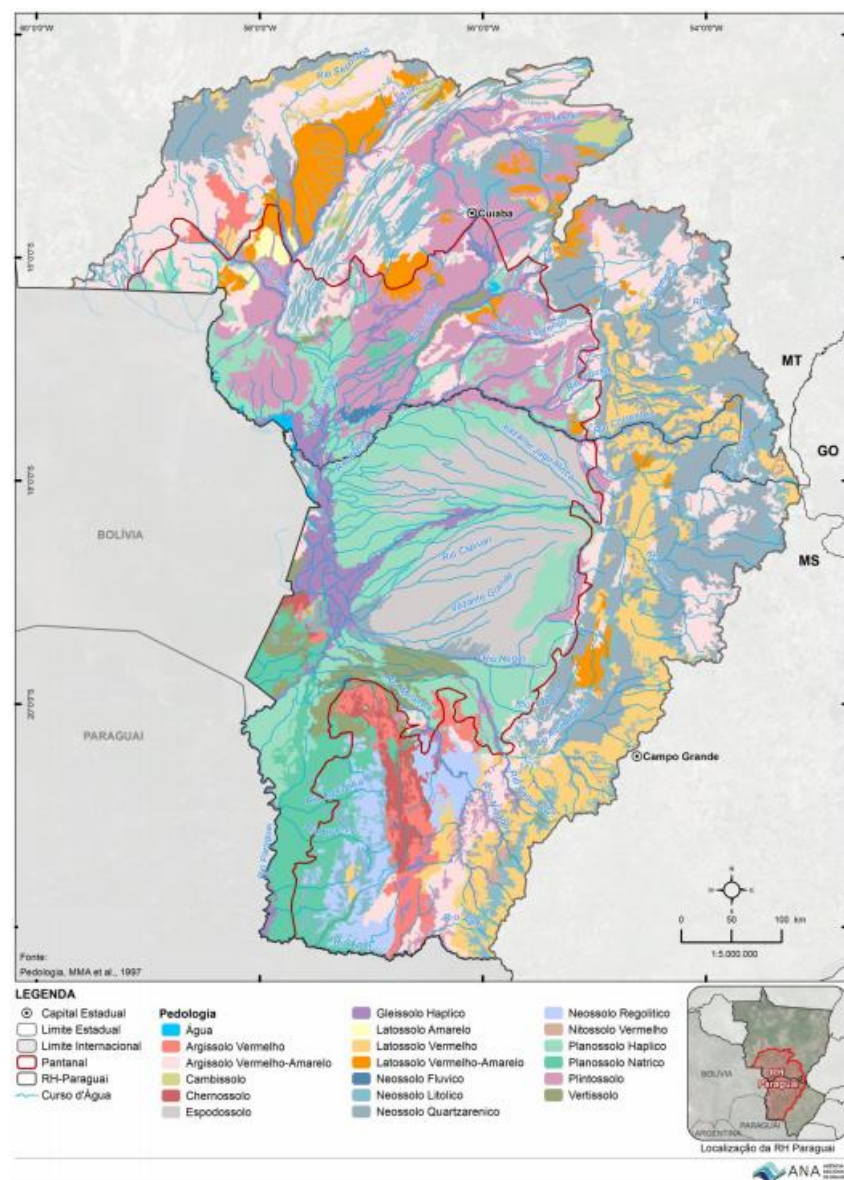


Fig.1.6 Pedologia da Bacia do Alto Paraguai. (Fonte: ANA, 2018)

O sensível ciclo das águas, em seus aspectos quantitativos, qualitativos e de regime, é fundamental para a diversidade e o equilíbrio dinâmico do sistema ecológico e ambiental na BAP. Os períodos de seca e chuva afetam as zonas úmidas muito mais do que a maioria dos outros ecossistemas, podendo uma alteração na precipitação anual no montante de alguns decímetros causar alterações consideráveis na área coberta por água no Pantanal. A profundidade da submersão de terras no Pantanal varia em média de 0,5 a 1,5 m. A duração da submersão é bastante variável, podendo durar até seis meses em algumas áreas.

A estação fluviométrica de referência do Pantanal brasileiro é Ladário, observada pela Marinha do Brasil desde 1900. Quando o nível máximo anual do Rio Paraguai em Ladário é igual ou superior a 4 m, considera-se que existe cheia no Pantanal. Quando o nível varia de 4 a 5 m, a cheia é pequena; de 5 a 6 m, a cheia é normal, e acima de 6 m é uma grande cheia. Em anos chuvosos, como aconteceu em 1988 (6,64 m, maior marca histórica) e 1995 (6,56 m, terceira marca do século), o rio Paraguai, no Pantanal, expande seu leito por inundação, alcançando até 20 km de largura.

O clima da região é classificado como quente e subquente quanto ao regime térmico, e como clima úmido e subúmido quanto ao regime de chuvas e duração dos períodos secos, que podem ser de três, quatro ou até cinco meses. A temperatura média anual varia entre 22 °C e 26 °C. Em dezembro, janeiro e fevereiro, são comuns temperaturas superiores a 38 °C. As mínimas são observadas em junho, julho e agosto, com 18 °C. Podem ocorrer mínimas diárias de 0 °C, especialmente devido à entrada de frentes-frias provenientes do sul da América do Sul.

As interações entre os fatores bióticos e abióticos na planície pantaneira resultam em grande heterogeneidade de paisagens no bioma, contribuindo localmente para a existência de “diversos pantanais”. Estas diferenças em termos de material de origem, tipo de solo, características de drenagem e inundação, altimetria e vegetação associados às bacias hidrográficas possibilitaram a classificação do bioma em onze sub-regiões, sendo três no Mato Grosso: Pantanais de Poconé, Barão de Melgaço e Cáceres; e oito no Mato Grosso do Sul: Pantanais do Paiaguás, Nhecolândia, Paraguai, Aquidauana, Abobral, Nabileque, Porto Mortinho, e Miranda (Fig. 1.7; Silva & Abdon, 1998).

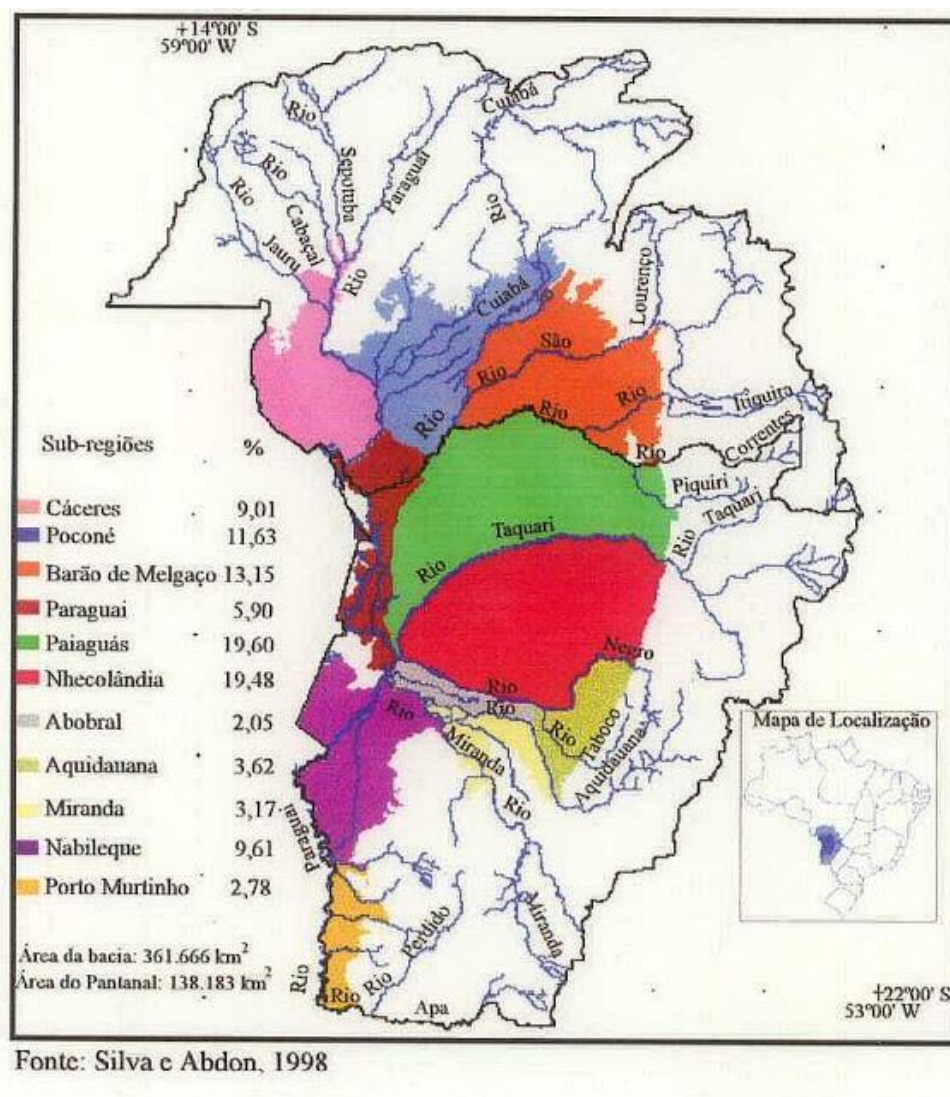


Fig. 1.7 Mapa das onze sub-regiões do Pantanal (Fonte: Silva & Abdon, 1998)¹⁵

1.3 CARACTERIZAÇÃO BIÓTICA

Comparativamente à área coberta pelos demais biomas brasileiros, o Pantanal é considerado o menor bioma do País em extensão, cobrindo apenas de 1,8% do território do País. O bioma, entretanto, é considerado uma área prioritária para conservação, dada a expressiva diversidade de espécies nos diversos grupos biológicos.

¹⁵ Silva & Abdon, 1998. "Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões". Pesquisa Agropecuária Brasil, v. 33, out-1998. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/5050> Acesso em 15/11/2020

As características do Pantanal revelam a grande influência biogeográfica dos biomas vizinhos, como o Cerrado a leste, a Amazônia ao norte e o Chaco a sudoeste. Dentre o mosaico de ecossistemas que formam a planície pantaneira, também são observadas espécies típicas da Mata Atlântica, e até mesmo da Caatinga.

O Pantanal compreende, portanto, um grande ecótono, ou zona de transição entre os demais biomas, que favorece a diversidade biológica. Ademais, por ainda se manter relativamente preservado, apesar das ameaças potenciais, o bioma exerce um papel natural de corredor de dispersão de espécies e de integração dos biomas adjacentes, principalmente o Cerrado, que representa a principal influência no arranjo florístico do Pantanal.

Diversas espécies ameaçadas em outras regiões do Brasil persistem em populações avantajadas na região, como é o caso do tuiuiú – ave símbolo do Pantanal (Fig. 1.8). A biodiversidade local é pujante: o bioma abriga pelo menos 4.700 espécies conhecidas, entre animais e plantas. Já foram registradas 263 espécies de peixes, 113 de répteis, 41 de anfíbios, 463 de aves, 1.032 de borboletas e 132 espécies de mamíferos, sendo 2 endêmicas. Segundo a Embrapa Pantanal, quase duas mil espécies de plantas já foram identificadas no bioma e classificadas de acordo com seu potencial, e algumas apresentam vigoroso potencial medicinal.



Fig. 1.8. Casal de tuiuiús no ninho (Foto: Renato Gremm)

Apesar da fragilidade e relevância de sua biodiversidade, apenas 4,6% do território do bioma Pantanal encontram-se protegidos por unidades de conservação, dos quais 2,9% correspondem a UCs de proteção integral e 1,7% a UCs de uso sustentável.

A vegetação do Pantanal é bastante diversificada, sendo os mosaicos de diferentes formações ordenadas pelos gradientes topográficos, em função do regime de inundação e do tipo de solo. Os principais elementos das paisagens na planície pantaneira, destacam-se os campos inundáveis, os capões, que são manchas de vegetação arbórea, em terrenos um pouco mais elevados, e as cordilheiras, que ocorrem em faixas de terreno não inundável, com 1 a 3 metros acima do relevo adjacente, com vegetação de cerrado, cerradão ou mata (Fig. 1.9 e 1.10).



Fig. 1.9. Foto aérea demonstrando as paisagens de baías e cordilheiras, bem como a ocorrência de baceiros.

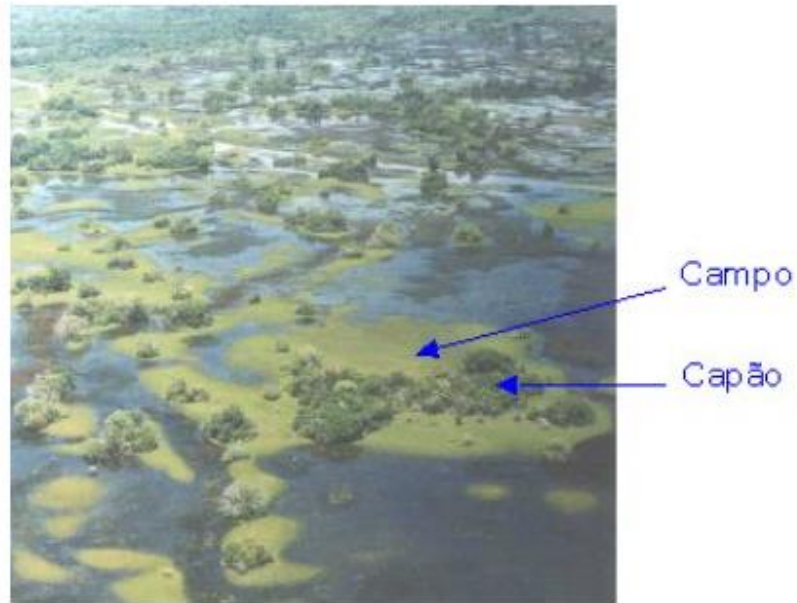


Fig. 1.10. Foto aérea demonstrando as paisagens de campos e capões (Embrapa).



Fig. 1.11. Lagoa salina Coração, na Fazenda Barranco Alto. (Foto: Lucas Leuzinger)

Dentre as paisagens aquáticas destacam-se as baías, que são lagoas temporárias ou permanentes de tamanho variado, podendo apresentar muitas espécies de plantas aquáticas emergentes, submersas ou flutuantes. Nas águas permanentes são comuns os camalotes e o baceiro ou batume, vegetação flutuante, formada principalmente por ciperáceas e diversas plantas aquáticas (Fig. 1.9). Em áreas geralmente cercadas pelas cordilheiras ocorrem as salinas, que são lagoas de água salobra, sem

coberturas de plantas aquáticas, mas com grande densidade de algas, o que confere uma cor esverdeada à água (Fig. 1.11).

As áreas de declive por onde escoam lentamente as águas no período de inundações são conhecidos regionalmente como vazantes, e os corixos são os cursos d'água permanentes ou intermitentes, com fluxo que se alterna em função da sazonalidade climática e do ciclo hidrológico, que interliga baías, lagoas, córregos e rios na planície alagável e constitui repositório de biota para colonização dos habitats aquáticos.

O Pantanal é uma área úmida sujeita a um pulso de inundação normalmente bem conhecido, composto por uma fase aquática e outra terrestre. Este pulso de inundação é que permite a exuberância deste ecossistema, a variabilidade anual alternada entre enchentes e secas. Chuva e estiagem representam o fator ecológico fundamental para o equilíbrio deste ambiente.

Segundo Adámoli (1995) o regime de inundações é o fator ecológico fundamental do Pantanal e determina os pulsos dos principais processos bióticos e abióticos, bem como as composições específicas das unidades de paisagem. A compreensão deste sistema é importante, pois caso seja alterada a dinâmica de escoamento das águas, os canais naturais tendem a perder sua capacidade hidráulica de transportar sedimentos trazidos em suspensão. Além disso, pode haver deficiência de nutrientes no solo, com prejuízos para as pastagens nativas e à pecuária, ou ainda a erosão dos solos com reflexos nas atividades econômicas regionais, ameaçando o equilíbrio geral deste ecossistema.

Durante essa alternância dos ciclos de cheia e seca, ocorre o fenômeno conhecido popularmente como “dequada”, que vem sendo acompanhado por pesquisadores da Embrapa há pelo menos 25 anos, com estudos sistemáticos sendo realizados a partir de 1994.¹⁶

¹⁶ Calheiros, D. & Oliveria, M. *“Ocorrência do Fenômeno Natural “dequada” no Pantanal.”* Disponível em: https://ambientes.ambientebrasil.com.br/agua/artigos_agua_doce/ocorrencia_do_fenomeno_natural_dequada_no_pantanal.html Acessado em 9/12/2020

A dequada é um fenômeno natural caracterizado pela alteração das características da água, como cor, odor, oxigênio dissolvido, gás carbônico dissolvido, pH, condutividade elétrica, nutrientes (nitrogênio, fósforo, carbono), demanda bioquímica de oxigênio, devido à decomposição da matéria orgânica presente na água, no período de vazante. A dequada ocorre todos os anos, mas a morte de peixes somente em anos em que o fenômeno é mais significativo.

O grau de deterioração da qualidade da água depende das características do regime hidrológico de cada ano: se o volume de cheia for grande e a velocidade de inundação alta, tais processos ocorrem antecipadamente, de forma mais acentuada e podem durar meses.

Outros fatores podem interferir na quantidade de matéria orgânica que escoará para os rios durante o recuo das águas, como a ocorrência de queimadas e incêndios florestais. A magnitude da seca do ano anterior também interfere no processo, pois está relacionada com a quantidade de biomassa de plantas terrestres que sofrerá decomposição na cheia subsequente.

Estima-se grosseiramente que a magnitude da mortandade de peixes em evento de dequada classificado como “elevada” estaria na ordem de milhares de toneladas.

Os pesquisadores apontam que a dequada age como um fator regulador da estrutura (tipos de espécies presentes) e dinâmica (número de indivíduos ou densidade populacional) das comunidades aquáticas.

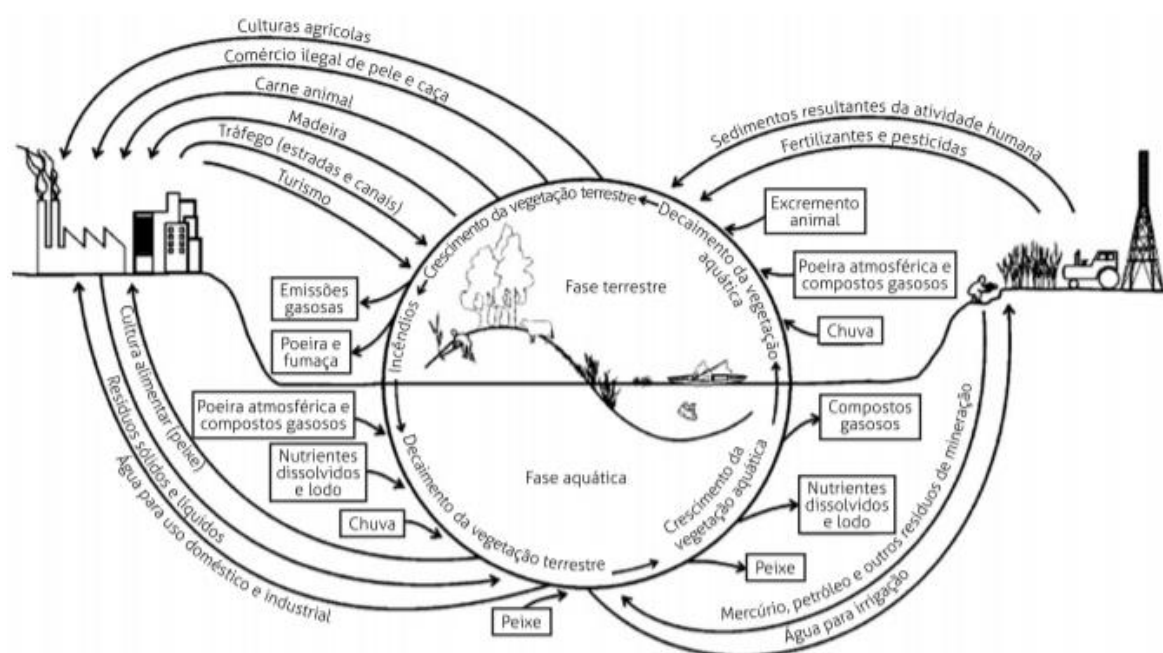
Quando ocorre em grande escala, deve acarretar um impacto expressivo na comunidade de peixes, tanto na fase inicial de desenvolvimento larval/jovem – uma vez que o fenômeno em geral coincide com o período de desova – quanto na fase adulta.

Outro exemplo de efeito sobre os organismos aquáticos, é a mortandade da espécie invasora mexilhão dourado, cujos indivíduos morrem quando as

concentrações de oxigênio dissolvido chegam a 0,0mg/L e permanecem por período prolongado (mais que um dia).¹⁷

1.4 AMEAÇAS À BIODIVERSIDADE PANTANEIRA

Nas últimas décadas, o Pantanal vem sofrendo agressões praticadas não somente na planície, mas principalmente nos planaltos adjacentes. Atualmente, os impactos ambientais e socioeconômicos no Pantanal são evidentes, decorrentes da inexistência de um planejamento ambiental que garanta a sustentabilidade dos recursos naturais desse importante bioma.



Fonte: Junk 2002.

Fig. 1.12 Ciclo de nutrientes e impactos humanos sobre o Pantanal. Sinergia planalto-Pantanal

¹⁷ Calheiros, D. & Oliveria, M. "Ocorrência do Fenômeno Natural "dequada" no Pantanal." Disponível em: https://ambientes.ambientebrasil.com.br/agua/artigos_agua doce/ocorrencia do fen omeno natural dequada no pantanal.html Acessado em 9/12/2020

Devido à marcante interdependência da planície pantaneira com o planalto que a circunda, as ameaças para a integridade ecológica do Pantanal podem ser diferenciadas em ameaças internas, provenientes de atividades humanas dentro da área, e ameaças externas, que ocorrem fora do Pantanal.

Dentre as ameaças internas, destacam-se:

- Modificação da hidrologia, por exemplo, pela construção de estradas sem passagem para o fluxo de água;
- Destruição de macrohabitats essenciais, por exemplo o desmatamento de capões e cordilheiras e outras áreas florestadas, drenagem de áreas pantanosas;
- Exploração indevida dos recursos naturais (pesqueiros, madeireiros e não madeireiros, e da biodiversidade);
- Introdução descontrolada de espécies exóticas e invasoras, a exemplo do tucunaré, do javali, do mexilhão dourado e gramíneas africanas;
- Poluição genética, e.g., pela produção descontrolada de híbridos de peixes, que podem escapar no meio ambiente.

Por sua vez, as ameaças externas resultam de atividades realizadas no planalto que circunda a planície pantaneira,

- Poluição por esgotos e resíduos domésticos dos tributários;
- Poluição por resíduos industriais e de mineração;

- Aumento da carga sedimentar dos tributários em consequência da erosão acelerada nas áreas agropastoris do planalto, por exemplo, do Rio Taquari;
- Construção de hidrelétricas, que modificam o pulso de inundação rio abaixo e interrompem a conectividade ao longo da calha do rio, interferindo, p. ex., com as piracemas;
- Construção de hidrovia não adaptada ao leito natural do rio, que modificará o regime hidrológico, para atender interesses econômicas de grupos agindo fora do Pantanal;
- Falta de uma legislação específica de proteção e manejo, baseada no conhecimento científico;
- Falta de uma estrutura hierárquica clara e coerente dos diferentes órgãos executores para a sua implementação e gestão voltada à sustentabilidade;
- Queimadas e incêndios florestais;
- Mudanças do clima global.

BOIADA

Letra e Música: **Almir Sater e Renato Teixeira**

Ele foi levando boi, um dia ele se foi no rastro da boiada
A poeira é como o tempo, um véu, uma bandeira, tropa viajada
Foram indo lentamente, calmos e serenos, lenta caminhada
E sumiram lá na curva, na curva da vida, na curva da estrada

E depois dali pra frente, não se tem notícias, não se sabe nada
Nada que dissesse algo de boi, de boiada, de peão de estrada
Disse um viajante: história mal contada
Ninguém viu nem rastro, nem homem nem nada

Isso foi há muito tempo, tempo em que a tropa ainda viajava
Com seus fados e pelegos no ranger do arreio ao romper da
aurora

Tempo de estrelas cadentes, fogueiras ardentes ao som da viola
Dias e meses fluindo, destino seguindo, e a gente indo embora

Isso tudo aconteceu e o fato que se deu faz parte da história
E até hoje em dia quando junta a peãozada
Coisas assombradas, verdades juradas, dizem que sumiram
Que não existiram, ninguém sabe nada

Ele foi levando boi, um dia ele se foi no rastro da boiada
A poeira é como o tempo, um véu, uma bandeira, tropa viajada
Foram indo lentamente, calmos e serenos, lenta caminhada
Dias e meses seguindo e o destino fluindo e a gente indo embora

Isso tudo aconteceu e o fato que se deu faz parte da história
E até hoje em dia quando junta a peãozada
Coisas assombradas, verdades juradas, dizem que sumiram
Que não existiram, ninguém sabe nada

2 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

2.1 POVOS ORIGINÁRIOS E IMPACTOS DO COLONIALISMO

A diversidade cultural da região pantaneira é tão impressionante quanto a sua diversidade ambiental. O Pantanal e o seu entorno têm sido compreendidos, do ponto de vista etnográfico, como um mosaico e/ou como uma encruzilhada de povos e área de fusão de culturas e costumes.¹⁸

Apesar dos estudos arqueológicos na região serem ainda preliminares, sabemos que o território do Pantanal foi significativamente ocupado e transitado por grupos nômades de caçadores/coletores/pescadores pré-históricos que, orientando-se em seus deslocamentos sazonais pelos cursos fluviais, migravam pelo interior do continente. Associado a este entroncamento de trilhas naturais, um exuberante e complexo ecossistema tropical oferecia ao homem pré-histórico condições plenas para o desenvolvimento das culturas humanas.

As investigações arqueológicas sugerem que a trajetória histórica da ocupação indígena regional pode ter se iniciado no final do período Pleistocênico, com o estabelecimento de grupos paleoíndios nas áreas de refúgio ecológico em torno do Pantanal (Ab'Sáber, 2006).

Em Santa Elina, um abrigo sob rocha com arte rupestre situado no sopé da serra das Araras, no município de Jangada (MT), foram obtidas datações arqueológicas com mais de vinte mil anos antes do presente, em níveis estratigráficos em que os vestígios da cultura material

¹⁸ Primeira parte deste capítulo apresenta, principalmente, dados compilados no estudo: Bespalez, Eduardo. (2015). Arqueologia e história indígena no Pantanal. *Estudos Avançados*, 29(83), 45-86. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000100005> Acesso em 20/11/2020

estavam associados a restos faunísticos de animais extintos da megafauna (Fig. 2.1 e 2.2). Datações semelhantes foram encontradas em pesquisas realizadas no Abrigo do Sol, localizado no alto curso do rio Guaporé, também no Estado de Mato Grosso.



Fig. 2.1 Fóssil brasileiro de preguiça-gigante (*Glossotherium*), espécie brasileira da megafauna que habitava a região, extinta há cerca de 10 mil anos, exposto no Museu Nacional do Rio de Janeiro.



Fig. 2.2 Pintura rupestre no abrigo de Santa Elina. Foto: Ednilson Aguiar

Na transição do Pleistoceno-Holoceno, ou seja, no período entre doze e oito mil anos atrás, as transformações ecológicas ocasionadas com a crescente tropicalização do meio favoreceram o estabelecimento de diversas populações caçadoras-coletoras na região. Além de Santa Elina, contextos arqueológicos datados desse período foram pesquisados em outras regiões em torno do Pantanal, não só no Mato Grosso, mas também no Mato Grosso do Sul.

No Pantanal sul-mato-grossense, o contexto arqueológico detectado no aterro MS-CP-22, localizado no município de Ladário, é considerado a estrutura monticular mais antiga de toda a bacia platina e remete a ocupação indígena ao Holoceno Inicial, com datações entre 8.100 e 8.300 anos antes do presente (ap). Além de vestígios líticos de lascamento e polimento, como talhadores, percutores, bigornas, mãos de pilão, boleadeiras, lâminas de machado e adornos, também foram coletados artefatos ósseos e conchíferos, tais como pontas e contas, restos faunísticos de alimentação e sepultamentos humanos (Fig. 2.3).

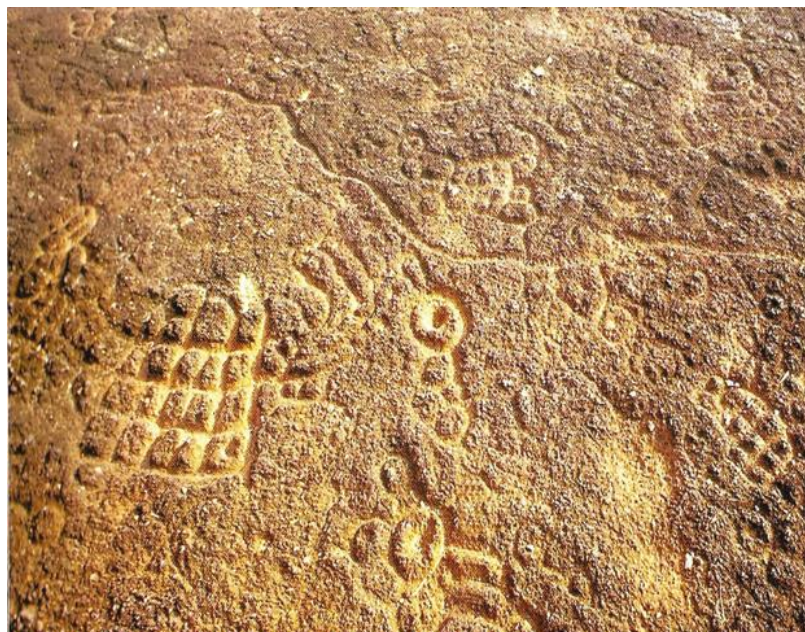


Fig. 2.3 Crosta laterítica com inscrições rupestres, Fazenda Figueirinha (Sítio arqueológico MS CP 01 “do Lajedo”)¹⁹

¹⁹

As pesquisas arqueológicas indicam, todavia, que o Pantanal se tornou efetivamente ocupado a partir de três mil anos atrás, com o desenvolvimento de processos de consolidação territorial desencadeados pelas diversas populações indígenas construtoras de aterros. A multiplicação dos aterros nas planícies inundáveis e a incorporação da tecnologia cerâmica, classificada como Tradição Pantanal, datada entre 2.800 e oitocentos anos ap, são os principais correlatos desses processos.

Embora não se possa afirmar com certeza que as populações por trás da Tradição Pantanal (Fig. 2.4) descendam diretamente dos grupos estabelecidos na região desde o Holoceno Médio, é possível que o advento da cerâmica e o aumento do número de aterros, transformações que devem ter ocorrido em conjunto com a intensificação das atividades agrícolas e de manejo ambiental, e a complexidade sócio-histórica, sejam resultantes de processos de continuidade e mudança, desencadeados através de interações entre as populações já estabelecidas na área, em pleno crescimento demográfico, e outros grupos, recém-chegados ou então assentados em torno do Pantanal.

Assim, quando os colonizadores europeus chegaram na região, nas primeiras décadas do século XVI, encontraram ali um conjunto de sociedades indígenas, composto por etnias representantes de pelo menos três dos quatros troncos linguísticos que formam o universo etno-linguístico brasileiro. Eram várias centenas de milhares de índios portadores de sistemas culturais ricamente diferenciados.

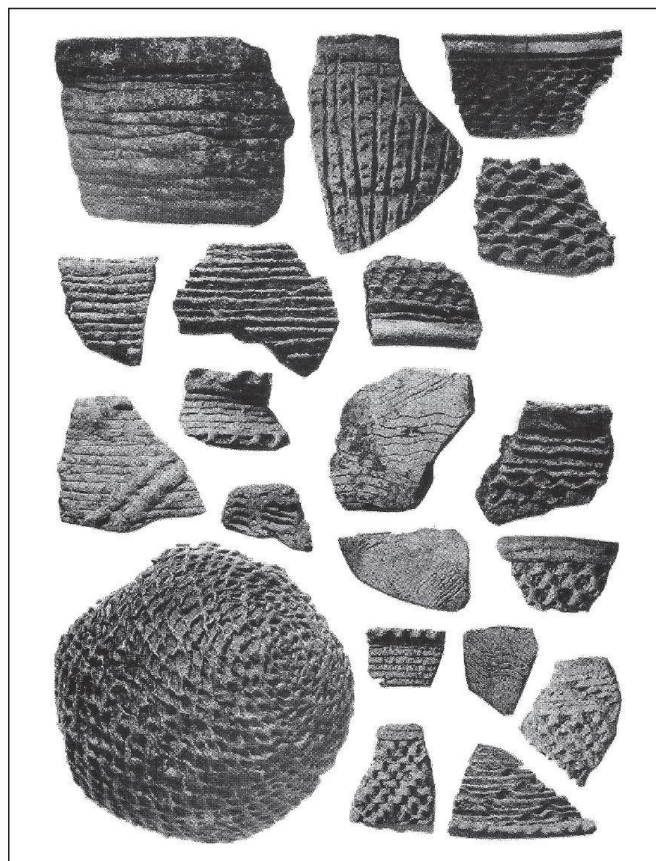


Fig. 2.4 Formas de acabamento plástico da superfície da fase Pantanal (Schmitz et al, 1998).

Com efeito, mesmo com os impactos do colonialismo e os avanços civilizatórios e de expansão agrícola sobre o Pantanal, a região ainda continua sendo ocupada por populações indígenas portadoras de matrizes culturais distintas, originadas no Chaco, no Brasil Central e na Amazônia, a exemplo, respectivamente, dos Kadiwéu e dos Guaikuru (Fig. 2.5), falantes de línguas da família Mbayá-Guaikuru; dos Camba, da família linguística Camba; dos Bororo, Umutina, Ofayé e Guató (Fig. 2.6), com famílias inseridas no tronco Macro-Jê; dos Terena, Laiana e Kinikinao, de línguas Chané-Guaná, da família Aruak; e dos Guarani e Kaiowá, da família Tupi-Guarani, do tronco Tupi.

Durante os cinco séculos da presença europeia em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a resistência indígena à ocupação colonial de seu território foi a tônica das relações intercivilizatórias. O Pantanal foi o cenário da maior e mais obstinada oposição nativa à presença colonizadora ibérica na história do Brasil. O resultado desse violento contato

intercivilitatário quase provocou o extermínio definitivo da população indígena local.²⁰

Nos três primeiros séculos da colonização, diversas sociedades autóctones, portadoras de modelos comportamentais específicos, desapareceram deixando poucos vestígios arqueológicos representativos de seu modo de ser, o que acarretou perdas irreparáveis para o conhecimento do homem e de sua natureza cultural.

Os Guaikuru, conhecidos como "índios cavaleiros" (Fig.2.4) formaram uma das maiores barreiras indígenas à colonização na história da América do Sul. Após décadas de enfrentamentos com os colonos luso-brasileiros e castelhanos, enfraquecidos numericamente por tantos combates e doenças adquiridas no contato com as frentes colonizadoras, no final do século XVIII, os índios Guaikuru localizados no atual território sul-mato-grossense assinaram um tratado de paz com as autoridades coloniais sediadas em Cuiabá. Este foi o único tratado de paz entre índios do Brasil e a monarquia portuguesa na história do Brasil colonial.

No presente, em torno de mil e quinhentos índios - entre Kadiwéu (único subgrupo étnico falante de uma língua Guaikuru em Mato Grosso do Sul) e descendentes de outras etnias (sobretudo Terena) - que sobreviveram ao processo de contato conflituoso com a sociedade brasileira, vivem em uma área extensa, na região conhecida como Pantanal do Nabileque, no município de Porto Murtinho. Esses índios ainda conservam o perfil de cavaleiros, fazendo da criação desse animal um dos mais importantes itens de sua cultura material.

²⁰ Martins, G.R. 2002. "Breve Painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul." 2ª ed. Rev. Ampl. UFMS, Campo Grande.



Fig. 2.4. Representação de Debret dos índios Guaikuru

Os Paiaguás eram índios numerosos, exímios canoieiros e valentes lutadores, habitantes das regiões ribeirinhas das Bacias do Paraná e Paraguai. Durante as primeiras décadas do século XVIII, constituíram-se nos mais ferozes inimigos da fixação e da exploração, pelos bandeirantes e colonizadores europeus, das riquezas da região. Frequentemente aliados aos índios Guaikuru, compunham exércitos que por terra e por água opunham-se a passagem de expedições e monções (Fig. 2.5). Foram extintos no início do sec. XIX.²¹

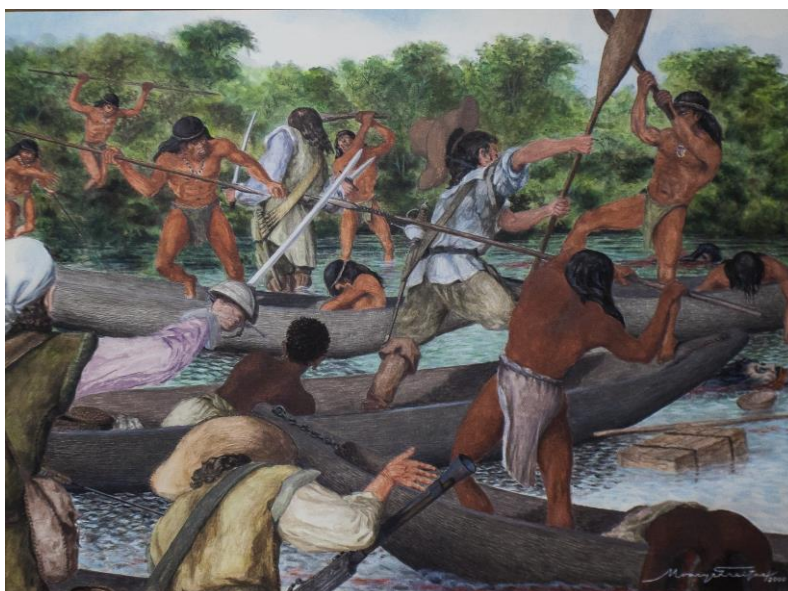


Fig. 2.5 Combate de Monção com os Paiaguás (Quadro de Moacyr Freitas)

²¹ Martins, G.R. 2002. "Breve Painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul." 2ª ed. Rev. Ampl. UFMS, Campo Grande.

Dentre os povos descendentes dos primeiros habitantes da região, destacam-se os Guató e o Bororo. O território tradicional de ocupação Bororo atingia a Bolívia, a oeste; o centro sul de Goiás, ao leste; as margens da região dos formadores do Rio Xingu, ao norte; e, ao sul, chegava até as proximidades do Rio Miranda. Estima-se que esse povo tenha habitado essa região durante pelo menos sete mil anos.²² Os Bororo se autodenominam “Boe”. O termo “Bororo” significa “pátio da aldeia” e atualmente é a denominação oficial (Fig. 2.6).

Atualmente, os Bororo detêm seis Terras Indígenas demarcadas no Estado do Mato Grosso, num território descontínuo e descaracterizado, que corresponde a uma área 300 vezes menor do que o território tradicional.

Na década de 1970, o alto grau de insatisfação dos Bororo fez surgir um movimento reivindicatório pela recuperação de suas terras tradicionais e pela melhoria dos serviços de saúde e educação. Um caso emblemático desse movimento foi a luta pela terra do Meruri, que culminou no famoso massacre levado a cabo pelos fazendeiros de General Carneiro.

No momento, o movimento congrega todas as aldeias Bororo e busca solucionar as questões fundiárias das áreas de Teresa Cristina, Jarudori e Sangradouro. Outra importante reivindicação tem sido a inclusão dos Bororo nos EIA/Rimas (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) das Hidrovias Paraguai-Paraná e Araguaia-Tocantins. Lutam, ainda, pela alteração do traçado da ferrovia Ferronorte, nas imediações da área Teresa Cristina.²³

²² ISA. “Povo Bororo”. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>
Acessado em 28/11/2020.

²³ ISA. “Povo Bororo”. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>
Acessado em 28/11/2020.



Fig. 2.6 Mãe pintando criança com urucum. Aldeia Córrego Grande (MT). Foto: Waldir de Pina, 1985

Os Guató ocupavam praticamente toda a região sudoeste do Mato Grosso, abarcando terras que hoje pertencem àquele estado, ao estado de Mato Grosso do Sul e à Bolívia. Podiam ser encontrados nas ilhas e ao longo das margens do rio Paraguai, desde as proximidades de Cáceres até a região do Caracará, passando pelas lagoas Gaíba e Uberaba e, na direção leste, às margens do rio São Lourenço. No interior deste vasto território sua presença foi registrada desde o século XVI por viajantes e cronistas (Fig.2.7).

Foi entre 1940 e 1950 que se iniciou de modo mais intenso a expulsão dos Guató de seus territórios tradicionais. O gado dos fazendeiros invadia as roças dos índios e os comerciantes de peles dificultavam a permanência dos Guató na ilha Ínsua e arredores. Acuados, migraram para outros pontos do Pantanal ou se dirigiram para as periferias de cidades, como Corumbá, Ladário, Aquidauana, Poconé e Cáceres etc. Foram poucas as famílias que permaneceram na ilha Ínsua. A partir da década de 50, os Guató foram considerados extintos pelo órgão indigenista oficial e assim, foram excluídos de quaisquer políticas de assistência. Foi somente em 1976 que

missionários identificaram índios Guató vivendo na periferia de Corumbá. Aos poucos o grupo começou a se reorganizar e a lutar pelo seu reconhecimento étnico. Hoje, são os últimos canoeiros de todos os povos indígenas que ocuparam as terras baixas do Pantanal.²⁴

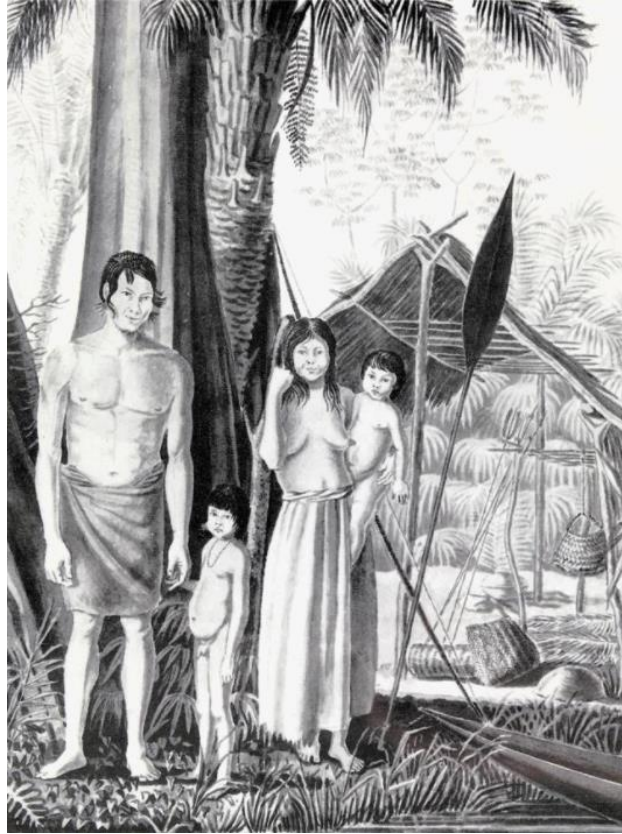


Fig. 2.7 Família Guató. Pintura realizada pelo viajante Hércules Florence, em 1826, na expedição Langsdorff.

2.2 OCUPAÇÃO COLONIZADORA

Apesar do Pantanal fazer parte do Império Espanhol pelo Tratado de Tordesilhas, o primeiro colonizador que chegou nestas terras foi o português Aleixo Garcia no começo do século XVI, em sua travessia em busca do Império Inca.

Poucos anos depois, ainda no século XVI, se fundaram na região do Pantanal as primeiras cidades espanholas, baseadas na

²⁴ ISA. “Povo Guató”. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guat%C3%B3> Acessado em 28/11/2020.

exploração da mão de obra indígena: Porto dos Reis em algum lugar do MT e Santiago de Xerez, localizada onde hoje é cidade de Aquidauana (MS).

Por ser um marco da posse espanhola na região, Santiago de Xerez foi invadida e destruída pelos Bandeirantes luso-paulistas em 1632, marcando a presença de Portugal na região do Pantanal. O povoado acabou constituindo um entreposto, utilizado pelos bandeirantes nas expedições em busca de índios para escravizar.

Em 1717, os portugueses descobriram ouro em Cuiabá, no norte do Pantanal, e começaram a criar as Monções, expedições fluviais para a colonização da região Centro-Oeste. Os paulistas passavam pelo rio Tietê que corre para dentro da América do Sul, um dos poucos; chegavam no rio Taquari, passavam pelo Paraguai e voltavam para São Paulo com ouro e com alguns indígenas.

A partir disso, surgiram as primeiras fazendas no Pantanal. A primeira que se tem registro é de 1737, a fazenda Jacobina, no Mato Grosso. Embora respeitasse os limites do Brasil, seu fundador atravessou o rio Paraguai para expandir sua propriedade dentro do Império Espanhol.

Em meio a essas disputas por terras, em 1750, o Tratado de Madri definiu os limites do Império Espanhol e do Império Português. Importante ressaltar que a Espanha perdeu grande parte de seu território para Portugal.

O Pantanal intensificou seu período de ocupação por imigrantes no começo do século XVIII. Neste período de colonização, foi fundado em 1775 o Forte Coimbra; e Vila de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, em 1778, a primeira vila que depois deu origem à Corumbá. Esses assentamentos dos portugueses foram criados para tentar subjugar os indígenas que anteriormente dominavam toda a região, em especial os Paiguás e Guaikuru.

2.3 REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Os quilombos do Pantanal têm origem na ocupação portuguesa de Mato Grosso, desencadeada pela descoberta do ouro em Cuiabá, em 1722. Foi quando chegaram os primeiros africanos ao estado, escravizados para trabalhar na mineração e nos engenhos de açúcar. Dessa história de opressão surgiram as comunidades quilombolas que habitam o bioma.

No século XVIII, o maior quilombo de Mato Grosso foi o Quilombo do Piolho, também conhecido como Quilombo do Quariterê, localizado às margens do rio Guaporé, na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, que abrigava mais de 100 pessoas, entre negros, indígenas e brancos pobres.

Após a morte de seu esposo, José Piolho, assassinado por soldados do Estado, Tereza de Benguela assumiu a condução do quilombo (Fig. 2.8). Sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas.^{25 26} Apesar de haver dúvidas sobre a localização exata do quilombo, que provavelmente estaria fora dos limites do bioma Pantanal, Tereza é lembrada como a “Rainha Negra do Pantanal”.

O Quilombo do Piolho, território de difícil acesso, permitiu a Tereza coordenar um forte aparato de defesa, com armas trocadas com os brancos ou roubadas das vilas próximas. A “Rainha Tereza” constituiu um parlamento, com representantes e conselheiros para decidir as ações da comunidade, que vivia do cultivo de algodão, milho, feijão, mandioca, banana, e da venda dos excedentes produzidos.

O Quilombo resistiu até 1770, quando foi destruído pelas forças de Luís Pinto de Sousa Coutinho. A população na época era de 79 negros e 30 índios.

²⁵ Em homenagem a Tereza de Benguela, o dia 25 de julho é comemorado como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

²⁶ “Tereza de Benguela: a escrava que virou rainha e liderou um quilombo de negros e índios.” Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/bibliotecacacult/noticias/220-tereza-de-benguela-a-escrava-que-virou-rainha-e-liderou-um-quilombo-de-negros-e-indios> Acesso em 20/11/2020

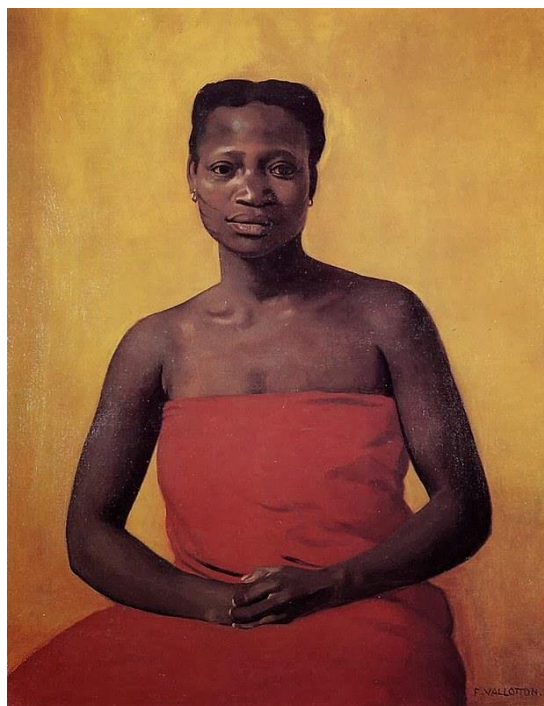


Fig. 2.8 Pintura de Felix Vallotton (1911): mulher negra sentada de frente. (Por razões óbvias, nenhum retrato foi feito de Tereza. Esta ilustração do século 19 foi adotada por organizações do movimento negro para representá-la.)

2.4 A MULHER E O HOMEM PANTANEIRO

As comunidades tradicionais ribeirinhas situadas no Pantanal são formadas por pessoas que vivem durante anos nessa região e há gerações, numa dinâmica de vida e historicidade marcada pelo ciclo das águas. E ainda, possuem um sentimento comum: o reconhecimento de serem ribeirinhos/pantaneiros inseridos no bioma Pantanal, com forte sentimento de pertença ao lugar onde estão inseridos, pois não se consideram dissociados desse lugar, onde a natureza é parte integrante do cotidiano.



Fig. 2.9 Comitiva pantaneira. (Foto: Edemir Rodrigues)

Assim como os processos ecológicos que garantem a vida na região, também as comunidades tradicionais e etnias indígenas localizadas no Pantanal dependem primordialmente do equilibrado funcionamento do pulso de inundação que distingue este bioma. Muito além de influenciar diretamente seu sustento material (caça, pesca, cultivo de lavouras e criação de rebanhos) o ciclo das águas representa um dos pontos fundamentais dos modos de ser, fazer e viver da mulher e do homem pantaneiro.



Fig. 2.10 Seu Geraldo, homem pantaneiro (*in memoriam*). Base de Estudos da UFMS em Passo do Lontra.

Na descrição de Gonçalves et al (2002):

Por homem pantaneiro, entenda-se aqui o indivíduo natural do Pantanal ou aquele que, mesmo não tendo nascido ali, assimilou a vivência desse nativo, compartilhando dos hábitos e dos costumes típicos da região.

O Pantanal e o pantaneiro se completam, se interagem, um precisa do outro para sobreviver. Só o verdadeiro peão, que conhece e desbrava todos os dias o Pantanal, é conhecedor da natureza local: ele sabe tudo daquele lugar, ele tem suas particularidades, desde a sua crença e vida, é ele quem decifra o Pantanal.

O homem pantaneiro, historicamente, teve seu surgimento ligado a diversas influências tais como: bandeirantes, nordestinos, mesclados ou não com negros e com indígenas das antigas tribos locais. Também exerceu sua influência os paraguaios e bolivianos, que adentraram o território brasileiro em busca de trabalho. Toda essa influência de etnias, usos e costumes legou ao pantaneiro modos de vida que foram se modificando ao longo dos anos.

O verdadeiro peão seja ele mestiço, bugre, paraguaio ou descendente, é quem conduz a boiada, faz parte do rodeio, lida seu laço, enfim, sabe realizar suas atividades como ninguém.

É costume do vaqueiro dormir cedo e acordar ainda pela madrugada. Sua primeira refeição é o “quebra-torto”, arroz com carne seca e café com leite; de três a quatro vezes ao dia, em horários pré-estabelecidos ele interrompe seu trabalho para tomar o seu tereré.

Um outro hábito do peão pantaneiro é o de observar a fauna e a flora para descobrir as mudanças de comportamento do tempo, e ainda os corpos celestes para buscar indícios de chuva, enchentes ou estios prolongados. Tudo isso representa um pouco de sua sabedoria empírica, ditada pelo convívio com um ambiente propício a qualquer tipo de aventura.

A medicina caseira sempre fez o homem pantaneiro cuidar de todos os seus males. Para tudo ele tem um remédio, extraído da própria natureza.

Assim como o empresário possui suas vestimentas formais para o trabalho no escritório, o peão, forjado na lida diária de sol a sol, só se considera completo quando passa a exhibir alguns ícones do homem pantaneiro, como as botinas com esporas, que servem para montar o animal e dominá-lo; a guaiaca, cinturão que abriga a faca e o revólver às costas; a chaira, instrumento usado para afiar ou manter o fio da faca; o chapéu de carandá que serve para a proteção do sol; o tirador, couro em forma de saia para proteger a cintura na lida com o laço, hoje substituído pela calça de couro; o piraim, tira de couro longa que estala na condução da boiada; a guacha, chicote para acelerar o animal e o berrante, instrumento feito de chifre de boi que, ao ser assoprado, emite som característico e é o principal instrumento de trabalho na hora de conduzir o rebanho, do qual cada toque tem um significado diferente.

O vaqueiro tem sua própria linguagem, seu sotaque e preserva muito um “dedo de prosa”; ele é observador e atento. Cada região do Pantanal tem suas peculiaridades, e o vaqueiro é a essência do Pantanal.²⁷

Ser pantaneiro representa, mais do que uma atividade, o fazimento é o saber viver, ter o manejo adaptativo de vida em tempos de águas e em tempos de seca. É viver no transitivo, na transição, no ser e acreditar em seres que emergem dessas águas ora rasas, ora profundas, ora transparentes, ora turvas. Ser do Pantanal é temer esses seres que são guardiões das águas pantaneiras, que as protegem e castigam aqueles quem não as respeitam.²⁸

²⁷ Gonçalves et al. 2002. “O Homem pantaneiro sul-mato-grossense: sua vida e sua história.” Multitemas nº 27. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/multi.v0i27.802> Acesso em 24/11/2020

²⁸ Comentário da Prof. Dra. Carolina Joana da Silva, Presidente do Congresso Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia Mato-Grosso.

“Meus queridos pares,

Pioneiros no Brasil na questão do meio ambiente, hoje somos passados para trás por interesses de maus políticos, maus empresários e PhD's de aluguel.

Em termos de Brasil, estamos vendo o barco afundar e ninguém diz nada. São transgênicos entrando de contrabando pelo Sul, e o governo apoiando. São queimadas da Amazônia, e o governo impassível. Gente com terra do tamanho de um Estado, e a gente sem terra. É transposição do Rio São Francisco, no lugar de revitalização.

No Pantanal, querem fazer do Rio Paraguai um canal de navegação com portos para grandes embarcações e grandes comboios. É pólo siderúrgico, é pólo gás-químico. Agora, querem fazer usinas de álcool na Bacia do Alto Paraguai. Um terço dos deputados estaduais são a favor. Um terço contra. E um terço sem saber o que é.

Já que não temos votos para salvar o Pantanal, vamos dar a vida para salvá-lo.”

Francisco Anselmo de Barros

Querida amiga Iracema

O que o nosso querido Francelmo fez, a mim e a Stella e a todos nós chocou tanto, que ficamos um pouco aparvalhados com a notícia.

Foi uma imolação pela Pátria que na terra do mensalão destoa. Mas até pode corrigir, o que o nosso Francelmo fez é mais do que um protesto.

Para mim tem o componente maior do heroísmo.

Francelmo o último herói do Brasil.

Meus sentimentos Iracema.

Seu velho amigo,

Manoel de Barros

3 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL AO PANTANAL

3.1 PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL E LEIS FEDERAIS

A relevância ecológica do Pantanal encontra-se expressamente destacada na Constituição Federal de 1988, que o qualifica como Patrimônio Nacional, condicionando sua utilização ao cumprimento de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, na forma da lei.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(...)

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

O expressão “patrimônio nacional”, conforme repetidamente assentado pela doutrina, não se refere ao sentido de propriedade ou patrimônio disponível do Estado, e sim de uma riqueza ecológica que demanda proteção mais efetiva.

Contudo, passados mais de 30 anos da promulgação do texto constitucional, ainda não foi aprovada lei específica que defina as condições necessárias à preservação do bioma, considerando suas fragilidades e especificidades naturais.

Apesar da inexistência de lei federal específica que regulamente a utilização dos recursos naturais do Pantanal, aplicam-se ao

bioma outras leis federais, dentre as quais destacamos a Lei 12.651/2012, conhecida como Código Florestal.

Conforme corretamente argumentado por Irigaray (2015), a promulgação da Lei 12.651/2012 em substituição ao Código Florestal anterior representou um retrocesso, em termos de proteção ambiental, às áreas alagáveis:

No ordenamento infraconstitucional, a norma geral que disciplinava, ainda que parcialmente, as áreas úmidas estavam contidas no Código Florestal (com redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989) que as considerava áreas de preservação permanente, portanto submetidas a um regime jurídico de interesse público com imposição de preservação integral e permanente da flora, vedada sua supressão. Embora não houvesse, na citada norma, a expressa referência a essas áreas, a mesma estabelecia a chamada APP ciliar como a faixa marginal ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto, o que abrangia grande parte das áreas úmidas existentes no país (aquelas que ocorrem com a inundação periódica causada pelo transbordamento lateral de rios). Ocorre que mesmo essa tímida proteção, frequentemente ignorada, foi suprimida com a redação em vigor do art. 4º, I da Lei 12.651/2012, que define a APP ciliar como a faixa marginal ao longo de qualquer curso d'água desde a borda da calha do leito regular, o que exclui dessa proteção as áreas periodicamente alagáveis.²⁹

Em sentido diverso, a mesma Lei 12.651/2012, conferiu relativa proteção à planície pantaneira, classificada como área de uso restrito, conforme determinado em seu art. 10:

²⁹ IRIGARAY, C. T. J. H. 2015. "Áreas úmidas especialmente "des" protegidas no direito brasileiro: o caso do pantanal mato-grossense e os desafios e perspectivas para sua conservação." Revista de Estudos Sociais, n. 34, v. 17. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2585/1760> Acesso em 20/11/2020.

Art. 10. Nos pantanais e planícies pantaneiras, é permitida a exploração ecologicamente sustentável, devendo-se considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa, ficando novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo condicionadas à autorização do órgão estadual do meio ambiente, com base nas recomendações mencionadas neste artigo. [\(Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012\).](#)

Diante da generalidade da redação do art. 10, que não explicita a definição precisa do habitat objeto de sua proteção, tampouco conceitua o que seria considerado como exploração ecologicamente sustentável, a aplicação de tal conceito depende da aprovação de regramento específico para o bioma.

3.2 PROTEÇÃO DO BIOMA PANTANAL EM NORMAS ESTADUAIS

A proteção ao bioma Pantanal encontra-se prevista na Constituição Estadual das duas unidades federativas, que também determinam a criação e manutenção de mecanismos de ação conjunta com o Estado vizinho, com o objetivo de preservar o Pantanal e seus recursos naturais, conforme transcrito a seguir:

Constituição do Estado de Mato Grosso de 1989.

Art. 273. O Pantanal, o Cerrado e a Floresta Amazônica Mato-grossense constituirão pólos prioritários da proteção ambiental e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.³⁰

³⁰ Destacamos aqui a impossibilidade de cumprimento deste dispositivo, pois os três biomas citados abrangem a totalidade do território do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. O Estado criará e manterá mecanismos de ação conjunta com o Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de preservar o Pantanal Mato-grossense e seus recursos naturais.

Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul de 1989.

Art. 224. A área do Pantanal Sul-Mato-Grossense localizada neste Estado constituirá área especial de proteção ambiental, cuja utilização se fará na forma da lei, assegurando a conservação do meio ambiente.

Parágrafo único. O Estado criará e manterá mecanismos de ação conjunta com o Estado de Mato Grosso, com o objetivo de preservar o Pantanal e seus recursos naturais.

Apesar da previsão constitucional de gestão conjunta do bioma Pantanal, as iniciativas de aproximação dos governos dos dois Estados ainda são bastante incipientes, acontecendo apenas em situações vistas como ameaça ambiental ou política pelos atores envolvidos, a exemplo da ocorrência de grandes tragédias, como os incêndios florestais de 2019 e 2020, ou de qualquer avanço nas discussões de lei federal específica para o bioma no Congresso Nacional.³¹

Essa resistência pode ser compreendida pelo fato de a competência legislativa para a proteção do meio ambiente Pantanal ser concorrente, isto é, compete à União, ao Estado e ao Distrito Federal a elaboração de leis que assegurem a preservação ambiental. Na ausência de lei federal sobre o bioma Pantanal, os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul têm exercido sua competência legislativa plena, conforme previsto no art.

³¹ GOVERNO DE MS. 2018. “MS e MT concluem Termo de Cooperação para uniformizar legislação sobre o Pantanal”. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/ms-e-mt-concluem-termo-de-cooperacao-para-uniformizar-legislacao-sobre-o-pantanal/>. Acesso em 25/11/2020

24, § 3º, da Constituição Federal. Entretanto, a superveniência de lei federal suspenderá a eficácia das leis estaduais no que lhe for contrário.

Passaremos a seguir a analisar as normas vigentes em MT e MS que tratam sobre preservação e/ou restrições de utilização do bioma Pantanal.

3.2.1 Legislação de Mato Grosso

No âmbito do Estado de Mato Grosso, a matéria é regulamentada pela Lei nº 8830, de 2008, que dispõe sobre a Política Estadual de Gestão e Proteção da Bacia do Alto Paraguai.

A Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso (Lei nº 8830/2008) tem por objetivo promover a preservação e conservação dos bens ambientais, a melhoria e recuperação da qualidade ambiental, visando assegurar a manutenção da sustentabilidade e o bem-estar da população envolvida, atendidos, dentre outros princípios “proteção do Pantanal Mato-grossense enquanto Patrimônio Nacional, Sítio Ramsar e Reserva da Biosfera” (art. 3º, inciso XI).

Para alcançar os objetivos da Política, a Lei nº 8830/2008 estabelece as seguintes atribuições ao Poder Público:

Art. 5º Incumbe ao Poder Público:

- I - articular-se com o Estado de Mato Grosso do Sul e com a União, visando uma política integrada para a Bacia do Alto Paraguai;
- II - fomentar a certificação ambiental das atividades sustentáveis desenvolvidas na região da Bacia do Alto Paraguai;
- III - incentivar a recuperação de áreas degradadas;
- IV - promover o ordenamento do turismo na Bacia do Alto Paraguai, em especial o ecoturismo, em conjunto com ações de educação ambiental;
- V - criar e implementar mecanismos de prevenção e combate à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres;

- VI - promover a criação de mecanismos econômicos de incentivo às atividades de preservação/conservação ambiental;
- VII - incentivar ações que contribuam para o manejo sustentável dos recursos pesqueiros e da fauna silvestre, típica da Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai, mediante plano de manejo;
- VIII - promover pesquisas científicas, de relações sociais e econômicas, visando à implementação de novas unidades de conservação e corredores ecológicos na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai de Mato Grosso;
- IX – incentivar as ações de manutenção dos estoques pesqueiros, agregando valor ao pescado capturado pelos pescadores artesanais, através do desenvolvimento das cadeias produtivas da carne e do couro do peixe;
- X - estimular formas ambientalmente corretas de produção agropecuária, manejo florestal, silvicultura e geração de energia na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai de Mato Grosso.
- XI – promover, em um prazo máximo de 05 (cinco) anos, ações com a finalidade de se implantar sistemas de esgoto nas cidades e indústrias que fazem parte da Bacia do Alto Paraguai, bem como a coleta e disposição final adequada dos resíduos sólidos (lixo).

Art. 6º Compete à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA:

- I - incentivar a manutenção e conservação de áreas naturais, através do incentivo à criação de Unidades de Conservação na Bacia do Alto Paraguai;
- II - desenvolver programas de monitoramento da fauna, flora e de controle de espécies exóticas na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai;
- III - realizar diagnóstico e monitoramento dos impactos ambientais na Planície Alagável e propor programas que visem a minimização destes impactos, com a participação das empresas e produtores rurais que contribuam para melhoria da gestão ambiental e permitam o aperfeiçoamento de acompanhamento e controle;
- IV - implantar um sistema de monitoramento, controle e fiscalização da pesca, fomentando estudos estatísticos quantitativos e

qualitativos, como estoque e produção das áreas naturais utilizadas para esta atividade comercial e artesanal;

V - fomentar ações visando o manejo sustentável dos recursos vegetais nativos, utilizando-se de ferramentas como o plano de manejo de áreas na Planície Alagável;

VI – controlar e fiscalizar a extração, transporte e comércio de iscas vivas;

VII - ordenar as atividades poluidoras e/ou degradadoras (de baixo impacto) do meio ambiente, implantadas e a serem implantadas na região da Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai.

Dentre as áreas protegidas sob a tutela da Lei nº 8830/2008 são criadas duas categorias distintas: as Áreas de Preservação Permanente e as Áreas de Conservação Permanente.

As áreas de preservação permanente correspondem às florestas e demais formas de vegetação situadas: as margens dos cursos d'água, perenes, intermitentes e/ou efêmeros, inclusive nos corixos; no entorno de baías, lagos e lagoas, em faixa marginal de 100 metros; no interior das ilhas; nas veredas e nos brejos; nos topos e encostas de morros isolados, com inclinação igual ou superior a 45°; no entorno dos meandros, conectados ou não com rios (art. 7º).

Por sua vez, são consideradas Áreas de Conservação Permanente, na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai: os campos inundáveis; os corixos; os meandros de rios; as baías e lagoas marginais; as cordilheiras; os diques marginais naturais; os capões de mato e murunduns (art. 8º). Nos campos inundáveis é permitido o acesso e uso para pecuária extensiva, e nos diques marginais naturais, capões de mato e murunduns também são permitidas as atividades turísticas, habitação dos ribeirinhos, sede e retiros de fazendas, vedadas às intervenções que impeçam o fluxo da água. Em todas as fisionomias de Áreas de Conservação Permanente é permitida a construção de estradas para acesso as propriedades rurais, desde que não impeçam o fluxo de água.

Ao tratar sobre as restrições de uso na planície inundável, a Lei nº 8830/2008 determina:

Art. 9º Ficam vedadas, nos limites da Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai de Mato Grosso:

I – o licenciamento de criatórios de espécies da fauna que não sejam autóctones da bacia hidrográfica;

II – a implantação de projetos agrícolas, exceto a atividade agrícola de subsistência e a pecuária extensiva;

III – a construção de diques, barragens ou obras de alterações dos cursos d'água, exceto açudes, tanques para piscicultura e pecuária extensiva, estabelecidos fora das linhas de drenagens, bem como para recuperação ambiental, a construção de estradas para acesso as propriedades rurais e empreendimentos hoteleiros dentro dos limites da Planície Alagável, desde que não impeçam o fluxo natural da água;

IV – a implantação de assentamento rural.

V – a instalação e funcionamento de atividades de médio e alto grau de poluição e/ou degradação ambiental na Planície Alagável, tais como: plantio de cana, implantação de usinas de álcool e açúcar, carvoarias, abatedouros e outras atividades de médio e alto grau de poluição e ou degradação.

Parágrafo único. Se as estradas de acesso mencionadas no inciso III de alguma forma interferirem no fluxo das águas, estas deverão ser construídas com pontes, manilhas e outros mecanismos que possibilitem o fluxo das águas

A Lei previu ainda um prazo de 5 anos, a partir de sua publicação em janeiro de 2008, para que a secretaria de Estado de Meio Ambiente identificasse as barragens, diques e aterros existentes na planície alagável que estivessem causando significativos danos ao ecossistema, e determinasse aos responsáveis prazo para remoção ou adequação dessas estruturas.

3.2.2 Legislação de Mato Grosso do Sul

A proteção ambiental ao Pantanal está prevista na legislação de Mato Grosso do Sul desde o início da década de 80, na forma da Lei nº 328, de 1982, que dispõe sobre a Proteção e Preservação Ambiental do Pantanal Sul-Mato-Grossense. A Lei teve sua redação atualizada pela Lei 3839, de 2009, que também instituiu o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS) e aprovou a Primeira Aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS).

A Lei nº 328/1982 é menos detalhada que o normativo aprovado pelo MT e trata principalmente de restringir a realização de determinadas atividades na região da planície pantaneira, na proximidade de cursos d'água e paisagens turísticas e em áreas de recarga do Aquífero Guarani. Nesse sentido, determina:

Art. 1º Fica proibida a instalação de destilaria de álcool e usinas de açúcar na área de Pantanal Sul-Mato-Grossense, representada pela Zona da Planície Pantaneira, bem como nas áreas adjacentes, representadas pela Zona do Chaco, Zona Serra da Bodoquena, Zona Depressão do Miranda e Zona Proteção da Planície Pantaneira, delimitadas de acordo com o Anexo I.

Parágrafo único. No cumprimento das normas estabelecidas no cabeço do artigo, o Poder Executivo estabelecerá exceções especificamente em relação à Zona Depressão do Miranda, obedecendo, obrigatoriamente, às seguintes disposições:

I - o Poder Executivo, por intermédio dos órgãos competentes, estabelecerá procedimentos específicos para a instalação dos empreendimentos de que trata o cabeço do artigo, nas áreas das formações geológicas Aquidauana e Botucatu, existentes na Zona Depressão do Miranda, observando:

a) para que sejam identificadas e especialmente protegidas, nas áreas de influência dos empreendimentos, a existência de áreas de recarga do Aquífero Guarani;

b) a instalação das plantas industriais dos empreendimentos, inclusive das estruturas de manejo da vinhaça e as áreas de fertirrigação não sejam permitidas a menos de trinta quilômetros dos limites da Zona Planície Pantaneira (ZPP), a menos de dez quilômetros das áreas de formação cársticas e dos rios considerados de beleza cênica e turística especial, e a menos de cinco quilômetros dos demais cursos d'água superficiais encontrados na região;

II - nas áreas da Bacia do Alto Paraguai pertencentes à Zona Alto Taquari (ZAT) e Zona Serra de Maracaju (ZSM), bem como nas demais regiões do território estadual contidas nas áreas de influência hídrica do Aquífero Guarani, a instalação dos empreendimentos tratados no cabeço do artigo fica, também, condicionada à prévia identificação das áreas de recarga do Aquífero, e, à definição de medidas específicas para a sua proteção.

A Lei nº 328/1982 assegurou os direitos das indústrias que já estivessem instaladas e em operação na data de sua publicação, em fevereiro de 1982, mas proibiu a ampliação de sua capacidade instalada e condicionou a continuidade de seu funcionamento à observância das normas de controle de poluição (arts. 3º e 4º).

A restrição à instalação de usinas sucroalcooleiras na planície pantaneira e no região peri-pantaneira da Bacia do Alto Paraguai, estabelecida pela Lei nº 328/1982 tem sido motivo de embates recorrentes entre ambientalistas e lobistas pró-usinas há várias décadas, com consequente impacto sobre a discussão política da matéria por governantes e legisladores estaduais conforme o setor que representam e a pressão da opinião pública.

O episódio mais dramático desta disputa ocorreu em 2005, quando o então governador do Mato Grosso do Sul, José Orcírio dos Santos,

em sua terceira tentativa de alterar a Lei nº 328/1982, apresentou projeto de lei que permitiria a construção de usinas de álcool e açúcar em 18 dos 33 municípios da região do entorno do Pantanal.

O projeto causou imediata divisão entre os Deputados Estaduais que defendiam o projeto como alternativa de geração de renda e desenvolvimento para a região norte do Estado e aqueles que apontavam que a manutenção da proibição da atividade era essencial, pois a contaminação dos cursos de água com o vinhoto, líquido tóxico residual do processo de destilação do álcool da cana-de-açúcar, traria impactos ambientais irreversíveis para planície pantaneira e para o Aquífero Guarani.

Às vésperas da votação da proposta, não havia ainda maioria formada para sua aprovação ou rejeição. Uma multidão de interessados, dentre estudantes, ambientalistas, lobistas e prefeitos dos municípios contemplados se aglomerava a cada reunião da Assembleia Legislativa, na tentativa de influenciar a decisão dos Parlamentares.

Dentre o grupo de ambientalistas e especialistas contrários à proposta, estava Francisco Anselmo Gomes de Barros. Francelmo, como era conhecido, havia sido um dos idealizadores da Lei de Preservação do Pantanal (Lei nº 328/1982) durante sua formulação na década de 80. Com uma trajetória de vida marcada pela dedicação à causa ambiental, Francelmo fundou a primeira entidade ambientalista do Estado de Mato Grosso, a AME (Associação Mato-Grossense de Ecologia), era membro do Conselho Estadual de Controle Ambiental, presidiu a Fundação para Conservação da Natureza em Mato Grosso do Sul e foi membro fundador do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Diante do temor de que o projeto fosse aprovado, Francelmo decidiu realizar um gesto extremo. Em 12 de novembro de 2005, durante um protesto realizado no centro de Campo Grande, o ambientalista estendeu dois colchonetes na calçada, encharcou-os de gasolina, sentou-se sobre eles e ateou-lhes fogo. Ele morreria no dia seguinte, com queimaduras em 100% do corpo.

Como resultado da pressão da opinião pública após a morte do ambientalista, e do envolvimento da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a proposta foi rejeitada pela Assembleia Legislativa. Em homenagem ao ambientalista, o Conama a aprovou moção instituindo o dia 12 de novembro como Dia do Pantanal. No mesmo sentido, a Lei nº 5.518/2020 de Mato Grosso do Sul instituiu a data no calendário oficial estadual.

Para regulamentar o disposto no art. 10 da Lei nº 12.651/2012, o Estado de Mato Grosso do Sul publicou o Decreto nº 14.273/2015, que dispõe sobre a Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal em seu território. Em sua redação, o decreto considera trabalhos científicos e recomendações dos órgãos de pesquisa oficiais.

Para os efeitos do Decreto nº 14.273/2015, considera-se Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal a área delimitada pelo Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE-MS), instituído pela Lei nº 3.839/2009, incluindo toda a Zona Planície Pantaneira (ZPP), fragmentos da Zona Depressão do Miranda (ZDM) e da Zona do Chaco (ZCH), e ajustada ao trabalho científico de autoria de João dos Santos Vila da Silva e Myrian de Moura Abdon, publicado na revista Pesquisa Agropecuária Brasileira, v.33, número especial, p. 17031711, de outubro de 1998, intitulado “Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões”.

Conforme especificado nos art. 4º e 5º do Decreto nº 14.273/2015:

Art. 4º A utilização da Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal não poderá comprometer as funções ambientais das áreas que as compõem, quais sejam, as de:

- I - preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade;
- II - facilitar o fluxo gênico de fauna e flora;
- III - proteger o solo;
- IV - assegurar o bem estar das populações humanas locais.

§ 1º Será admitida a presença extensiva do gado, caracterizada como de baixo impacto, nos termos da Deliberação CECA nº 31, de 17 de setembro de 2015, do Conselho Estadual de Controle Ambiental, em pastagens nativas nas áreas de preservação permanente dos rios, corixos e baías da AUR do Pantanal, cujas métricas seguirão as definições dos incisos I e II do art. 4º da Lei Federal nº 12.651, de 2012.

§ 2º No interior da salina e na sua faixa marginal deverá ser evitada a concentração e o pernoite do gado. § 3º Serão consideradas, também, como atividade de baixo impacto na Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal e, neste caso, dispensadas de autorização ambiental:

I - a limpeza de pastagens cultivadas, para as operações que envolvam o corte de plantas regeneradas ou invasoras, com circunferência na altura do peito (CAP) inferior a 32 cm, e que, eventualmente, gerem material lenhoso para utilização no local;

II - a limpeza de áreas de campo nativo dominadas por espécies florestais invasoras e/ou dominantes, tais como: cambará (*Vochysia divergens*); pateira (*Couepia uiti*); pimenteira (*Licania parvifolia*); aromita (*Acacia farnesiana*); lixeira (*Curatella americana*); canjiqueira (*Byrsonima orbignyana*); entre outras, em locais que antes eram, comprovadamente, áreas de campo limpo.

Art. 5º Na Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal são, especialmente, protegidas as seguintes áreas:

I - nas veredas : além do curso d'água, toda área e vegetação existente até o limite superior do campo úmido, independentemente do tipo de vegetação existente nesta faixa;

II - nos landis : toda a vegetação arbórea que cobre o curso d'água ou que a este margeia, até seu limite externo com a vegetação campestre ou de savana;

III - nas salinas : além da praia circundante, uma faixa marginal de 100 metros, para as acumulações d'água com mais de 20 hectares, ou de 50 metros, para as acumulações de até 20 hectares, área esta, compreendida pelo seu corpo d'água ou seu leito eventualmente seco, sua faixa de praia e sua cobertura vegetal.

Parágrafo único. A proteção das áreas de que tratam os incisos do caput deste artigo deverá assegurar o não comprometimento de suas funções ambientais, assim entendidas como as dispostas nos incisos do caput do art. 4º deste Decreto.

As atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural, em Áreas de Preservação Permanente inseridas na AUR do Pantanal, caracterizadas como consolidadas, poderão ter continuidade na forma do disposto na Seção II do Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 2012 (art. 6º).

São excluídos das vedações e das restrições estabelecidas no Decreto 14.273/2015 os imóveis rurais que, embora estejam geograficamente incluídos, total ou parcialmente na Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal, não sejam afetados pelo pulso das inundações e/ou apresentem unidades de paisagem diversas daquelas que caracterizem o Bioma Pantanal.

Em relação à Reserva Legal das propriedades, a norma especifica que:

Art. 9º Na Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal, a escolha das áreas de Reserva Legal deverá levar em conta a possibilidade de contemplar, preferencialmente, as áreas de vegetação nativa de porte arbóreo, em detrimento das áreas de campo nativo.

§ 1º A área de Reserva Legal na Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal será de 20% (vinte por cento), observado o disposto no art. 15 da Lei Federal nº 12.651, de 2012.

§ 2º É permitido o pastoreio extensivo pelo gado nas áreas de Reserva Legal, exclusivamente, sob os seguintes critérios:

I - se a Reserva Legal não se restringir apenas a áreas florestais ou de vegetação nativa de porte arbóreo, e possuir em seu interior áreas de pastagens nativas;

II - se o uso pecuário for efetuado de forma a reduzir a biomassa vegetal, e, conseqüentemente, o risco de incêndios florestais;

III - se o uso pecuário não descaracterizar a cobertura vegetal e não prejudicar a conservação da vegetação nativa da área de Reserva Legal;

IV - se o uso pecuário não comprometer a manutenção da diversidade de espécies e a resiliência da Reserva Legal.

O Decreto também aborda a proteção ao pulso de inundação e veda alterações no regime hidrológico da Área de Uso Restrito da planície

inundável do Pantanal, em especial aquelas resultantes da construção de diques, canais de drenagem, barragens e outras formas de alteração da quantidade e da distribuição da água. Na construção de tanques para dessedentação animal, deverá ser adotado procedimento de forma a evitar o assoreamento de corpos d'água naturais, como as baías e as vazantes. No mesmo sentido, na construção de estradas e caminhos de acesso, quando em aterros, devem ser contemplados mecanismos como pontilhões, manilhas e outras formas de escoamento, em número, extensão e localização condizentes com a drenagem da área afetada, de forma a possibilitar a continuidade do livre fluxo das águas.

Finalmente, o art. 17 registra que em razão de superveniências de graves riscos ao meio ambiente e à saúde, bem como, nos casos passíveis de aplicação do Princípio da Prevenção ou do Princípio da Precaução, em virtude da insuficiência ou da inexistência de informações acerca do potencial poluidor de uma determinada atividade, fica autorizada a adoção de medidas mais restritivas em relação àquelas disciplinadas pelo Decreto.

3.3 PROTEÇÃO CONFERIDA POR TRATADOS E ACORDOS INTERNACIONAIS

Dentre os documentos internacionais relacionados à proteção do Pantanal destaca-se a Convenção de Ramsar, que foi celebrada em 1971, na cidade iraniana de Ramsar, em vigor desde 21 de dezembro de 1975, normatiza a proteção das áreas úmidas e foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 1.905, de 16 de maio de 1996.

A Convenção prevê que o Brasil, enquanto signatário, deve formar o seu Sítio Ramsar, indicando áreas úmidas de importância internacional. Dentre as áreas úmidas que o Brasil já indicou para comporem a Lista de Sítios Ramsar, quatro se encontram no Pantanal, sendo três em Mato Grosso e uma em Mato Grosso do Sul: Reserva particular de patrimônio natural Sesc Pantanal (MT), Estação Ecológica Tayamã (MT), Reserva particular de patrimônio natural – Fazenda Rio Negro (MS) e Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense (MT).

No ano de 2000, o Pantanal Mato-grossense recebeu dois títulos da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) que reconhecem a relevância internacional do bioma para o desenvolvimento sustentável: o de Reserva da Biosfera e o de Patrimônio Natural da Humanidade.

As Reservas da Biosfera formam uma rede mundial de áreas voltadas à conservação do patrimônio natural e cultural com a implementação do desenvolvimento sustentável. Por sua vez, o título de Patrimônio Natural da Humanidade, dado ao complexo de áreas protegidas do Pantanal pela Unesco indica que bioma precisa ser protegido por organismos nacionais e internacionais devido à exuberância natural que possui.

QUEIMADA

Letra e música: **Manoel Lacerda Lima**

Vendo este fogo que queima
as folhas verdes da mata,
sinto minha alma desfeita,
subindo com a fumaça.
A cada flor destruída
meu coração se espedaça.
O vento alimenta as chamas,
enquanto a vida se apaga,
no peito a dor se recolhe,
no campo a morte se espalha.

Pé de ipê-roxo florido
em labaredas desaba,
seu tronco foi corroído,
já não aguenta a galhada.
O ninho cai das alturas
e o cipoal da ramada,
o bambuzal verde chora,
o pé de angico estilhaça,
do coqueiral cacheado
não resta mais quase nada.

Sou alma da natureza,
vagando pela queimada,
apagando a morte acesa
e a dor que no chão se faça,
sou a aflição do caipora,
na salvação de uma caça.
Pra quem agiu sem piedade
e pôs o incêndio na palha,
sou japecanga-de-espinhos,
folha de capim-navalha!

Sou reza que sobe em busca
do Criador da esplanada,
pedindo que desça a chuva
da nuvem mais carregada
e afogue a sede da relva,
e faça a terra molhada.
Sou o verde da esperança
em cada planta brotada,
pedindo ao homem que acabe
o mal que a vida devasta.

4 A TRAGÉDIA NO PANTANAL: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Em um primeiro momento, seria possível pensar que os incêndios³² no Bioma Pantanal são uma situação “corriqueira”, que ocorre ano a ano. De fato, o uso do fogo na região é algo comum, seja pelo aspecto cultural, seja por questões técnico-científicas, tendo em vista ser o fogo, quando utilizado de forma correta, importante para que se controle a quantidade de biomassa seca disponível e se evite incêndios de maiores proporções³³.

³² Cabe destacar que o termo “incêndio” possui significado distinto do termo “queimada”, conforme explicou o Sr. Alexandre de Matos Martins Pereira, Analista Ambiental do IBAMA - Prevfogo/Mato Grosso do Sul, em reunião técnica do dia 30 de setembro: “tecnicamente existe uma distinção entre queimada e incêndio florestal. O que combatemos é incêndio florestal, até porque está previsto no Código Florestal que a queimada é o uso do fogo previsto em lei que pode ser autorizado pelo órgão ambiental competente para que esse fogo seja utilizado de forma parcimoniosa, com objetivo específico. Dependendo da situação, podemos utilizar o fogo como ferramenta de manejo e conservação da biodiversidade”. Da mesma forma, na doutrina: “Tecnicamente, há uma sensível diferença entre fogo e incêndio. O primeiro, propriamente dito, tem o caráter positivo do controle e seus efeitos construtivos; enquanto o incêndio tem como apanágio o descontrole destrutivo. (...) O incêndio nas vegetações corresponde a um fogo descontrolado, expandindo-se de acordo com as características do triângulo do fogo, combustível, comburente e agente ígnio, e, como quarto elemento, a reação em cadeia, proporcionando a onda de calor que prepara o combustível adjacente para ignição, mantendo as chamas destrutivas” (REZENDE, Elcio Nacur; OLIVEIRA, Edson Rodrigues de: A dinâmica do incêndio florestal e sua repercussão na responsabilidade civil por dano ambiental. Revista Direito Ambiental e sociedade, v. 5, n. 2. 2015, p. 54-81, p. 59).

³³ Nesse sentido, pontuou o Sr. Geraldo Alves Damasceno Júnior, professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em reunião técnica ocorrida no dia 30 de setembro: “o fogo e a água atuam em conjunto determinando as fisionomias da vegetação ali naquela região. Sempre dizemos que a inundação é bastante importante. Sim, a inundação é importante. Mas o fogo age como um agente moderador dessa distribuição da vegetação na paisagem juntamente com a inundação”. E conclui: “em relação a essa questão do fogo, há um trabalho que mostra que existem 12 mil anos de história de fogo no Pantanal, e a presença humana mais antiga registrada no Pantanal é de 8 mil anos. Quer dizer que o fogo já estava no Pantanal antes da presença humana, mesmo antes dos nossos indígenas, que vieram mais recentemente para cá. Então, isso é algo que precisamos aprender a manejar, e não proibir”. Na mesma direção, o Sr. Walfrido Moraes Tomas, Pesquisador Embrapa

Contudo, apesar de o fogo comum e até mesmo necessário no Pantanal, os incêndios em 2020 foram, sem dúvidas, excepcionais, configurando uma tragédia sem precedentes.

De fato, não se pode utilizar as práticas tradicionais da região e a dinâmica natural do bioma como subterfúgio para a sua destruição. A secularidade do uso do fogo no Pantanal não pode ser véu a encobrir verdadeiros crimes ambientais e contra a humanidade, cometidos pela ação inescrupulosa de alguns e inflados pela omissão daqueles que deveriam agir.

Nesse diapasão, durante os trabalhos da Comissão Externa, foi possível levantar fatos e dados que comprovam a excepcionalidade e a extrema gravidade dos incêndios no Pantanal neste ano de 2020. Essa excepcionalidade é observada tanto em razão das causas quanto das consequências de uma das maiores tragédias ambientais do Planeta, o que passamos a verificar com mais vagar.

4.1 OS INCÊNDIOS NO PANTANAL: CAUSAS

As causas de uma tragédia como a representada pelos incêndios no Pantanal são de difícil síntese, tendo em vista a complexidade das questões ambientais e as inúmeras possibilidades das relações sociais humanas que compõem o ambiente³⁴.

Pantanal, em reunião técnica do dia 30 de setembro, segundo o qual o fogo “é um fator natural de distúrbios em ecossistemas de savana”, sendo “a incidência de fogo nesse sistema fundamental para a biodiversidade”.

³⁴ Válido lembrar trecho da Declaração de Estocolmo (advinda da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972): “O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos

No entanto, diante de todo o debate técnico realizado por esta Comissão, é possível agrupar em três grandes pontos as principais causas que levaram os incêndios no Pantanal a uma proporção jamais vivenciada. São esses pontos: (1) as questões climáticas; (2) a atuação estatal; e (3) a atuação humana.

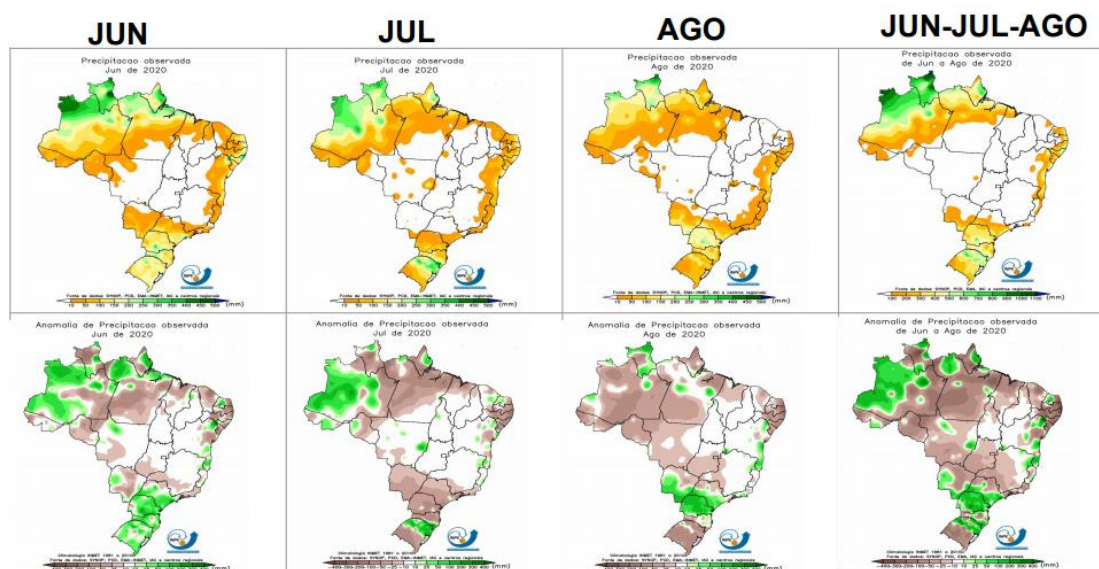
Assim, mesmo considerando a hipótese de que possam existir questões ainda não debatidas em profundidade ou até mesmo desconhecidas, acredita-se tenha sido possível compreender os principais pontos que envolvem as causas de uma das maiores tragédias socioambientais no mundo, a seguir demonstrados.

4.1.1 Condições climáticas

Entre as causas da tragédia no Pantanal, um primeiro ponto a se observar é o que se refere às condições climáticas, em especial à seca, à temperatura e à baixa umidade, que atingiram recordes históricos em 2020.

Em reunião técnica ocorrida no dia 30 de setembro, a pesquisadora do INPE, Sra. Izabelly Carvalho da Costa, apontou o déficit de precipitação na região, representado pelas imagens abaixo:

Precipitação - JJA/2020



Em relação às imagens, explicou a pesquisadora:

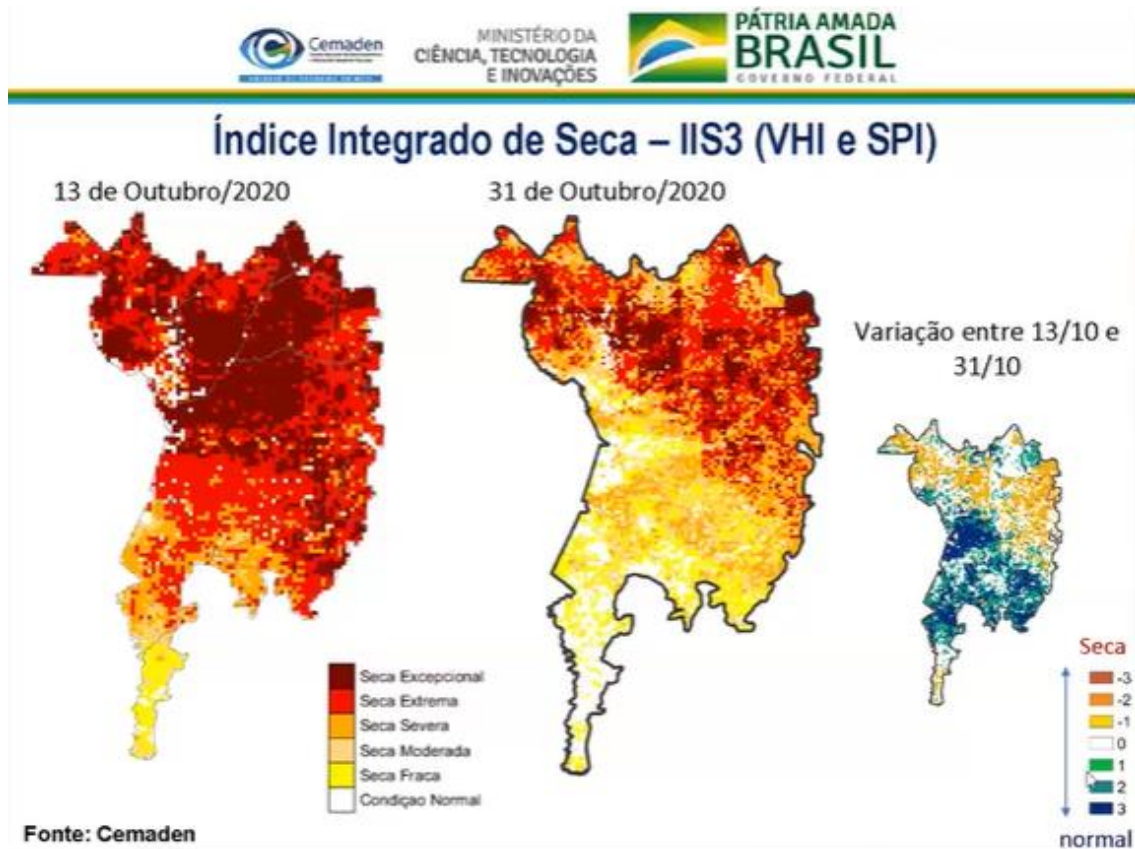
Aqui nós temos um panorama dos últimos meses. As figuras do topo referem-se às precipitações observadas e, abaixo, à anomalia, que é a diferença da precipitação observada em relação à climatologia para a região. Na primeira precipitação à esquerda, nós já podíamos verificar que, em Mato Grosso do Sul, havia um déficit de precipitação no mês de junho. Em julho, a precipitação também estava baixa e, em agosto, nós tivemos uma anomalia positiva. Porém, por causa da frente fria que avançou na última quinzena, aumentou um pouco a precipitação. No acumulado destes 3 meses, nós temos ainda uma precipitação mais abaixo do normal.

Na reunião técnica do dia 30 de setembro, o Sr. Walfrido Moraes Tomas, pesquisador da Embrapa, pontuou que, no ano de 2020, o déficit de chuvas na região estava ultrapassando a casa dos 40%. Para o Sr. Jaime Verruck, Secretário de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul-MS, em reunião técnica do dia 06 de outubro, tratava-se da maior seca no Rio Paraguai nos últimos 71 anos.

Durante a 4ª reunião da Sala de Crise do Pantanal³⁵, organizada pela Agência Nacional das Águas, ocorrida no dia 05 de novembro, o Sr. Marcelo, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) apontou o “índice integrado de seca”, que combina a questão da

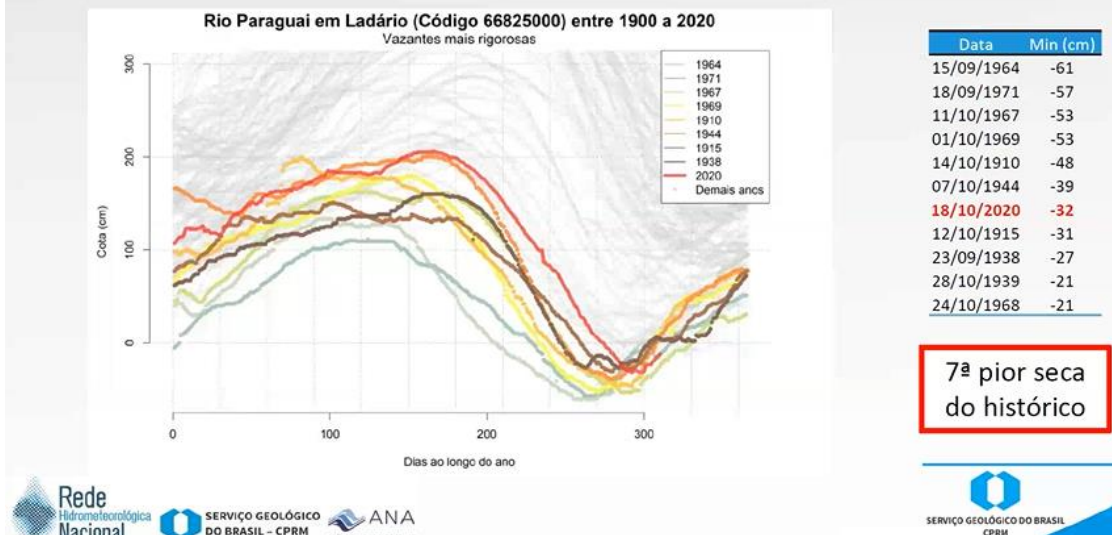
³⁵ 4ª reunião da Sala de Crise do Pantanal - Seca na Região Hidrográfica do Paraguai - 05/11/2020. ANA. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mnRhQwLvOal>. Acesso em 06/11/2020.

precipitação com a saúde da vegetação, mostrando uma imagem representativa da seca severa, extrema e excepcional em grande parte do bioma:



O Sr. Marcus Suassuna Santos, do Serviço Geológico do Brasil, na mesma ocasião, pontuou que, no Rio Paraguai, na estação de Ladário, no dia 18 de outubro, a cota de -32 do seu nível, indicou a 7ª pior seca do histórico e a pior seca desde 1969, “última vez que o rio esteve em uma condição tão ruim”.

PROGNÓSTICO DE NÍVEIS



Na mesma ocasião, o Sr. Lincon Curado, representando o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), pontuou que, na estação de Porto Murtinho, o menor nível, 73 cm, ocorreu em 1971, mas que, em outubro de 2020, o nível estava a 93 cm, muito próximo daquele recorde. Já em Ladário, a estação mais antiga do Brasil, a menor cota foi de -61 (em 1964), atingindo, neste ano de 2020, -32. Na oportunidade, foi apresentada a seguinte imagem:

NÍVEL DE REFERÊNCIA PARA AS ESTAÇÕES EM MS							
Bacia	Cotas de Referência (cm)	Máxima (ano)	Nível Normal	Permanência 95%	Mínima (ano)	Mínima em 2020 (Outubro)	05/nov
Paraguai	S. José do Piquiri	592 (1977)	256	167	141 (1971)	165	196
"	Pous. Talamã	564 (2006)	373	263	238 (2003)		
"	São Francisco	878 (1995)	566	346	206 (1971)		
"	Ladário	664 (1988)	256	52	- 61 (1964)	-32	-14
"	Porto Esperança	655 (1982)	249	35	01 (1964)	-93	-78
"	Porto Murtinho	971 (1982)	423	184	73 (1971)	93	143
"	Palmeiras	891 (2011)	188	105	83 (1968)	121	154
"	Aquidauana	1070 (2011)	300	200*	91 (1969)	180	238
"	Est. MT-738	1082 (2018)	135	96	78 (1979)	103	162
"	Miranda	790 (1992)	254	123	89 (1971)	138	465
"	Coxim	660 (1989)	390	350*	116 (1971)	352	370
Paraná	Cassilândia	300(2010)	124	100	59 (1994)		
"	Buriti	776 (1997)	364	303	220 (1985)		

Divulgado no site da ANA as cotas de referência para cada Estação.
 *Estudo hidrológico do IMASUL/GRH-MS , ** CPRM e Defesa Civil

Em período mais recente, é possível exemplificar a proporção da seca deste ano a partir da imagem mostrada pelo Sr. Renato José Ferreira Paschoal, da Secretaria do Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso, também na 4ª reunião da Sala de Crise do Pantanal, organizada pela Agência Nacional das Águas:

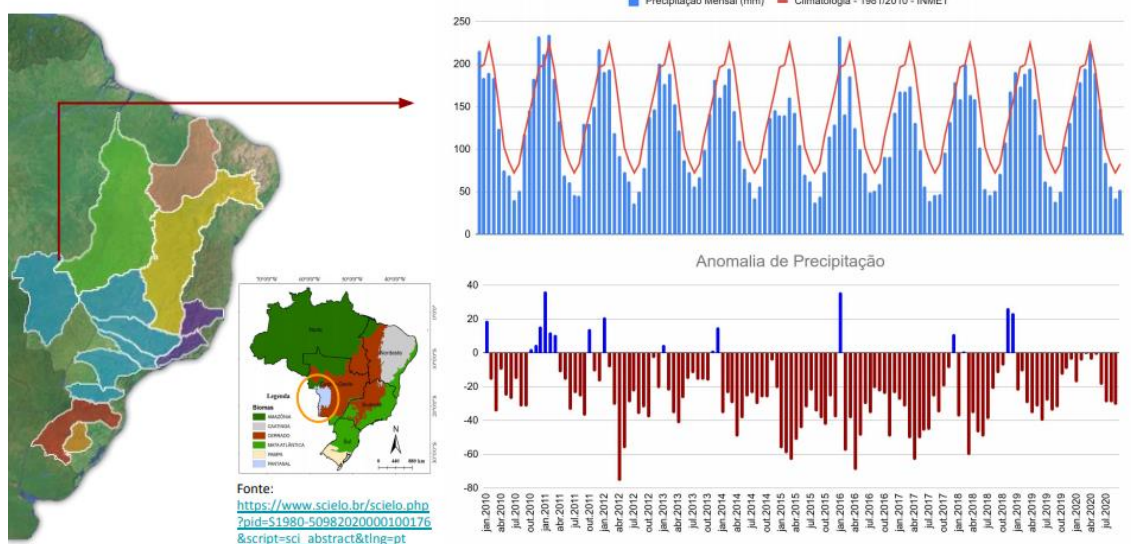
Dados Coletados e Analisados

- Bacia do Paraguai – 2014 a 2020 – Período: Maio a Setembro (Período Seco)
- Barra do Bugres



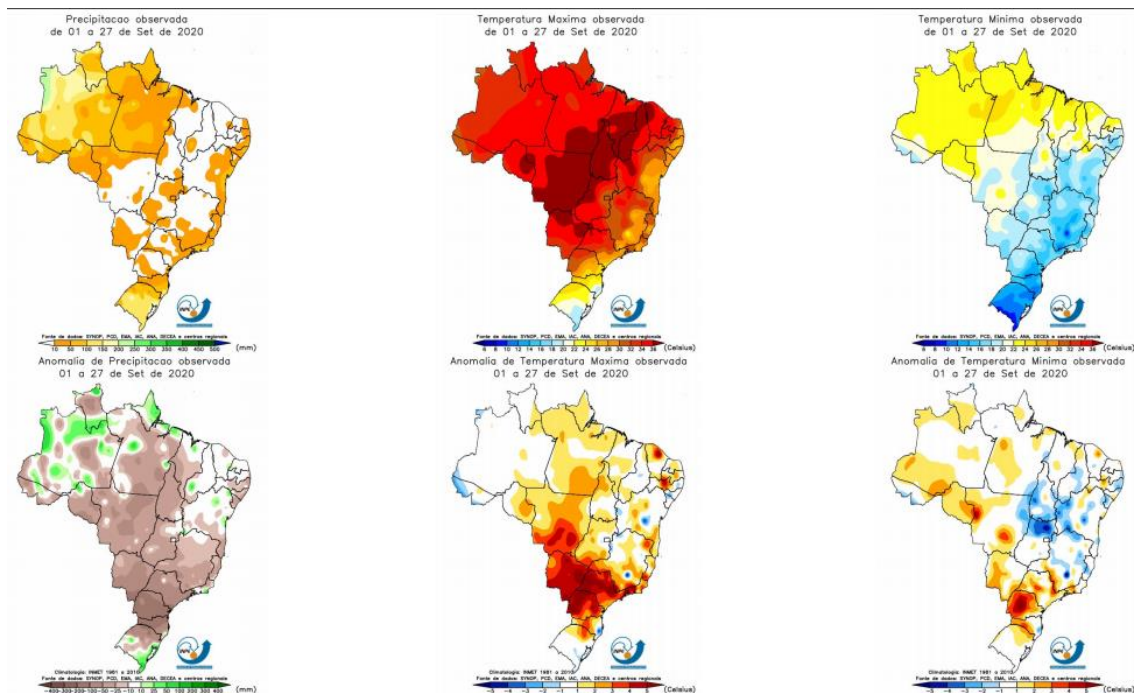
É importante destacar que referida anomalia negativa de precipitação vem ocorrendo ao longo dos últimos anos, consoante imagem apresentada pelo Sr. Maicon Eirolico Veber, representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, em reunião técnica do dia 15 de outubro:

Precipitação mensal na Bacia do Alto Paraguai



Quanto à imagem, explicou o pesquisador: “em boa parte dos últimos 10 anos, houve basicamente precipitação abaixo da média. As barras em azul se referem à precipitação observada e, em vermelho, à climatologia para cada época do ano, cada mês do ano”.

Além da anomalia negativa de precipitação, ocorre uma anomalia positiva de temperatura, consoante demonstrado pelas imagens abaixo, apresentadas pela pesquisadora do Inpe, Sra. Izabelly Carvalho da Costa, na reunião técnica de 30 de setembro:



Sobre as imagens, explicou a pesquisadora:

Na primeira figura à esquerda, temos a precipitação referente aos dias 1º a 27 de setembro. Nós ainda não tínhamos o total acumulado do mês.

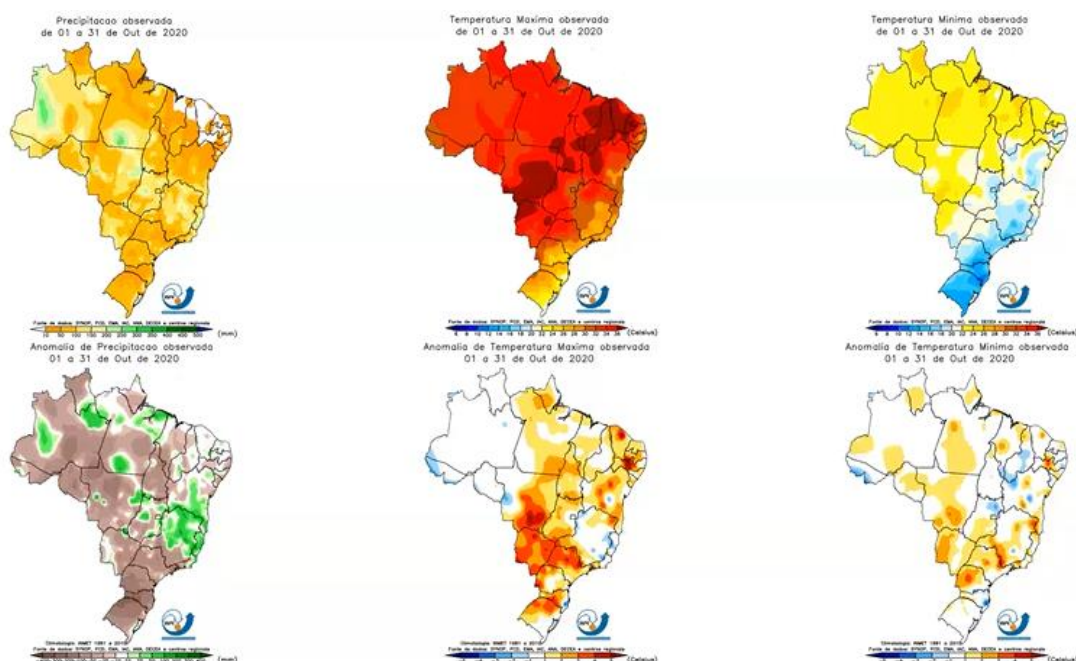
Abaixo, nós vemos uma anomalia de precipitação para este mês de setembro, ou para este período, até o dia 27. Nós víamos uma anomalia negativa da precipitação, com a precipitação abaixo do que é esperado para o mês.

A figura do meio, acima, mostra a temperatura máxima observada entre os dias 1º e 27 de setembro e, abaixo, a anomalia da temperatura máxima. Nós podemos verificar as anomalias positivas da temperatura para o mês de setembro quase completo. A figura da direita aponta a temperatura mínima observada para este período, e, abaixo, nós vemos a anomalia da temperatura mínima, em que houve um aquecimento, uma anomalia positiva desta temperatura, o que favorece as queimadas.

Tanto a anomalia negativa de precipitação quanto a anomalia positiva de temperatura foram previstas por três instituições de pesquisa

(CPTEC/INMET/FUNCEME), também para o trimestre de outubro a dezembro, conforme, na mesma oportunidade, relatou a citada pesquisadora.

Em complemento, na quarta reunião da Sala de Crise do Pantanal, organizada pela Agência Nacional das Águas, ocorrida no dia 05 de novembro, as imagens apresentadas pelo Inpe demonstraram também a anomalia negativa para o mês de outubro, de maneira semelhante à anomalia referente a setembro, supra apontada.

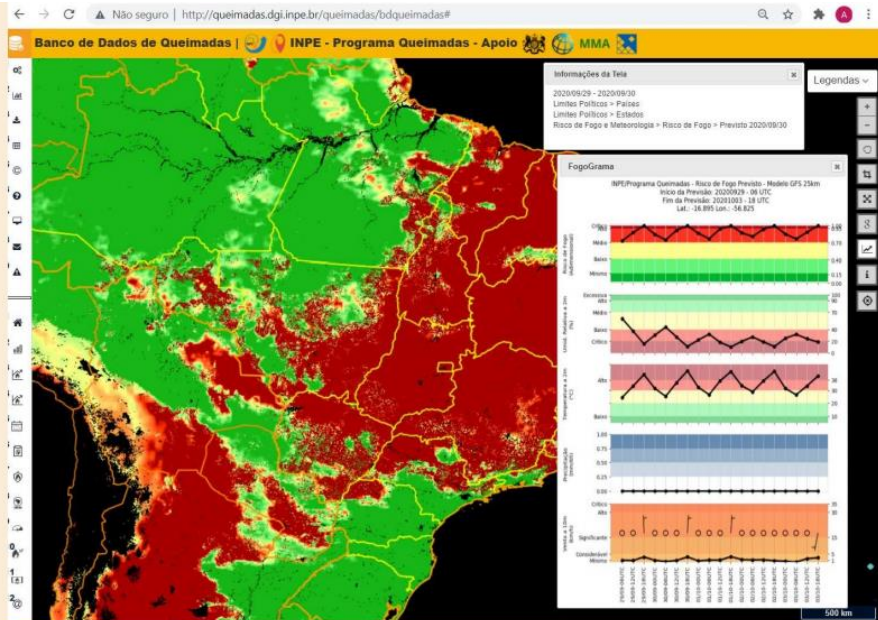


Esses fatores levaram a um “risco de fogo” jamais observado, tendo em vista a chamada “regra dos 30”, explicada pelo Sr. Alberto Setzer, Coordenador Substituto do Programa de Queimadas do Inpe, na reunião técnica da Comissão Externa do dia 30 de setembro de 2020:

Os bombeiros têm a regra dos 30, muito conhecida, que diz que, diante de 30 dias sem chuva, temperatura acima dos 30 graus e umidade abaixo de 30%, o risco é extremo. Se o vento estiver acima dos 30 quilômetros por hora, saia de onde estiver, que não há mais o que fazer.

Na oportunidade, apresentou o pesquisador a seguinte imagem, demonstrando o alto risco de incêndios:

Exemplo: Risco de Fogo meteorológico para queima de vegetação em 30/Set/2020 na Região do P.N. do Pantanal Mato-grossense. Notar que nos próximos dias: não haverá precipitação, a temperatura do ar estará na faixa 30°C a 40°C e a umidade relativa entre 15% e 35%



Sobre a mesma, discorreu:

O que está em vermelho é o que tem risco maior. Eu estou vendo aqui a previsão, o dado para hoje, dia 30 de setembro, em que várias regiões do Pantanal correm um risco muito grande.

Se olharmos este produto do lado direito, que chamamos de FogoGrama, temos uma previsão do que vai acontecer nos próximos dias. Eu vejo que não há nenhuma previsão de precipitação. A colega do INPE acabou de apresentar isso, ao mostrar dados bem mais consistentes. Eu vejo, por outro lado, que a temperatura prevista para os próximos dias oscila entre 30 e poucos graus e 40 e tantos graus. A umidade relativa, como podemos ver, oscila na faixa de 15% a 35%, o que gera um risco de fogo muito alto na faixa crítica, como nós vemos em cima.

Na verdade, não é preciso ser nenhum especialista em combustão, em índices de seca ou em vegetação. Nós temos mais de um mês sem chuva e temperaturas na faixa dos 40 graus. Não há nenhuma precipitação prevista. A umidade relativa está abaixo de 20%. Qualquer pessoa sabe que, se riscar um fósforo, a vegetação vai queimar, e não há como controlar isso.

Em complemento, as palavras do Sr. Eduardo Lunardelli Novaes, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Meio Ambiente – MMA, em reunião técnica do dia 06 de outubro:

Portanto, entramos na época da seca já com um ambiente bastante seco, com carga hídrica bastante reduzida. Houve a menor quantidade de chuvas dos últimos 22 anos da série histórica, o que fez com que entrássemos na época da seca numa situação já bastante crítica no que diz respeito a água. Houve também um aumento bastante anormal de temperatura, de 1 grau a 1 grau e meio acima da média histórica. Em setembro, a temperatura ficou 2 graus e meio acima da média. Houve recorde de temperatura em Cuiabá, Corumbá e Campo Grande, o que agravou, evidentemente, a propensão a queimadas, a incêndios. Também houve o elemento dos

ventos, cuja média foi maior, de 2 metros por segundo a mais. Os ventos se originaram principalmente da Região Nordeste, algo um pouco diferente do que se observa. Ventos secos e mais intensos agravam a situação hídrica e a propensão a incêndios. Por todo esse conjunto de elementos, houve também vazantes mais baixas. A quantidade de água que transborda, vamos dizer assim, diminuiu. O índice é o mais baixo desde 1968 ou 1973. O Rio Paraguai, em Cáceres, encontra-se em sua mínima histórica. A situação do clima, portanto, é bastante drástica, é dramática, o que contribui muito para agravar a situação.

Corroborando a excepcionalidade das condições climáticas deste ano de 2020, afirmou o Sr. Alexandre de Matos Martins Pereira, Analista Ambiental do IBAMA - Prevfogo/Mato Grosso do Sul, na reunião técnica do dia 30 de setembro, que “os incêndios florestais começaram cedo no Pantanal” e que desde março e abril há ocorrências, “o que não é tão comum dentro de uma série histórica de comportamento dos incêndios no Pantanal”. Na mesma direção, o Sr. Jaime Verruck, Secretário de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul-MS, na reunião técnica do dia 06 de outubro, apontou que “em março e abril, tivemos um grande incêndio florestal, o que normalmente acontece a partir do mês de agosto”.

Vale observar, ainda, que com as “mudanças climáticas”, situações extremas, como a seca deste ano, tendem a se repetir e, até mesmo a se agravarem. Como afirmou, em reunião técnica do dia 30 de setembro, o Sr. Alexandre de Matos Martins Pereira, Analista Ambiental do IBAMA - Prevfogo/Mato Grosso do Sul, “os incêndios, conforme os anos vão passando, estão cada vez mais extremos, assumindo um comportamento extremo de alta intensidade, de grande poder destrutivo, de alta velocidade de propagação”³⁶. Quanto ao tema, pertinentes as palavras do Sr. Walfrido Moraes Tomas, Pesquisador Embrapa Pantanal, proferidas durante a mesma reunião técnica:

Não podemos esquecer que estamos num cenário de mudanças climáticas globais, e que elas criam um cenário bastante complexo para a situação do Pantanal e de qualquer savana em região tropical ou subtropical no mundo inteiro. Os modelos climáticos que existem para a região do Pantanal, desenvolvidos pelo pessoal do INPE, especialmente o Dr. José Marengo, preveem, de 2070 a 2100, uma redução de 30% da chuva em relação à média. Só para vocês terem

³⁶ Em direção semelhante, também apontou o Sr. CLAUMIR CESAR MUNIZ, biólogo, representante da Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT, na reunião técnica do dia 30 de setembro.

uma ideia de referência, isto é previsão de mudança climática para o futuro: temperaturas altas e maior frequência de eventos climáticos extremos. Esse é o cenário mais negativo desenvolvido até agora para mudança climática na região do Pantanal. Em 2019, o déficit já foi de 25% na precipitação, em relação à média. Em 2020, nós já estamos próximos — se já não passamos — de 40% de déficit de chuva, com temperaturas muito acima da média, como já foi mostrado pelos colegas do INPE. Por outro lado, a Organização Internacional de Meteorologia emitiu um alerta: no hemisfério sul, várias regiões vão estar sujeitas a ondas de calor e secas extremas, de 2020 a 2025. Nos próximos 5 anos, estaremos, provavelmente, numa situação bastante complicada com relação a risco de incêndio. Isso inclui o Sul da África, o Centro-Sul da África, a Austrália e América do Sul.

Inclusive, em razão das alterações climáticas, o pesquisador defende que “o uso tradicional do fogo precisa hoje de uma adequação para se ajustar a essa condição de clima alterado mais quente, mais seco, mais ventoso, com inundações reduzidas ou com tempo de inundação reduzida”.

Quanto ao tema, apontou o Sr. Leonardo Gomes, representante da SOS Pantanal e do Onçafari, em reunião técnica do dia 02 de outubro:

Nós sabemos que a maior parte desses incêndios é causada pela ação humana. O pantaneiro e a pantaneira aprenderam a lidar com o fogo, a manejar o fogo, mas precisamos agora de uma reciclagem, de reaprender a lidar com o fogo, de fazer o manejo integrado, de saber como usá-lo da melhor maneira a nosso favor. Nós não temos a possibilidade de fazer as mesmas práticas de sempre, nós precisamos nos atualizar e dialogar seriamente sobre essa questão. Então, acho que já seria um primeiro encaminhamento dialogar, de uma maneira franca, transparente e madura, sobre como poderíamos fazer o manejo integrado do fogo. Essa discussão já começou em Mato Grosso. Precisamos avançar nesse sentido. É uma prática cultural, é uma prática que tem o seu lugar, o seu papel, mas tem hora e data para ser feita. Assim como nós temos hoje informações suficientes e ferramentas para saber quando deslocar o gado, para saber quando plantar e quando colher, nós precisamos dar assessoria para o proprietário rural, para as populações tradicionais, seja quem for, sobre como fazer o manejo disso. Há a época certa, a propriedade certa. Acho que precisamos avançar.

No que se referem “às mudanças climáticas” e a maior probabilidade de situações extremas nos anos seguintes, é válido ressaltar que semelhante seca ocorrida na década de 60, no Pantanal, foi sucedida de um período de inundação³⁷, o que pode não correr após a crise atual, tornando ainda mais difícil a recuperação do bioma.

³⁷ Nesse sentido, apontou o sr. Sr. Geraldo Alves Damasceno Júnior, professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em reunião técnica do dia 30 de

Em outras palavras, não podemos crer na ideia de que o Bioma sempre irá se recuperar, pois isso é uma ilusão, ainda mais considerando as “mudanças climáticas”, levando-se em consideração que as chuvas vindouras não serão na proporção das pretéritas. Quanto ao tema explicou o Sr. Walfrido Moraes Tomas, Pesquisador Embrapa Pantanal, em reunião técnica do dia 30 de setembro:

Por outro lado, as pessoas podem alegar que nós já tivemos um período muito seco de 1960 a 1974 (...). Foram 14 anos muito secos, foi o período mais longo em mais de 1 século. Mas a questão é se isso vai se repetir, ou seja, esta seca que nós estamos enfrentando vai acabar daqui a pouco? Vai voltar a chover e inundar o Pantanal de novo? Provavelmente, não. Então, há diferença em relação ao que ocorreu na década de 60. Todo mundo diz que o Pantanal recuperou-se, mas a perspectiva hoje é que a mudança climática tenha um grau de irreversibilidade muito grande. Essas condições muito secas, muito quentes podem ser permanentes.

Nesse sentido, pontuou o Sr. Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho, Superintendente de Operação e Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, em reunião técnica do dia 15 de outubro, que “quando vier a recuperação, nós não sabemos em que patamar pode vir. Ela pode vir num patamar menor do que aquele em que nós já praticamos no passado, devido a várias questões ambientais que estão assolando a todos nós, inclusive essas questões de mudanças climáticas”.

Vale observar que toda a questão das “mudanças climáticas”, do aumento das intempéries ambientais, de situações extremas e afins, liga-se, de uma forma mais ampla, ao modelo de exploração econômica, ao modelo dominante na agropecuária e à conversão da vegetação nativa para a exploração do solo, bem como para o exercício de outras atividades humanas.

Nesse sentido, destacou a Sra. Márcia Chame, Chefe da Biodiversidade da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, em reunião técnica do dia 14 de outubro, que “o que acontece hoje no Pantanal é fruto e síntese do que nós podemos esperar para o futuro, em diversos ambientes no mundo, a

setembro: “Nós podemos ver que existiu um período muito mais seco na década de 1960, durante 10 anos, e, desde então, nós permanecemos num nível alto de cheia. Até este ano, 2020, estamos vivendo um período extremamente seco”.

partir das mudanças climáticas e de uma série de intervenções humanas nas cabeceiras dos rios, nas matas ciliares, de projetos, assoreamentos e tal”.

Como lembrou o Sr. Alex Sandro Antônio Marega, Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso-SEMA/MT, em reunião técnica do dia 06 de outubro, ao se referir ao desmatamento e aos incêndios no Pantanal, “não há como dissociar uma coisa da outra, principalmente, porque, na floresta, os incêndios só vêm após uma degradação florestal, ou seja, uma entrada de pessoas, uma derrubada de árvores”. Ou, como apontou a Sra. Vânia Plaza Nunes, Diretora Técnica do Grupo de Resgate de Animais em Desastres – GRAD, na reunião técnica do dia 09 de outubro, a seca tem intensificado, com o calor e com a falta de chuva, juntamente com a alteração dos ambientes terrestres por drenos e pastos, potencializando o desastre. Para a Sra. Valéria Pereira Santos, Representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT, em reunião técnica de 08 de outubro, “essas queimadas não são desastres naturais”, mas sim “crimes ambientais e crimes que têm um objetivo”, estando relacionadas “com toda essa cadeia de grilagem de terras e do desmatamento”. E complementou: “se as mudanças, como a introdução da monocultura do milho e da soja, o desmatamento, a destruição das cabeceiras dos rios que alimentam o Pantanal, continuarem persistindo, e o assoreamento levando terra, areia e agrotóxico para dentro da região, o Pantanal não se sustenta”.

Quanto à alteração do uso de solo no Pantanal, é válido destacar a alteração na dinâmica da pecuária, umas das mais importantes atividades da região.

Por questões econômicas e outros fatores, a pecuária tradicional, extensiva e sobre a pastagem nativa, não mais tem se sustentado, entrando em crise e sendo substituída por modelos mais lucrativos de criação de gado. Em outras palavras, com o predomínio de sistema de pecuária convencional – na esteira do declínio da pecuária tradicional – houve uma expansão do plantel bovino no pantanal, mas agora criado em sistemas que substituem a pastagem nativa por pasto plantado, implicando em desmatamento e no aumento do volume de massa vegetal seca.

Nesse contexto, o uso de fogo culturalmente aceito por séculos, ao que tudo indica, está sendo substituído pelo fogo para abertura de pastagens, ao alvedrio da legislação. Em outras palavras, o discurso da utilização tradicional do fogo pode estar encobrindo práticas criminosas e uma devastação não condizente com a tradicionalidade.

Em complemento, o Pastor Teobaldo Witter, em reunião técnica do dia 08 de outubro, destacou a alteração do Bioma por meio das atividades garimpeiras:

Temos a parte visível das queimadas no Pantanal. A parte (in)visível do Pantanal que temos de olhar e enfrentar são os garimpos que estão no entorno. Quem conhece o Pantanal sabe que, quando se vai em direção a Poconé, na Transpantaneira, há em todo esse trecho garimpos modificando toda a paisagem, com altas montanhas de terra cavada na profundidade do Pantanal. Isso vai ter consequência: uns vão ficar muito ricos, e o povo vai ficar na miséria. Isso precisa ser olhado também.³⁸

Em semelhante direção, o Sr. Paulo Roberto Martins Maldos, representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, na reunião do dia 08 de outubro, lamentou a existência de “situações muito tristes, principalmente em áreas atingidas por garimpo e PCH (Pequenas Centrais Hidrelétricas), que realmente deixam a comunidade praticamente em situação de fome permanente”.

Na mesma direção, o dito pelo Sr. Vicente Andreu Guillo, em reunião técnica do dia 15 de outubro:

No caso da Bacia do Paraná, e encerro com isso, há moratória de pequenas centrais hidrelétricas que não têm função nenhuma no sentido da segurança hídrica, a não ser do agravamento dos problemas da Bacia do Pantanal. O plano de recursos hídricos aponta para essa situação. O Ministério Público também atua nessa direção. A Agência Nacional de Águas está de parabéns pelo que fez, mas acredito que está sofrendo pressão imensa para começar a liberar os empreendimentos hidrelétricos que não têm função de segurança energética nenhuma para o País. Se olharmos os números, o total de empreendimentos, hoje - cerca de 50 empreendimentos e mais de 120 que estão previstos na bacia -, produzem 1.200 megawatts. Não

³⁸ Quanto ao tema, o Sr. André Molina, Presidente da Cooperativa de Mineradores de Poconé, a Cooper Poconé, em reunião técnica do dia 07 de outubro, disse não haver “nenhum empreendimento de mineração localizado na planície de alagamento do Bioma Pantanal”. No entanto, não se pode negar que as atividades no entorno também podem interferir no Bioma.

que 1.200 megawatts não sejam importantes, mas é possível conseguir isso através da repotencialização das usinas existentes, das energias alternativas e tudo o mais, e não criando verdadeiras caixas registradoras. É só esta a função delas: serem caixas registradoras, darem dinheiro para quem é dono dessas usinas. Do ponto de vista da segurança energética, não cumprem papel nenhum, tanto é que a ANEEL nem acompanha isso. E, do ponto de vista ambiental, produzem danos muito significativos.

Ainda no que se refere às “mudanças climáticas” e aos efeitos da alteração do uso do solo no Pantanal, explicou a Sra. Débora Calheiros, em reunião técnica do dia 15 de outubro:

O que é importante colocar é que o Pantanal, aqui em vários tons de azul, é a junção das áreas de inundação dos vários rios formadores. Aqui eu tenho o Taquari, o São Lourenço, o Cuiabá, o Jauru, o Sepotuba, o Cabaçal, o Miranda, o Aquidauana, aqui em Mato Grosso do Sul, e o Rio Paraguai, principal rio que drena todo o sistema, correndo aqui na borda oeste. Então o Pantanal é a junção das planícies de inundação de todos os rios formadores, e as nascentes de todos os rios formadores estão na área de planalto, que drenam para o Pantanal, que drenam para a planície. O que está acontecendo aqui na parte alta, como já colocaram? O uso extremo da agropecuária. Aqui na parte alta do planalto, que circunda o Pantanal, nós temos as áreas de recarga dos aquíferos e as áreas de afloramento dos aquíferos subterrâneos, que são as fontes de água, principalmente na seca, que abastecem os rios com o seu nível basal. O que está acontecendo? Essa parte alta, onde há as áreas de recarga dos aquíferos, onde há as nascentes, está com um nível de uso agropecuário intenso, que está afetando a planície pantaneira. Além disso, nessa área de planalto é onde há a instalação de hidrelétricas. Já existem nove hidrelétricas de grande porte - no total, são 47, com previsão de 180. (...) Lembro que nós fazemos parte da Bacia do Prata, do grande sistema Paraguai-Paraná de Áreas Úmidas, como a Áurea colocou, e que há influência do planalto em todos os processos do Pantanal. Então nós temos aqui a entrada de sedimentos, a entrada de processos erosivos, a entrada de agrotóxicos, a influência de alteração de cada curso de inundação de cada rio em função da construção de hidrelétrica. E para conservar o Pantanal, a Planície Pantaneira, eu tenho que conservar o Planalto.

Na temática, pertinente o relato do Dom Juventino Kestering, Bispo da Diocese de Rondonópolis Guiratinga, proferido na mesma reunião técnica:

Há aqueles que fazem análises de que, se não houver algumas ações mais concretas em relação à água, dentro de 20 anos, 30 anos, esses rios se tornarão pequenos riachos, que vão passar num cano de PVC na época da estiagem. Essa é uma realidade.

Estou há 22 anos residindo nesta região. O que vejo entre o dia que cheguei, em 1998, e hoje, em 2020? Vejo três aspectos que me preocupam: primeiro, a destruição do Bioma Pantanal e também do Cerrado; segundo, a ausência de cheias. Conforme o pantaneiro, o Pantanal necessita de água, necessita de rios cheios. Faz muitos anos que os nossos Rios Vermelho, São Lourenço e Itiquira não tiveram mais enchentes. Eles têm certa vazão na época da chuva,

mas não chegamos a qualificar como enchentes que vão dar vazão às águas do Pantanal. E terceiro, o aumento das queimadas.

Quando ando pelo interior do Pantanal, atendendo às comunidades, vou a lugares onde as pessoas dizem: "Aqui já foi uma grande lagoa, e não tem mais nada". "Aqui não se passava com carro. Era só a água. Hoje não tem mais nada." "Ainda existiam remanescentes de pontes de 2 metros de altura, pontes de 100 metros. Hoje não tem mais nada, porque não há mais água." Então, essa é uma realidade.

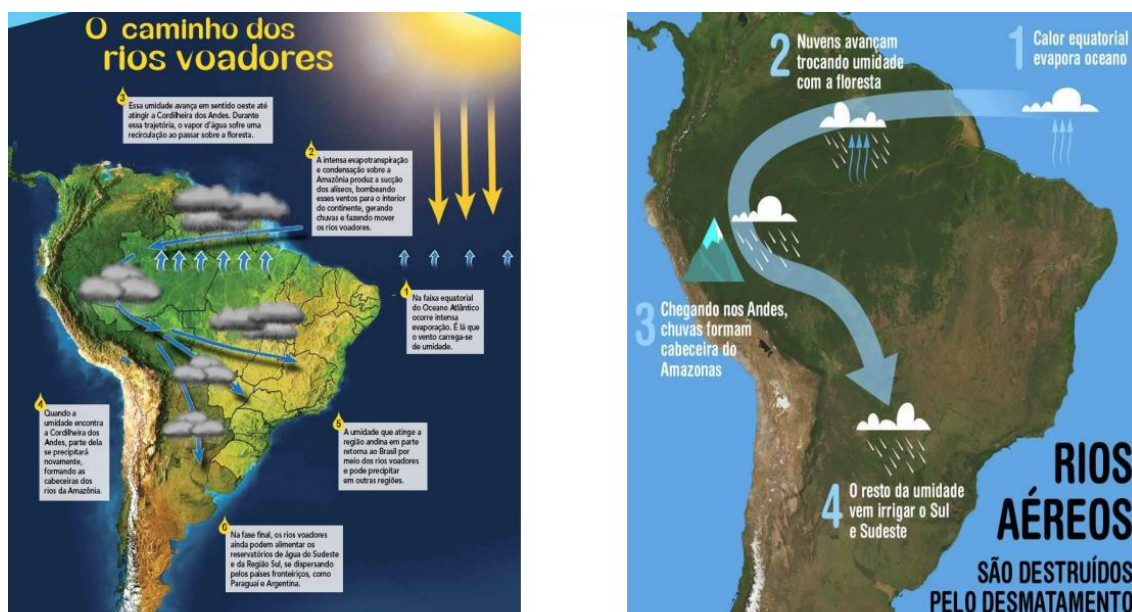
Ainda, o Sr. Rubem Mauro, representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá:

Foram só essas mudanças climáticas sazonais que fizeram acontecer o que podemos ver aqui no Rio Bento Gomes? Não! A ação do homem aqui é catastrófica. As mineradoras de Poconé captam água do Rio Bento Gomes - e a prioridade tinha que ser o abastecimento para a (dessedentação) de animais -, com uma adutora de até 7 quilômetros, para estocar água para as suas atividades. Além disso, em muitas várzeas do Rio Piranema, que é um rio contribuinte, e em muitas outras várzeas que contribuem para o Rio Bento Gomes, os proprietários drenaram as áreas e fizeram valas profundas. Essas várzeas secaram e foi plantado capim para o gado. Essas várzeas eram os pulmões que dosavam as águas para, no período de seca, manter um nível adequado do Rio Bento Gomes. Outras coisas aconteceram na cabeceira desse rio: sitiantes e quilombolas fizeram suas roças para o plantio nessa região do Município de Livramento, onde a terra é muito ruim. Ela só se apresenta se o capim for o melhor e se for na mata ciliar. Esse desmatamento foi feito em grande parte na cabeceira do rio, o que talvez tenha contribuído.

Em síntese, é alarmante perceber as transformações no uso e ocupação da Bacia do Rio Paraguai - o pantanal está sofrendo um processo acelerado de interferências antrópicas que levará ao colapso do seu sistema ecológico. As dinâmicas territoriais subjacentes a esse processo se localizam, em grande medida, nas áreas de cabeceiras dos principais rios tributários da grande planície inundável. Desmatamento, expansão de monoculturas, barramentos hidrelétricos, uso massivo de agrotóxicos, crescimento urbano, ausência de saneamento e a mineração desordenada, estão na origem de tais dinâmicas. Toda essa situação, agrava e potencializa os efeitos destrutivos dos incêndios na planície.

Tudo isso, é válido ressaltar, não pode ser analisado de forma "isolada", bioma a bioma, ou bacia a bacia. O meio ambiente transcende fronteiras e encontra-se amplamente conectado. A título de exemplo, a diminuição das chuvas no Brasil tem sido cientificamente ligada ao desmatamento na Amazônia, consoante destacou o Pe. Marco Antônio A. Ribeiro, Articulador das Pastorais da Diocese de Corumbá e do Regional Oeste

1 da CNBB –MS, em reunião técnica do dia 08 de outubro, na qual apresentou as seguintes imagens:



Apontado para todo o dito neste tópico, extrai-se do Manual para Formação de Brigadista de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, do ICMBio³⁹:

No Brasil, assim como na América do Sul, a quase totalidade das queimadas é causada pelo Homem, por motivos muito variados: limpeza e renovação de pastagens, queima de restos culturais para preparação de plantios, eliminação de material lenhoso resultante de desmatamentos, queima da palhada para colheita manual de cana-de-açúcar, vandalismo, balões de São João, disputas fundiárias, protestos sociais etc. Com mais de 300.000 queimadas e nuvens de fumaça cobrindo milhões de quilômetros quadrados detectadas anualmente por meio de satélites, o Brasil ocupa o quinto lugar entre os países poluidores, devastando, anualmente, em média, cerca de 15 mil km² /ano de florestas naturais. Essa situação é, em grande parte, decorrente das mudanças no uso da terra, isto é, principalmente, da conversão das florestas em áreas agrícolas, em geral, com o uso do fogo de forma não controlada, causando os (e causando dos) incêndios florestais. Por exemplo, se levarmos em conta apenas a poluição por combustíveis fósseis, nosso país ocuparia a 16o posição. Porém, se contabilizarmos apenas as emissões decorrentes das alterações no uso da terra, o Brasil fica com a segunda posição no mundo, atrás apenas da Indonésia. Isso contribui diretamente para o quadro de degradação em escala mundial ao influenciar as mudanças climáticas globais e o aumento

³⁹ ICMBIO: Manual para Formação de Brigadista de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Brasília, 2010, p. 21.

do aquecimento global, sendo as populações de menor renda as mais afetadas pela queda de qualidade ambiental.

Em síntese, pode-se afirmar que as condições climáticas neste ano de 2020 foram um fator a contribuir com a proporção dos incêndios. Mas, não se pode perder de vista que as alterações climáticas também se interligam à atuação humana, em especial, à exploração desenfreada e insustentável que se tem feito não somente no Pantanal, mas também em outros biomas. Ainda, é preciso ter em mente que não se pode ter a excepcionalidade das condições climáticas neste ano de 2020 como única causa de tamanha tragédia, sob pena de virmos a presenciar situação semelhante ano após ano, até que tudo reste destruído. Outros dois fatores, também interligados, foram fundamentais para que os incêndios no Pantanal atingissem tamanha proporção: “a atuação do Estado e o componente humano”.

4.1.2 Atuação do Estado e o “componente humano”

Apesar de serem as condições climáticas um fator importante para a contextualização dos incêndios no Pantanal, tem-se que não podem ser vistas de forma isolada. Se apontássemos o “clima” como o “único culpado” estaríamos sendo mais que ingênuos, seríamos perniciosamente omissos, corroborando com ações humanas criminosas e condutas estatais, no mínimo, ímprobos. Mais que isso, se delegarmos puramente às condições climáticas o controle da situação, não só isentariamos de culpa aqueles que a tem, como estaríamos dando aval para que situações como as deste ano voltem a ocorrer.

Por isso, sem olvidarmos das excepcionalidades climáticas do ano de 2020 (que tendem a se agravar em razão das “mudanças climáticas” em termos globais), é preciso “dar nome aos bois”, pois, se a “boiada continuar a passar”, as tragédias socioambientais continuarão a acontecer.

Como dito pela Sra. Valéria Pereira Santos, Representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT, na reunião técnica de 08 de outubro, não se pode “naturalizar” o que “não é natural”.

De fato, parece não haver dúvidas que a grande maioria dos incêndios no Pantanal tiveram origem em alguma forma de ação humana. Na

reunião técnica do dia 21 de outubro, Sr. Luciano Furtado Loubert, Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental do Ministério Público do Mato Grosso do Sul – MPMS, destacou que cerca de 90% dos incêndios tiveram origem antrópica, e que estariam as motivações para tal ainda em apuração.

Na mesma direção, na reunião técnica do dia 06 de outubro, afirmou o Sr. Jaime Verruck, Secretário de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul-MS, que “no Estado de Mato Grosso do Sul, até o momento, estamos com operações em andamento, e identificamos que 90% desse fogo foi colocado”.

Ainda, o Sr. Ricardo Vianna Barreto, Chefe do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, em reunião técnica do dia 21 de outubro, destacou “que a maioria dos incêndios é causada por ação pessoal direta”.

Por fim, consoante destacado pelo Sr. Claumir Cesar Muniz, biólogo, representante da Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT, na reunião técnica do dia 30 de setembro, a maioria dos incêndios possuem origem antrópica, não sendo correto delegar somente às chuvas o controle dessa situação⁴⁰.

Contudo, como dito no tópico anterior, o componente humano, inclusive o uso do fogo, está há séculos ou até mesmo milênios presente na região, cabendo perguntar por qual razão, neste ano de 2020, teriam os incêndios atingido proporções jamais observadas, em uma tragédia sem precedentes.

Em resposta a esse questionamento, está o descaso e até mesmo a atuação dolosa do atual Governo brasileiro, em prol do extermínio de políticas ambientais construídas ao longo das últimas décadas, o que incentiva, ainda

⁴⁰ Em suas palavras, “Todo ano nós sabemos que há incêndios no Pantanal e no Cerrado, na sua maioria de origem antrópica. Nós só não podemos ter isso como padrão, e muito menos delegar às chuvas o controle dessa situação”.

que de maneira indireta, a atuação inescrupulosa de alguns, formando-se um perigoso círculo vicioso.

De fato, após o árduo trabalho desta Comissão, tem-se a certeza de que os patamares da tragédia não seriam alcançados somente em razão das condições climáticas. No contexto atual, dois fatores se tornaram essenciais para uma das maiores crises ambientais da história: a atuação do Estado e do homem, o que se passa a demonstrar com maior vagar.

Um primeiro ponto a se observar é que o atual Governo constantemente passa “sinais invertidos”, gerando sensação de impunidade e até mesmo de desnecessidade da proteção ambiental.

- (1) O Presidente da República não percebe a importância da preservação ambiental, e enxerga na temática apenas a existência de interesses escusos contrários ao Brasil. A título exemplificativo, declarou frente à Organização das Nações Unidas: “somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal. A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima, isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil”⁴¹.
- (2) O Ministro do Meio ambiente quer “passar a boiada”, aproveitando-se da trágica pandemia ocasionada pela Covid-19 para revogar normas ambientais. A título exemplificativo, declarou o Ministro Ricardo Salles na reunião com a Presidência do dia 22 de abril: “então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir

⁴¹ LEIA a íntegra do discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/22/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu.htm>. Acesso em 01/11/2020.

passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos⁴².

- (3) O vice-presidente busca desacreditizar dados científicos produzidos pelo Inpe, alegando, por exemplo, que a instituição estaria caracterizando “rochas aquecidas” como “focos de incêndios”⁴³. Tal afirmação foi rebatida de forma incontroversa no meio científico, que possui no Inpe uma das instituições de pesquisa mais respeitadas do País⁴⁴. Em reunião técnica do dia 30 de setembro, o Sr. Alberto Setzer, Coordenador Substituto do Programa de Queimadas do Inpe, explicou a questão, elucidando quaisquer possíveis dúvidas a respeito da temática:

Eu vou responder a uma pergunta que foi feita, acho que diretamente a mim: se não há uma falha no monitoramento e se os satélites não estão detectando rochas expostas. Esse é um ponto que vem sendo levantado há décadas por pessoas que, por razões diversas, procuram desmerecer esse trabalho. Há pouco tempo, disseram que detectamos fogueirinhas de São João. Há algumas décadas, diziam que detectávamos casquinha de fundo de quintal, e até já fomos colocados na posição de estar detectando, com os satélites, mulheres fogosas. Chega até a esse ponto o exagero do pessoal! Temos

⁴² MINISTRO do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. G1. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em 20/10/2020.

⁴³ PINHEIRO, Lara. Mourão diz que satélite aponta pedra como foco de calor; especialista do Inpe diz que monitoramento de queimadas exclui falsos positivos. G1. Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/09/24/mourao-diz-que-satelite-aponta-pedra-como-foco-de-calor-especialista-do-inpe-diz-que-sistema-de-queimadas-elimina-erros.ghtml>. Acesso em 20/10/2020.

⁴⁴ Nesse ponto, cumpre observar que nas reuniões técnicas, professores universitários e outros cientistas, assim como agentes de órgãos estatais, não só reconheceram no Inpe uma fonte de pesquisa séria e respeitada, como disseram que os dados produzidos pela instituição são essenciais aos trabalhos que desenvolvem. No meio técnico, torna-se unânime a respeitabilidade do Inpe, apenas questionada por autoridades de um Governo que busca subterfúgios para a sua atuação desastrosa na seara ambiental.

ouvido muito falar que o satélite detecta temperaturas acima de 47 graus, então qualquer coisa estaria incluída nesse contexto. Acho que é fácil explicar isso de forma simples. Imaginem um dia de sol, de céu aberto, com sol forte, em que as superfícies estão todas muito quentes, por exemplo, uma praia comum. Nós não conseguimos andar descalços nessa praia, de tão quente. Ou seja, a temperatura lá está uns 60 graus, praticamente. Então, imaginem a temperatura de estradas asfaltadas, de ruas cimentadas, da superfície metálica de um carro, de um ônibus. Todas essas temperaturas estão próximas de 100 graus, às vezes, até mais, tanto que não conseguimos nem encostar o dedo, de tão quente. Aonde eu quero chegar? Se o satélite detectasse coisas acima de 47 graus, praticamente todas essas superfícies, que são muito quentes, o tempo todo estariam aparecendo nas detecções dos satélites, coisa que não acontece. As pessoas não entendem que 47 graus é uma temperatura radiométrica, é um conceito físico, não tem nada a ver com a temperatura de termômetros. O assunto é até um pouco mais complicado. Outro ponto é que esses produtos que nós geramos são utilizados por centenas ou milhares de usuários. Praticamente todas as Secretarias de Meio Ambiente do País estão usando esses dados para localizar as queimas ilegais, autuar os infratores e aplicar multas. Então, nunca recebemos nem das polícias ambientais, nem das brigadas, nem do Corpo de Bombeiros, nem de ninguém que vai atrás desses focos, qualquer indicação de detecção falsa. Ou seja, é um produto bastante confiável. Muitos países do mundo também utilizam isso. Os países do chamado Primeiro Mundo, na Europa, e os Estados Unidos também aplicam essa tecnologia, e não há indicações de falsas detecções. O que poderia acontecer seria a detecção de uma indústria siderúrgica, que trabalha com materiais muito quentes, em temperaturas muito elevadas, como o torpedo de ferro gusa, que, quando sai do alto forno, está incandescente. Isso é detectado pelos satélites. Aquelas chamas de refinarias em alguns casos também são detectadas. Esses seriam alarmes falsos; porém, o nosso sistema tem um processo de filtragem por meio do qual são eliminados todos os pontos constantes em termos de energia, de calor, de temperaturas muito altas. Eu diria que é praticamente inexistente a possibilidade de detecção de rochas e solos expostos.

- (4) O Governo infringe a Constituição Federal, desrespeita indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, declarando abertamente que não irá mais demarcar ou titular seus territórios⁴⁵.

É preciso observar que essas declarações, quando proferidas por autoridades governamentais, ultrapassam o patamar de afirmações

⁴⁵ A título de exemplo, disse o presidente “no que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena” (RESENDE, Sarah Mota: No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena, diz Bolsonaro a TV. Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml>. Acesso em 20/10/2020).

descabidas, despropositadas ou inoportunas, para atingir o campo da ilicitude, visto que emanadas por aqueles que, além de possuir uma maior visibilidade social, estão constitucionalmente encarregados do dever de agir em busca do melhor interesse público.

De fato, com tantos “sinais invertidos”, enviados por autoridades que deveriam prezar pelo cumprimento do art. 225 da Constituição Federal, parte da população passa a acreditar que não será punida caso desrespeite a legislação ambiental e, pior, passa a crer que a preservação ecológica é desnecessária ou até mesmo prejudicial ao País.

Nesse contexto, de extrema pertinência as palavras do Procurador do Ministério Público Federal, Sr. Daniel Azeredo, comparando a questão ambiental com a bolsa de valores:

A Amazônia funciona como uma espécie de bolsa de valores. Se o governo sinaliza que é contra uma postura mais forte de fiscalização, critica os órgãos ambientais, não nomeia pessoas técnicas para cargos de chefia, isso passa uma mensagem muito forte para a região. E os crimes ambientais aumentam em seguida⁴⁶.

Ainda, o relato do Sr. Paulo Roberto Martins Maldos, representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, na reunião técnica do dia 08 de outubro:

Eu tenho bastante tempo de caminhada. Em 1979, em um voo para a Região Amazônica, estava ao meu lado no avião uma pessoa com um colete escrito "IBAMA". Eu perguntei — imaginem que isso foi naquela época, em 1979 — sobre as preocupações que ele teria a respeito da devastação, dos crimes ambientais. A resposta do funcionário do IBAMA, naquele momento, foi: "Fica tranquilo! Pode meter o machado à vontade e pode ganhar muito dinheiro com isso". Isso foi um choque para mim.

Até hoje, quando recordo essa história, eu fico chocado com um funcionário público com essa concepção de meter o machado à vontade para derrubar a Amazônia.

No início do ano passado, eu fui convidado pelo Ministério Público Federal para um debate com o atual Ministro do Meio Ambiente. Para

⁴⁶ MACHADO Leandro; e FELLET, João: 'Amazônia é como a bolsa de valores: dependendo do sinal do governo, os crimes ambientais aumentam', diz procurador da força-tarefa. BBCC News Brasil. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/bbc/2020/10/09/amazonia-e-como-a-bolsa-de-valores-dependendo-do-sinal-do-governo-os-crimes-ambientais-aumentam.htm>. Acesso em 10/10/2020.

minha surpresa, fui ao Ministério Público em Brasília ver o Ministro de Estado responsável pelo meio ambiente atacar o tempo todo o tamanho das áreas de preservação e o tamanho dos territórios indígenas e defender simplesmente a mudança, a redução, o desfazimento desses territórios reconhecidos pelo Estado brasileiro. O Ministro do Meio Ambiente defendeu essa redução. Ele falou que são grandes demais as áreas de proteção no Brasil e que elas precisam ser reduzidas.

Eu ligo uma coisa à outra: a fala de um funcionário do IBAMA em 1979 à fala de um Ministro, 40 anos depois, dizendo que podemos meter o machado em muitas outras áreas que estão hoje protegidas, ou seja, "precisamos reduzir a proteção para poder meter o machado no que restou".

Então, essa é, sim, uma política intencional.

Em complemento, com espanto, se observa que os principais órgãos ambientais do país sequer foram capazes de utilizar os já reduzidos recursos que lhes foram disponibilizados para o controle e prevenção de incêndios.

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONTROLE E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS EM ÁREAS FEDERAIS PRIORITÁRIAS (IBAMA)

2016

Dotação atual

Valor empenhado

54,452,982

45,936,660

2017

Dotação atual

Valor empenhado

43,455,715

31,726,946

2018

Dotação inicial

Dotação atual

Valor empenhado

53,817,116

37,893,537

37,047,081

2019

Dotação atual

Valor empenhado

45,928,000

40,681,212

2020

Dotação atual

Valor empenhado

38,611,058

24,569,953

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (ICMBIO)

2016

Dotação atual

Valor empenhado

29,489,974

29,470,439

2017

Dotação atual

Valor empenhado

24,577,753

23,504,416

2018

Dotação atual

Valor empenhado

23,050,355

22,471,613

2019

Dotação atual

Valor empenhado

37,101,595

36,389,260

2020

Dotação atual

Valor empenhado

19,069,718

16,204,811

Sobre a imagem, apontou o Sr. Vinicius Silgueiro, Coordenador de Inteligência Territorial do Instituto Centro de Vida e Membro fundador do OBSERVA MT, em reunião técnica do dia 30 de setembro:

Neste ano, o orçamento, tanto do ICMBio quanto do IBAMA, para esse tipo de ação foi o menor dos últimos 5 anos. Em 2018, a dotação inicial de 53 milhões foi rebaixada para 37 milhões, dos quais foi empenhado praticamente tudo. No ano passado, da dotação de 45 milhões, do IBAMA, foram empenhados 40 milhões. Neste ano, até a data de 17 de setembro, quando extraímos esses dados, dos 38 milhões dotados no IBAMA, só 24 milhões foram implementados, e, do ICMBio, dos 19 milhões, 16 milhões foram empenhados até a metade de setembro — houve uma implementação um pouco maior.

Quanto ao tema orçamentário, destacou o Sr. Felício Pontes Júnior, Procurador Regional da República da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, em reunião técnica do dia 21 de outubro, que o Governo possuía recursos orçamentários para uma atuação mais eficiente, e que a GLO (Garantia da Lei e da Ordem) deste ano possui a previsão de gastos em torno de 63 milhões de reais, sendo uma lástima que esses recursos não tenham sido empregados de forma eficaz no combate ao desmatamento na Amazônia⁴⁷.

Em complemento, o Sr. Herman Oliveira, Secretário Executivo do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – Formad, na reunião técnica do dia 02 de outubro, disse que se iniciou, há dois anos, um “desmonte irresponsável” da política ambiental, prejudicando a atuação dos órgãos governamentais e entidades não governamentais que atuam na seara. Como exemplo, citou o que chamou de “esvaziamento do Conama”. A questão

⁴⁷ Vale observar que o Sr. Alex Sandro Antônio Marega, Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso-SEMA/MT, em reunião técnica do dia 06 de outubro, disse: “provavelmente, até o final dessa operação, somente o Estado irá investir mais de 15 milhões de reais contra incêndio; e 2 milhões de reais em comunicação, que foram as campanhas contra o desmatamento e as queimadas. Esse é o panorama. Esse orçamento foi planejado com os 10 milhões de reais que recebemos agora do Governo Federal e já passa dos 30 milhões de reais. Com os outros investimentos que já foram feitos, inclusive com o apoio do Ministério Público, esse valor chega a 40 milhões de reais investidos neste ano. Nos outros anos, a nossa média histórica nunca passou de 5 milhões de reais, tanto na fiscalização do desmatamento quanto da queimada. Este ano chegou a 40 milhões de reais”.

também foi levantada pelo Pe. Marco Antônio A. Ribeiro, articulador das Pastorais da Diocese de Corumbá e do Regional Oeste 1 da CNBB-MS, na reunião técnica do dia 08 de outubro, para quem “realidade bastante complicada é a questão do desmonte das instituições, tirando a representação da sociedade civil, a qual conhece a região, para ficar só no âmbito dos governantes, tirando a participação direta”. Na mesma reunião técnica, o Sr. Flávio José Ferreira, Secretário-geral da OAB-MT e representante do Grupo Amigos do Pantanal, também denunciou termos visto hoje, no Governo Federal, “um desmonte da máquina que fiscaliza”, faltando “uma política séria, de respeito ao meio ambiente, e há todos esses reflexos”. Essa situação também foi observada pela Sra. Lucélia Santos, na reunião técnica do dia 29 de outubro, para quem “todo o sistema protetor do meio ambiente está sendo desmontado de uma forma criminosa, de uma forma irreversível”.

Na mesma direção, a cientista social Cristiana Losekann:

Desde que tomou posse, as ações do governo de Jair Bolsonaro têm deixado claro que o meio ambiente é uma área que deve se submeter às demais. E por aí vem liberação recorde de agrotóxicos, questionamentos sobre dados de desmatamento, o desejo de emprego de recursos do Fundo Amazônia para indenizar agricultores (quando o recurso deve servir para ações diretas de preservação), ataque a direitos e mecanismos de proteção de povos originários, além de fortalecimento do discurso de que as questões ambientais devem ser flexibilizadas em prol do desenvolvimento econômico. Essas e outras tantas medidas são, para a cientista social Cristiana Losekann, muito mais do que um revés da política ambiental. “O que está em jogo não é um novo modelo de política ambiental, mas o próprio fim da política ambiental”, dispara, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. “O governo atual rompe com nossa tradição de política ambiental e inicia uma série de medidas que eliminam a participação da sociedade e a corresponsabilidade da sociedade. Ao fazer isso, restringe o poder de proteção ambiental ao Estado ao mesmo tempo que dismantela os órgãos de controle e fiscalização”, avalia.

Cristiana recorda que, numa perspectiva histórica, a política ambiental brasileira sempre teve uma “concepção de responsabilidade compartilhada na proteção da natureza, entre Estado e sociedade”. Ou seja, de um lado o Estado tem o poder de regulamentar e gerir as questões de meio ambiente, mas, de outro, a sociedade tem participação ativa nessas ações, na construção e fiscalização dessas políticas ambientais. “Essa concepção está expressa em diferentes instituições nossas e formulada a partir das diferentes concepções de natureza e de problemas ambientais que foram se desenvolvendo ao longo desses anos na nossa esfera pública”, pontua. Mas, agora, o Estado chama para si essas ações, desnitrindo fóruns como o Conselho Nacional de Meio Ambiente. “É uma ruptura sem precedentes com o que a sociedade brasileira vem pactuando em

torno das questões ambientais. A questão é que os efeitos catastróficos disso são incontrolláveis e cairão sobre nós e mais ainda sobre as populações já subalternizadas”, acrescenta.⁴⁸

Quanto à atuação (ou melhor, ausência de atuação) do Governo, são elucidativos os fatos trazidos pelo Ministério Público na reunião técnica do dia 21 de outubro. Na ocasião, o Sr. Felício Pontes Júnior, Procurador Regional da República da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, relatou que o Governo Federal estava ciente, desde o início do ano, dos locais com maior incidência de crimes ambientais, e não adotou as medidas cabíveis. Em suas palavras:

Eu gostaria de começar esta explanação falando dos *hotspots*, dos dez pontos que já haviam sido identificados pelo IBAMA, no início deste ano, que eram as regiões com maior incidência de desmatamento. Nós sabemos que o IBAMA elaborou o Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental, o PNAPA 2020, e mapeou essas dez regiões com maior incidência desse fenômeno. Juntas, e este é um dado importante, Deputada Rosa Neide, elas respondem por 60% da degradação ambiental da Amazônia - 60%. Se nós tivéssemos utilizado esses dados do IBAMA no início do ano, nós teríamos, ou poderíamos ter, um desmatamento 60% menor daquilo que deve ser anunciado na próxima semana pelo Governo Federal e que será - todos os institutos de pesquisa dizem isso - em torno de 30% maior em relação ao ano anterior, o que já foi uma tragédia para todos nós. E quais são esses dez *hotspots*? Quais são essas dez áreas, onde o desmatamento estava anunciado desde o início deste ano, por esses dados oficiais, que seria pior que o ano anterior? Em primeiro lugar, vem a região de Altamira, Terra Indígena Ituna/Itatá, Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio, todos elas no Pará. Essa microrregião amazônica congrega essa terra indígena muito peculiar a todos nós, a Ituna/Itatá, a mais desmatada do ano passado, porque, Deputada, é a terra indígena que abriga índios isolados. Eles não vão à Comissão que V.Exa. preside para dizer que a área deles está sendo desmatada e que estão encurralados num território muito pequeno. O desmatamento no ano passado foi extremamente grave para a sobrevivência desse povo, porque se trata de um povo isolado. A segunda região que eu gostaria de destacar é a de São Félix do Xingu, também no Pará. A terceira região é a chamada região polarizada de Porto Velho, que engloba Cujubim, Nova Mamoré e Buritis, todas no Estado de Rondônia. A quarta região é a de Ponta do Abunã e Boca do Acre, que fica ali na tríplice divisa, como nós dizemos na Amazônia, entre Rondônia, Acre e Amazonas. A quinta é uma região do Amazonas especialmente em voga, porque está no noticiário quase todos os dias: Apuí, Santo Antônio do Matupi e Realidade, na BR-319. A sexta região é a de V.Exa., onde V.Exa. tem

⁴⁸ SANTOS, João Vitor: A extinção da política ambiental no Brasil e os riscos para a vida no planeta. Entrevista especial com Cristiana Losekann. Instituto Humanas Unisinos. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/590855-a-extincao-da-politica-ambiental-no-brasil-e-os-riscos-para-a-vida-no-planeta-entrevista-especial-com-cristiana-losekann>, acesso em 17/11/2020.

uma atuação muito forte: Juína, Aripuanã, Colniza, Guariba e Guará, localizada onde nós chamamos de noroeste do Estado de Mato Grosso. A sétima região, também no Estado do Pará, engloba os Municípios de Rurópolis, Trairão e Uruará. A oitava região, também no Estado do Pará, engloba Novo Progresso, Moraes de Almeida e Castelo dos Sonhos, na BR-163. A nona região é Sinop, no Mato Grosso. E a décima região, também no Mato Grosso, é a de Alta Floresta, Paranaíta, Apiacás, Nova Bandeirantes, que nós chamamos na região - todos que a conhecem - de Nortão. Essas dez regiões já estavam mapeadas no início do ano. E o que o Ministério Público Federal esperava? O que nós do Ministério Público de modo geral esperávamos? Era que essas dez regiões fossem especialmente atingidas por uma operação, ou por dez operações, e que se estabelecessem bases nessas regiões, nesses hotspots, o que não aconteceu. Não houve medidas efetivas, mesmo diante da pandemia e da edição do decreto de Garantia da Lei e da Ordem, o Decreto nº 10.341, de 2020, que autorizava o emprego das Forças Armadas na repressão desses ilícitos ambientais. Esperava-se isso, Deputada! Esperava-se que isso acontecesse. Nós estávamos confiantes no início do ano de que teríamos uma redução no desmatamento da Amazônia, mas, infelizmente, a União não adotou a contento as medidas previstas no PPCDAm, que, para quem não sabe, é o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. Esse plano é definido por metas de redução do desmatamento que foram assumidas internacionalmente pelo Brasil. E eu chamo a atenção para algumas delas que são importantíssimas para nós, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e, mais especificamente, o Acordo de Copenhague, de 2009, e o Acordo de Paris, de 2015. O Brasil se comprometeu nesses acordos internacionais a fazer a redução do desmatamento. Esse plano é capitaneado pelo IBAMA e foi muito bem elaborado. O Leonardo nos trouxe fotos de satélite e informações preciosas que foram repassadas ou obtidas pelo IBAMA. E o IBAMA conseguiu construir esse plano. O problema é que o plano não foi adiante. O próprio Ministério do Meio Ambiente, se nós repararmos bem, no site, projetava a queda no desmatamento da Amazônia no ano de 2020, por quê? Porque ele iria, ao mesmo tempo, responder aos compromissos internacionais e fazer com que diminuísse a pressão interna contra o desmatamento, sobretudo, na Amazônia. Infelizmente, não foi o que se viu. A meta prevista pela Política Nacional sobre Mudança do Clima, a partir do Acordo de Copenhague, foi irremediavelmente descumprida. E foi descumprida, a nosso ver, por conta da falta de atuação eficaz nessas dez regiões - só nelas, não precisávamos ir para outro lugar para que tivéssemos redução no desmatamento da Amazônia. As áreas críticas foram definidas como alvo das ações de monitoramento e controle operativo dos anos de 2016 a 2020, no PPCDAm, e essas áreas críticas coincidem exatamente com essas dez regiões que estavam a nosso dispor já no início de 2020.

Na oportunidade, alegou que o Ministério Público ingressou com uma ação judicial para que fosse feita fiscalização nesses 10 *hotspots*, mas que o Governo, em sede recursal, teria obtido decisão favorável à não fiscalização, sob o pretenso argumento da ingerência de uma esfera de Poder em outra:

Nós fizemos, Deputado Paulo Teixeira, a ação no hotspot do desmatamento. Infelizmente, nós fizemos recomendações ao IBAMA para que levasse a cabo essa fiscalização, e isso não foi feito. Nós tivemos que entrar com uma ação judicial, que teve êxito em uma tutela antecipada, provisória, concedida pela Justiça Federal do Amazonas. A ação foi assinada por dezenas de Procuradores da República que atuam na Amazônia e teve êxito em primeira instância. Ocorre que o Governo recorreu, por mais improvável que fosse, para que não fizesse essas ações de fiscalização. E ele utilizou um instrumento da época da ditadura militar, chamado suspensão de segurança, onde nem se discute o mérito da ação, e a apreciação é feita pelo Presidente do Tribunal Regional Federal de 1ª Região, em Brasília. O Governo Federal obteve êxito nisso. A justificativa do Presidente era de que o Ministério Público estava entrando, junto com o Judiciário, num campo de ação específico, exclusivo do Executivo, e, portanto, havia a violação do princípio da separação de Poderes. Nós não concordamos com isso porque toda a jurisprudência vai no sentido de que, quando se trata de violação de direitos fundamentais, não se pode utilizar o princípio da separação de Poderes para frear, para não legitimar, para não respeitar direitos fundamentais. E, quando essa ação foi feita, ela estava falando exatamente de direitos fundamentais, não só dos nossos em relação à utilização da Amazônia, ao impedimento de queimadas e, portanto, a algo nocivo à saúde da população, mas muito especificamente do direito à vida e à saúde das populações tradicionais que estavam afetadas nessas dez regiões do Brasil, que hoje, como já se comprovou, dizem respeito a 60% do desmatamento da Amazônia. Então, infelizmente, o Governo fez isso.

Em complemento, o Sr. Leonardo de Faria Galiano, Procurador da República da 4ª Câmara do MPF - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, disse, na mesma reunião técnica (21 de outubro) que, em relação aos 10 *hotspots*, apenas em um deles houve a implementação do Grupo de Investigações Ambientais Sensíveis (Giase), “uma unidade da Polícia Federal alocada em Santo Antônio do Matupi, um polo madeireiro extremamente importante, com problemas ambientais e indígenas enormes, entre os Municípios de Apuí e Humaitá, no sul da Amazônia, justamente no arco do desmatamento”⁴⁹.

Em complemento, entidades apontaram que, desde o início do ano, os incêndios haviam começado no Pantanal, e que informaram o Governo a respeito, que nada fez:

⁴⁹ Situação, de certa forma, análoga foi apontada pelo Coronel Paulo Barroso, Secretário Executivo do Comitê Estadual Gestão do Fogo, em reunião técnica do dia 09 de outubro, segundo o qual “vinte municípios são responsáveis por oitenta e cinco por cento dos desmatamentos e queimadas no Estado do Mato Grosso” e não há serviço de bombeiros nessas localidades.

Quero dizer também que, como a Letícia colocou, desde janeiro o Pantanal está pegando fogo. É verdade. Essas informações e esses ofícios foram encaminhados não só pelo Instituto Homem Pantaneiro, como também por outras organizações. Com isso mostramos que há um crime por parte do Governo, porque ele está prevaricando com essas informações. Prevaricação, na forma literal da palavra, consiste em retardar, deixar de praticar, praticar indevidamente ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa de lei para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Essa questão sobre a qual falamos, interesses e sentimentos pessoais, é para responder a um grupo e não à coletividade do Bioma Pantanal. (Sr. Laercio Machado de Sousa, Presidente do Conselho Nacional da Reserva Biosfera do Pantanal e representante do Bioma Pantanal no Conselho do COBRAMAB - Conselho Brasileiro Homem e Biosfera, em reunião técnica do dia 02 de outubro).

Estamos combatendo o fogo na região da Serra do Amolar desde fevereiro. Meu primeiro ofício em que comuniquei às autoridades a ocorrência de questões sobre fogo no Pantanal, lá na Serra do Amolar, é de 24 de janeiro. Isso mostra que a temporada seca e o momento do fogo, que deveria ocorrer em agosto e setembro lá na Serra do Amolar, chegaram em fevereiro. Isso significa que as mudanças climáticas, combinadas com as práticas que não previam essa condição climática de seca do rio e falta de chuva, acarretaram um grande problema, com fogo para este ano todo.

Os nossos recursos, os nossos braços para combater o fogo, acabaram em março. Desde março, temos juntado forças com outras instituições para continuar esse combate. (Sra. Letícia Larcher, Coordenadora Técnica do Instituto Homem Pantaneiro, em reunião técnica do dia 02 de outubro).

Ao que tudo indica, nos moldes apontados pelo Sr. Neurilan Fraga, Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios — AMM, em reunião técnica do dia 21 de outubro, essa tragédia já estava anunciada, prevista, e o governo nada fez para que isso fosse evitado.

Em complemento, apontou o Sr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe, Procurador de Justiça de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística do Ministério Público do Mato Grosso, na reunião técnica do dia 21 de outubro, que “quem faz execução da política nacional, que é de antes da nossa Constituição, é o Poder Executivo, o IBAMA, o ICMBio, as SEMAs, é o Governo Federal, é o Governo Estadual”, e que “se o executivo é tomado”, o Ministério Público fica “sem instrumentos”, ou seja, “quando o Poder Executivo entra na inércia, o Ministério Público também se enfraquece”. Na ocasião, o Procurador ainda alertou para um “movimento nacional de retirada dos Ministérios Públicos dos Conselhos, do IBAMA e do Conselho da Amazônia”.

No que se refere mais especificamente ao Pantanal, tornou-se fato notório a ação escassa, desorganizada, despreparada e tardia do Estado.

O que nós pontuamos sempre, num cenário como esse, é a transparência das ações. Informações sobre as ações implementadas, o calendário executado, equipe, frota, equipamentos mobilizados são fundamentais para que a sociedade possa fazer o acompanhamento e para que nós possamos, diante da tragédia, ter o mínimo de noção daquilo que está sendo feito para enfrentá-la. É preciso ter conhecimento da capacidade e dos recursos estaduais e federais.

A leitura que nós fazemos, dado o tamanho do desastre, é que os recursos foram insuficientes até o momento. Nós podemos dizer que está havendo uma tragédia anunciada. Desde o final do ano, como bem disseram, o regime de chuvas já estava abaixo da média. Tanto o INPE quanto a NASA alertaram para o fato de que este ano seria mais seco. Além disso, houve o cenário de COVID-19, que é de conhecimento de todos, que atrasou a contratação das brigadas — começaram a ficar mais efetivas em julho.

Ainda assim, o planejamento e a tomada de decisão foram bastante tardios. O exemplo é o decreto de emergência, em ambos os Estados, que se deu na metade de setembro, depois de 2 meses da situação bastante crítica de incêndio em todo o bioma. A chegada das brigadas foi tardia, mas é uma oportunidade para reduzir os impactos a essa altura do campeonato. (Sr. Vinícius Silgueiro, Coordenador de Inteligência Territorial do Instituto Centro de Vida e Membro fundador do OBSERVA MT – reunião técnica do dia 30 de setembro)

No que se refere à atuação tardia do Governo, o Sr. Ronney Augusto Matsui Araújo, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em reunião técnica do dia 06 de outubro, justificou o atraso da intervenção de sua pasta ministerial com base na decisão do Plenário do STF, que, segundo ele, “impediu a ação unilateral da Força Nacional, ou seja, sem que houvesse solicitação ou anuência do Estado”. Em outras palavras, disse que o atraso da atuação do Governo Federal se deu em razão do atraso da atuação dos Governos dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em suas palavras:

É importante ressaltar que, diante do problema, o Ministro André Mendonça ofertou a possibilidade de suporte do Ministério aos Governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No âmbito do Ministério, essa é uma ação inédita de apoio. Nunca antes havia sido feita uma ação de suporte de bombeiros militares da Força Nacional de Segurança Pública para atuação única e exclusiva no combate a incêndios. Uma decisão judicial acabou tornando não tão imediata a ação. Em 24 de setembro, decisão do Plenário do STF impediu a ação unilateral da Força Nacional, ou seja, sem que houvesse solicitação ou anuência do Estado. O Estado teve então que nos

solicitar esse apoio. Mato Grosso fez o pedido no dia 21 do mês passado, e Mato Grosso do Sul, no dia 28. A partir desse momento, fizemos uma aproximação, buscando realizar um diagnóstico. Os Estados, por conta do início das chuvas, acreditaram que isso amenizaria os incêndios. Verificamos que eles estavam com problemas de logística e não somente de pessoal. Precisavam principalmente de aeronaves para levar as equipes até os locais de incêndio, que ficavam em áreas remotas. Só mandar pessoas não resolveria o problema. Precisávamos fazer articulações e conseguir apoio aéreo. Diante disso, o Ministério da Justiça ficou em prontidão, até que conseguimos fazer esse levantamento das necessidades. Eles deram sinal verde para que pudéssemos mandar equipes para os Estados. As nossas equipes ficam sob o comando dos Estados. São eles que têm o domínio da situação, sabem onde empregar o pessoal, sabem onde há maior necessidade.

No entanto, a justificativa não parece prosperar, até mesmo porque a citada decisão da Suprema Corte se deu em momento posterior ao início dos incêndios e dizia respeito a outra questão.

Deputada Rosa Neide, eu ouvi cuidadosamente as falas — elas me causaram espécie. Primeiro, ouvi a fala do palestrante Ronney Matsui, do Ministério da Justiça, que disse que não poderia ter levado a Força Nacional, porque houve o entendimento do Supremo que somente com solicitação do Estado. Esse entendimento do Supremo foi no dia 18 de setembro. O fogo começou em julho. E, no dia 1º de setembro, a Força Nacional estava na Bahia num assentamento do MST para trabalhar questões de natureza ideológica. Não havia necessidade da Força Nacional. Foi isso que suscitou essa decisão do Supremo. Então, a Força Nacional foi para a Bahia sem ser solicitada, mas não foi para o Pantanal para apagar o fogo. Foi por conta de um debate de natureza política e ideológica, mas não foi para apagar o fogo. Então, ao tempo que o fogo acontecia, a Força Nacional poderia ter ido, mas não interessou ao Governo Federal que ela fosse lá. (Dep. Paulo Teixeira, reunião técnica do dia 06 de outubro)

Eu quero fazer algumas indagações. Logo no início, o representante do Ministério da Justiça, Sr. Ronney Matsui, colocou que, com base em uma decisão recente, posterior à do STF, não atendeu o pedido do Governo do Estado para mandar apoio da Força Nacional para combater os incêndios. No entanto, como muito bem disse o Deputado Paulo Teixeira, esse entendimento do Ministério da Justiça não foi o mesmo para o envio da Força Nacional ao sul da Bahia. Então, faço uma pergunta direta: o órgão que determina o envio para essas regiões da Força Nacional é a Secretaria da Agricultura? É o Sr. Nabhan Garcia, do Ministério da Agricultura, quem dá a ordem para onde deve ir? No sul da Bahia, tudo indica que, sem necessidade, conseguiram mobilizar 200 homens para fazer a reintegração de uma escola em que não havia mais ninguém dentro desde o mês de fevereiro. Na verdade, essa era uma escola onde

faziam um curso de agroecologia. (Dep. Nilto Tatto, reunião técnica do dia 06 de outubro)⁵⁰

Além da atuação tardia, o descaso é exemplificado pelos próprios números: no Mato Grosso do Sul foi noticiada, em 12 de outubro, a presença de “120 brigadistas do Prevfogo vindos de cidades pantaneiras do MS e do DF, Paraná, Santa Catarina, Piauí, Bahia e Pernambuco”⁵¹; segundo o Sr. Ronney Augusto Matsui Araújo, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ouvido na reunião técnica do dia 06 de outubro, sua pasta, até aquele momento, havia enviado, ao Mato Grosso do Sul, 46 agentes da Força Nacional, 8 viaturas, 1 microônibus e 1 caminhão⁵², e, ao Mato Grosso, 43 militares, dois helicópteros, dois micro-ônibus e dez viaturas. Já o Sr. Eduardo Lunardelli Novaes, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Meio Ambiente - MMA, na reunião técnica do dia 06 de outubro, apontou que “em maio deste ano, foi prevista a alocação de 317 brigadistas de ambas as instituições (Ibama e Icmbio) nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ao longo da crise de incêndios no Pantanal, foram alocadas 444 pessoas a mais para que pudéssemos fazer frente a esse desafio. Essas pessoas foram trazidas de outras regiões”. Já o Sr. José Eduardo Leal de Oliveira, General de Brigada,

⁵⁰ Quanto ao tema, na mesma ocasião, o Sr. Jaime Verruck, Secretário de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul-MS explicou, em reunião técnica do dia 06 de outubro: que, em julho, foi publicado o decreto estadual de emergência ambiental e, logo depois, um decreto de emergência dos Municípios de Ladário e Corumbá, que foi assim reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. E disse que, “obviamente, não há como acionar preventivamente a Defesa Civil. A Defesa Civil só é acionada no momento em que existe uma catástrofe como esta da questão das queimadas”.

⁵¹ VALENTE, Rubens. UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/10/12/incendio-pantanal-brigadistas-combate.htm#:~:text=Na%20linha%20de%20frente%20do,os%20inc%C3%AAndios%20e%20enfrentam%20mesmo>. Acesso em 15/11/2020.

⁵² Na oportunidade, acrescentou: “É importante frisar que nunca antes foi mandado pela Força Nacional apoio de bombeiros para atividade exclusiva de combate a incêndios. Nós temos limitações, é óbvio, mas se trata de uma ação inédita que está sendo feita. Por óbvio, para oferecer mais suporte, nós precisamos da cooperação dos demais Estados. Cada um tem sua realidade, suas dificuldades. Os recursos são limitados. Muitas Unidades da Federação também estão sofrendo com incêndios”.

Subchefe de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, em reunião técnica do dia 06 de outubro, apontou que as forças armadas tem empregado um efetivo aproximado de 400 militares, que, juntamente a, aproximadamente, 500 ou 600 “companheiros de outras agências”, levaria a um total de mil pessoas no combate diário.

Como complemento, o Ministério da Defesa informou à Comissão Externa, por meio do ofício n. 29128/GM-MD:

As ações estão sendo conduzidas pelo Comando do 6º Distrito Naval. Atualmente, estão engajados nas atividades cerca de 402 militares da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro, além de 620 agentes de órgãos como Corpo de Bombeiros Militar de MT e MS, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Até 13 de outubro de 2020, em diferentes momentos, já foram empregadas 14 aeronaves das Forças Singulares como os helicópteros UH-12 (Esquilo), UH-15 (Super Cougar), HM-1 (Pantera) e H-60 (Black Hawk), além dos aviões C-130 (Hércules), equipado com o Sistema Modular de Combate a Incêndios Florestais, C-98 (Caravan) e C-105 (Amazonas), e que contabilizam cerca de 490 horas de voo. Somam-se ainda aproximadamente 100 viaturas e 06 embarcações utilizadas diariamente no transporte de brigadistas e no despejo de água para conter as chamas.

Já o Ministério do Meio Ambiente informou por meio do ofício n. 7554/2020/MMA:

Sobre o assunto, informo que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio aumentaram para cerca de 3000 o número de brigadistas em 2020⁵³, tendo disponibilizado 10 aviões Air Tractor e quase 100 viaturas para combater aos incêndios. Além disso, foram disponibilizados recursos que excedem a R\$10 milhões de reais e se somam aos contingentes da defesa civil e forças armadas.

Tais ações visam não apenas o combate aos incêndios, como também o salvamento da fauna, e são realizadas conjuntamente com os Centros de Triagem e Recuperação de Fauna Silvestre (Cetas) do Ibama, órgãos estaduais e voluntários.

⁵³ Esse número, ao que tudo indica, considerando os números trazidos por outras autoridades, parece ser referente aos brigadistas de todo o País, e não somente os destinados à região do Pantanal.

Ainda, a partir do cruzamento de dados divulgados no DOU e no sítio eletrônico do Ibama⁵⁴, é possível perceber que houve, durante a crise dos incêndios, editais para a contratação de: (1) no Mato Grosso do Sul, 72 brigadistas de combate, 12 chefes de esquadrão, 5 chefes de brigada e 2 supervisores estaduais; (2) no Mato Grosso, 100 brigadistas de combate, 16 chefes de esquadrão e 7 chefes de brigada⁵⁵.

No que se refere aos incêndios em Terras Indígenas, o Ibama informou que “conta com apenas 11 brigadas do PrevFogo para combater incêndios florestais em mais de 15 milhões de hectares de Terras Indígenas, que representam mais de 16% do território do Estado de Mato Grosso”⁵⁶.

Por mais que se reconheça o esforço de alguns setores, e em especial a heroicidade daqueles que arriscam a própria vida para amenizar a trágica situação, é inegável que o controle efetivo dos incêndios demandaria uma atuação muito mais consistente.

De fato, o número de agentes estatais na região é muito reduzido tamanha a proporcionalidade da tragédia. Os que lá estão, somados aos voluntariados, são verdadeiros heróis nacionais, merecendo todo o nosso respeito e admiração.

⁵⁴ Mais precisamente em <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/editais-e-convites/editais-de-contratacao-de-brigadas-federais-de-incendio>.

⁵⁵ Até o final de setembro, houve a divulgação oficial da contratação de 38 brigadistas, 6 chefes de esquadrão e 2 chefes de brigada, restando a dúvida se as demais vagas em editais foram preenchidas (<https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/editais-e-convites/editais-de-contratacao-de-brigadas-federais-de-incendio>).

⁵⁶ Excerto extraído do despacho proferido pelo Procurador Federal Ricardo PAEL ARDENGHI (Autos PR-MT-00034703/2020). No mesmo documento, há referência à preocupante falha de comunicação entre o Ibama, a Funai e as Forças Armadas, sendo relatado que “o Exército Brasileiro só ficou sabendo o incêndio florestal na Terra Indígena Xingu - TIX, por exemplo, por meio do seu serviço de inteligência, não tendo recebido qualquer demanda da FUNAI ou do IBAMA”.

Para piorar, em meio ao caos, o Ibama chegou ao absurdo de determinar, sob o pretexto da falta de recursos, que as brigadas de incêndios florestais interrompessem os trabalhos em todo o País⁵⁷.

Nesse contexto, precisas as palavras do Sr. Laercio Machado de Sousa, Presidente do Conselho Nacional da Reserva Biosfera do Pantanal e representante do Bioma Pantanal no Conselho do COBRAMAB - Conselho Brasileiro Homem e Biosfera, proferidas em reunião técnica do dia 02 de outubro, ao afirmar que a “justiça está tendo que nos proteger e proteger o meio ambiente do Ministro do Meio Ambiente”. Ou nas palavras do Sr. Marcos Palmeira, em reunião técnica do dia 29 de outubro, temos “um Ministro do Meio Ambiente que odeia o meio ambiente”, o que é frustrante.

Não sem razão, foi interposta pelo Dep. Nilto Tatto a Proposta de Fiscalização e Controle n. 27/2019, propondo “que a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realize fiscalização e controle nas ações do Ministério do Meio Ambiente e suas autarquias vinculadas, referentes às ações de monitoramento e fiscalização do desmatamento nos diferentes biomas do país, efetivadas desde 01/01/2019”, da qual selecionamos o seguinte excerto:

Dados oficiais produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam o avanço do desmatamento da Amazônia a taxas extremamente altas no primeiro semestre de 2019, comparativamente ao mesmo período de 2018. (...)

Essa situação alcançou grande visibilidade no cenário nacional e internacional, convertendo-se num dos principais temas em destaque na mídia e na opinião pública no último mês. Mais recentemente, o problema foi motivo de preocupação dos governadores da Amazônia que expressaram na Carta de Palmas, divulgada no último 2 de agosto, “a preocupação com o avanço do desmatamento ilegal na Amazônia”, ao mesmo tempo em que reafirmaram o compromisso com o desenvolvimento sustentável da região.

A recusa do governo do Presidente Jair Bolsonaro em aceitar os números do Inpe gerou uma crise que levou à exoneração do seu Presidente e agora o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, fala em contratar serviços privados para fazer o monitoramento do

⁵⁷ BRIGADISTAS suspendem combate a incêndios no Pantanal e Amazônia. Portal On News. Disponível em <https://portalonnews.com.br/brigadistas-suspendem-combate-a-incendios-no-pantanal-e-amazonia/>. Acesso em 10/11/2020.

desmatamento da Amazônia, lançando acusações e suspeitas sobre a idoneidade do trabalho de monitoramento realizado por uma instituição científica mundialmente reconhecida.

Ao transformar o desmatamento da Amazônia em uma celeuma ideológica, a despeito da sua concretude enquanto fenômeno associado às decisões políticas do governo e dos agentes privados, o governo coloca em risco os avanços e conquistas do país em prol do desenvolvimento regional em bases sustentáveis, capaz de gerar riquezas e bem-estar para a população mantendo a floresta em pé.

Na prática, o discurso e a abordagem oficial sobre o problema estão eivados de permissividade com o velho e indesejável padrão de ocupação predatória da Amazônia, baseado na expansão desordenada da fronteira agrícola, na exploração criminosa dos recursos florestais e outras formas de extrativismo que solapam os ecossistemas e os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais. O governo ataca a política ambiental, rebaixa e desqualifica o papel do Ibama e do ICMBio, e avança com medidas que instigam e promovem o desmatamento.

Toda essa linha de raciocínio nos remete a uma “desestruturação dolosa”, intencional, do aparato ambiental protetivo por parte do Governo Federal, ou, nas palavras do Sr. Fernando Zasso PIGATTO, Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS, a um “negacionismo genocida deste Governo”, para o qual “não importa a vida, importa o lucro”.

Essa questão ficou muito bem fundamentada na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal com o objetivo de obter o afastamento do Ministro de Meio Ambiente de suas funções (autos n. 1037665-52.2020.4.01.3400).

No caso do requerido, que assumiu o MMA em 2 de janeiro de 2019, diversos atos praticados em sua gestão, que serão relacionados ao longo desta peça, apontam para uma direção contrária à efetivação do projeto constitucional para o meio ambiente. Por meio de ações, omissões, práticas e discursos, o Ministro do Meio Ambiente promove a **desestruturação de políticas ambientais** e o **esvaziamento de preceitos legais**, mediante o favorecimento de interesses que não possuem qualquer relação com a finalidade da pasta que ocupa.

Quando considerados de forma isolada, certos atos poderiam indicar o exercício regular de discricionariedade administrativa. Contudo, esta ação demonstra que eles se inserem em um processo de desestruturação, realizado em várias frentes, de forma dolosa, que tem o objetivo de fragilizar a atuação estatal na proteção do meio ambiente. Analisados de forma contextualizada, tais atos promovem a **fragilização do arcabouço normativo e institucional** e na **diminuição da proteção ao meio ambiente**. Ou seja, é possível identificar, nas medidas adotadas, o alinhamento a um conjunto de atos que atendem, sem qualquer justificativa, a uma lógica totalmente contrária ao dever estatal de implementação dos direitos ambientais.

O **desvio de finalidade** pode ser constatado no conjunto de ações, omissões, práticas e discursos que prejudicam concreta e imediatamente a proteção dos ecossistemas e o direcionamento do aparato estatal para a preservação da biodiversidade. **Os efeitos da fragilização da estrutura administrativa, por sua vez, são imediatos, como mostram os dados sobre o aumento do desmatamento e o avanço de atividades econômicas ilegais sobre áreas de floresta nativa, incluindo áreas especialmente protegidas, como terras indígenas e unidades de conservação.** A desregulamentação de medidas proibitivas, a desmobilização de servidores e o desmonte da fiscalização consistem em frentes permanentes de fragilização dos órgãos ambientais federais. **Em muitos casos, os efeitos podem se tornar irreversíveis.**

Como se verá, os diversos atos praticados pelo requerido ensejam a responsabilização do requerido por improbidade administrativa, na forma da Lei nº 8.429/92, por violação aos princípios da eficiência, legalidade e da lealdade às instituições. O dolo pode ser extraído das constantes afirmações e declarações contrárias às finalidades do ministério. **Se havia dúvidas quanto à sua configuração, a manifestação do requerido na reunião ministerial de 22 de abril de 2020 escancarou os propósitos de sua gestão e o desvio de finalidade nos atos praticados.**

Naquela ocasião, o Ministro declarou que considerava a pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19) uma oportunidade para modificar normas e adotar atos. Também sugeriu fazer uma "baciada" de alterações e "passar a boiada". Segundo o requerido, havia uma lista de medidas que poderiam ser simplificadas, independentemente de alterações legislativas. Entre as medidas, citou "reformas infralegais de desregulamentação, simplificação" e afirmou que "isso aí vale muito a pena" e que "a gente tem um espaço enorme pra fazer".

Ressaltou, ainda, a necessidade de deixar a Advocacia-Geral da União em alerta em caso de medidas judiciais e mencionou medida sobre a lei da Mata Atlântica: —Hoje, já está nos jornais dizendo que vão entrar com medidas, com ações judiciais e ação civil pública no Brasil inteiro contra a medida. Então, pra isso nós temos que estar com a artilharia da AGU preparada pra cada linha que a gente avança ter uma coisa".

As declarações apenas expõem, de forma clara, o que diversos atos já confirmavam: existe um verdadeiro **encadeamento premeditado de atuar contrário à proteção ambiental**, caracterizando o **dolo**, elemento subjetivo dos atos de improbidade. Analisando os fatos concretos, desde o início de sua gestão à frente do MMA, o Ministro tem adotado inúmeras iniciativas em flagrante violação ao dever de tutela do meio ambiente, como a desconsideração de normas e critérios científicos e técnicos, em desrespeito aos princípios ambientais da precaução, da prevenção e da vedação do retrocesso. As declarações provam a clara intenção de promover um verdadeiro desmonte da Política Nacional de Meio Ambiente do Brasil e a desregulamentação do Direito Ambiental pátrio, oportunamente no período da pandemia, utilizando-se do foco da mídia e da população na saúde pública como subterfúgio, em flagrante infringência aos princípios que devem nortear a administração pública, quais sejam os da moralidade, eficiência, legalidade, impessoalidade e publicidade. (Trecho da petição inicial da Ação Civil Pública autos n. 1037665-52.2020.4.01.3400 – grifos existentes no original)

Entre os atos e medidas dessa “desestruturação dolosa”, apontaram os Procuradores: (a) o Decreto nº 10.347/2020, que transferiu a função de poder concedente de florestas públicas do MMA para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); (b) o Despacho nº 4.410/2020 do Ministro do Meio Ambiente, que aprovou nota e parecer emitidos pela Advocacia-Geral da União e alterou o entendimento consolidado no Despacho MMA 64.773/2017 sobre a especialidade da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) em face do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012); o Decreto nº 9.672/2019, ao extinguir a Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas; (d) a alteração da composição do Comitê de Compensação Ambiental Federal, comprometendo substancialmente a anterior composição técnica e plúrima do órgão, bem como a efetividade e o controle da atuação; e e) desestruturação dos órgãos de transparência e atuação.

Apontaram, ainda, a “desestruturação dos órgãos de transparência e participação”, o que tem ocorrido por meio da: (a) diminuição da representatividade social em conselhos (como a ocorrida via Decreto nº 9.806/19, que reduziu drasticamente o número de assentos no CONAMA destinados às entidades da sociedade civil que atuam na área ambiental, resultando em profunda disparidade representativa em relação aos demais setores sociais representados no órgão⁵⁸); (b) retirada de informações com mapas de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Internet; (c) Interferências na divulgação de dados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; (d) e restrição indevida da comunicação institucional, determinando ao Ibama e ao Icmbio a aquiescência do Ministério para a divulgação de informações.

Também, demonstraram os Procuradores a “desestruturação orçamentária”. Nesse tema, apontaram: (a) a redução orçamentária da ação programática de Controle e Fiscalização Ambiental em 25% para 2020, em total desacordo ao incremento do desmatamento calculado em 2019; (b) a não

⁵⁸ A questão também foi levantada pelo Sr. Fernando Zasso Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS, em reunião técnica do dia 14 de outubro, para quem o Conama foi “capturado pela gestão” e “praticamente excluiu a sociedade civil”.

execução de 39% (1,27 Bilhões de reais) do orçamento previsto para o Ministério do Meio Ambiente para 2019, mesmo com o aumento substancial das taxas de desmatamento e queimadas para o ano; (c) a escolha deliberada pela não implementação do PPCDAM (Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia), com previsão expressa no art. 4º, §2º do Decreto nº 6.527/08, ou qualquer outro plano de ação que incluía o IBAMA como protagonista da política ambiental brasileira, em desacordo com a Lei nº 7.735/89; (d) inativação do Fundo Amazônia, visto que “a discordância do Ministro Ricardo Salles quanto a aspectos do funcionamento do Fundo Amazônia, e a desestruturação dos seus órgãos operacionais e orientadores, tem gerado severos prejuízos para a política de combate ao desmatamento na Amazônia e aos princípios que devem norteá-la”.

Na citada ação civil pública, buscando o afastamento do Ministro Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente, o Ministério Público Federal demonstrou também uma “desestruturação fiscalizatória”, mediante: (a) o desmonte da fiscalização ambiental, como, por exemplo, via exoneração de toda a cúpula da fiscalização do Ibama como represália ao sucesso das operações realizadas para combater ilícitos ambientais nas 4 (quatro) terras indígenas mais desmatadas do País; (b) a alteração do registro de frequência e burocratização das atividades, desconsiderando as peculiaridades logísticas dos trabalhos de fiscalização em campo, ao impedir, por exemplo, que as horas trabalhadas após a jornada regular excedam 2 horas por dia, 40 horas por mês ou 100 horas em 12 meses; (c) a mora e a ausência de critérios técnicos na nomeação de chefias, como por exemplo na exoneração, no dia 28 de fevereiro de 2019, de 21 superintendentes sem que, por meses, houvesse a devida nomeação para a ocupação de alguns desses cargos (para se ter uma ideia, no Amapá, o atraso na nomeação foi de 13 meses!); (d) a exoneração de servidores com desvio de finalidade, como na exoneração dos ocupantes dos cargos de Diretor de Proteção Ambiental, de Coordenador-Geral de Fiscalização e de Coordenador de Operações de Fiscalização do IBAMA, “não com o objetivo de implementar novas visões ou políticas sobre a atividade de fiscalização, mas, sim, de obstaculizar o sucesso das ações de comando e

controle que, nos primeiros meses de 2020, vinham sendo implementadas pelo IBAMA, bem como de subtrair dos agentes fiscalizadores a prerrogativa de valerem-se de medidas preventivas previstas normativamente – caso da destruição de maquinário utilizado para prática de ilícitos ambientais”; (e) a colocação dos servidores em risco em atividades de campo, deslegitimando em público, por diversas vezes, a ação dos fiscais, o que aumenta a rejeição em relação a esses profissionais por setores da sociedade, resultando em “intenso recrudescimento da violência em face dos fiscais ambientais do IBAMA e do ICMBIO”.

Diante de tamanha inércia, ou melhor dizendo, de premeditada atuação negativa do Governo Federal, pessoas passaram a acreditar na impunidade e na desnecessidade de proteção ambiental, o que resultou em tragédias socioambientais jamais vistas ou sequer imaginadas.

Há uma sensação de impunidade, o que piora com a desestruturação dos principais órgãos federais de fiscalização, no caso, o IBAMA e o ICMBio; a dotação de recursos abaixo do necessário; a retirada e a exoneração dos servidores que estão na linha de frente, que fazem esse combate, que têm experiência nesse trabalho de fiscalização. Isso tudo passa a mensagem de que quem cometeu crime não vai ser punido. (Sr. Vinicius Silgueiro, Coordenador de Inteligência Territorial do Instituto Centro de Vida e Membro fundador do OBSERVA MT, em reunião técnica do dia 30 de setembro)

Não sem razão, presenciamos, pela primeira vez na história, absurdos como o famigerado “dia do fogo”, no qual fazendeiros buscaram a queima conjunta da Amazônia. Não sem razão, a devastação no Pantanal também atingiu recordes históricos, que ultrapassam em muito, os até então observados. (consoante será detalhado no próximo tópico)

Assim, o “fator humano”, que está atrelado aos “sinais invertidos” de autoridades governamentais, se mostrou presente com grande força para que a devastação atingisse níveis jamais vistos.

De fato, as apurações até o momento realizadas demonstram que considerável parte dos incêndios se iniciou em poucos pontos, no interior de propriedades particulares, e, ao que tudo indica, de forma proposital, visando a abertura de pastagens. A título de exemplo, a seguinte reportagem:

Um patrimônio natural do Brasil agoniza em meio a uma onda devastadora de incêndios. Quem vai salvar o Pantanal? As chamas já

consumiram 20% da vegetação. Animais em desespero tentam escapar do fogo, que se espalha com rapidez no clima seco. A região enfrenta a maior estiagem dos últimos 50 anos, consequência do aquecimento global.

Mas, a exemplo do que acontece na Amazônia, as queimadas no Pantanal podem ser resultado principalmente da intervenção humana. É o que uma investigação da Polícia Federal busca descobrir e o Fantástico teve acesso com exclusividade às informações do inquérito. Com a ajuda de imagens de satélite, os agentes identificaram o início de alguns focos de incêndios. A principal suspeita é de que, nos casos investigados, a ação tenha sido criminosa.

Em uma das regiões mais preservadas da região, perto do Parque Nacional do Pantanal, na divisa entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o fogo teria começado de forma criminosa, dentro de fazendas.

“A Polícia Federal tem por competência constitucional e atribuição apuração de danos ambientais que atinjam áreas de proteção da União”, destaca Leonardo Rafaini, delegado da Polícia Federal. O nome dessa operação é “Matáá”, que significa fogo no idioma de uma tribo indígena do Pantanal.

A investigação começou com a análise de imagens de satélites da Nasa. Um dos exemplos: no dia 30 de junho, aparece um primeiro foco de incêndio em uma fazenda. “A única causa natural para os incêndios florestais são as descargas elétricas atmosféricas, os raios”, afirma Alexandre Martins Pereira - analista ambiental do Prevfogo-Ibama. Em 30 de junho, não houve raios e o incêndio só pode ter sido provocado pelo homem. No dia seguinte, surgem outros focos, inclusive na fazenda vizinha. O incêndio cresce muito, como mostram as imagens. Situação parecida se repetiu em outras duas fazendas. E os focos começaram em datas próximas, no mês de julho - o que chamou ainda mais a atenção dos policiais.

No caso das quatro fazendas do Pantanal, o passo seguinte da investigação foi checar se as informações da Nasa batiam com as do banco de dados do Inpe, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. “É possível identificar a origem, o local dos focos e onde houve o provável início dos incêndios”, diz o delegado.

O resultado do Inpe: as queimadas começaram mesmo dentro das quatro fazendas e se espalharam, reforçando a suspeita de incêndio proposital. Depois, policiais seguiram as coordenadas dos satélites, filmaram - e fotografaram - o que sobrou do incêndio nas fazendas. Segundo a Polícia Federal, a devastação passou dos limites das fazendas e atingiu uma área total de cerca de 33 mil hectares, incluindo áreas de preservação permanente. A principal suspeita é que, nesse caso, houve o uso indevido do fogo para limpeza das pastagens.

Esse ano, já queimaram quase 3 milhões de hectares no Pantanal. E muitos focos começam por causa de uma prática comum, nem sempre autorizada pelos órgãos ambientais: atear fogo na pastagem para renovar o pasto. Depois da queima, com a primeira chuva, o capim rebrota vigoroso para engordar o gado. O problema é que com a seca e o vento, as chamas se alastram por fazendas vizinhas, atingem reservas ambientais, matam animais silvestres e devastam a vegetação nativa.

Uma das quatro fazendas investigadas pela Polícia Federal se chama Bonsucesso. Ainda havia focos de incêndio quando os agentes sobrevoaram o lugar, no mês passado.

O dono da Bonsucesso é o pecuarista Ivanildo Miranda. Ele é acusado de participar de escândalos recentes em Mato Grosso do Sul e aceitou fazer delação premiada. Ivanildo é réu em um processo de corrupção envolvendo políticos e empresários. O advogado dele, Newley Amarilla, falou sobre a investigação dos incêndios no Pantanal: “O senhor Ivanildo, meu cliente, não ateou fogo, nem mandou atear fogo em lugar nenhum”. O advogado não sabe dizer como o fogo começou: “Queimou cerca de 500 a 700 hectares. Não é possível até agora medir, embora o fogo já tenha sido extinto”.

Esta semana, policiais cumpriram mandados de busca e apreensão nas fazendas. O inquérito ainda está em andamento. A pena pode chegar a mais de 15 anos de prisão por danos ao Pantanal.⁵⁹

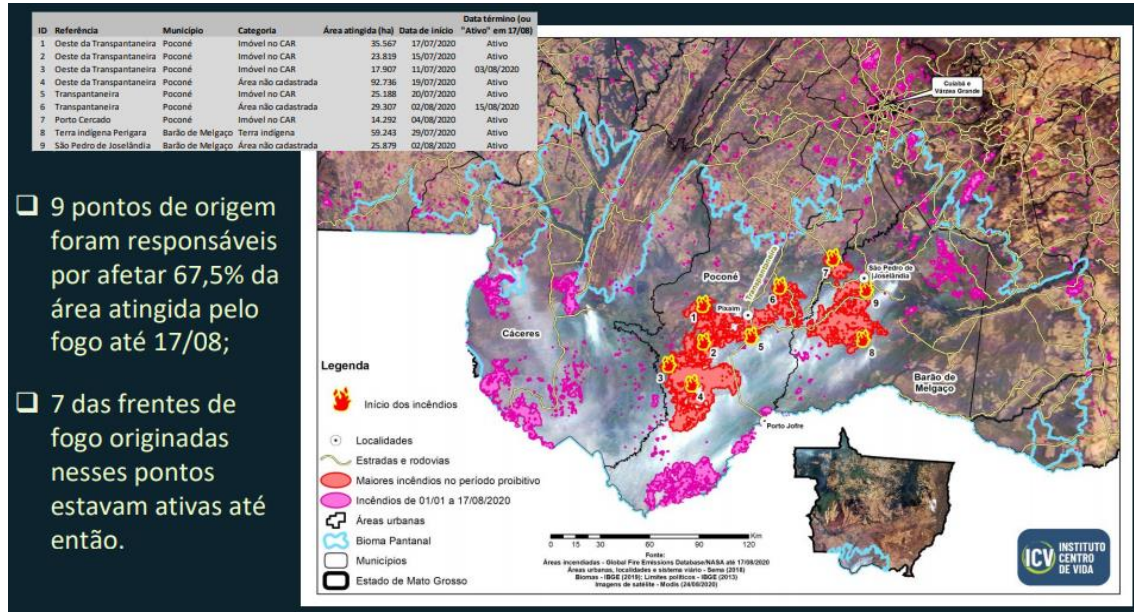
Em direção semelhante apontou o Sr. Vinicius Silgueiro, Coordenador de Inteligência Territorial do Instituto Centro de Vida e Membro fundador do OBSERVA MT, em reunião técnica do dia 30 de setembro:

Quando olhamos essas áreas atingidas pelo fogo, onde ele está ocorrendo em termos de categorias fundiárias, quando olhamos para todo o Estado, vemos que 48%, praticamente a metade, estão acontecendo em imóveis que já estão inscritos no CAR. Em seguida, vêm as áreas não cadastradas, 23%; as terras indígenas, 18%; as unidades de conservação, 7%; e os assentamentos, 5%. Isso, em todo o Mato Grosso. No caso do Pantanal, a proporção de áreas afetadas pelo fogo em imóveis com CAR, áreas ainda não cadastradas e unidades de conservação é maior do que a média estadual: 56% em imóveis que já estão no CAR, 29% em áreas não cadastradas, 12% em unidades de conservação. As áreas e os imóveis com CAR, como mostrei, ocupam 72% da área na porção mato-grossense do bioma. Não é de se estranhar que, quando o fogo foge de controle, essas áreas também sejam as mais atingidas. (...) Na análise que fizemos, em relação à origem desses incêndios que estavam ativos até a metade de agosto, identificamos que 67,5% do que havia queimado até então, até metade de agosto, tinha sido iniciado em nove pontos de origem. Isso mostra que, a partir de poucas áreas de todo esse cenário que foi bem apresentado aqui... Para mim hoje foi um privilégio apresentar por último, porque aprendi muito com a apresentação de todos vocês, tanto com os pesquisadores do INPE quanto com os da UNEMAT. A do Geraldo também foi superimportante para eu entender como se dão as diferentes formas de regeneração. Muitos perguntam como vai se dar a recuperação das áreas atingidas pelo fogo no bioma. Então, aprendi muito. Nesse caso, vemos que, dessas nove frentes, sete estavam ativas na metade de agosto: cinco delas se iniciaram em imóveis que

⁵⁹ NO Pantanal, imagens mostram caminho do fogo e PF suspeita de ação criminosa em fazendas. G1. Disponível em <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/09/20/no-pantanal-imagens-mostram-caminho-do-fogo-e-pf-suspeita-de-acao-criminosa-em-fazendas.ghtml>. Acesso em 17/11/2020.

estão inscritos no CAR; três, em áreas ainda não cadastradas; e uma, dentro da Terra Indígena Perigara⁶⁰.

Na ocasião, apresentou a seguinte imagem representativa da questão:



Caminhando para a conclusão deste tópico, de precisão ímpar a nota da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, intitulada “Para Defender a Vida e o Pantanal”⁶¹, da qual citamos o seguinte excerto:

⁶⁰Válido observar que, para o Sr. Jaime Verruck, na reunião técnica do dia 06 de outubro, Secretário de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul-MS, a maioria dos incêndios se iniciaram à beira dos rios, o que seria um indicativo de que não foram realizados para abertura de pastagens. Já o Sr. Alex Sandro Antônio Marega, Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso-SEMA/MT, na mesma ocasião, apontou que “nós temos as perícias hoje chegando à conclusão de que os incêndios se iniciaram em algumas propriedades rurais; de que alguns incêndios começaram em unidades extrativistas por pessoas que estavam extraíndo mel; de que alguns incêndios começaram também em terras indígenas - o uso dessa tecnologia permite isso”. Em complemento, o Sr. Sr. Leopoldo Nigro, diretor executivo do Pantanal Mato Grosso Hotel afirmou: “Eu ouvi o Carlos Nobre dizer que fazem o fogo para aumentar pastagem no Pantanal. Isso é um absurdo! Ninguém coloca fogo na época de inverno”. Porém, ao que tudo indica, como dito, vários incêndios foram sim criminosos.

⁶¹ PARA defender a vida e o Pantanal. Abrasco. Disponível em https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/09/Nota_Para-defender-a-vida-e-o-Pantanal_-1.pdf. Acesso em 17/11/2020.

O Bioma Pantanal é internacionalmente conhecido por sua extraordinária beleza e biodiversidade, sendo uma das maiores áreas alagadas contínuas do planeta. Por isso a Constituição Federal e a UNESCO o consideram Patrimônio Nacional e Natural da Humanidade.

O modo pantaneiro de convivência sustentável com a natureza foi sendo construído com populações tradicionais – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses - e uma pecuária extensiva típica da região, à qual se somou nas últimas décadas o turismo ecológico como importante peça econômica, embora nem sempre de forma sustentável e justa. Porém, nas últimas décadas isso vem mudando abruptamente. Como todo sistema ecológico, o Pantanal envolve uma complexa teia de relações e processos que afetam sua saúde e resiliência. Por exemplo, as mudanças climáticas globais, o desmatamento e queimadas no ecossistema amazônico vizinho interferem diretamente nos ciclos das chuvas no País e no próprio Pantanal. Este, por sua vez, é formado por duas formas de relevo fundamentais para o regime do fluxo das águas na região: o Planalto nas regiões mais altas onde mais chove e se encontram as nascentes e aquíferos que escoam para as áreas mais baixas que formam a Planície em direção ao Cerrado. O modelo econômico de desenvolvimento neoeextrativista hegemônico na América Latina e no Brasil está por detrás da degradação socioambiental da região nas últimas décadas. Desmatamento, poluição e assoreamento de rios têm sido provocados principalmente devido à expansão do agronegócio para o monocultivo de soja com o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes, e também para a pecuária. Segundo a Polícia Federal, existem fortes indícios de que as recentes queimadas na região foram provocadas deliberadamente por fazendeiros para a criação de área de pastagem. Mas o problema não se reduz ao agronegócio: a mineração de diamante e ouro (grande fonte de poluição por mercúrio), e até mesmo a construção de hidrelétricas, aceleram a degradação ambiental. Por exemplo, as Usinas de Múltiplos Usos responsáveis por gerar energia e evitar alagamentos nas cidades construídas próximas aos leitos dos rios tributários, como Cuiabá, vêm alterando o regime das águas responsáveis pelas inundações típicas do Pantanal.

Todos esses fatores têm transformado o regime das águas do Pantanal e vulnerabilizado diferentes populações, em especial comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas e ribeirinhas, afetando seus modos de vida, segurança e soberania alimentar, e caracterizando uma prática de racismo ambiental. Porém, com a gravidade da atual situação, as consequências da degradação do Pantanal ultrapassam em muito as populações discriminadas do campo; atingem áreas urbanas e mesmo outras regiões do País, tornando-se um grave problema de saúde humana e ambiental de dimensões continentais. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registraram até 15 de setembro de 2020 quase três milhões de hectares atingidos pelos incêndios. A poluição atmosférica produzida pelas queimadas tem sido carregada para várias cidades não apenas da região Centro-Oeste, mas já começam a atingir áreas nas regiões Sul e Sudeste. O material particulado aspirado agrava problemas respiratórios e poderão aumentar o nível de internações hospitalares e mortes nas regiões afetadas, as quais já estão com seus sistemas de saúde sobrecarregados pela pandemia da COVID-19.

A tragédia do Pantanal não está dissociada de vários desastres recentes e atuais, como o desmatamento e incêndios na Amazônia, e o desmonte de políticas públicas e instituições sociais, de saúde e meio ambiente. Está em andamento um ataque sem precedentes ao Estado Democrático de Direito e Bem-Estar Social. Isso está sendo feito em nome do progresso econômico a qualquer preço, da ideologia neoliberal que mercantiliza e financeiriza a natureza e o conjunto da vida social, dos interesses egoístas de grupos poderosos e práticas autoritárias de cunho fascista. Esse ataque também atinge as políticas sociais e trabalhistas, o SUS, as instituições de ciência e tecnologia, incluindo as universidades. Até quando tais ataques continuarão impunes diante do passivo silêncio de parcelas da sociedade e de instituições que deveriam estar defendendo a Constituição Federal, a justiça e os direitos dos cidadãos?

Diante do exposto, não há dúvidas: por mais que as condições climáticas sejam um fator importante para a compreensão da tragédia socioambiental no Pantanal, a atuação do Governo Federal e o “componente humano” foram fatores essenciais para que se ultrapassasse, em muito, todos os recordes históricos de devastação. Se fecharmos os olhos para essas questões, estaremos sentenciando à morte um dos biomas mais importantes do Planeta, bem como as populações que nele se encontram, e, em um horizonte mais amplo, arriscando a própria sobrevivência humana na Terra.

4.2 A TRAGÉDIA NO PANTANAL: EXTENSÃO DO DANO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Os incêndios florestais representam “um dos meios mais nocivos à integridade fitossanitária das matas, (...) mormente pelo seu elevado potencial de destruição e comprometimento de reconstituição do agregado biótico e abiótico no seu estado originário” ⁶².

De uma forma geral, pode-se apontar quanto aos danos causados pelos incêndios florestais:

Os danos ou os efeitos dos incêndios florestais e os acarretados pelo uso do fogo podem ser diretos e indiretos. Os danos diretos incluem:

- Destruição de florestas.

⁶² REZENDE, Elcio Nacur; OLIVEIRA, Edson Rodrigues de: A dinâmica do incêndio florestal e sua repercussão na responsabilidade civil por dano ambiental. Revista Direito Ambiental e sociedade, v. 5, n. 2. 2015, p. 54-81, p. 55.

- Perda de biodiversidade.
- Perda da fertilidade dos solos.
- Poluição atmosférica.
- Queda na qualidade e quantidade de recursos hídricos.
- Perda de patrimônio.
- Paralisação de aeroportos.
- Desligamento das linhas de transmissão de energia elétrica.
- Perda de vidas humanas em casos extremos.

Os danos indiretos muitas vezes são sutis e de difícil percepção como é o caso do aumento da mortalidade de árvores e de animais que em certas situações ficam sem alimentos ou abrigo. Outro exemplo é o aumento do custo dos serviços de saúde pública provocados pela grande quantidade de atendimentos médico-hospitalares relacionados às doenças respiratórias e de pele.⁶³

Quanto ao tema, elucidativas as palavras de Lúcia Lopes⁶⁴:

Os incêndios florestais, como referido, têm elevados impactos ambientais, sociais e econômicos. Destacam-se o aumento das emissões de gases; o aumento do fenômeno de erosão e consequentemente de deslizamentos de terras devido à destruição da camada superficial vegetativa; a maior suscetibilidade das áreas, onde se verificaram incêndios, a cheias; a elevada quantidade de nutrientes contida nas cinzas que são transportadas e que podem alterar as propriedades da água; a destruição da fauna e da flora. Também destroem a floresta enquanto ecossistema e o risco de incêndio faz diminuir o seu valor. Acrescenta-se que os incêndios constituem igualmente uma ameaça à segurança das pessoas e bens, sendo responsáveis pela morte de bombeiros, de civis e pela destruição de habitações e outro patrimônio. Destaca-se que os resultados negativos dos incêndios florestais serão mais ou menos prejudiciais para o ambiente em função de um conjunto de fatores, tais como: duração, intensidade, extensão e frequência dos incêndios e da vulnerabilidade do ecossistema.

O potencial destrutivo dos incêndios florestais é, realmente, preocupante e, quando atingidos os patamares observados no Pantanal neste ano de 2020. Faltam palavras para descrever a tristeza e a preocupação advindas com tamanha tragédia.

⁶³ ICMBIO: Manual para Formação de Brigadista de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Brasília, 2010, p. 21/22.

⁶⁴ LOPES, Lúcia: Modelação do Risco e Dinâmica do Fogo para Apoio ao Planeamento e Gestão do Espaço Florestal. Dissertação de Mestrado em Gestão Ambiental e Ordenamento do Território. Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Viana do Castelo, 2013, p. 8.

Por todos os fatores citados nos tópicos anteriores, climáticos, “governamentais” e “humanos”, a situação do Pantanal encontra-se crítica como nunca esteve.

Os índices da devastação superam todos os recordes e alcançam patamares jamais imaginados. Consoante dito pelo Sr. Leonardo Gomes, representante da SOS Pantanal e do Onçafari, em reunião técnica ocorrida no dia 02 de outubro, “o bioma pantanal foi historicamente moldado pelo fogo”, mas, obviamente, o que se vê hoje é “um cenário de catástrofe mesmo, a maior seca em décadas e uma situação que saiu totalmente do controle”.

Não é possível, mensurar neste momento, todas as consequências de tamanha tragédia. Além de complexas, elas se perpetuam no tempo e não se findam com o apagar das chamas. Como mensurar os efeitos da perda da biodiversidade⁶⁵, da inalação da fumaça, da tristeza e do desamparo à população?

Ainda que cientes dessas e outras limitações, cabe a esta Comissão sistematizar as informações já disponíveis e produzidas durante os trabalhos. Ainda que se tenha muito mais a apurar, em termos de consequências dessa lastimável tragédia, o que já se sabe é suficiente para que façamos o possível, e o impossível, para mitigar seus danos e evitar que situações semelhantes venham novamente a ocorrer.

Nesse contexto, um primeiro ponto a se observar foi o aumento exponencial, em número e área, dos incêndios. Em reunião técnica desta Comissão Externa, ocorrida no dia 30 de setembro, apontou o Dr. Alberto Setzer, Coordenador Substituto do Programa de Queimadas do Inpe, os recordes históricos da devastação:

Outro dado interessante que nós geramos são informações compiladas. Elas dão uma análise temporal do que está acontecendo. Eu olho o Pantanal e vejo que, até o dia de ontem, desde o dia 1º de

⁶⁵ Cite-se como exemplo, nos moldes apontados pela Sra. Sra. Márcia Chame, Chefe da Biodiversidade da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, em reunião técnica do dia 14 de outubro, estudos recentes que mostram no Bioma Pantanal, 16 espécies de vírus com potencial médico e 6 espécies absolutamente desconhecidas da ciência, cujos impactos são desconhecidos.

janeiro, nós tivemos um aumento de 195% em número de detecções, se compararmos com o de 2019. Trata-se de um aumento de quase 200%, levando-se em conta que 2019 já teve um aumento de mais de 300% em relação a 2018.

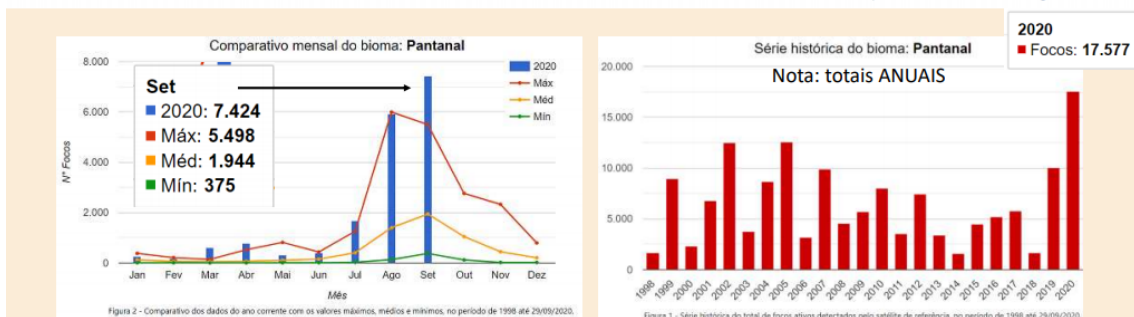
Na oportunidade, os gráficos apresentados demonstram claramente a questão:

Tabela anual comparativa de biomas do Brasil - últimos anos no intervalo de 01/Jan até 29/Set

* Número de focos detectados pelo satélite de referência.

	2014	Dif%	2015	Dif%	2016	Dif%	2017	Dif%	2018	Dif%	2019	Dif%	2020
Amazônia	48.522	19%	58.041	-2%	56.582	24%	70.533	-33%	46.653	42%	66.311	13%	75.362
Caatinga	4.176	53%	6.399	-23%	4.886	-35%	3.136	75%	5.497	-5%	5.211	-13%	4.530
Cerrado	44.897	5%	47.510	-7%	44.072	13%	50.141	-37%	31.292	61%	50.439	-10%	45.365
Mata Atlântica	10.712	-17%	8.808	70%	15.040	-17%	12.382	-27%	9.014	51%	13.647	0%	13.686
Pampa	613	4%	643	80%	1.158	-33%	772	-14%	660	80%	1.189	28%	1.533
Pantanal	812	255%	2.888	23%	3.572	36%	4.871	-71%	1.388	328%	5.941	195%	17.577
TOTAL	109.732	13%	124.289	0%	125.310	13%	141.835	-33%	94.504	51%	142.738	10%	158.053

Ir para estatísticas dos estados, regiões e biomas

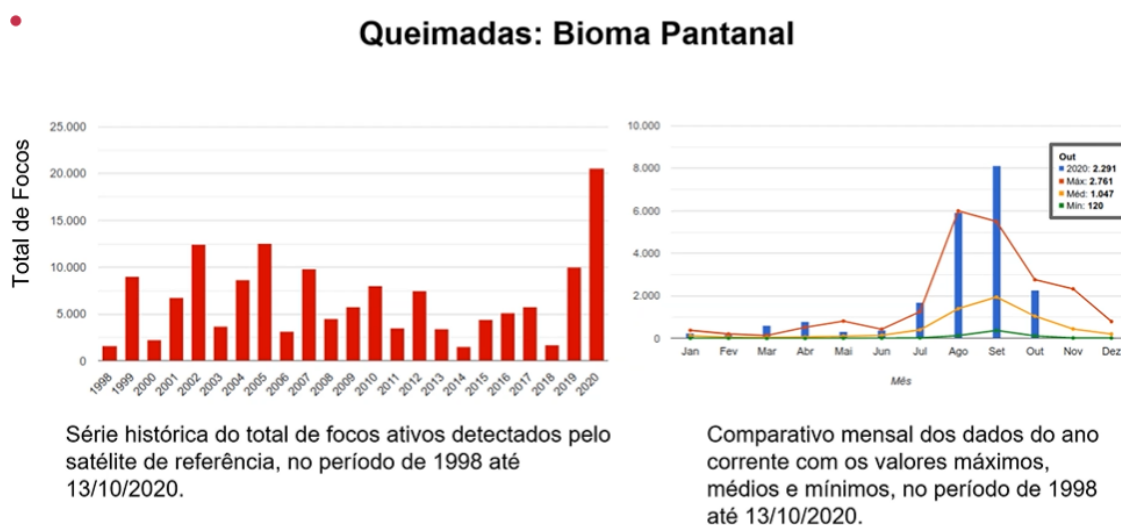


Vale observar que na região Amazônica também ocorreu esse aumento exponencial, conforme se depreende da imagem apresentada pelo Sr. Sr. Leonardo de Faria Galiano, Procurador da República da 4ª Câmara do MPF - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, na reunião técnica do dia 21 de outubro:

Evolução Mensal das Queimadas

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	TOTAL
2019	35	90	114	10	21	57	1.371	6.668	3.026	318	11.710
2020	197	73	77	12	15	122	2.119	8.030	4.271	1.087	16.002
Variação (%)	463%			20%		114%	55%	20%	41%	241,32%	36,61%

Ainda, na 3ª reunião da Sala de Crise do Pantanal, organizada pela Agência Nacional das Águas⁶⁶, ocorrida no dia 15 de outubro de 2020, o Inpe também apresentou os gráficos que indicam o aumento exponencial dos focos de incêndios na região:



Fonte: <http://queimadas.dgi.inpe.br>

Em complemento, tem-se que “com 2.825 focos de incêndio, Pantanal tem o pior outubro da história”⁶⁷. Quanto ao tema, o Sr. Alberto Setzer, representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em reunião técnica do dia 15 de outubro, pontuou: “embora ainda tenhamos 2 meses e mais uns 10 dias pela frente, (2020) já foi o pior ano de todos os anos sobre os quais coletamos dados desde 1998. Temos praticamente o dobro do que tivemos em 2019, que por si só já foi um ano muito difícil”.

⁶⁶ 3ª reunião da Sala de Crise do Pantanal - Seca na Região Hidrográfica do Paraguai - 15/10/2020. ANA. Disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLdDOTUuInCuyhbQixbnuBhnC1MJejRARa>. Acesso em 17/11/2020.

⁶⁷ PINHEIRO, Lara. Com 2.825 pontos de incêndio, Pantanal tem pior outubro da história, indicam dados do Inpe. G1. Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/pantanal/noticia/2020/10/29/com-2825-pontos-de-incendio-pantanal-tem-pior-outubro-da-historia-indicam-dados-do-inpe.ghtml>. Acesso em 17/11/2020.

Esse aumento dos focos de incêndio, gerou uma extensão de área queimada jamais vista: quando o País já lamentava a perda de grande parte do bioma, foi noticiado que o “Pantanal teve 14% do bioma queimado apenas em setembro”⁶⁸, sendo que a área devastada, há muito, já é recorde histórico. Noticiado também que a “área queimada no Pantanal em 2020 supera em 10 vezes a área de vegetação natural perdida em 18 anos”⁶⁹. Ainda, em todo o ano, “26% de todo o bioma já foi consumido pelas chamas”⁷⁰, em uma área de 33 mil quilômetros quadrados, “o que equivale à soma do território do Distrito Federal e de Alagoas”⁷¹. Em complemento, em reunião técnica do dia 30 de setembro, apontou o pesquisador do Inpe, Sr. Alberto Setzer:

Nós fazemos aqui a estimativa mensal das áreas queimadas, em que o mês de setembro não foi contado. Até o fim de agosto, nós já tínhamos 12% da área do Pantanal queimada. Outras instituições também trabalham com esta parte de áreas queimadas, utilizando dados de satélites. No caso, eu estou mostrando a informação do laboratório LASA, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que, até o dia 27 de setembro, indicava a queima de 23% de toda a extensão do bioma, o que é bastante.

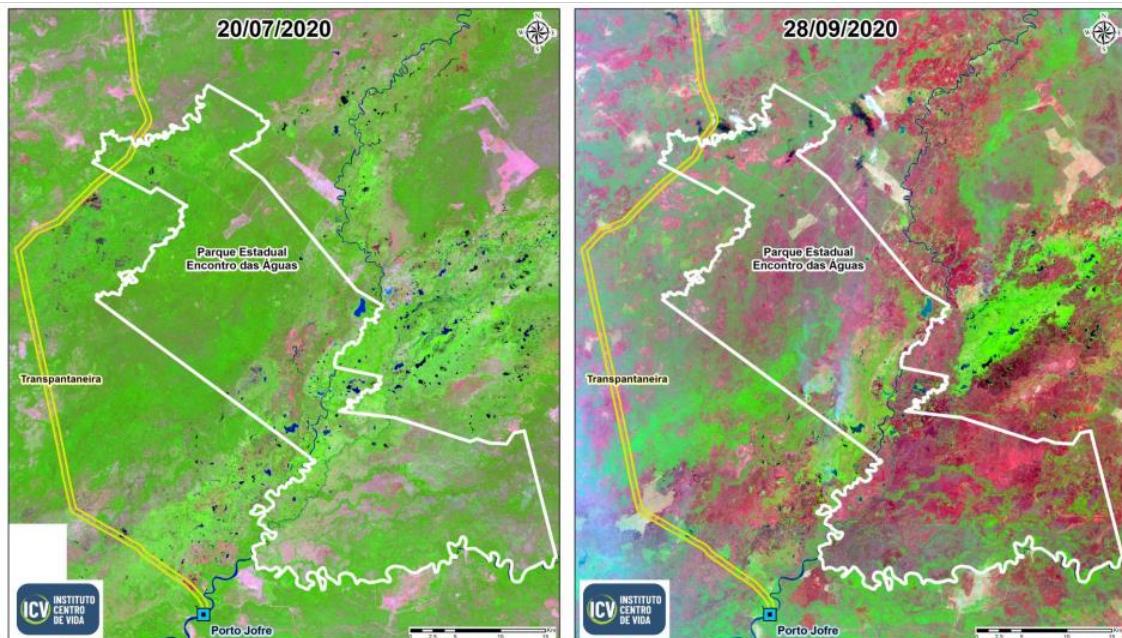
A título exemplificativo, em reunião técnica da Comissão Externa, ocorrida no dia 30 de setembro deste ano, foi mostrada pelo Sr. Vinícius Silgueiro, Coordenador de Inteligência Territorial do Instituto Centro de Vida e Membro fundador do OBSERVA MT, uma imagem que demonstra a queima de 93% do Parque Estadual Encontro das Águas.

⁶⁸ PANTANAL teve 14% do bioma queimado apenas em setembro e área devastada já é recorde histórico, diz Inpe. G1. Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/10/07/pantanal-bate-recorde-historico-de-numero-de-queimadas-em-setembro-desde-inicio-das-medicoes-do-inpe-com-mais-de-14-mil-focos-em-um-mes.ghtml>. Acesso em 17/11/2020.

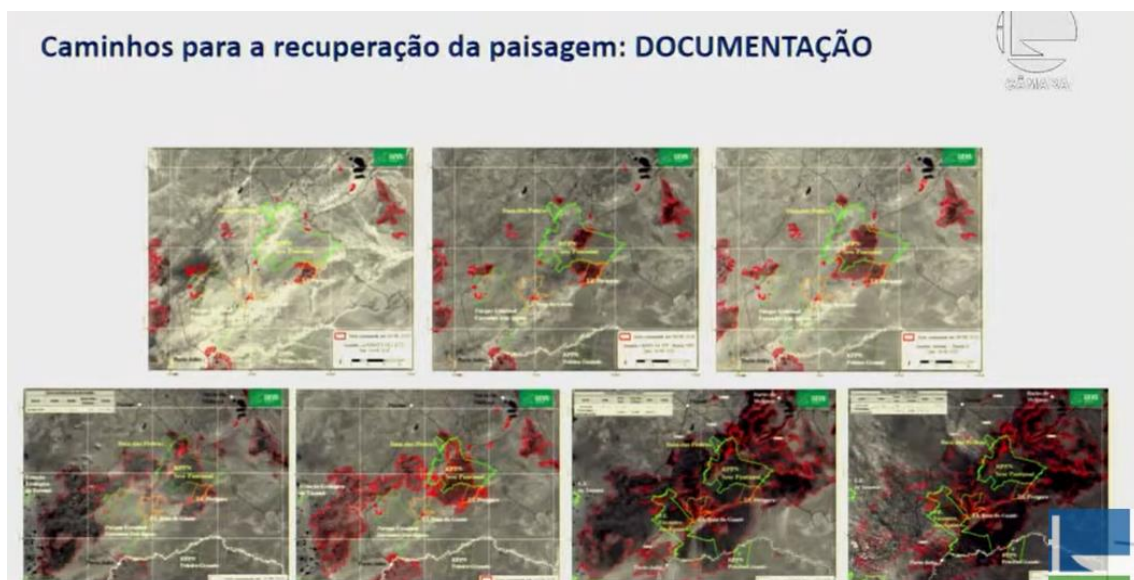
⁶⁹ SILVEIRA, Daniel. Área queimada no Pantanal em 2020 supera em 10 vezes a área de vegetação natural perdida em 18 anos. Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/09/24/pantanal-bioma-mais-preservedo-ate-2018-perdeu-ao-menos-10-vezes-mais-area-em-2020-que-em-18-anos.ghtml>. Acesso em 17/11/2020.

⁷⁰ PANTANAL teve 14% do bioma queimado apenas em setembro e área devastada já é recorde histórico, diz Inpe. G1. Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/10/07/pantanal-bate-recorde-historico-de-numero-de-queimadas-em-setembro-desde-inicio-das-medicoes-do-inpe-com-mais-de-14-mil-focos-em-um-mes.ghtml>. Acesso em 17/11/2020.

⁷¹ *Ib idem*.



Na mesma ocasião, destacou o orador que a RPPN SESC Pantanal, “queimou praticamente toda” e que mais de 80% da Terra Indígena Perigara e da Terra Indígena Baía dos Guatós havia sido tomada pelo fogo. Corroborando a fala, a Sra. Cristina Cuiabalia, representante do Polo Socioambiental Sesc Pantanal, informou terem sido atingidos 98 mil hectares na área do RPPN Sesc Pantanal, de uma área de 108 mil hectares da maior reserva privada do Brasil. A rápida evolução do fogo na região encontra-se demonstrada nas imagens apresentadas.

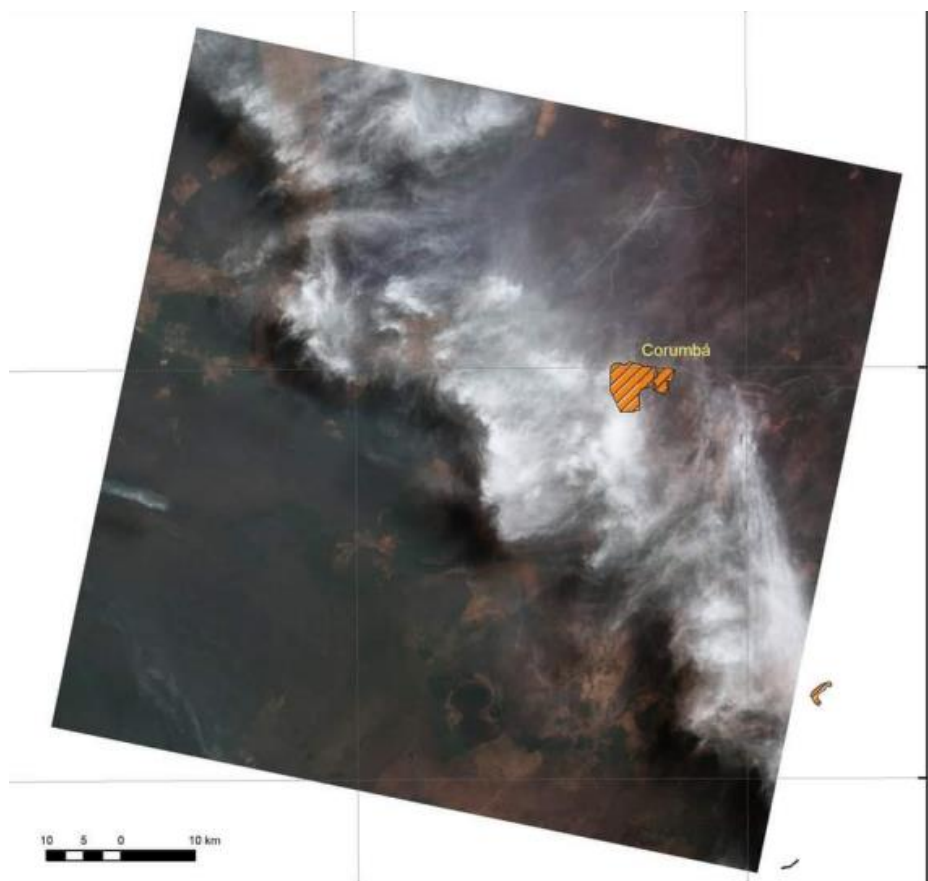


Na mesma direção, afirmou o Sr. Jaime Verruck, Secretário de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul-MS, em reunião técnica do dia 06 de outubro, que “nossas unidades de conservação estão 70% queimadas, as aldeias indígenas estão 50% queimadas”.

Em complemento, na reunião técnica do dia 01 de outubro, a Sra. Eliane Xunakalo, Representante da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT, destacou que “as terras indígenas tiveram mais de 80% de seus territórios consumidos pelos incêndios”.

Na mesma direção, afirmou Dom Juventino Kestering, Bispo da Diocese de Rondonópolis Guiratinga, em reunião técnica do dia 08 de outubro que as “aldeias indígenas que estão no Pantanal: Piebaga, Perigara, Córrego Grande e Tadarimana”, foram atingidas pelo fogo e “todas elas sentem a ausência da água”.

A gigantesca proporção da tragédia pode ser também demonstrada pela imagem apresentada na reunião técnica do dia 08 de outubro pelo Pe. Marco Antônio A. Ribeiro, Articulador das Pastorais da Diocese de Corumbá e do Regional Oeste 1 da CNBB -MS, na qual a cidade de Corumbá aparece como um pequeno ponto diante da nuvem de fumaça que a toma:



Toda essa devastação, é claro, causa riscos e prejuízos à saúde e à dignidade humana como um todo, principalmente, em populações carentes, como as originárias, as tradicionais e as formadas pelos pantaneiros agricultores familiares.

Nessa direção, comovente o relato da Sra. Fátima Aparecida Moura, representante da Federação de Órgãos para Assistência Social – Fase, em reunião técnica ocorrida no dia 02 de outubro:

Estamos muito preocupados especificamente com a perda de biodiversidade, de bichos, de plantas, mas também com a perda do modo de vida das pessoas. Aqui, na Baixada Cuiabana, na região de Poconé, de Nossa Senhora do Livramento, as populações tradicionais cultivam milho de variedades centenárias. As famílias cuidam das sementes, realizam a reprodução e a troca de sementes. No Estado, com a entrada dos transgênicos, houve uma perda muito grande dessas sementes, e agora muitas delas estão sendo perdidas por causa do fogo. Nós já iniciamos aqui uma campanha de recuperação, junto com outras organizações. Estamos tentando encontrar sementes como essas no Cerrado de Goiás e em outros lugares, para que possamos distribuí-las quando iniciar a chuva. Estamos torcendo para que as chuvas venham e façam com que essas famílias que estão no campo não percam a possibilidade do plantio de alimentos, que é o que garante a segurança alimentar delas e também a das

famílias que estão na cidade. Observamos o aumento do preço dos alimentos e toda essa preocupação com a segurança alimentar. Estamos deparando, Deputada, com muitas comunidades em situação de fome. É triste. Em março, visitamos comunidades para entregar cestas de alimentos a famílias, cestas que elas repartiam com outras mais próximas porque naquele momento ainda não necessitavam de tanta ajuda. Hoje, porém, elas nos procuram porque, com a chegada do fogo, estão em situação de fome e também porque, com a pandemia, não podem sair da comunidade em que prestam serviços, vendem sua mão de obra.

Também, o relato do Sr. Isidoro Salomão, representante do Comitê Popular do Rio Paraguai e da ONG Fé e Vida, em reunião técnica do dia 02 de outubro:

Ao mesmo tempo em que cantamos, queremos pedir à Comissão que diga para o povo que está governando o nosso Pantanal que é preciso sentir o que o pantaneiro sente, é preciso saber o que o pantaneiro sabe. Estou falando de pantaneiros e pantaneiras, não estou falando de donos de gado ou donos de fazenda, não. Estou falando principalmente dos ribeirinhos que moram à beira desse rio pegar água está difícil. Estou falando dos que moram nos assentamentos e que não têm mais água nem do poço para tomar. Estou falando das comunidades, das pessoas e dos povos tradicionais que moram há 70 anos nessa região, cujos poços estão secando e não têm água para tomar.

Aqui mesmo na nossa casa, nós estamos tendo que pôr um cocho lá no meio do pasto para que os macacos, os bichos venham tomar água.

Então, é deste pantaneiro que eu estou falando, o pantaneiro que sofreu de 500 anos para cá, que foi esquecido. Morreram muitos, foram dizimados os nossos povos tradicionais, principalmente os povos indígenas.

Para se ter uma ideia, a situação extrema fez com que faltasse água na maior “planície de inundação contínua do planeta”⁷² (vale observar ser o Pantanal conhecido como “reino das águas”, um imenso reservatório de água doce, “muito importante para o suprimento de água, a estabilização do clima e a conservação do solo”⁷³). Como, destacou a Sra. Áurea da Silva Garcia, Diretora Geral da Mulheres em Ação no Pantanal – Mupan, em reunião técnica do dia 15 de outubro, mesmo na maior área inundável por água doce do

⁷² RIOS, Eloci Peres; THOMPSON, MIGUEL: Biomas Brasileiros. Ed. Melhoraentos. E-pub, posição em 40%.

⁷³ Pantanal. WWF. Disponível em https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/pantanal/. Acesso em 06/10/2020.

Planeta, há grandes dificuldades de acesso à água potável por populações tradicionais, havendo grave “insegurança hídrica”.

Quando já se imaginou que seria preciso chegar ao ponto de trazer água para o Pantanal? Nós tivemos que abastecer os corixos. Onde há aquela última esperança de fôlego de vida para os animais, a disputa é tamanha que está sendo necessário colocar água, porque um número maior de animais está indo ali para se alimentar e se servir daquela água, que passa pelo processo de evaporação, consumo e percolação, ou seja, a coisa está desalinhada. E esse desalinho faz sentido quando começamos a entender que faltou, antes disso, um pensamento regular por parte de quem tem responsabilidade nisso e deveria ter agido no momento certo para fazer sua obrigação. E o que faço neste momento não é uma denúncia, não é uma reclamação, mas um pedido de socorro, porque nós estamos gritando e gritando faz tempo, só que os ouvidos parecem estar fechados. (Sr. Ilvanio Martins, Presidente da Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos – Ecotrópica, em reunião técnica do dia 02 de outubro)

Como destacado pela Sra. Solange Ikeda Castrillon, representante da Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT, na reunião técnica do dia 30 de setembro: “neste momento, as comunidades tradicionais e as comunidades à margem do Rio Paraguai e dentro do Pantanal estão pedindo água para beber, porque se sentem inseguros de utilizar essas águas que estão com resíduos dos incêndios”.

Ainda, o relato da Sra. Débora Calheiros, em reunião técnica do dia 15 de outubro:

Então, há um nível de poluição atmosférica enorme na região, que está atingindo as comunidades ribeirinhas, inclusive, Deputada, em relação à água potável, o que está atingindo a qualidade de vida das pessoas, que estão num verdadeiro inferno. A comunidade de Barra do São Lourenço está sofrendo com um problema muito sério de respiração. As pessoas estão num inferno, literalmente, em termos de temperatura. Há cinzas no ar, e até a qualidade da água do Rio Paraguai, que é um rio grande, foi afetada. As comunidades tradicionais, os guatós, os pescadores, a pecuária tradicional precisam da saúde ambiental do sistema para manter suas atividades, seu modo de vida, sua qualidade de vida. Também as espécies que são ameaçadas de extinção em outros biomas do País têm populações vigorosas na região - pelo menos tinham antes dessa tragédia, dessa catástrofe de incêndios.

Como destacado pelo Sr. Isidoro Salomão, representante do Comitê Popular do Rio Paraguai e da ONG Fé e Vida, em reunião técnica do dia 02 de outubro: “estamos agora num dilema muito grande, estamos numa contradição. O Pantanal para nós é água. Neste momento estamos vivendo num Pantanal com fogo, um Pantanal que traz todas as contradições possíveis”.

Em síntese, no Bioma caracterizado pela água, passam sede a população, em especial a parcela social e economicamente menos favorecida, e os animais.

Ainda, incalculável o prejuízo advindo com a destruição da fauna e flora. Como relatou a Sra. Cristina Harumi Adania, Coordenadora da Equipe da Associação Mata Ciliar no Pantanal, em reunião técnica do dia 09 de outubro:

Os animais silvestres não têm por onde escapar do fogo: eles estão à mercê da nossa vontade, esta é a verdade. Não existe um programa preventivo de afugentamento, de modo a fazermos isso ou aquilo, para que esses animais não sejam acidentados ou engolidos pelo fogo. Nós estamos juntos e queremos ajudar. Com certeza, nós estamos envolvidos na prevenção contra os incêndios. O macaco-prego, por exemplo, foge como? Subindo nas árvores. (*A oradora se emociona.*) Nós vimos várias queixadas queimadas, vimos muitos outros animais mortos. As queixadas fogem de um lado e sabem por onde ir porque há um tanque. Elas tentam fugir, mas são queimadas e intoxicadas. Nós vimos uma foto de uma onça-pintada morta - a foto foi tirada por um vaqueiro que estava sofrendo muito com a situação do animal. A onça estava morta num local completamente incendiado, mas ela estava íntegra. Ela estava tentando fugir, escapar, mas a intoxicação era muito intensa. A quantidade de animais mortos era muito, muito grande.

Também, o Sr. Jorge Salomão Júnior, Médico Veterinário e representante da Ampara Animal/Silvestre:

No primeiro dia em que nós saímos a campo, eu rodei 1,5 quilômetro, 2 quilômetros; e, num quadradinho de 10 por 10, nós contabilizamos 10 cobras mortas, muitos jacarés mortos, pacas queimadas. Aí nós sentimos onde estávamos entrando mesmo. (...) Embora o esforço seja muito grande, quando nós falamos de 128 animais, o que a Cris falou é uma das principais lições que nós temos que levar: é muito pequeno, é muito ínfimo o que nós estamos fazendo. Nós conseguimos tratar o indivíduo, mas não adianta romantizar achando que nós estamos fazendo diferença para as mais diversas espécies.

Ainda, a Sra. Edmara Barbosa, em reunião do dia 29 de outubro:

Existe toda uma cadeia que foi quebrada com o fogo, que não só mata os animais rasteiros — o macaco morre queimado em cima da árvore. E os bichos que sobreviverem, que conseguirem ir para a água, porque é para lá que eles estão migrando, para tentar chegar ao rio, eles não vão ter possibilidade de viver, porque vai faltar caça. Então, a tragédia é muito maior do que só ter queimado 20, 30 mil hectares do Pantanal.

No mesmo sentido, a preocupação da Sra. Gláucia Amaral, Procuradora do Estado de Mato Grosso e Presidente da Comissão dos Direitos dos Animais da OAB-MT, na reunião técnica do dia 09 de outubro:

Com certeza, perdemos uma geração de aves, porque ninhos queimaram, ovos queimaram. Há animais que conseguem fugir. Está circulando uma imagem muito dramática de um tuiuiú morto ao lado de um ninho com ovos. Era a mãe, com certeza. A ciência já reconhece que os animais são sencientes, ou seja, eles sentem. Sempre observamos isso empiricamente. Com certeza, era a mãe que se recusou a abandonar o ninho. Isso nos comove.

Ainda quanto aos danos à fauna e à flora, relevante o relato da Sra. Márcia Chame, Chefe da Biodiversidade da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, em reunião técnica do dia 14 de outubro:

A queimada causa um impacto muito ruim. Eu pude ver isso em 40 anos de pesquisa de campo. Posso lhes dizer que, na minha vida, nunca vi tanto animal morto - mesmo animais de grande porte, que nós conhecemos e sabemos que estão dispersos em grandes áreas. Em uma área de 2 quilômetros, por exemplo, foi possível contar 14 antas adultas carbonizadas. Isso é extremamente impactante, porque nos mostra o rompimento de toda uma cadeia alimentar que vai comprometer todo o processo de restauração do Pantanal, causando impactos bastante importantes à saúde e à economia. (...) O que se espera com o calor? Nós trabalhamos a 49 graus de temperatura no interior do Mato Grosso todos os dias. Com as áreas em fogo, chega-se à temperatura de 800 graus, com temperaturas bastante avançadas, de 55 graus, a até um centímetro da terra. Portanto, nem os animais que conseguem escavar e se esconder foram protegidos da queimada. Isso nos traz uma outra dimensão, que é a perda da microbiota do Pantanal, dos nossos estoques de sementes. Isso vai comprometer o futuro da região, e vai haver, obviamente - isso é bastante conhecido na ecologia -, uma restauração com um arranjo biológico bastante diferente do que nós temos hoje, o que precisa ser acompanhado e monitorado. Nessa perspectiva da saúde, além do impacto da queima e da inalação, esse calor traz a queima pulmonar, que leva a fibrose, a qual, por sua vez, vai causar um processo de morbidade das pessoas e dos animais, de criação e silvestres, de longo prazo, que nós precisamos incluir nesses processos de avaliação do impacto das queimadas. A questão da água parece de uma importância imensa. Quando as chuvas chegarem, terá havido todo um processo de acúmulo de cinzas. E aí nós temos as duas cinzas: a negra e a branca - elas têm exatamente essas cores. Uma é a cinza da primeira queima, e a outra, a da queima total. A cinza negra está completamente mineralizada e vai contribuir, em toda a bacia, com esses elementos que, obviamente, vão impactar as áreas de criação de alevinos, gerando impacto na piscicultura e em toda essa dinâmica, uma vez que o Pantanal é a maior área alagada das Américas - na verdade, é o grande bolsão de hidratação da América do Sul e, obviamente, compartilha os seus efeitos com outros países.

Assim, como pontuou a Sra. Vânia Plaza Nunes, Diretora Técnica do Grupo de Resgate de Animais em Desastres – GRAD, em reunião técnica do dia 09 de outubro, “o número de animais mortos é incalculável, e muitos animais que sobreviveram estão feridos e desamparados, com falta de água e comida em muitas áreas da região”.

Diante de tamanha tragédia, alguns chamam a atenção para objetivos escusos de tamanho regresso socioambiental. Para a Sra. Valéria Pereira Santos, Representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT, na reunião técnica de 08 de outubro, “o fogo também tem sido usado como arma contra essas comunidades, como arma para expulsar povos indígenas dos seus territórios, para expulsar populações do campo, enquanto temos diversas comunidades com processos de regularização fundiária parados”. Na mesma ocasião, o Pe. Marco Antônio A. Ribeiro, Articulador das Pastorais da Diocese de Corumbá e do Regional Oeste 1 da CNBB –MS afirmou que a queimada “tem a função de limpar a área, para se ter menos gastos, e ela tem a função de expulsar as comunidades ribeirinhas, pantaneiras nativas, para deixar a área livre, para tornar a área não usável momentaneamente, para posteriormente ser utilizada”.

Outro exemplo dos diversos impactos da tragédia é trazido pelo o Sr. Claumir Cesar Muniz, biólogo, representante da Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT, na reunião técnica do dia 30 de setembro, segundo o qual os incêndios na área da Reserva Taiamã prejudicam a reposição do estoque pesqueiro, prejudicando a pesca amadora, profissional e de subsistência.

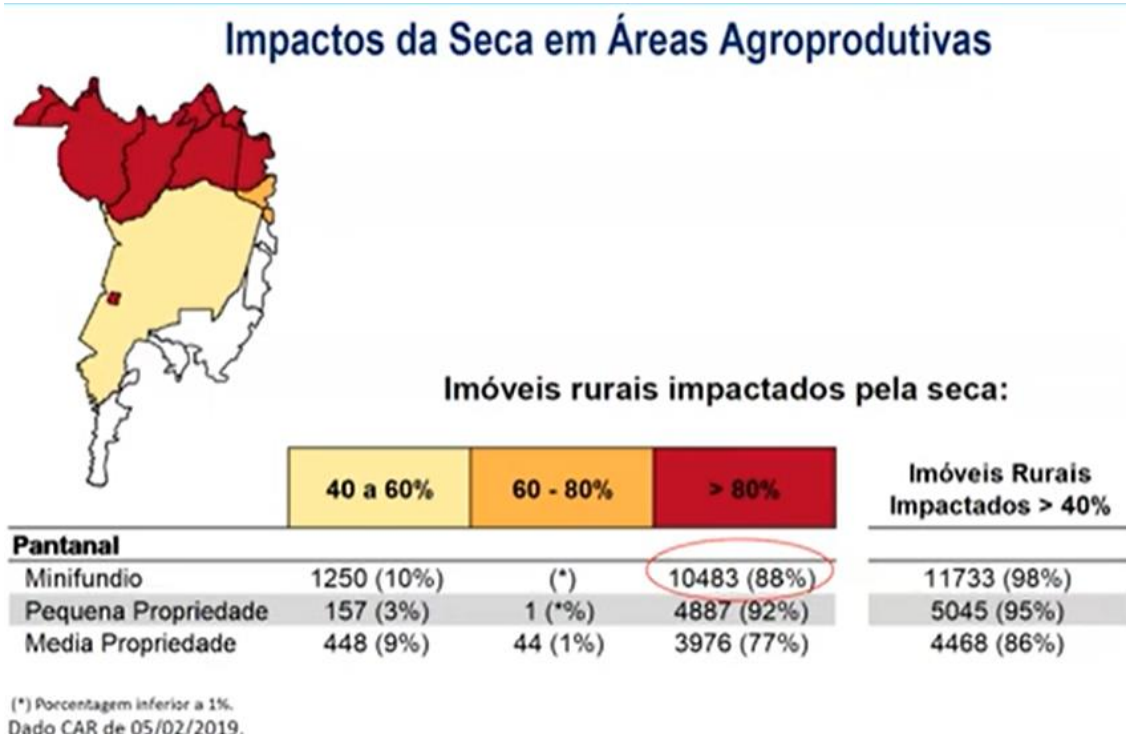
Os agricultores pantaneiros também sofrem as trágicas consequências do desastre. A título de exemplo, o comovente relato Sr. Pedro Rodrigues, extraído de vídeo intitulado “Pantanal: o rastro de destruição do fogo que já devastou 21% do bioma”⁷⁴:

Eu vi a fumaça na hora do almoço e descendo. Quando chegamos, encontramos o fogo queimando os dois lados da pista. Viemos aqui na fazenda e entramos na mata. Trabalhamos até a uma hora da manhã, sem ter êxito nenhum na mata apagando o fogo. Isso aqui era tudo envernada. 16 quilômetros só de pastagem. Hoje, você anda, e cinza, carvão. O que fizeram para isso, uma tragédia dessa não acontecer? Absolutamente nada. Eu tinha 30 amigos aqui. Homens de coragem, prontos, arriscando suas vidas. Quando você liga lá, “nós não temos bombeiro”, tá tudo pra cá, pra lá. Você vai fazer o que? Aconteceu tudo isso. E quem não tem ninguém? Eu pergunto ao

⁷⁴ PANTANAL: o rastro de destruição do fogo que já devastou 21% do bioma. TVFolha. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ENZyAaV8tqg>. Acesso em 17/11/2020 (esse vídeo foi mostrado na reunião técnica do dia 29 do outubro).

senhor. Se não tivesse esses 30 homens, tinha queimado essas casas. Eu não queria ver meus animais queimados como estou vendo hoje. Achei que foi melhor eu me afastar. Me substitui uma neta e eu vou parar.

Observe-se que, como afirmado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), na 2ª reunião da Sala de Crise do Pantanal, organizada pela Agência Nacional das Águas⁷⁵, 92% das pequenas propriedades no pantanal tiveram mais de 80% da área afetada pela seca. Em números absolutos, aponta o mesmo trabalho que 10.483 “minifúndios” e 4.887 “pequenas propriedades” tiveram mais de 80% da área atingida pela seca. E, considerando um percentual de área atingido acima de 40%, o número sobe para 11.733 “minifúndios”, acrescidos de 5.045 “pequenas propriedades”. Na oportunidade, foi apresentada a seguinte imagem:



De fato, são inúmeros os relatos de indígenas e outros cidadãos brasileiros passando fome e sede em razão das graves circunstâncias, bem

⁷⁵ 2ª reunião da Sala de Crise do Pantanal - Seca na Região Hidrográfica do Paraguai - 01/10/2020. ANA. Disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLdDOTUuInCuyhbQixbnuBhnC1MJejRARa>. Acesso em 02/10/2020.

como perdendo seus meios de subsistência e sustento digno de suas famílias. A título de exemplo, algumas notícias exemplificativas de como a tragédia afetou humanos e demais seres vivos:

No Pantanal, animais que sobrevivem ao fogo enfrentam fome: Após incêndios que já destruíram 22% do bioma em 2020, animais perambulam desorientados em busca de água e comida, e voluntários tentam amenizar sofrimento - "Nunca vimos nada igual", diz veterinária.⁷⁶

Incêndios já tomam quase metade das terras indígenas no Pantanal Mayke Toscano/Secom-MT - Dados indicam que parte das queimadas começou em terras privadas; indígenas relatam que "fogo veio de fora" e "destruiu tudo".⁷⁷

Incêndios no Pantanal destroem propriedades e dão prejuízo a pecuaristas.⁷⁸

Em complemento, no que se refere aos prejuízos econômicos, apontou o Sr. Jaime Verruck, Secretário de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul-MS, em reunião técnica do dia 06 de outubro:

Um outro ponto que tem ocorrido aqui no Estado é que hoje a navegação do Rio Paraguai já está suspensa. Então, toda e qualquer operação de carga - de minérios, grãos -, inclusive operação de turismo, que haja entre países vizinhos, como na Bolívia, não ocorre. Há dificuldade até de realizar operações com o Paraguai, está tudo parado. E como muito bem a Deputada colocou, nós estamos fazendo ações de apoio aos ribeirinhos, porque eles não têm com que se alimentar, não está havendo atividade econômica nesses Municípios. Também há toda a questão dos produtores rurais, da pecuária: além de serem afetados pelos focos de incêndio, são afetados pela estiagem. Então, também estamos trabalhando com o Ministério da Agricultura para obter uma linha de financiamento,

⁷⁶ NO Pantanal, animais que sobrevivem ao fogo enfrentam fome. DW. disponível em <https://www.dw.com/pt-br/no-pantanal-animais-que-sobrevivem-ao-fogo-enfrentam-fome/a-55023420>. Acesso em 17/11/2020.

⁷⁷ MUNIZ, Bianca; FONSECA, Bruno; RIBEIRO, Raphaela. Incêndios já tomam quase metade das terras indígenas no Pantanal. Disponível em <https://apublica.org/2020/09/incendios-ja-tomam-quase-metade-das-terras-indigenas-no-pantanal/>. Acesso em 17/11/2020.

⁷⁸ INCÊNDIOS no Pantanal destroem propriedades e dão prejuízo a pecuaristas. Canal Rural. <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/incendios-pantanal-pecuaria/>. Acesso em 17/11/2020.

Deputada. Eu acho que isso é importante tanto para o turismo, como para a pecuária.

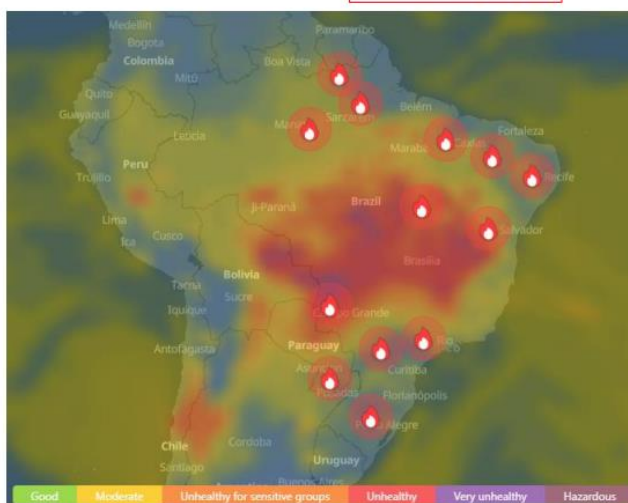
Ainda, o Sr. Vicente Falcão Filho, Representante do Sindicato Rural de Poconé, em reunião técnica do dia 07 de outubro:

Obtivemos dados na web das Assembleias Legislativas de que só no ano passado foram 7 milhões de dólares ingressos no turismo rural, que está abandonado. Desde janeiro não há nenhum cliente que frequente lá, o que é um caos inclusive para a agricultura familiar do Município de Poconé, que abastece esse turismo com hortifrutigranjeiros. Isso não ocorre mais há 6 meses e não recebemos um olhar do poder público vigente para essas atividades econômicas.

Até mesmo o fornecimento de energia elétrica na região foi prejudicado em razão dos incêndios, consoante apontou a Sra. Gláucia Amaral, Procuradora do Estado de Mato Grosso e Presidente da Comissão dos Direitos dos Animais da OAB-MT, na reunião técnica do dia 09 de outubro.

Sem contar, os incalculáveis prejuízos à saúde, diante da inalação da fumaça e baixa qualidade do ar como um todo. Nesse sentido, o Sr. Leonardo Moura Vilela, representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, na reunião do dia 14 de outubro, apresentou a imagem abaixo, indicando que a baixa qualidade do ar, que antes era uma condição de maiores metrópoles, agora se espalha pelos biomas brasileiros.

Qualidade do ar



Situação do US AQI no dia 11 de out de 2020

<https://www.iqair.com/us/air-quality-map?lat=45.6795472026&lng=-112.4616737&zoomLevel=3>

O que é o AQI (Air Quality Index) ?

O AQI é um índice para relatar a qualidade do ar diária. Mostra o quanto o ar é limpo ou prejudicial e também o nível de preocupação com os efeitos associados à saúde. O AQI enfoca os efeitos à saúde que você pode sentir dentro de algumas horas ou dias após respirar ar não saudável. O AQI é calculado para quatro principais poluentes do ar regulamentados pela Lei do Ar Limpo (US): **ozônio ao nível do solo, poluição por partículas em suspensão, monóxido de carbono e dióxido de enxofre**. No Brasil estes poluentes também fazem parte do padrão de qualidade do ar.

Air Quality Index (AQI) Values	Levels of Health Concern	Colors
When the AQI is in this range:	...air quality conditions are:	...as symbolized by this color:
0 to 50	Good	Green
51 to 100	Moderate	Yellow
101 to 150	Unhealthy for Sensitive Groups	Orange
151 to 200	Unhealthy	Red
201 to 300	Very Unhealthy	Purple
301 to 500	Hazardous	Maroon

Sobre a imagem, discorreu:

Nós temos um mapa do Brasil aqui em que podemos ver a situação do dia 11 de outubro, portanto de 3 dias atrás. Nesse mapa vemos os focos de fogo por todo o País, em especial no Pantanal, mas também na Região Amazônica, na Caatinga, no Cerrado e na Região Sul, nos Pampas. E vemos que em quase toda a Região Centro-Oeste, uma parte da Bahia, no Nordeste, e em parte do Tocantins, na Região Norte, a qualidade do ar deixa muito a desejar. E há simultaneamente a questão da onda de calor, das altíssimas temperaturas, da baixa umidade do ar e da grande quantidade de fumaça causada pelas queimadas.

Cabe ao Ministério da Saúde fazer a vigilância das condições da poluição atmosférica. E, através do VIGIAR, que foi estruturado a partir de 2001, o Ministério faz esse acompanhamento. Uma condição que era muito ligada às grandes metrópoles, aos grandes polos industriais, a poluição industrial e a poluição atmosférica dos centros urbanos, hoje passa também a ter importância na queima da biomassa nos principais biomas do Brasil, nas atividades de mineração, no uso agrícola de agrotóxicos, na pulverização de agrotóxicos e assim por diante.

Na ocasião, o Sr. Leonardo Moura Vilela, representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, destacou que, apesar de ser difícil mensurar os danos à saúde causado pelas queimadas, é possível alertar para alguns pontos:

Quanto às consequências para a saúde humana, apesar de haver um número relativamente importante de estudos, nós temos certa dificuldade de isolar a causa e o efeito da poluição por queimadas. São vários os fatores - exógenos, endógenos, comportamentais, de densidade demográfica - que interferem nos resultados. Mas nós podemos adiantar que crianças e idosos são os que mais sofrem com essa poluição provocada pelas queimadas. Chega-se a um ponto como o dessa foto recente, de dias atrás, em Sorriso, no Mato Grosso, onde praticamente não se vê nada, porque a concentração de partículas suspensas na atmosfera é quatro vezes o limite máximo aceito pela Organização Mundial da Saúde. Portanto, isso causa problemas em crianças e idosos e, principalmente, naquelas pessoas que têm doenças respiratórias, como asma e bronquite, e outras doenças, como a conjuntivite. Essa poluição causa irritação dos olhos, da garganta e do nariz. Isso causa falta de ar e alergia na pele, além do desconforto respiratório, do desconforto que traz para as pessoas.

Nos moldes do dito pelo Sr. Marcelo Firpo, Membro do GT de Ambiente e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, em reunião técnica do dia 14 de outubro, é possível falar em duas dimensões dos danos à saúde:

A primeira dimensão está mais restrita, e é muito importante, aos impactos mais diretos, agudos ou crônicos, para a saúde pública, impactos sobre os quais várias pessoas já falaram nesta reunião. Trata-se de uma questão muito importante, porque relacionada aos

problemas específicos da saúde que são provocados pelos incêndios, pelo desmatamento, pela poluição, entre outros, e pela questão da insegurança alimentar, a eles associada. A saúde visa muito mais do que apenas diagnosticar e tratar doenças. Na saúde pública, nós priorizamos também as áreas de promoção e de vigilância da saúde, o que tem a ver com o que a saúde coletiva denomina determinação social ou, como preferimos, determinação socioambiental da saúde. Esta segunda dimensão significa entender que causas de fundo estão por trás dos riscos e das vulnerabilidades que afetam a saúde e agravam os quadros de morbimortalidade das pessoas, das populações, ou, de outra perspectiva, que é a que desejamos, significa entender de que maneira a sociedade promove processos que a tornam mais saudável, ambientalmente sustentável e socialmente justa.

Ainda, quanto aos danos à saúde, na mesma ocasião, apontou o representante da ABRASCO que as queimadas levam ao agravamento dos problemas respiratórios e intensificação das internações e mortes, bem como ao aumento, em médio e longo prazos, de certos tipos de câncer, devido à inalação de particulados cancerígenos. Isso sem contar riscos ainda desconhecidos ou não tão bem conhecidos, como o apontado pela Sra. Márcia Chame, Chefe da Biodiversidade da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, segundo a qual imagina-se possível o aumento da raiva transmitida por morcegos e de hantavirose, “na medida em que as próximas chuvas vão criar um brotamento de gramíneas que são utilizadas para o pasto, gramíneas exóticas, que vão fazer uma floração e vão provocar acúmulos e aumentos de populações de algumas dessas espécies”.

Devido à magnitude dos incêndios florestais que assolaram a planície pantaneira em 2020, os pesquisadores temem que o fenômeno da dequada a ocorrer durante o próximo período de vazante resulte em mortandade catastrófica de peixes e outros organismos aquáticos, devido à quantidade de cinzas e matéria orgânica a serem carregadas para os rios. O excesso de cinzas e matéria orgânica pode também ocasionar contaminação das águas, prejudicando o abastecimento de populações locais.

Diante do exposto, não há dúvidas de que a crise ocasionada pelos incêndios no Pantanal neste ano de 2020, é excepcional, acarretando devastadoras consequências ecológicas, sociais e econômicas. Diante de tal quadro, nós, Parlamentares que formam essa Comissão, não poderíamos permanecer inertes, pelo que trabalhamos duro para construir medidas de

forma a mitigar os efeitos da atual tragédia e evitar que a mesma volte a se repetir. Sabemos de nossas limitações, seja por nossa condição humana, seja diante de nossas atribuições como Parlamentares, mas faremos de todo o possível para que os brasileiros jamais presenciem novamente tamanho desastre, para que o Pantanal seja reconhecido, valorizado e eterno.

5 A RESPONSABILIZAÇÃO PELO USO IRREGULAR DO FOGO

5.1 OS DADOS DA IMPUNIDADE

Para esta Comissão, a conscientização via educação é a principal forma para que se garanta um desenvolvimento sustentável, para que se busque melhores níveis de satisfação social, de preservação ambiental, bem como para que se alcance condições de produção econômica mais adequadas.

Em uma situação ideal, as pessoas, por consciência e vontade próprias, adotam práticas de produção e consumo mais sustentáveis, buscando uma convivência mais harmoniosa com o ambiente. No entanto, o mundo real ainda se encontra longe desse plano ideal, não sendo fácil subverter uma lógica antropocêntrica há séculos reinante na humanidade.

Assim, ainda que o mais relevante papel deva ser atribuído a educação, não se pode desconsiderar a importância que possui a responsabilização civil, penal e administrativa no âmbito do combate aos ilícitos ambientais. De fato, a impunidade é fator que impulsiona atitudes irregulares, ao passo que a responsabilização é fator que as coíbe⁷⁹.

⁷⁹ Vários estudos apontam essa correlação. A título de exemplo: (1) GRAY, W.; SHIMSHACK, J.P. Enforcement and over-compliance. *Journal of Environmental Economics and Management*, 55, pg. 90-105, 2008; (2) UHR, Júlia Gallego Ziero; UHR Daniel de Abreu Pereira - Infrações Ambientais e a Reputação do Regulador: Análise em Dados de Painel para o Brasil. *Estud. Econ.*, São Paulo, vol. 44, n.1, p.69-103, jan.-mar. 2014.

No entanto, infelizmente, no Brasil, os números são exorbitantes no que se refere à quantidade de procedimentos punitivos e ínfimos naquilo em que diz respeito à efetividade desses procedimentos.

A título exemplificativo, foi apontado pelo Sr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe, Procurador de Justiça de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em reunião técnica do dia 21 de outubro, a existência, em autos de infração somados, de “mais de 1 bilhão de reais” em um total de “mais de 200 mil multas”⁸⁰. Já o Sr. Leonardo de Faria Galiano, Procurador da República da 4ª Câmara do MPF — Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, na mesma ocasião, citou o Projeto Amazônia Protege, “com milhares de ações propostas, que pleiteia uma indenização de 5 bilhões de reais dos desmatadores”.

Por outro lado, os dados evidenciam que esses números dificilmente serão convertidos em benefícios ambientais diretos ou indiretos. Isso porque, apesar das cifras elevadas, a efetividade desse sistema de “comando controle” é baixa, não resultando em arrecadação e nem na devida “repressão psicológica” a quem comete ilícitos.

Para se ter uma ideia do grau de impunidade, pesquisas estimam que somente 2% dos procedimentos terminam em condenação criminal e que somente 3% das multas aplicáveis são efetivamente executadas⁸¹.

⁸⁰ Se referindo, exclusivamente, aos incêndios deste ano no Pantanal sul mato-grossense, o Sr. Jaime Verruck, Secretário do Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, em reunião técnica do dia 06 de outubro, disse já haver autuações na casa dos 50 milhões de reais.

⁸¹ Nesse estudo, foram analisados “55 processos administrativos de infrações ambientais no setor florestal do Pará (Ibama-Belém), iniciados entre 1999-2002, para avaliar a eficácia da aplicação da Lei de Crimes Ambientais nessa esfera. Documentamos a situação, duração e eficácia dos processos, além dos avanços e impedimentos na aplicação dessa lei. Apesar do alto índice de condenação dos acusados na primeira instância – 81% do valor total de multas –, somente 3% deste valor foi pago. Os principais fatores que contribuíram para a baixa eficácia da lei foram: a insuficiência de pessoal para processar os casos; a insuficiência de meios legais de cobrança; e a falta de medidas complementares de cobrança”. Na seara penal, “há indícios de que a persistência dos problemas ambientais resulte da alta impunidade. Por exemplo, apenas 2% dos infratores foram criminalmente punidos em uma amostra de 55 casos judiciais contra infração ambiental no setor florestal no Pará

É interessante observar que, nos moldes informados pela Polícia Federal⁸², até o dia 20 de outubro, não havia qualquer indiciamento pelos incêndios no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (mas é claro que, ao final das investigações, a situação poderá ser outra).

Consoante dito pelo Sr. Leonardo de Faria Galiano, Procurador da República da 4ª Câmara do MPF — Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, em reunião técnica do dia 21 de outubro:

A qualificação das multas é uma questão realmente importantíssima. Percebemos que muitas vezes ocorrem volumes de atuação e pouca qualificação dessa atuação, porque a identificação da autoria não está satisfatória. Eu tenho que fazer críticas também aos órgãos ambientais, e isso numa visão um pouco mais pretérita, porque existia muita vontade de gerar números, mas esses números não refletem efeitos práticos. São muitos autos de infração lavrados, às vezes, contra laranjas, sem viabilidade de execução patrimonial do real responsável por aquela área. Então, precisamos pensar nessa temática, e temos trabalhado isso com os órgãos locais.

Na mesma ocasião, apontou o Sr. Luciano Furtado Loubet, Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental do Ministério Público de Mato Grosso do Sul:

Para otimizar o tempo, eu queria chamar de novo a atenção para a forma como funciona este Sistema de Comando e Controle. Por mais que se cobrem as multas, efetivamente, não são cobradas, por mais que entremos com ações civis públicas. Eu fui promotor em Bonito e tenho ações de 2003 que não foram julgadas em primeira instância até hoje. Pouquíssimas ações foram julgadas. Então, há toda uma parte de ineficiência. Precisamos trabalhar para ver como é que o sistema comercial, o sistema de negócio, pode valorizar essas áreas.

Pelo exposto, o dito popular segundo o qual “o crime não compensa”, na seara ambiental brasileira, tem servido às pessoas que

entre 2000 e 2003”, aponta o estudo (BRITO, Brenda; BARRETO, Paula: A eficácia da aplicação da lei de crimes ambientais pelo Ibama para proteção de florestas no Pará. Imazon.org. Disponível em <https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/artigos%20cientificos/a-eficacia-da-aplicacao-da-lei-de-crimes.pdf>. Acesso em 16/11/2020).

⁸² Após reunião interna da Comissão com a Polícia Federal (ofício 027/20), o Delegado participante enviou documento no qual consta os seguintes dizeres: “Conforme levantamentos realizados no sistema de BI da COGER, no período de 2019 a 20 de outubro de 2020, foram instaurados 47 Procedimentos (45 IPL e 2 RE) referentes ao art. 41 da Lei 9605/98 no âmbito da Polícia Federal. Desses procedimentos, 16 foram instaurados em 2019 e 31 em 2020. (...) Nenhuma pessoa foi presa nesses procedimentos. Cinco pessoas foram indiciadas: 1 em SE; 2 no PI e 2 em RO”.

possuem retidão moral, mas não se aplica para aqueles que não se preocupam com o próximo e com as gerações futuras.

Consoante noticiado:

Desmatar, extrair madeira ilegalmente e qualquer crime ambiental dentro de áreas de conservação na Amazônia dificilmente resulta em alguma punição. De 86% dos delitos, a maioria cometidos em território paraense, tornaram-se alvos de ações do Ministério Público Federal (MPF), mas não sofreram nenhum tipo de castigo judicial. O procurador da República Ubiratan Cazetta diz que a raiz do problema está na falta de estrutura de órgãos de fiscalização, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Polícia Federal. Um acúmulo de demoras, desde a investigação dos órgãos competentes até o julgamento dos processos, tem deixado livre os criminosos. Mas não apenas isso. Cazetta assinala que também há dificuldade para identificar os reais culpados e até mesmo o local onde estão ocorrendo as infrações. 'Infelizmente, todos os órgãos fiscalizadores são pequenos em relação ao tamanho do Estado e a quantidade de crimes cometidos dentro do território. A própria prática de grandes operações demonstra que não há um trabalho contínuo para prevenir esses crimes', observa Cazetta. Um dos problemas se refere ao início das investigações. Quando o Ibama não consegue coletar dados de forma satisfatória para o inquérito, é preciso acionar a Polícia Federal. Mas a falta de estrutura da PF também configura um obstáculo para finalizar o procedimento investigativo e encaminhá-lo à Justiça. 'Atualmente, apenas quatro delegados estão trabalhando no combate a crimes ambientais. É pouco para o tamanho do Pará', aponta Cazetta. Embora encare também como um grande problema, o procurador afirma que a demora no Judiciário acaba sendo uma barreira até menor diante das questões que antecedem a chegada do caso à mãos de um juiz.⁸³

Na mesma direção:

A matemática das multas ilustra bem os entraves enfrentados no Brasil para a punição de crimes ambientais. Em 2017, por exemplo, o valor total das multas aplicadas pelo Ibama foi de R\$ 3,2 bilhões. No entanto, a média histórica aponta que apenas 5% do valor cobrado acaba sendo pago. E da soma arrecadada, 80% são destinados ao Tesouro Nacional, e apenas 20% ao Fundo Nacional do Meio Ambiente – destinado à implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.

O principal motivo por trás dessa inadimplência vultosa é o trâmite lento dos processos. Primeiramente, na estrutura interna do Ibama. Uma auditoria da Controladoria Geral da União concluída em abril deste ano encontrou 96,4 mil processos parados no principal órgão de fiscalização ambiental do país à espera de digitalização. As multas não cobradas somam R\$ 20,8 bilhões.

Quando os processos chegam à Justiça, ficam em banho-maria devido às restrições operacionais dos tribunais e aos recursos

⁸³ CRIME ambiental premia 86% com a impunidade. Imazon. Disponível em <https://imazon.org.br/imprensa/crime-ambiental-premia-86-com-a-impunidade/>. Acesso em 15/11/2020.

infindáveis movidos por infratores que apostam na lentidão do trâmite visando à prescrição dos crimes.

Um dos exemplos mais notáveis desse cenário é o rompimento da barragem de Mariana (MG), em 2015, o maior desastre ambiental do país. Multada em R\$ 350 milhões pelo Ibama, a Samarco, mineradora controlada por Vale e BHP Billiton, recorreu dos 25 autos de infração lavrados pela autarquia e não pagou nenhum deles até o momento.

Em seu balanço financeiro mais recente, divulgado em setembro do ano passado, a Vale prevê um orçamento de R\$ 13 milhões para custear perdas judiciais no curto prazo. O valor corresponde a apenas 0,16% do que a empresa terá de pagar se for condenada nos processos ambientais em que está envolvida, que totalizam R\$ 7,93 bilhões. A discrepância evidencia que os infratores contam com a estratégia dos recursos para se livrar das penas.

O processamento dos crimes é ainda mais lento em regiões menores. Em Santarém, município do Pará, estado com maior índice de desmatamento da Amazônia Legal, a Subseção da Justiça Federal tem quatro vagas para juiz. Antes de 2017, quando chegaram dois novos magistrados, apenas um exercia a função. Mesmo com a equipe maior, os casos julgados atualmente datam de 15 anos' atrás.⁸⁴

Como possível perceber, as causas de tamanha impunidade são várias, indo desde a necessidade de uma melhor estruturação dos órgãos responsáveis, a dificuldades técnico-jurídicas e comprobatórias, passando pelos “sinais invertidos” transmitidos por um governo que abertamente ironiza a necessidade de preservação e desautoriza os órgãos de fiscalização.

Considerando a diversidade de causas para a impunidade, é necessário trabalhar em diversas frentes, de curto, médio e longo prazo. Porém, neste ponto do Relatório, de uma forma mais imediata, gostaríamos de apontar uma necessidade específica para a maior efetividade da fiscalização e punição ambiental no Brasil, qual seja: a alteração do art. 38, §§3º e 4º do Código Florestal.

2.2. A comprovação do nexo causal na responsabilização: necessidade de alteração do Código Florestal

⁸⁴ OS entraves à punição de crimes ambientais no Brasil. Deutsche Welle. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/os-entraves-%C3%A0-puni%C3%A7%C3%A3o-de-crimes-ambientais-no-brasil/a-50199533>. Acesso em 17/11/2020.

Por todo o exposto nas reuniões técnicas desta Comissão, não há dúvidas de que existe tecnologia suficiente para que se alcance com precisão satisfatória o local de início de um incêndio florestal⁸⁵.

No entanto, ainda que se conheça o exato local de onde se originou o incêndio florestal, há grandes dificuldades, por diversos fatores, para a efetiva responsabilização de seus causadores.

Um desses obstáculos à efetiva responsabilização encontra-se na dificuldade de se comprovar o nexo causal entre a conduta do proprietário e os incêndios florestais. Isso porque a comprovação do local onde se iniciou o incêndio não necessariamente indicaria que o mesmo se deu em razão de alguma conduta do proprietário ou possuidor. Ou seja, tem-se a comprovação de que o fogo se iniciou em determinada propriedade, mas dificilmente ter-se-á a comprovação de que o proprietário ou seu preposto foi ao local e deu início ao fogo. Diante de tal situação, para alguns, não seria o responsável por aquela propriedade passível de responsabilização, ainda que tenha a obrigação, de por exemplo, reconstituir as áreas de preservação permanente (APPs)⁸⁶.

⁸⁵ A título de exemplo, destacou o Sr. Luciano Furtado Loubet, Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, em reunião técnica do dia 21 de outubro: “O Deputado Ivan Valente tocou na questão da dificuldade, e eu queria dizer que nós temos tecnologia para saber onde começou o incêndio, por meio dos focos de calor, com as imagens de satélite, em áreas registradas pelo Cadastro Ambiental Rural. No caso de Mato Grosso do Sul, a parte dos perímetros externos nas propriedades é muito bem delimitada. Então, nós do MP já estamos levantando aqui em quais propriedades iniciou-se o incêndio e onde se alastrou”.

⁸⁶ A obrigação de manter a vegetação nativa, por exemplo, reconstruindo a Área de Preservação Permanente (APP), é do proprietário ou possuidor, independentemente se contribuiu ou não para o dano. Trata-se de uma obrigação chamada pela doutrina de *propter rem*, que adere à coisa. Nesse sentido, descreve o §2º do art. 7º do Código Florestal (Lei 12.651/12) que a obrigação de recompor a APP “tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural”. No entanto, tal obrigação não se confunde com a responsabilização de uma forma geral, tal como através do pagamento de multas. No que se refere à essa responsabilização, há toda uma discussão jurídica sobre o nexo causal entre a conduta do proprietário e o dano efetivamente ocorrido.

Na esteira desse entendimento, contribui para a impunidade a atual redação dos §§3º e 4º do art. 38 da Lei 12.651/12 (“Código Florestal”), que: (1) na contramão da doutrina ambiental mais avançada, interliga o nexo causal a uma “ação” do proprietário, olvidando-se de que o nexo causal também pode ser estabelecido por “omissão”; (2) imputa todo o ônus probatório à autoridade competente.

Art. 38

§ 3º Na apuração da responsabilidade pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares, a autoridade competente para fiscalização e autuação deverá comprovar o nexo de causalidade entre a ação do proprietário ou qualquer preposto e o dano efetivamente causado.

§ 4º É necessário o estabelecimento de nexo causal na verificação das responsabilidades por infração pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares.

Por isso, a nosso ver, são necessárias duas alterações no dispositivo.

Em primeiro lugar, é preciso prever expressamente a caracterização do “nexo causal por omissão”.

De fato, o texto da supratranscrita norma é contrário aos princípios do Direito Ambiental e à consagrada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "para o fim de apuração do nexo de causalidade no dano ambiental, equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem deixa fazer, quem não se importa que façam, quem financia para que façam, e quem se beneficia quando outros fazem" (REsp 650.728/SC).

Quanto ao tema, explica a doutrina:

Em uma abordagem eminentemente reparatória, deve ser considerado poluidor todo aquele que, de forma direta ou indireta, contribua para a degradação do meio ambiente.

Se desejarmos propor o alargamento dos objetivos da responsabilidade civil para atender a uma finalidade eminentemente preventiva, poluidor também deveria ser considerado todo aquele que, direta ou indiretamente, possa criar um risco que favoreça a perda de qualidade do meio ambiente. É desse modo que se poderia justificar não apenas o risco de prejuízo, como também o risco de causalidade com pressupostos mais adaptados à justificação de deveres de proteção no âmbito da responsabilidade civil. Esta postura

parece ser sugerida nos autos do recurso especial nº 650.728/SC, relatado pelo ministro Herman Benjamin, para quem, na “[...] apuração do nexo de causalidade no dano ambiental, equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem deixa fazer, quem não se importa que façam, quem financia para que façam, e quem se beneficia quando outros fazem.”

Considerar tais medidas sob o alcance da responsabilidade civil assegura, antes de tudo, a correção de distorções sobre sua função e seu significado quando utilizado em um modelo de reparação, ao mesmo tempo em que se contribui para a afirmação de uma dupla função que decorre de sua influência: a) facilitar a reparação e; b) impedir que sejam geradas as realidades motrizes de danos, sejam eles sérios, sensíveis e, sempre, irreversíveis.

No primeiro caso, a jurisprudência brasileira tem admitido que por meio da consideração do referido princípio, a causalidade pode ser flexibilizada, ou até mesmo presumida. Vale a referência do acórdão proferido nos autos do REsp nº 1.310.471, relatado pelo ministro Herman Benjamin, estando relacionado ao assim denominado caso dos acumuladores Ajax, no âmbito do qual foi reconhecida a primazia do princípio da precaução em se tratando de lesões ambientais e à saúde humana causadas por substâncias tóxicas.

Se o princípio da precaução já tem recebido na jurisprudência nacional idêntica consideração para o fim que lhe era reservado na prática francesa, por exemplo, facilitando a tarefa de reparação por meio da flexibilização de alguns de seus filtros, sua manutenção no âmbito da responsabilidade civil sugere a necessidade de manter seu significado e sua função dogmática, que não se amolda a objetivos prospectivos, senão a objetivos retrospectivos.

É nesse cenário que se pode reconhecer que, na ordem jurídica nacional, a lei n. 6.938/81, a lei nº 7.347/87 e o Código de Processo Civil permitem justificar que a aplicação de um princípio de precaução possa resultar, de forma autônoma, em finalidades preventivas.

Portanto, a consideração de um princípio de precaução no direito (ambiental) brasileiro, significa que: a) criar riscos implica, necessariamente, suportar seus resultados diretos, indiretos, iminentes, prováveis e futuros, independente da licitude de sua conduta; b) que não prevenir riscos sérios, mesmo em contextos de divergência científica e dúvida, também implica suportar a mesma extensão dos resultados já descritos⁸⁷ e, enfim; c) que criar riscos implica, de forma autônoma e independente da existência de danos, suportar deveres de não se produzir danos e de não se ameaçar os bens ambientais. Estes deveres não deixam de expor custos financeiros, os quais são suportados por quem cria os riscos, o que não significa que esses custos veiculem reparação ou compensação das vítimas, senão prevenção per se.⁸⁷

⁸⁷ AYALA, Patryck de Araujo; RODRIGUES, Eveline de Magalhães Werner; e SILVEIRA, Paula Galbiatti: Comentário doutrinário (ao Recurso Especial n. 1.198.727-MG - 2010/0111349-9). STJ. Disponível em https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-eletronica-2015_239_1_capResponsabilidadeCivil.pdf, p. 48/49. Acesso em 16/11/2020.

Soma-se à previsão normativa equivocada do Código Florestal, uma certa “cultura” civilista de parte dos magistrados, nos moldes destacados pelo Sr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe, Procurador de Justiça de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística do Ministério Público de Mato Grosso, em reunião técnica do dia 21 de outubro:

Estou dizendo que o Ministério Público Ambiental se conectou, está conectado. O problema é que, na ação de contenção, é preciso que existam dois outros agentes: o Poder Judiciário e o Poder Executivo Municipal, Estadual e Federal.

Com relação ao Poder Judiciário, eu faço uma crítica. Obviamente, isso é da minha responsabilidade. Há um grande problema que nós superamos, de certo modo, pela própria missão do Ministério Público, como avaliam. Há uma cultura civilista, contratualista e protetiva que ainda não consegue assimilar a função social da propriedade. É uma dificuldade! (...) São coisas pequenas. Por exemplo, para mim, no novo mundo tecnológico, as imagens e a afiliação de imagens não precisam nem de validação, se temos a origem correta e justificada. Não precisa de validação por relatórios técnicos. Há juízes ou juristas que pensam que tem que ir à área que pegou fogo um oficial de justiça, para relatar, num determinado momento, com um mandato, um relatório sobre o local e assinar pessoalmente o relatório, como se isso valesse mais do que as imagens. Então, além daquela cultura protetiva do Poder Executivo, há uma cultura jurídica que não consegue avançar e aceitar a função social. Nós ambientalistas, com todas as posições partidárias e políticas, já superamos isso. É por isso que há uma certa harmonia. Nós temos um entendimento no sentido da importância do meio ambiente. Portanto, conseguimos superar algumas coisas. Mas, na cultura jurídica, isso não se supera.

É claro que a alteração dessa cultura demanda tempo e medidas que não dependem exclusivamente desta Comissão, que respeita a divisão de Poderes basilar à democracia.

Contudo, no âmbito de nossa atuação, é possível desde já, propor a revisão da previsão equivocada dos citados dispositivos do Código Florestal, estipulando normativamente o entendimento majoritário segundo o qual também é possível estabelecer o nexo causal pela “omissão” do proprietário.

Por certo, deve o proprietário tomar as medidas preventivas em sua propriedade, assim como qualquer outra pessoa que exerça atividade econômica. Uma indústria e até mesmo um pequeno comércio, estão obrigados a adotar uma série de medidas de prevenção a possíveis desastres.

Da mesma forma, o proprietário rural deve adotar medidas que estejam a seu alcance, tais como a construção de aceiros. Se não o fizer, estaria caracterizado o nexo causal “por omissão”, justificando, assim, sua responsabilização.

Em segundo lugar, deve ser alterado o ônus da prova imposto pelo citado §3º do art. 38 do Código Florestal. A nosso ver, deve caber à autoridade a comprovação do local do início do fogo, e, ao proprietário ou possuidor, a comprovação de algum fator que exclua sua responsabilidade.

Explica a doutrina:

Na esteira contrária ao entendimento majoritário, o novo Código Florestal não somente adotou a teoria do risco administrativo (que permite a exclusão do nexo causal) como também atribui à autoridade competente para a fiscalização e autuação o dever de comprovar o nexo de causalidade entre a ação do proprietário ou qualquer preposto e o dano efetivamente causado.

Assim, além de possibilitar a exclusão da responsabilidade pelo rompimento do nexo causal, inverte o ônus da prova, atribuindo à autoridade, ao órgão ambiental, o dever de comprovar que a conduta do proprietário que acarretara o dano.

Esse é um ponto que, na prática, pode gerar grande impunidade e ausência de reparação dos danos ambientais, na medida em que o órgão ambiental raramente terá estrutura e técnicos para tal comprovação, muitas vezes bastante complicada de ser realizada.

Raras as vezes nas quais a autoridade terá condições técnicas de, periciando o local, comprovar que foi a conduta do proprietário ou possuidor que gerou o incêndio. (...)

Em um grande número de casos, porém, o proprietário ou possuidor apenas afirma que não fora o responsável pelo fogo, que fora o vizinho invejoso, o transeunte fumante, etc. Nesses casos, entendemos que deveria o ônus da prova ser de quem alega (no caso, o proprietário), até mesmo por se essa a regra processual geral.

Não é justo responsabilizar o produtor quando, ao invés de causador, fora vítima do fogo, ocasionado por um malfeitor ou por um evento da natureza. (...)

No entanto, atribuir o ônus da prova do nexo causal à autoridade competente é diminuir muito o combate à prática do uso (irregular) do fogo no País, visto que, na prática, essa comprovação é muito difícil.⁸⁸

Por isso, sugerimos a alteração do dispositivo para que o ônus probatório seja da autoridade, no que se refere ao local de origem do incêndio,

⁸⁸ CARVALHO, Lucas Azevedo de. O novo Código Florestal comentado artigo por artigo. 2ª edição. Curitiba: Juruá 2013, p. 380/381.

e do responsável pela área, no que se refere à eventual exclusão do nexo causal.

Diante do exposto, por ser medida moralmente justa e juridicamente adequada, apresentamos o Projeto de Lei 5269/2020, cuja cópia encontra-se no item 11 deste Relatório.

AINDA RESTA UMA ESPERANÇA

Letra: **Manoel Lacerda Lima**

“Nasci na terra que se fez molhada,
na paz sonhada do saber da criação.
Corri nos campos, sem pisar nas flores,
luzes e cores plantei, sem ferir o chão.
Pântanos fundos, porém de águas mansas,
quando criança, vi transbordar, se encher de vida.
Parti pra longe, fui morar lá na cidade,
hoje, volto, na saudade, pra ver a terra querida!”

Logo encontrei minha velha canoa,
junto à lagoa, debaixo de um timbuí.
Descendo o rio, fiquei desolado:
tudo mudado ... meu sertão não conheci!
Olhei pro céu, vi um biguá sozinho,
longe do ninho, a voar, cantando assim:
- Oh! Deus! Sustenta a esperança que ainda resta,
faça crescer a floresta pra salvar meu Taquari!

Uma tristeza invadiu meu peito.
vendo o defeito que alargou meu Rio Coxim,
pois destruíram ao redor as matas,
terras cavadas, erosão decretou fim!
Olhei pra margem, lá num biguazeiro,
um colhereiro, que pousou, cantava assim:
- Oh! Deus! Sustenta a esperança que ainda resta,
faça crescer a floresta pra salvar meu Taquari!

Desmatamento fez secar as fontes,
imensas pontes de areia logo eu vi,
nas águas rasas não tem piracema ...
é triste a cena nesta terra onde nasci!
A batuíra, que vagava à toa,
pousou na proa, me olhou, cantando assim:
- Oh! Deus! Sustenta a esperança que ainda resta,
faça crescer a floresta pra salvar meu Taquari!

Parei meu remo e chorei, criança,
na esperança de tudo inundar ali,
secar meus olhos, mas salvar meu rio,
quem doentio, vai correndo para o fim!
Na ânsia louca de fazer voltar a vida,
minha voz sentida ecoou, cantando assim:
- Oh! Deus! Sustenta a esperança que ainda resta,
faça crescer a floresta pra salvar meu Taquari!

6 RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

6.1 PODER LEGISLATIVO

A partir das reuniões técnicas realizadas pela Comissão Externa destinada a acompanhar e promover a estratégia nacional para enfrentar as queimadas em biomas brasileiros (CEXQUEI) com todos os atores envolvidos na dinâmica pantaneira, foram identificadas demandas de aprimoramento legislativo, prontamente endereçadas pelos Parlamentares da Comissão.

Em outros casos, em homenagem à economia processual e à celeridade do processo legislativo, foram avaliados e identificados dentre as proposições em tramitação na Câmara Legislativa aqueles projetos cuja aprovação atenderia ao anseio da sociedade e contribuiria para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável da região ou do País.

Assim, no âmbito da atuação do Poder Legislativo, apresentamos as seguintes providências e recomendações:

- a) Recomendação de aprovação do Requerimento de Urgência nº 2339/2020 (art. 155 do RICD), para que o PL nº 9.950/2018, que “dispõe sobre a conservação e o uso do Bioma Pantanal e dá outras providências”, seja discutido e aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados;
- b) Apresentação do Projeto de Lei nº 4670/2020, que institui a Política de Acolhimento e Manejo de Animais Resgatados – AMAR, e recomendação de sua célere tramitação;
- c) Apresentação do Projeto de Lei nº 5009/2020, que dispõe sobre o auxílio emergencial aos pantaneiros atingidos pelos incêndios no bioma Pantanal, e recomendação de sua célere tramitação;

- d) Apresentação do Projeto de Lei nº 5268/2020, que acrescenta dispositivos à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e à Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para proibir o uso da técnica popularmente conhecida como “correntão” e incluir sua utilização como agravante da pena de crimes contra a flora, e recomendação de sua célere tramitação;
- e) Apresentação do Projeto de Lei nº 5269/2020, que altera o art. 38 da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer a possibilidade de nexos causal por omissão do proprietário; e recomendação de sua célere tramitação;
- f) Apresentação de Proposta de Emenda à Constituição que dispõe sobre a distribuição de recursos para a proteção ao Meio Ambiente e sobre os Fundos de Proteção de Biomas (FPB), no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências, ainda em fase de coleta de assinaturas.
- g) Recomendar a célere instalação da Comissão Temporária para análise do PL nº 11.276/2018, que institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (inciso II do art. 34 do RICD);
- h) Recomendar a célere tramitação do PL 4650/2019, que aumenta a pena para o crime de incêndio florestal;
- i) Recomendar a célere tramitação do PL 4669/2020, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para determinar a perda da terra desmatada e estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão convertidas em reserva legal.

Finalmente, a CEXQUEI recomenda ao Tribunal de Contas da União, enquanto órgão auxiliar do Poder Legislativo, a realização de auditorias técnicas nos órgãos atuantes na prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais, visando apresentar um diagnóstico com as principais

causas e vulnerabilidades que contribuem para a elevada ocorrência desses incidentes no Brasil.

6.2 RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO

Conforme detalhadamente demonstrado no texto deste relatório, a prevenção de novas tragédias semelhantes depende da efetiva atuação do Poder Executivo Federal. Com base nos fatos e demandas levantadas por esta Comissão, decide-se:

- a) Recomendar ao MMA e ao MRE a realização de ações coordenadas de preservação do Pantanal, visando o fortalecimento da gestão trinacional integrada do bioma, conforme o disposto na “Declaração para a conservação, desenvolvimento integral e sustentável do Pantanal”, assinada por representantes dos governos de Brasil, Paraguai e Bolívia durante o 8º Fórum Mundial da Água, em 2018;
- b) Recomendar ao MMA que a priorização de ações de prevenção a incêndios florestais, com a contratação de brigadistas em tempo hábil para que novas tragédias sejam evitadas nos anos subsequentes;
- c) Recomendar ao MMA que o uso de retardantes químicos em incêndios florestais permaneça proibido até a realização de estudos minuciosos sobre seus impactos sobre a fauna e flora nativos;
- d) Recomendar ao MMA a destinação de recursos orçamentários às organizações da sociedade civil que prestam serviços voluntários de combate a incêndios florestais;
- e) Recomendar ao MMA e ao MDR criação de um programa de recuperação de nascentes, cabeceiras e demais áreas críticas da BAP;

- f) Recomendar ao MDR e à Agência Nacional de Águas que seja mantida a suspensão de licenças para implantação de novas PCHs na Bacia do Alto Paraguai;
- g) Recomendar ao Ministério da Defesa a aquisição de equipamentos e aeronaves necessários ao combate a incêndios florestais e treinamento de maior percentual do efetivo das Forças Armadas em técnicas de controle de incêndios florestais;
- h) Recomendar ao MEC e MCTI que sejam destinados recursos orçamentários para a realização de pesquisas, pelas instituições oficiais, sobre prevenção de fogo, recuperação ambiental, recursos hídricos, serviços ecossistêmicos e temas afins no bioma Pantanal;
- i) Recomendar ao MMA e MDR o fortalecimento da participação da sociedade civil nos órgãos colegiados e comitês de recursos hídricos.

6.3 RECOMENDAÇÕES AO PODER JUDICIÁRIO

Dada a gravidade dos fatos apresentamos neste relatório, decide-se:

- a) Recomendar ao Poder Judiciário celeridade no julgamento da ação civil pública por improbidade administrativa impetrada pelo Ministério Público Federal contra o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, com a concessão de afastamento cautelar do cargo.
- b) Recomendar ao STF, em especial, ao relator da ADPF 708, que a omissão do MMA nas ações de prevenção de incêndios florestais em 2020 seja considerada no escopo

da avaliação da atuação (ou ausência de atuação) do Governo Federal na proteção do meio ambiente.

6.4 RECOMENDAÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO E POLÍCIA FEDERAL

Para as autoridades do Ministério Público e da Polícia Federal:

- a) Recomendar à Polícia Federal que proceda às diligências necessárias à apuração de crimes ambientais e identificação de culpados pelos incêndios florestais;
- b) Recomendar às autoridades do Ministério Público federal e dos Ministérios Públicos Estaduais que envidem esforços na efetiva responsabilização dos culpados pelos incêndios florestais criminosos.

6.5 RECOMENDAÇÕES AOS ESTADOS DE MT E MS

Aos governos e legisladores dos Estados de Mato grosso e Mato Grosso do Sul:

- a) Recomendar às Assembleias Legislativas dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que envidem esforços na compatibilização da legislação sobre o bioma Pantanal.
- b) Recomendar às Secretarias de Segurança Pública de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que promovam o devido treinamento de todo efetivo do Corpo de Bombeiros Militar em técnicas de controle de incêndios florestais;
- c) Recomendar às Secretarias de Meio Ambiente dos dois Estados que envidem esforços para a promoção da gestão integrada do bioma pantaneiro;

- d) Recomendar às secretarias de Meio Ambiente de MT e MS que, mediante embasamento técnico de órgãos oficiais de pesquisa, estabeleçam de forma conjunta as regras e o período de defeso na região Hidrográfica do Paraguai, de modo a garantir a uniformidade da proteção dos recursos pesqueiros e a sobrevivência das espécies em toda região;
- e) Recomendar ao Estado de MT que elabore, a exemplo de MS, o Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual, disciplinando o uso e ocupação da região do Pantanal;
- f) Recomendar aos Estados de Mato grosso e Mato Grosso do Sul a criação de uma política pública permanente de apoio, fiscalização e combate ao desmatamento e aos incêndios florestais, envolvendo os Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e as Comunidades Tradicionais Pantaneiras;
- g) Recomendar aos Estados de Mato grosso e Mato Grosso do Sul a criação de uma política pública para viabilizar o acesso a equipamentos de comunicação virtual, bem como a criação de redes de internet comunitária, por parte de Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais Pantaneiras.

6.6 RECOMENDAÇÃO À SOCIEDADE CIVIL

Finalmente, conforme sugerido por diversas entidades, recomendamos à sociedade civil a criação do Fórum de governança do Pantanal - a partir da articulação e integração institucional entre a Reserva da Biosfera, Comitês de Bacias, RPPNs, e outras formas de planejamento e gestão ambiental e territorial.

7 PLANO DE TRABALHO – BIOMA PANTANAL

O Parlamento não poderia se manter inerte diante dos lamentáveis incêndios que estão a assolar os biomas brasileiros, em especial, o Pantanal e a Amazônia.

Nesse contexto, a Comissão Externa Queimadas em Biomas Brasileiras – CEXQUEI (REQ 2369/2020) foi instituída com o objetivo de acompanhar e promover estratégia nacional para enfrentar as queimadas em biomas brasileiros.

Com o aprofundamento nos estudos da temática, ouvindo pesquisadores e todas as partes interessadas, a Comissão será capaz de propor medidas que contribuam para que semelhante tragédia não mais ocorra em nosso País.

Inicialmente, por um prazo estimado em até 3 meses, a Comissão concentrará seus esforços nas discussões e encaminhamentos com foco na situação do Pantanal, conforme explicitado no presente plano de trabalho.

As atividades relativas aos demais Biomas serão definidas oportunamente pelos membros da Comissão, após o encaminhamento das demandas emergenciais relativas ao Pantanal.

Assim, este Plano de Trabalho prevê a realização das seguintes ações:

1. Reuniões Ordinárias;
2. Reuniões Conjuntas;
3. Reuniões Técnicas;
4. Diligências e Visitas Técnicas;
5. Levantamento e acompanhamento de propostas legislativas sobre os temas da Comissão;

6. Interlocução com Governos, órgãos públicos e setores da sociedade civil para enfrentamento das questões.

1. REUNIÕES ORDINÁRIAS

A Comissão Externa (CEXQUEI) se reunirá, inicialmente, semanalmente, para discutir sobre as atividades a serem desempenhadas na semana subsequente e avaliar as ações realizadas na semana anterior. Sugestão de dedicação aos diferentes Biomas por diferentes parlamentares.

Previsão: às quintas-feiras, no período da manhã.

2. REUNIÕES CONJUNTAS

A CEXQUEI poderá ser reunir com outros órgãos e autoridades, entre elas as Assembleias Legislativas e o Senado Federal para obter e compartilhar informações relacionadas ao seu tema.

3. REUNIÕES TÉCNICAS

Propor audiências públicas com a participação de autoridades, especialistas, pesquisadores e representantes da sociedade. A realização de Audiências Públicas será organizada por blocos de representação, com todas as demais representações sempre convidadas à acompanhar os debates. O princípio será da escuta aos diferentes setores impactados e implicados no tema, sendo priorizado o debate entre os expositores e os parlamentares.

Debate com os deputados membros e a sociedade por meio da Internet, com duração sugerida de 2h, com transmissão pelos veículos da casa.

3.1) Reunião Técnica com representações da academia, pesquisadores, comunidade científica, universidades.

Data: 30/9/2020

3.2) Reunião Técnica com movimentos sociais (trabalhadores rurais e urbanos, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais).

Data: 1º/10/2020

3.3) Reunião Técnica sobre o trabalho e o olhar das instituições que atuam no Pantanal (ONGs)

Data: 2/10/2020

3.4) Reunião Técnica com autoridade(s) governamental(is), para tratar sobre sua atuação no enfrentamento das queimadas no Pantanal.

Data sugerida: 6/10/2020

3.5) Reunião Técnica com fazendeiros, segmento do turismo (proprietários de pousadas e hotéis), da pecuária e da mineração.

Data sugerida: 7/10/2020

3.6) Reunião Técnica com organismos eclesiásticos, pastorais e de direitos humanos.

Data sugerida: 8/10/2020

3.7) Reunião Técnica sobre resgate e acolhimento de animais atingidos por desastre.

Data sugerida: 9/10/2020

3.8) Reunião técnica para debater sobre o impacto das queimadas nas condições de saúde das populações afetadas.

Data sugerida: 14/10/2020

3.9) Reunião técnica para debater os impactos da crise hídrica na região pantaneira.

Data sugerida: 15/10/2020

4. DILIGÊNCIAS E VISITAS TÉCNICAS:

Os deputados membros da CEXQUEI realizarão visitas técnicas e diligências para fiscalizar, acompanhar e analisar a situação do Pantanal (e demais Biomas) e as questões abrangidas pela Comissão Externa.

4.1) Realizada:

Diligência Queimadas no Pantanal, realizada entre os dias 19 e 20 de setembro.

Participantes: Deputado Rodrigo Agostinho, Deputada Professora Rosa Neide, Deputado Nilto Tatto, Deputado Paulo Teixeira, Deputado Professor Israel Batista, Deputado Dr. Leonardo.

4.2) Previstas:

- Reunião com autoridades e movimentos sociais na Nascente do Rio Paraguai;
- Outras a definir.

5. LEVANTAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS DE LEI E OUTRAS PROPOSIÇÕES

Assegurar trabalho periódico de levantamento e acompanhamento de proposições relacionadas ao tema da CEXQUEI, produzindo recomendações e apoio às proposições, bem como formulando proposições legislativas sob a abrangência da CEXQUEI.

6. INTERLOCUÇÃO COM GOVERNOS, ÓRGÃO PÚBLICOS E SETORES DA SOCIEDADE CIVIL PARA ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES.

6.1) Providências Encaminhadas e/ou Sugeridas

- a)** Indicação ao Poder Executivo, para sugerir mobilização de militares, e consignação de dotações orçamentárias adicionais, para apoiar o enfrentamento das queimadas, sobretudo as relativas ao Pantanal, bem como sugere a instituição de “Gabinete de Crise” interinstitucional, participativo e interfederativo (INC 1.022/2020);
- b)** Requerimento de Informação ao Ministro do Meio Ambiente, para que informe as medidas adotadas pelo Governo Federal para enfrentar as queimadas em biomas, notadamente no Pantanal (RIC 1.183/2020);
- c)** Encaminhamento de Ofícios de solicitação de apoio à diligência às autoridades;
- d)** Encaminhamento de Ofícios de agradecimento às autoridades;
- e)** Solicitação de adoção de providências constitucionais pelo Poder Legislativo (ao Presidente Rodrigo Maia) para que requirite junto ao Ministério da Defesa, o emprego das Forças Armadas, para atuar nas regiões mais afetadas pelas queimadas (Pantanal).
- f)** Solicitação de Reunião da Comissão Externa com o Presidente Rodrigo Maia;
- g)** Solicitação de Audiência com o Ministro Marco Aurélio Melo (Ação do Governo no Pantanal – Ação da Rede);
- h)** Realização de Coletiva de Imprensa em 24 de setembro, 12h;
- i)** Ofícios ao Presidente Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso solicitando providências para constituição de Grupo de Trabalho e Realização de Reunião Emergencial, em articulação com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul;
- j)** Requerimento de Informação ao Ministério da Defesa a respeito da operação de combate ao fogo no pantanal em razão da fragilidade no número de combatentes;
- k)** Requerimento de Informação à Fundação Nacional do Índio (Funai) a respeito do tratamento que está sendo dado aos indígenas do Pantanal (especialmente povos Guató e Bororos);

- l)** Requerimento de Indicação contendo as proposições da Carta da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira;
- m)** Indicação e ofício para assegurar maior presença do Governo Federal no combate aos incêndios, maior efetivo de combatentes, instituição de “gabinete de crise” e utilização de aviões Hércules no combate ao incêndio;
- n)** Formulação de convites às autoridades Públicas para que prestem contas das medidas adotadas para combater as queimadas, entre outras medidas;
- o)** Apoiar Requerimentos de Convocação do Ministro Ricardo Salles (MMA);
- p)** Apoiar Requerimentos de Convocação do Ministro Augusto Heleno (GSI).

6.2) Entidades e Instituições a envolver

Governo
 Assembleias Legislativas
 Universidades
 Embrapa
 Inpe
 Conaq
 Fepoint
 Pantaneiros

Corpo de Bombeiros
 Conselhos Regionais de
 Medicina Veterinária
 Ibama
 Ministério Público Federal
 Ministério Público Estadual
 OAB

Sesc Pantanal
 Assentamentos
 Sindicatos de
 Trabalhadores Rurais
 Unesco
 Setor Turismo
 Setor Pecuária
 Setor Agricultura

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 2020.

Deputada Professora Rosa Neide
 Coordenadora

8 REUNIÕES TÉCNICAS

8.1 QUEIMADAS NO PANTANAL: ESTUDOS, SITUAÇÃO E PROGNÓSTICOS

Convidados:

- José de Souza Nogueira, Professor do Instituto de Física da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT;
- Prof. Dr. Claumir César Muniz e Profa. Dra. Solange Ikeda Castrillon, Representantes da Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT;
- Alexandre de Matos Martins Pereira, Analista Ambiental do IBAMA - Prevfogo/Mato Grosso do Sul;
- Izabelly Carvalho da Costa, Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Espaciais - Inpe;
- Dr. Alberto Setzer, Coordenador Substituto do Programa de Queimadas do Inpe;
- Prof. Dr. Geraldo Alves Damasceno, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul;
- Dr. Walfrido Moraes Tomas, Pesquisador Embrapa Pantanal;
- Vinícius Silgueiro, Coordenador de Inteligência Territorial do Instituto Centro de Vida e Membro fundador do OBSERVA MT.

Data: 30/9/2020

O **Sr. Claumir Cesar Muniz**, representante da Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT, destacou que a maioria dos incêndios possuem origem antrópica e que não é correto delegar às chuvas o controle dessa situação. Apontou que o pantanal está encolhendo e que a cada ano se perde mais áreas úmidas, sendo que, nos últimos 10 anos, essa diminui em 16%. Pontuou que os prejuízos dos incêndios ocorrem sobre a fauna, a flora e toda a população. Como exemplo, citou que os incêndios na área da Reserva Taiamã prejudicam a reposição do estoque pesqueiro. Pontuou que já se perdeu mais de 3 milhões de hectares para o fogo, em uma área muito rica em

biodiversidade e de suma importância ao país. Destacou o papel das instituições de pesquisa na temática, entre as quais se encontra o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, ainda desconhecido por muitos. Afirmou ser papel do Estado atuar no combate e prevenção aos incêndios, sendo que há tecnologia para isso na Universidade, “desde que amparada pelo Estado”. Lembrou que “evitar incêndios é bem mais barato que recuperá-los”. Por fim, pontuou que os próximos anos serão ainda mais secos e que, se nada for feito, os incêndios irão se repetir. Em suas considerações finais, disse concordar com a necessidade de uma legislação específica para o Pantanal, sem que se esqueça a relação íntima do mesmo com o Cerrado. Lembrou, ainda, a existência de uma tecnologia de ponta que permite identificar o início dos incêndios, sendo necessário e possível que se dê uma resposta imediata.

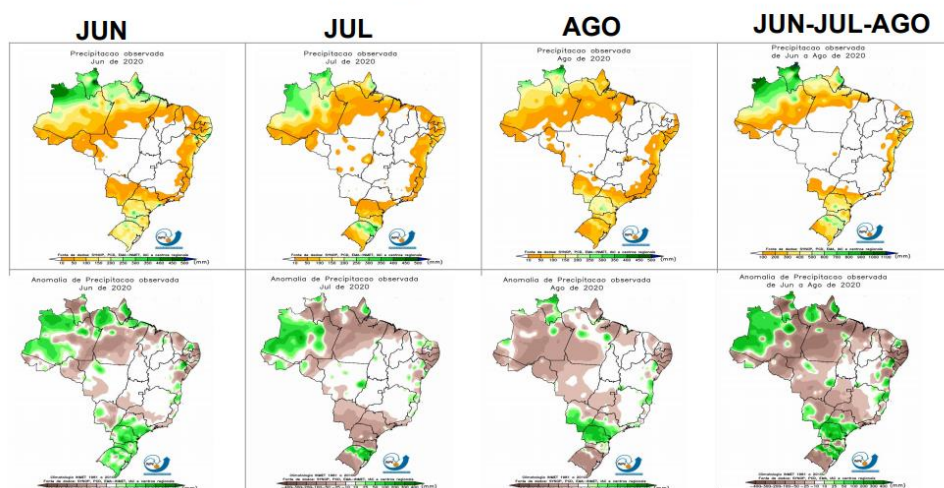
A **Sra. Solange Ikeda Castrillon**, representante da Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT, destacou que o Pantanal “é uma planície de inundação que recebe as águas do planalto, tanto as águas superficiais quanto as águas das nascentes de córregos e rios que desaguam no Rio Paraguai, assim como as subterrâneas”. Disse, ainda que “é importante compreender que o Pantanal é regido pelo pulso de inundação, pois se trata de um sistema, e a diversidade é regida por ele”. Assim “a planície depende totalmente das águas dos ciclos de enchente-cheia, vazante-seca, que vão acontecer a partir desse pulso de inundação”. Destacou que a Universidade do Estado de Mato Grosso tem realizado diversas pesquisas sobre mudanças climáticas e ecológicas de longa duração e sugeriu “a criação de um robusto programa de recuperação e conservação das nascentes do Pantanal em todas as instâncias, desde o poder público até a sociedade civil”. Destacou uma série de pesquisas que tem sido feitas na região. No que se refere à vegetação arbórea, disse que “as árvores da mata alagável não vão se regenerar e as diversas populações não se recuperam como as árvores do Cerrado, que nós sabemos que passam por esse processo de fogo e, às vezes, de incêndio e que conseguem maior regeneração e recuperação”. Pontuou a importância de se pensar em processos de restauração e em pesquisas de longa duração, principalmente na questão das águas. Disse que “neste momento, as

comunidades tradicionais e as comunidades à margem do Rio Paraguai e dentro do Pantanal estão pedindo água para beber, porque se sentem inseguros de utilizar essas águas que estão com resíduos dos incêndios”, estando “a sociedade mobilizada para “levar água e alimentos para os animais necessitados”. Em suas considerações finais, criticou a extinção de resoluções do CONAMA que buscavam a proteção dos manguezais, que também são áreas úmidas e lembrou que “o Brasil está ligado à Convenção de Ramsar, que propõe a defesa e a conservação das áreas úmidas”, sendo importante que a legislação reforce esse quesito. Por fim, destacou que a tragédia dos incêndios é agravada pela pandemia da Covid-19.

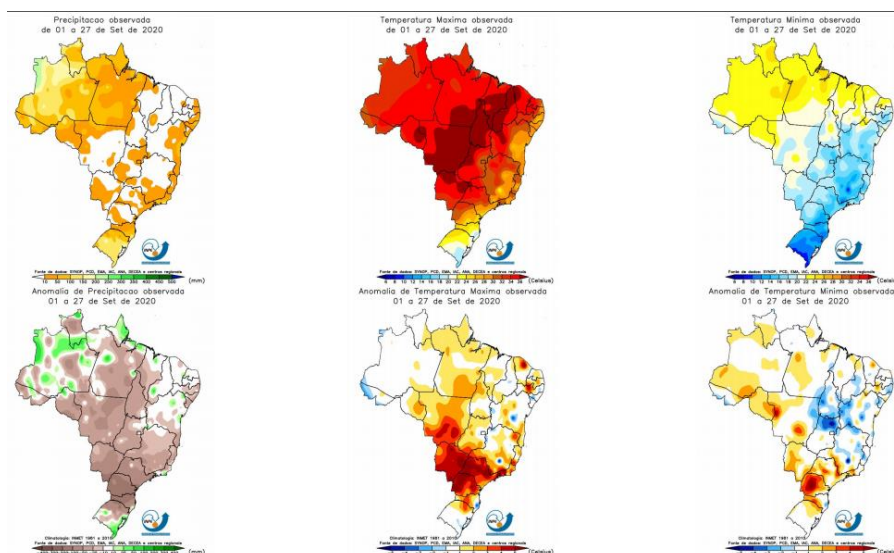
O **Sr. José de Souza Nogueira**, Professor do Instituto de Física da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, destacou que a situação deve ser tratada sob um tripé: o homem, a ciência e o poder público. Destacou que o INPP, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, precisa ganhar força. Disse que há muitas pesquisas e projetos na Universidade, mas que os recursos são escassos. Pontuou que seu trabalho se dá por meio de torres micrometeorológicas (uma na Baía das Pedras e outra, no Passo do Lontra), que fornecem dados importantes para a compreensão de como o Pantanal está respondendo a todas estas mudanças. Disse que é preciso, “com urgência, pensar em como financiar as pesquisas e os professores que estão indo a campo, para dar uma resposta ao problema”. Em suas considerações finais, reforçou a necessidade de se pensar no solo, de “montar uma rede de torres micrometeorológicas para monitorar o Pantanal”.

A **Sra. Izabelly Carvalho da Costa**, Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Espaciais – Inpe, destacou que os dados de sua apresentação se referem à Bacia do Alto Paraguai, na qual está contida grande parte do Pantanal. Nas primeiras imagens mostradas, verifica-se um déficit de precipitação. Disse que no acumulado dos meses de junho, julho e agosto há “uma precipitação mais abaixo do normal”.

Precipitação - JJA/2020



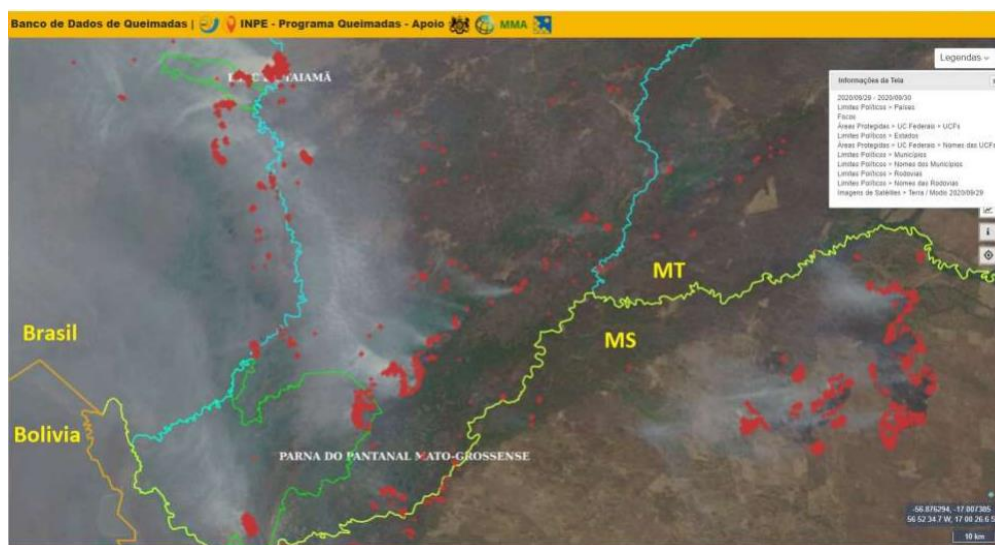
Da mesma forma, o mês de setembro apresentou uma “anomalia negativa da precipitação”. No que se refere à temperatura, houve “anomalias positivas”, indicando um aquecimento que “favorece as queimadas”.



Ainda, destacou que “não teremos chuvas significativas para os próximos dias”. No que se refere ao índice calor, que relaciona temperatura e umidade relativa, demonstrou que “nos próximos dias, as temperaturas estarão bastante elevadas na região, e a sensação térmica poderá chegar perto de 50°”. Afirmou que dois de três modelos técnicos demonstram que há um aquecimento, sendo previsão, por consenso, que a temperatura varia “entre o normal e um pouco acima do normal”. Por fim, pontuou que os modelos demonstram que “a previsão é de chuvas abaixo do normal climatológico”. Em

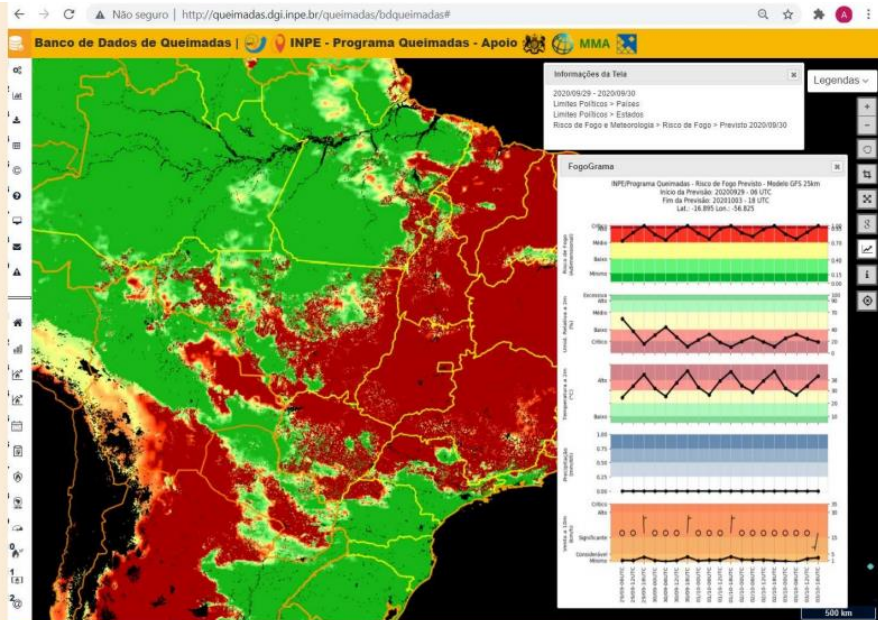
suas considerações finais, reforçou que o INPE diariamente, e de forma gratuita, efetua a disponibilização dos dados.

O **Sr. Alberto Setzer**, Coordenador Substituto do Programa de Queimadas do Inpe, destacou que o programa “produz, em modo operacional, a detecção de focos, ou seja, a detecção da queima de vegetação em cerca de 250 imagens por dia, ao tempo em que mostra mapas das áreas queimadas”. Destacou que na imagem do dia 29 de setembro pode-se observar “que há frentes de fogo com mais de 20 quilômetros de extensão”, sendo algumas delas muito grandes e próximas a Reserva do Taiaí e ao Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense.



Assim, há “um problema seríssimo: centenas de quilômetros de frentes de fogo teriam que ser combatidas” e que “não é com uma centena ou algumas centenas de pessoas que nós vamos resolver a situação”. Disse que o Inpe aponta também o “risco de fogo”, e que “várias regiões do Pantanal correm um risco muito grande”, como exemplificado pela imagem mostrada:

Exemplo: Risco de Fogo meteorológico para queima de vegetação em 30/Set/2020 na Região do P.N. do Pantanal Mato-grossense. Notar que nos próximos dias: não haverá precipitação, a temperatura do ar estará na faixa 30°C a 40°C e a umidade relativa entre 15% e 35%



Apontou também que “não há nenhuma previsão de precipitação” para os próximos dias e que “a temperatura prevista está oscilando entre 30 e poucos graus e 40 e tantos graus”, enquanto a umidade relativa “oscila na faixa de 15% a 35%, o que gera um risco de fogo muito alto na faixa crítica”. Explicou: “Na verdade, não é preciso ser nenhum especialista em combustão, em índices de seca ou em vegetação. Nós temos mais de um mês sem chuva e temperaturas na faixa dos 40 graus. Não há nenhuma precipitação prevista. A umidade relativa está abaixo de 20%. Qualquer pessoa sabe que, se riscar um fósforo, a vegetação vai queimar, e não há como controlar isso. Os bombeiros têm a regra dos 30, muito conhecida, que diz que, diante de 30 dias sem chuva, temperatura acima dos 30 graus e umidade abaixo de 30%, o risco é extremo. Se o vento estiver acima dos 30 quilômetros por hora, saia de onde estiver, que não há mais o que fazer.” Disse que, no ano de 2020, se comparado ao ano de 2019, houve um “aumento de 195% em número de detecções”, e que em 2019 já havia ocorrido um aumento de mais de 300% em relação a 2018, “um ano bastante tranquilo por causa da chuva”. Ainda, mostrou que, em relação ao número de focos de incêndios, o ano de 2020, já passou qualquer outro ano que nós tínhamos registrado na nossa série, desde 1998.

Tabela anual comparativa de biomas do Brasil - últimos anos no intervalo de 01/Jan até 29/Set

* Número de focos detectados pelo satélite de referência.

	2014	Dif%	2015	Dif%	2016	Dif%	2017	Dif%	2018	Dif%	2019	Dif%	2020
Amazônia	48.522	19%	58.041	-2%	56.582	24%	70.533	-33%	46.653	42%	66.311	13%	75.362
Caatinga	4.176	53%	6.399	-23%	4.886	-35%	3.136	75%	5.497	-5%	5.211	-13%	4.530
Cerrado	44.897	5%	47.510	-7%	44.072	13%	50.141	-37%	31.292	61%	50.439	-10%	45.365
Mata Atlântica	10.712	-17%	8.808	70%	15.040	-17%	12.382	-27%	9.014	51%	13.647	0%	13.686
Pampa	613	4%	643	80%	1.158	-33%	772	-14%	660	80%	1.189	28%	1.533
Pantanal	812	255%	2.888	23%	3.572	36%	4.871	-71%	1.388	328%	5.941	195%	17.577
TOTAL	109.732	13%	124.289	0%	125.310	13%	141.835	-33%	94.504	51%	142.738	10%	158.053

Ir para estatísticas dos estados, regiões e biomas



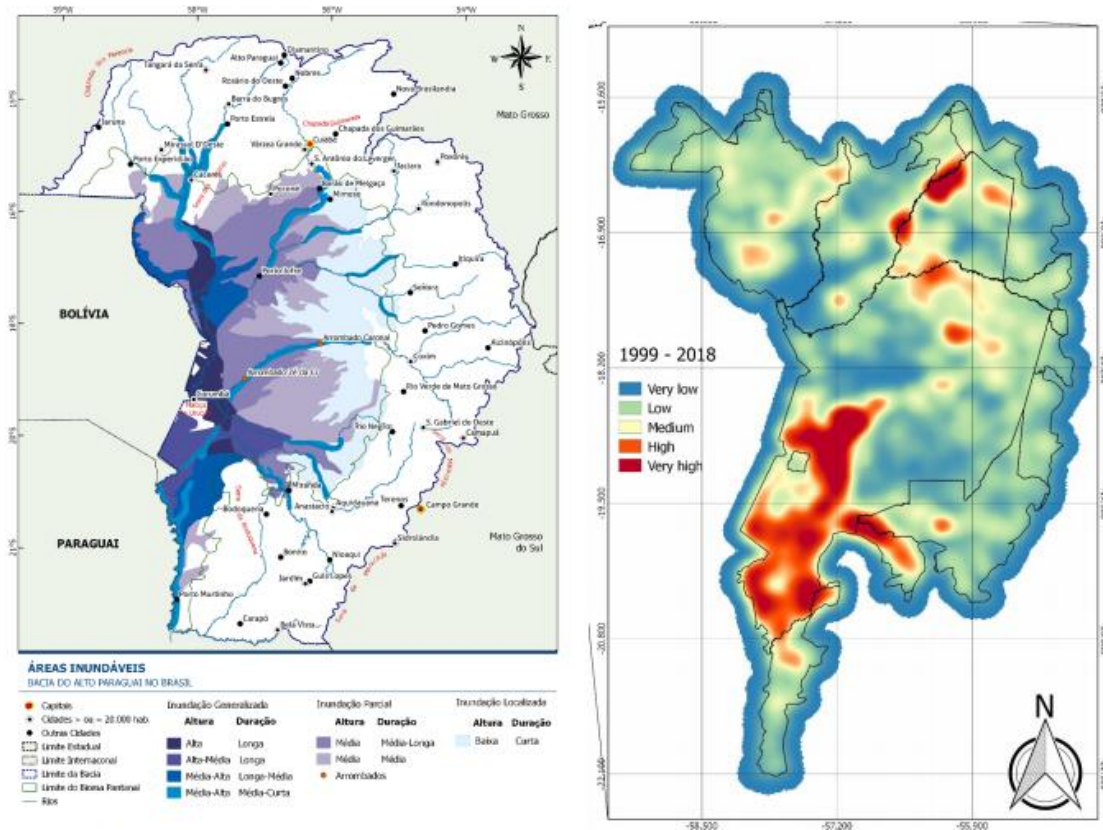
Em resumo, o ano de 2020 está sendo o ano extremo ou pior que nós tivemos”. Destacou que entre os municípios com maior número de focos, “Barão de Melgaço é o pior; Corumbá está em segundo; Poconé, em terceiro; Cáceres, em quarto; Santo Antônio do Leverger, em quinto”. Pontuou que, até o final de agosto, os dados demonstravam “12% da área do pantanal queimada” e que, “a informação do laboratório LASA, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que, até o dia 27 de setembro, indicava a queima de 23% de toda a extensão do bioma”. Por fim disse que, apesar de setores tentarem desacreditar os dados, são os mesmos confiáveis, utilizados por vários setores de pesquisas, não devendo a questão ser politizada. Em suas considerações finais explicou, em detalhes, a razão da confiabilidade da metodologia para a produção dos dados.

O **Sr. Alexandre de Matos Martins Pereira**, Analista Ambiental do IBAMA - Prevfogo/Mato Grosso do Sul, iniciou sua fala dizendo que o órgão também utiliza os dados do INPE. Destacou que “os incêndios florestais começaram cedo no Pantanal” e que desde março e abril há ocorrências de incêndios florestais, “o que não é tão comum dentro de uma série histórica de comportamento dos incêndios no Pantanal”. Em razão desses fatores, disse que o órgão não tem conseguido atuar no aspecto preventivo. Destacou que, tecnicamente, “incêndio” não se confunde com “queimada”, pois

a queimada é o uso lícito e controlado do fogo. Disse que eventual exclusão do fogo no bioma ocasionaria mais problemas, sendo a utilização do fogo uma questão econômica, cultural e ecológica, pois trata-se de uma ferramenta de manejo para a produção e também para o controle dos combustíveis florestais. Disse, ainda, que outras atividades precisam ser estimuladas, tais como o turismo ecológico e a pesca, sendo de suma importância a participação da academia e das instituições de pesquisa. Pontuou que “não são algumas centenas de brigadistas, de bombeiros militares e de voluntários que vão dar conta de toda essa demanda” e que “os incêndios, conforme os anos vão passando, estão cada vez mais extremos, assumindo um comportamento extremo de alta intensidade, de grande poder destrutivo, de alta velocidade de propagação”. Disse que está em tramitação o “Projeto de Lei nº 11.276, de 2018, que trata da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo”, sendo necessário o debate sobre a matéria, pois trata-se de “uma das ferramentas que contribuirá para o avanço das discussões do manejo do fogo no País”. Lembrou ainda, que, nos moldes do art. 40 do Código Florestal, é preciso criar uma “Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais para o País”. Em suas considerações finais, destacou que o Ibama tem um programa de brigadas indígenas e que, no “Estado de Mato Grosso do Sul, foram contratados 60 brigadistas indígenas especificamente para a proteção dos seus territórios”. Pontuou que possuem projetos de pesquisas dentro da Terra Indígena Kadiwéu para entender a dinâmica do uso do fogo pelos indígenas e a ocorrência de incêndios florestais. Destacou, por fim, a necessidade de valorização e de reconhecimento dos brigadistas.

O **Sr. Geraldo Alves Damasceno Júnior**, professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, iniciou sua fala discorrendo sobre as características específicas do Pantanal. Mostrou um gráfico segundo o qual “existiu um período muito mais seco na década de 1960, durante 10 anos”, mas que desde então, a região permaneceu em um nível alto de cheia, até este ano, de 2020, quando ocorre um período extremamente seco. Mostrou um mapa no qual foram juntadas “as frequências de fogo de 1999 até 2018

para ver quais são os lugares onde realmente mais pegam fogo no Pantanal em termos de frequência de focos de calor”, chegando-se a interessante conclusão de que “os lugares que mais inundam são os lugares que mais pegam fogo”.



Gef, ANA, PNUMA, OEA (2004) Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado do Pantanal e da Bacia do Alto

Disse que a grande produção de biomassa produzida em centros urbanos, em especial Ladário e Corumbá, leva à maior probabilidade de fogo nas áreas, “que envolvem justamente a planície de inundação dos Rios Paraguai, Miranda, Aquidauana, no Mato Grosso do Sul”. Destacou a biodiversidade do pantanal, com 2.000 espécies inscritas, em número que está sendo atualizado para a casa dos 2.500. Pontuou que “o fogo e a água atuam em conjunto, determinando as fisionomias da vegetação”, pois o “o fogo age como um agente moderador dessa distribuição da vegetação na paisagem juntamente com a inundação”. Destacou que “há muitas espécies que têm capacidade de regenerar”, havendo também “um banco de sementes muito importante nessas áreas”, e que, “logo após o fogo, essas sementes que estão enterradas entram em atividade e retornam”. Assim, a vegetação do pantanal,

pelo menos nas áreas pesquisadas, “é extremamente resiliente ao fogo”. Pontuou que os baceiros, formados por uma espécie de vegetação aquática, geram grande acúmulo de matéria orgânica. Disse que, por vezes, as pessoas colocam fogo nesses baceiros, para diminuir seus efeitos, sendo que algumas situações saem do controle e geram danos não previstos. Disse que as áreas de campo inundado são sujeitas ao fogo, demonstrando uma área que, após ficar 4 anos sem fogo e sem gado, gerou acúmulo de cerca de 70% de matéria seca, virando “um incêndio em potencial”. Disse ser uma prática muito comum o controle do cambará, uma planta que se espalha no campo e sombreia gramíneas, com o uso do fogo. Pontuou que outra espécie vegetal, o carandá, é muito resistente ao fogo. Em relação a outra espécie vegetativa, o pirizal, ele “fica tão entouceirado, tão fechado que, às vezes, é possível pegar fogo em cima da água”. Destacou a existência de um trabalho que mostra a existência de “12 mil anos de história de fogo no Pantanal”, sendo o fogo anterior a existência humana, iniciada há 8 mil anos. Assim, seria preciso aprender a manejar, não proibir o uso do fogo. Finalizou destacando a importância de instituições de pesquisas, solicitando “a atuação dos Deputados para tentar resolver a situação do INPP”. Em suas considerações finais, reforçou a importância do INPE, das pesquisas científicas e da diferenciação entre incêndios e queimadas.

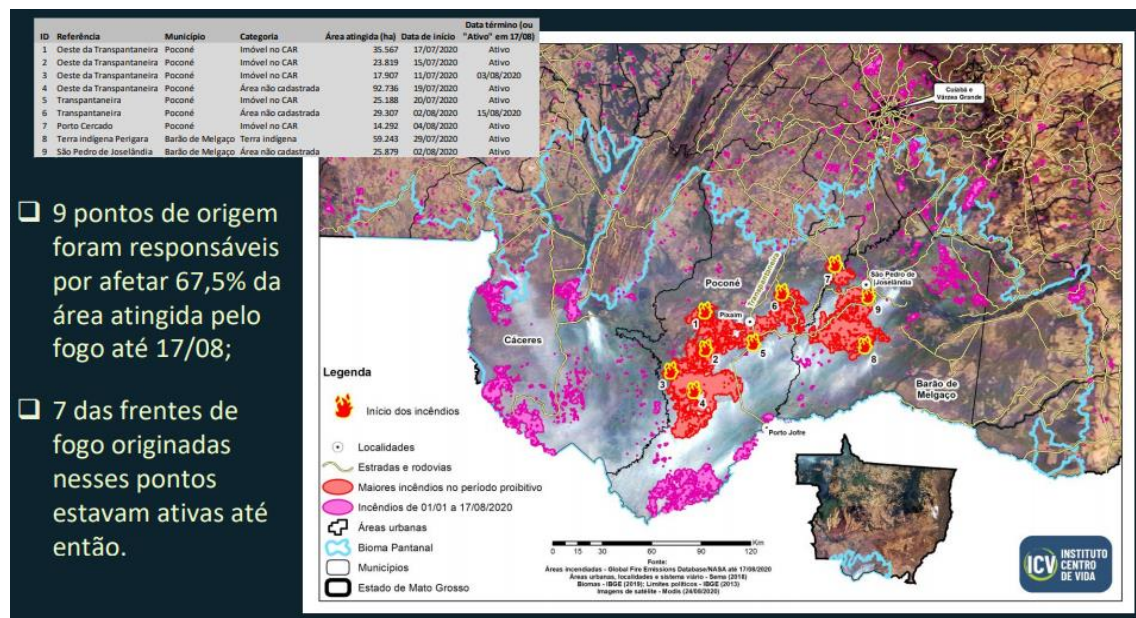
O **Sr. Walfrido Moraes Tomas**, Pesquisador Embrapa Pantanal, pontuou as “possibilidades de contribuição da EMBRAPA Pantanal para essa questão dos incêndios”. Discorreu sobre o cenário de mudanças climáticas globais, que “criam um cenário bastante complexo para a situação do Pantanal e de qualquer savana em região tropical ou subtropical no mundo”. Disse que “os modelos climáticos que existem para a região do Pantanal, desenvolvidos pelo pessoal do INPE, especialmente o Dr. José Marengo, preveem, de 2070 a 2100, uma redução de 30% da chuva em relação à média”, que “em 2019, o déficit já foi de 25% na precipitação”, e que, em 2020, o déficit gira em torno de 40%, “com temperaturas muito acima da média”. Ainda destacou que “organização Internacional de Meteorologia emitiu um alerta: no hemisfério sul, várias regiões vão estar sujeitas a ondas de calor e

secas extremas, de 2020 a 2025”. Disse que o fogo “é um fator natural de distúrbios em ecossistemas de savana” e que “a incidência de fogo nesse sistema é fundamental para a biodiversidade”. Mas, em sua opinião, “o uso tradicional do fogo precisa hoje de uma adequação para se ajustar a essa condição de clima alterado mais quente, mais seco, mais ventoso, com inundações reduzidas ou com tempo de inundação reduzida”. Disse que a seca de agora é diferente da que ocorreu na década de 60, pois provavelmente as chuvas não voltarão a inundar o Pantanal, e o bioma não terá a mesma recuperação que teve. Disse que a realidade indica o não funcionamento das leis que proíbem a utilização do fogo em épocas mais secas. Assim, apontou que “a única saída é a adoção de boas práticas pecuárias, porque o fogo é usado primordialmente no Pantanal para manejo da vegetação, é um instrumento de manejo da vegetação, visando à pecuária”, sendo de suma importância que se leve informação para quem está na ponta. Argumentou pela necessidade de sair do embate sobre qual é a causa, sobre quem é o culpado, para se buscar soluções. Disse ser importante estabelecer mecanismos que compensem os proprietários que utilizem as terras de forma sustentável. Argumentou pela necessidade de “desenvolver um sistema regional de alerta de incêndio”, sendo o Sistema de Avaliação de Risco de Incêndio para o Pantanal (SARIPAN), um importante passo. Mas, “para se fazer um sistema de previsão de risco de incêndio, precisa-se de uma rede de estação meteorológica muito refinada”, podendo a Câmara contribuir para tal. Disse, ainda que “o gado não é o ‘bombeiro’ do Pantanal”, mas sim “um componente dentro da estratégia que deve ser adotada, que é um contexto mais amplo e com mais fatores a serem considerados”. Argumentou pela proibição de atividades que interfiram nas inundações da área, tais como diques, drenos e estradas sem estruturas. Disse ser preciso melhorar a estrutura de combate a incêndios, com “equipagem, equipamentos, pessoal, brigadas comunitárias, postos avançados”. E, como indutor de boas práticas pecuárias, disse ser preciso criar indicadores de sustentabilidade para oferecer incentivos, como os fiscais e de financiamento. Pontuou que a Embrapa desenvolveu o “Fazenda Pantaneira Sustentável, que é um sistema complexo, muito bem embasado cientificamente e que permite avaliar e fazer diagnósticos de propriedades

rurais baseados em indicadores bem objetivos nas dimensões ambiental, social e econômica”. Disse estar o foco na propriedade rural pelo fato de a pecuária ocupar, hoje, “cerca de 90%, no mínimo, do Pantanal”. Para concluir, disse que existe uma série de instituições trabalhando em pesquisas que apontarão números assustadores dos incêndios, com um enorme impacto na fauna. Em suas considerações finais, afirmou a necessidade de se dar atenção ao 10 do Código Florestal, segundo o qual o Pantanal deve ser utilizado de forma ecologicamente sustentável. Disse ainda que o problema no bioma é muito complexo, sendo necessária ação integrada de várias instituições.

O **Sr. Vinicius Silgueiro**, Coordenador de Inteligência Territorial do Instituto Centro de Vida e Membro fundador do OBSERVA MT, disse que a situação dos incêndios está chamando a atenção desde o ano passado, quando passaram a focar bastante na produção e disponibilização de dados. Apresentou dados do INPE, segundo os quais o Pantanal é ainda o bioma mais preservado do Brasil, com menos de 17% da área desmatada até 2019. Disse ser uma área de 2,3 milhões de hectares destinada ao uso agropecuário, sendo a maior parte ocupada por pastagens, com a criação de cerca de 2,5 milhões de cabeças de gado. Disse que 72% do Pantanal é ocupado por imóveis que já estão inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que as Unidades de Conservação ocupam 10% da área e que as terras indígenas e assentamentos, 1%. Pontou que “nesses mais de 3 mil imóveis que já estão no CAR na porção mato-grossense do Pantanal, 32 fazendas acima de 20 mil hectares ocupam uma área de 25% de todo o bioma, ao passo que 52% dos imóveis menores de 100 hectares, ou seja, imóveis da agricultura familiar, ocupam uma área de apenas 1,5%”. Destacou a existência de três terras indígenas na porção do Mato Grosso, duas da etnia Bororó e uma da etnia Guató, e de 10 unidades de conservação, sendo “um parque nacional, dois parques estaduais, uma estação ecológica, três RPPNs e três estradas-parque”. Disse serem os mais inviabilizados nesse cenário os povos pantaneiros, os quilombolas, as comunidades ribeirinhas e os agricultores familiares. Pontuou ser o INPE um “orgulho para o Brasil”, uma “referência para o mundo”. Disse que estão lançando uma plataforma *on line* na qual será

possível acompanhar os focos de calor, os diferenciando de acordo com o local de ocorrência (se em imóvel rural, terras indígenas, ou unidades de conservação, por exemplo). Relatou que foi publicada uma nota técnica caracterizando os dados produzidos pela NASA, com uma análise especial tentando remontar à origem dos incêndios, sendo possível identificar “onde o fogo começou nessas áreas que tomaram grandes proporções”. Apontou que “67,5% do que havia queimado até então, até metade de agosto, tinha sido iniciado em nove pontos de origem”.



Disse que em todo o Mato Grosso já são quase 6 milhões de hectares atingidos pelo fogo, o que representa 7% da área do Estado, sendo a porção pantaneira em 1,7 milhão de hectares nesse Estado, configurando o Pantanal o “bioma mais atingido pelo fogo em todo o País”. Pontuou que os municípios de Poconé, Barão de Melgaço, Cáceres e Santo Antônio de Laverger, juntos, representam 30% de toda a área atingida pelo fogo no Estado de Mato Grosso. Disse que 48% dos incêndios estão ocorrendo em imóveis registrados no CAR, 23% em áreas não registradas, 18% em terras indígenas, 7% em unidades de conservação e 5% em assentamentos. Mostrou que a RPPN SESC Pantanal foi praticamente atingida em sua integralidade, e que o Parque Estadual Encontro das Águas foi atingido em 93% de sua área, enquanto a terra indígena Baía dos Gatós foi atingida em mais de 80%. Disse

tratar-se de uma “tragédia anunciada”, pois: desde o final do ano, “o regime de chuvas já estava abaixo da média” e que “tanto o INPE quanto a NASA alertaram para o fato de que este ano seria mais seco”, sem contar o cenário de COVID-19, “que atrasou a contratação das brigadas - começaram a ficar mais efetivas em julho”. Disse que o planejamento e a tomada de decisão foram bastante tardios, a exemplo dos decretos estaduais de emergência, publicados somente em meados do mês de setembro, após 2 meses da situação bastante crítica. Pontuou reduções orçamentárias significativas no âmbito tanto do ICMBio quanto do IBAMA. Disse ser fundamental a responsabilização dos culpados, para que a sensação de impunidade “não tome conta do país, como tem acontecido”. Em suas palavras: “há uma sensação de impunidade, o que piora com a desestruturação dos principais órgãos federais de fiscalização, no caso, o IBAMA e o ICMBio; a dotação de recursos abaixo do necessário; a retirada e a exoneração dos servidores que estão na linha de frente, que fazem esse combate, que têm experiência nesse trabalho de fiscalização. Isso tudo passa a mensagem de que quem cometeu crime não vai ser punido”. Disse que, em relação ao setor agro, é preciso separar “o joio do trigo” e que em uma análise de dados foi identificado que 1.065 imóveis rurais, de um total de mais de 150 mil, são responsáveis por mais de 70% do desmatamento no Estado. Disse ser importante que a SINFR e o DNIT façam aceiros ao longo das estradas, onde muitos incêndios se originam. Ao final, mostrou uma imagem que mostra a queima de 93% do Parque Estadual Encontro das Águas. Em suas considerações finais, reforçou a necessidade de responsabilização e criticou a previsão do Código Florestal que exige a comprovação, pelo órgão ambiental, de que “não foi acidental”. Pontuou que a responsabilização deveria ser “pela propriedade” e que qualquer empreendimento que busque licenciamento necessita de um “mapa de risco de fogo”.

Após as falas e questionamentos dos Deputados e Deputadas, Professora Rosa Neide (PT/MT), Vander Loubet (PT/MS), Dr. Leonardo (Bloco/Solidariedade/MT), Merlong Solano (PT/PI), Paulo Teixeira (PT/SP), Nilto Tatto (PT/SP), Wellington Fagundes (PT/MT), Célio Moura (PT/TO),

Marcelo Freixo (PSOL/RJ), Ivan Valente (PSOL/SP), os convidados fizeram suas considerações finais, já resumidas acima.

8.2 MOVIMENTOS SOCIAIS, TRABALHADORES RURAIS E URBANOS, POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Convidados:

- Claudia Pinho, Representante da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras;
- Eliane Xunakalo, Representante da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso - FEPOIMT;
- Joenil Heleno de Jesus, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- João Moisés Bispo, representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ;
- Alex Catarino, representante do Sindicato dos Servidores Públicos de Barão de Melgaço;
- Valdevino Gonçalves Cardoso, Professor Terena;
- Danilo Bandini Ribeiro, Fogos e inundações em terras indígenas da UFMS.

Data: 1/10/2020

A **Sra. Claudia Pinho**, representante da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, apresentou as comunidades pantaneiras como sendo “oriundas da junção dos povos originários indígenas, dos negros e, igualmente, dos europeus que vieram para esta região”. Estas se caracterizam pela junção de culturas que enriquecem a região. Criticou a invisibilidade das comunidades tradicionais pantaneiras em políticas públicas. Afirmou que as comunidades tradicionais vivem estão adaptadas para viver nos mais variados ambientes dos ecossistemas pantaneiros, seja os mais próximos das serras, seja o Cerradão, seja o ambiente alagado. Ressaltou os impactos dos incêndios para os povos tradicionais. Enfatizou que os incêndios ameaçam a segurança alimentar e nutricional. Além disso, explica que as perdas se estendem para aspecto culturais, tendo em vista a sacralidade e ancestralidade dos territórios devastados. Explicou que mesmo as comunidades que vivem na parte mais alagada do Pantanal estão sofrendo com a falta de qualidade da

água. Atribui as secas dos últimos anos como uma consequência do desmatamento. Nesse contexto, elucidou que as comunidades tradicionais pantaneiras estão em condições precárias, as quais atribui a omissão do Estado brasileiro em relação à garantia de seu direito de existência e território. Desconsidera-se, na visão da participante, que o “Pantanal tem gente, tem história, tem cultura”. Dentre os desafios a serem superados, destacou a revisão de empreendimentos, como as pequenas centrais hidrelétricas, que impactam diretamente a vida das comunidades. Na mesma linha, criticou os portos licenciados sem levar em consideração estudos de impacto ambiental. Finalizou afirmando ser necessário diálogo com as comunidades tradicionais pantaneiras ao se pensar políticas públicas para a região e solicitou acolhimento da Câmara dos Deputados para essas comunidades nesse momento em que foram drasticamente impactadas pelos incêndios.

A **Sra. Eliane Xunakalo**, representante da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT, assinalou a presença de duas populações indígenas no Pantanal: os guatós e os bororos da aldeia Perigara. Além disso, destacou a presença dos bororos da Terra Indígena Tereza Cristina, um bioma de transição entre o Pantanal e o Cerrado. Indicou que as terras indígenas tiveram mais de 80% de seus territórios consumidos pelos incêndios. Afirmou que os indígenas não foram responsáveis pelos incêndios que ocorreram esse ano e que esses povos sofrem com problemas relacionados à alimentação e à dificuldade de obter água potável. Ressaltou a necessidade de preservar o Rio Paraguai, cuja cabeceira está desmatada. Destacou a importância do rio para a região. Além disso, advogou por maiores investimentos públicos em brigadas nas áreas indígenas e nas brigadas no bioma. Afirmou que as quarenta equipes de Mato Grosso são insuficientes. Sugeriu um maior planejamento para evitar incidentes, tendo em vista que houve um alerta do INPE, o qual poderia ser mais bem gerido pelo governo estadual e federal. Ademais, indicou a necessidade de políticas para o pós-incêndio, com previsões orçamentárias nesse sentido. Por fim, destacou as dificuldades das comunidades para terem acesso à assistência médica,

deslocamentos e comunicação. Em suas palavras finais, afirmou que “este não é um momento de emergência, mas de tragédia ambiental”.

O **Sr. João Moisés Bispo**, representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, enumerou problemas ambientais do Pantanal, para além dos incêndios. Primeiramente, indicou a questão do lixo produzido pelas várias pousadas da região, considerando ser necessário avaliar com mais critério a destinação de resíduos. Ilustrou contando que esteve nas Baías do Chocororé e Sinhá Maria e lá foi possível encontrar rejeitos como geladeiras, fogões e pneus. Outro aspecto ressaltado pelo participante foi o uso de agrotóxicos na região. Segundo ele, foram utilizados no Estado do Mato Grosso, em 2018, 207 mil tonelada de agrotóxicos. A fala a seguir ilustra as consequências disso para a população local: “Para os senhores terem ideia, em uma cidade em Mato Grosso, Campo Verde, há 2 anos foram feitos testes nas mulheres. Todas as mulheres que compareciam para fazer os exames tinham veneno no leite materno. Isso é gravíssimo e eles escondem”. Apresentou também problemas ambientais relacionados aos garimpos, os quais são muitos. Contou que foram feitos testes há 10 anos, os quais demonstraram que os peixes estavam contaminados com mercúrio. Por fim, indicou o problema dos rios que desaguam no Pantanal, os quais estão secos. Citou os rios Sangradouro, Sararé e Macaco como exemplos dos milhares de rios pantaneiros com problemas de estiagem. Defendeu uma maior participação dos quilombolas e outros povos tradicionais no momento de elaboração de políticas públicas para a região. Afirmou que existem 5 comunidades quilombolas no Pantanal Mato-Grossense. Em Poconé, são 43 comunidades quilombolas e mais 1 comunidade rural, demonstrando assim a representatividade do povo quilombola na região. Questionou sobre o destino de doações de outros países, como a Alemanha e a Inglaterra, que teriam por objetivo o combate aos incêndios no Pantanal. Segundo o participante, os ingleses enviaram dez milhões de libras e que estariam à disposição do Governo do Estado de Mato Grosso, cerca de 85 milhões de reais para combater os incêndios. Finalizou esclarecendo a importância dos aceiros e da criação de gado para o controle

da vegetação ou “combustível”. Segundo o participante, há quarenta anos se fazia o controle dos incêndios com gado e os problemas eram menores do que atualmente. Completou afirmando que isto corrobora a necessidade de envolver os povos tradicionais nas decisões relacionadas a políticas públicas para a região.

O **Sr. Valdevino Gonçalves Cardoso**, Professor Terena, da etnia terena, de Mato Grosso do Sul, que compõe nove etnias em Aquidauana. O participante criticou a atuação do governo federal para a região, que em sua visão contribuiu para a devastação ambiental. Relatou que a população indígena está vivenciando períodos de insalubridade, “há meses sem poder respirar ar puro; estamos há meses com os nossos olhos ardendo, lacrimejando”. A presença constante de fumaça tem causado danos à saúde, como problemas respiratórios e oculares. Nesse contexto, os principais afetados são as crianças e os idosos. Contestou a visão de que os índios são responsáveis pelos incêndios e que são um “atrapalho” para o desenvolvimento do País. Criticou ainda a existência de várias proposições legislativas, que estão tramitando na Câmara dos Deputados com a intenção de retirar direitos indígenas. Relatou que não afetam apenas os direitos dos índios, mas também o direito à vida e o direito ambiental. Demonstrou preocupação com notícias, como a veiculada pelo Correio Braziliense, que relatou a existência de mais de 17.500 focos de incêndio. Apontou ainda uma tendência de aumento na quantidade de focos de incêndio ao longo dos anos. Em 2019, por exemplo, houve um aumento de 320%, se comparado a 2018. Relatou que os incêndios e a ocupação do Pantanal estão afetando a vida dos indígenas da região. Ilustrou o problema ao relatar que o córrego João Dias, que passa em sua aldeia, está sem água desde que um fazendeiro transformou a nascente do córrego em açude para dar água ao gado. Somando-se aos problemas decorrentes dos incêndios, a tribo ficou sem alternativas para se prover, tendo em vista que não conseguem mais pescar e nem caçar. Informou que já houve uma brigada de incêndio na tribo, que era auxiliada pela comunidade indígena. Todavia, no ano passado, foram retiradas da tribo as pessoas que trabalhavam no PREVFOGO e consigo o veículo que dava

suporte no deslocamento para contenção de focos de incêndio. Além disso, alertou para a existência de incêndios criminosos na região de sua aldeia, por onde passa uma rodovia estadual. Em incidente recente, relatou que um incêndio criminoso foi provocado na Aldeia Limão Verde e com isso os índios ficaram cinco dias no mato sem ter acesso à água e sem alimentação suficiente. Finalizou sua fala ressaltando a importância de se planejar o combate aos incêndios, assim como a utilização de estruturas tecnológicas disponíveis como ferramentas para sua contenção. Arrematou afirmando que isso é importante para as mais de dez mil vidas indígenas no Mato Grosso do Sul.

O **Sr. Alex Catarino**, representante do Sindicato dos Servidores Públicos de Barão de Melgaço, afirmou que em seu município, a área alagável, no período da cheia, chega a 97,5%. Todavia, atualmente a localidade vive momentos críticos pela falta de chuva e represamento de água na cabeceira do Rio Cuiabá, que estão afetando a sobrevivência do povo pantaneiro. Os moradores da área rural e ribeirinhos estão enfrentando dificuldades, tendo em vista que criam gado e atualmente estão sem pasto. Relatou que isso impactará a vida financeira das pessoas que vivem na região. Solicitou emergencialmente a disponibilização de ração para o gado, visando a mitigação do impacto dos incêndios. Indicou que a destruição dos recursos naturais afeta a vida financeira do município, que depende do turismo. Nesse sentido, ressaltou a importância dos rios, baías, corixos, campos alagados para a indústria da pesca esportiva, que movimenta o turismo da região. Ofereceu sugestões para o combate aos incêndios na região. Primeiramente, defendeu a preservação da água. Nesse sentido, recomendou o aprofundamento das lagoas da região, que ficam dentro de áreas de fazendas. Com isso haveria mais água armazenada para ser utilizada no futuro em estratégias de combate aos focos de incêndio. Uma segunda sugestão oferecida pelo participante foi a criação de pontos para realização de ações rápidas usando aeronaves, sendo necessário adquiri-las previamente. Por fim, sugeriu ainda que sejam utilizadas imagens de satélites para localizar os focos de incêndio, os quais devem ser apagados por equipes já preparadas. Finalizou sua apresentação lembrando

que os impactos dos incêndios da região podem ser sentidos em vários níveis. Citou que a temperatura na região chegou a quarenta e três graus e que chegaria a quarenta e sete graus nos próximos dias. Nesse cenário, há uma tendência de agravamento da situação pantaneira, tendo em vista as altas temperaturas, a baixa umidade, os ventos fortes e a presença de vários focos de incêndio incontidos.

O **Sr. Danilo Bandini Ribeiro**, professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, esclareceu que o “uso tradicional do fogo pelos povos indígenas é bastante extenso”. Usado para cozinhar, como estratégia de caça, manejo da paisagem para diminuir a quantidade de combustível, estímulo a brotação de determinadas espécie e contenção de outras. Informou que os povos indígenas costumam usar o fogo para prevenir grandes incêndios em estações secas. Ressaltou que o comportamento dos povos indígenas reforça a manutenção da biodiversidade. Ilustrou afirmando que “se considerarmos o mundo inteiro, os povos não indígenas, veremos que 85% das calorias consumidas vêm de seis espécies de plantas. Agora, se considerarmos alguns estudos com alguns povos indígenas somente do Estado de Mato Grosso do Sul, veremos que são usadas 64 espécies de plantas alimentícias e 63 espécies de plantas medicinais”. Nesse sentido, confirmou que há uma relação próxima entre o indígena, biodiversidade e preservação. Corrobora com isso pesquisa realizada sobre a preservação do cerrado, conforme a figura 1. Demonstra-se a área convertida do Cerrado do Brasil. A grande mancha verde representa o território kadiwéu, que fica na transição do Cerrado para o Pantanal. Defendeu que a forma mais eficiente de se preservar um bioma é criar uma terra indígena.

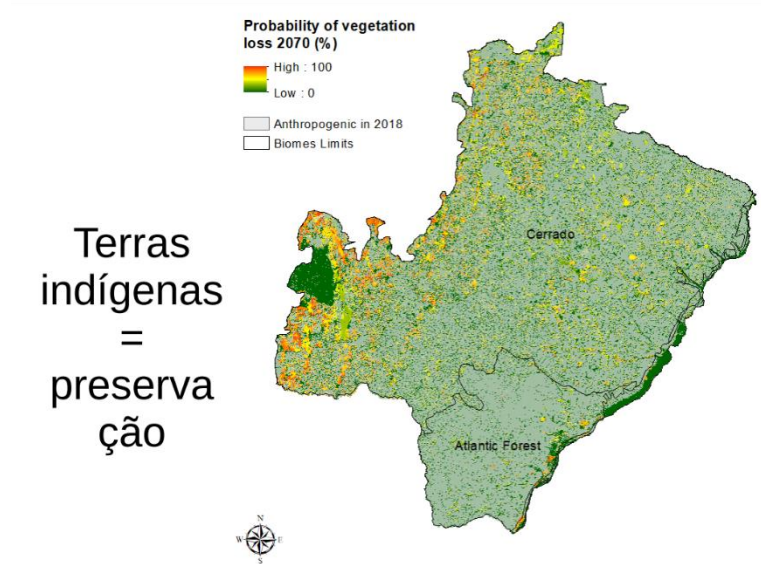


Figura 1 – Preservação do Cerrado no território kadiwéu

Explicou que existem vários problemas no manejo inadequado do fogo, como a falta de matéria-prima, insegurança alimentar, perda de espécies alimentícias, risco de perda de vida por causa de incêndios. Ressaltou ainda que esses fatores podem levar ao abandono das terras, tendo em vista que inviabiliza a vida dos residentes. Em sua opinião, o erro mais grave cometido foi a criminalização do uso do fogo, tendo em vista que equipara os povos tradicionais, que fazem uso correto do fogo para evitar grandes incêndios, com pessoas que realizam queimadas na estação seca. Consequentemente, as pessoas que tradicionalmente usavam o fogo de maneira correta pararam de fazê-lo, impactando negativamente o bioma. Outro equívoco reside no enfoque no combate aos incêndios, ao invés de investir no manejo integrado do fogo. Enfatizou que combater os incêndios é difícil e caro, sendo necessário um grande contingente de pessoas para conter o fogo e com pouca efetividade, tendo em vista a rápida propagação do fogo dadas as condições climáticas da região. Comparando os custos, relatou que as despesas com a utilização de aeronaves em dois dias para combater o fogo equivale ao gasto de seis meses de prevenção, sendo esta quantia empregada na contratação de uma brigada de quinze homens trabalhando por seis meses, incluindo nos custos o uso de veículos, salários, combustíveis, equipamentos e ferramentas. Em outras palavras, é muito mais barato e eficiente atuar na

prevenção. Sugeriu expandir a atuação das brigadas para o ano todo, tendo em vista que atualmente o brigadista fica disponível apenas seis meses, durante a época de seca. Por essa razão, não há condições para fazer o manejo do fogo com ênfase na prevenção. Se a atuação dos brigadistas for expandida será possível realizar medidas preventivas durante a época da chuva. Sobre as brigadas indígenas, informou que existem quatro brigadas, que compreendem sessenta brigadistas, duas brigadas na tribo terena e duas na tribo kadiwéu. Concluiu da experiência das brigadas indígenas, sua área de pesquisa, que houve uma diminuição muito grande dos incêndios (figura 2). Essa experiência reforçou a ideia de que quando há o manejo do fogo, ficamos menos sujeitos ao clima. Isto quer dizer que o manejo pode mitigar o efeito do clima no número de focos de incêndio.

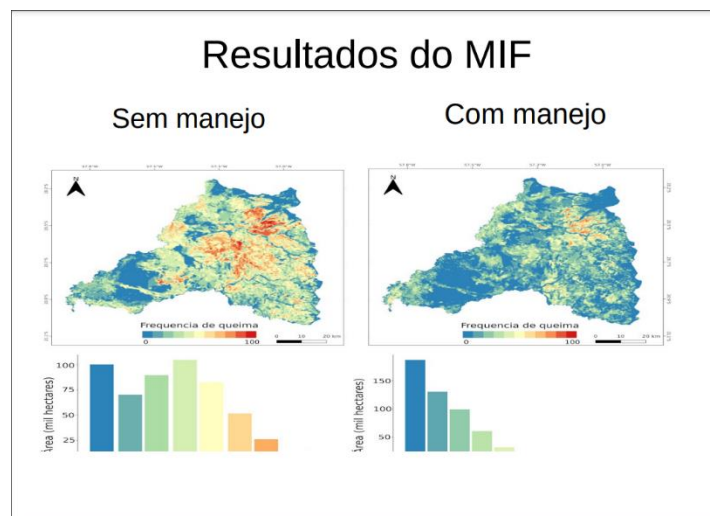


Figura 2 – Brigadas indígenas e MIF

Sugeriu levar o modelo de manejo integrado do fogo (MIF) para outras regiões, tendo em vista que se mostrou muito eficiente nas terras indígenas. Esse modelo de brigadas que realizam MIF poderia ser implementado, por exemplo, em outras comunidades tradicionais. No entanto, advertiu que seria possível ajudar as comunidades tradicionais a desenvolver métodos mais modernos e eficientes, assim como poderiam ser disponibilizados novos equipamentos e ferramentas que favoreçam o MIF. Encerrou sua participação destacando a importância da pesquisa, que podem apresentar estratégias mais eficientes. Informou que as informações

apresentadas são resultado do projeto coordenado pelo participante. Além disso, descreveu a pesquisa como uma medida que pode economizar recursos do erário público e pode trazer melhores condições de vida para os habitantes do Pantanal.

Após as falas e questionamentos dos **Deputados e Deputadas, Professora Rosa Neide (PT/MT), Paulo Teixeira (PT/SP), Vander Loubet (PT/MS), Nilton Tatto (PT/SP), Gervásio Maia (PSB/PB), Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE/MT), Célio Moura (PT/TO)**, os convidados fizeram suas considerações finais.

8.3 O TRABALHO E O OLHAR DAS INSTITUIÇÕES QUE ATUAM NO PANTANAL (ONGS)

Convidados:

- Leonardo Gomes, Representante da SOS Pantanal e do Onçafari;
- Leticia Larcher, Coordenadora Técnica do Instituto Homem Pantaneiro;
- Fátima Aparecida Moura, Representante da Federação de Órgãos para Assistência Social;
- Ilvanio Martins, Presidente da Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos - Ecotrópica;
- Laercio Machado de Sousa, Presidente do Conselho Nacional da Reserva Biosfera do Pantanal e representante do Bioma Pantanal no Conselho do COBRAMAB - Conselho Brasileiro Homem e Biosfera;
- Vanda e Salomão, Representantes do Comitê Popular do Rio Paraguai/Pantanal e da Sociedade Fé e Vida;
- Herman Oliveira, Secretário Executivo do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento - Formad;
- Cristina Cuiabalia, Representante do Polo Socioambiental Sesc Pantanal;
- Flávio José Ferreira, Secretário-geral da OAB-MT e representante do Grupo Amigos do Pantanal.

Data: 2/10/2020

O **Sr. Leonardo Gomes**, representante da SOS Pantanal e do Onçafari, destacou que o bioma pantanal foi historicamente moldado pelo fogo e que as espécies, sobretudo da flora, são adaptáveis. Comentou que mesmo antes da presença humana o bioma já era sujeito aos incêndios florestais. Ressaltou que esta é a maior seca em décadas e que a situação saiu do controle. Acrescentou que a maior parte dos incêndios é causada pela ação humana e que os pantaneiros aprenderam a lidar com o fogo, mas é necessário treinamento de reciclagem para o correto manejo integrado do fogo. Informou que já se sabe, por exemplo, quando deslocar o gado, quando plantar e colher, mas também é necessário, por meio de assessorias para os proprietários rurais e populações tradicionais, ensinar como fazer o manejo integrado do fogo. Ponderou que há época certa e propriedade certa para o

uso do fogo. Lembrou, ainda, a importância do papel do Estado de fiscalizar e punir quem fizer o uso incorreto, ressaltando que há ferramentas, informações e legislações suficientes para efetuar a fiscalização. Observou que não basta punir o crime ambiental, mas também fazer a correta assessoria aos proprietários, ribeirinhos e demais pantaneiros, inclusive por meio de organizações da sociedade civil. Citou a necessidade de se ensinar o correto manejo de resíduos, a prevenção e o combate aos incêndios. Elogiou os trabalhos dos envolvidos no combate, como as equipes dos Bombeiros e da Marinha. Asseverou, no entanto, que é necessário oferecer equipamentos, estruturas, técnicas para combater o fogo, como o “primeiro combate”, alertando que depois que a linha de fogo se alastra, não é mais possível controlá-lo. Asseverou a importância da construção dos postos avançados dos bombeiros, para diminuir a lentidão do primeiro combate, e das ações das populações locais, por meio das brigadas privadas ou das brigadas rurais voluntárias. Indicou a necessidade de treiná-las, equipá-las e integrá-las às equipes dos bombeiros. Argumentou que conhecimento e metodologia para o primeiro combate aos incêndios já existem, mas é necessário difundi-los em todo o Pantanal. Acrescentou que há capital humano capacitado, sobretudo no que diz respeito à assistência à fauna, mencionando que há duas Universidades Federais já envolvidas no treinamento das equipes locais para essa assistência. Destacou também a importância do desenvolvimento de estruturas mais adequadas para o recolhimento dos animais e lembrou a grave situação estrutural no estado do Mato Grosso. Reconheceu o trabalho de todos os envolvidos, inclusive das organizações da sociedade civil, no combate ao fogo e no suporte à fauna e às comunidades prejudicadas nas atividades produtivas. Acrescentou que é necessário planejar os próximos cinco ou seis anos do ciclo da seca, como também levar em consideração a questão da mudança climática, a alteração no regime das chuvas, sobretudo no Pantanal Norte, além dos efeitos da Covid, no contexto sócio-econômico-ambiental do Pantanal. Concluiu ao dizer que é necessário reconhecer o trabalho árduo de voluntários, dos bombeiros e das organizações da sociedade civil, nas ações de planejamento, estrutura, treinamento, em complementação ao trabalho do Estado, também responsável pela fiscalização ambiental, para que o atual

cenário do Pantanal não venha a se agravar nos próximos anos. Em suas considerações finais, destacou a escassez de presas para as onças e que é necessário um estudo para dimensionar a questão do impacto sobre esses animais. Acrescentou, ainda, a necessidade da discussão da “lei do Pantanal”.

O **Sr. Herman Oliveira**, Secretário Executivo do Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – Formad, destacou que as organizações do terceiro setor (organizações não-governamentais) atuam de forma estruturante e complementar à atuação de outros setores em relação às políticas de proteção ambiental, na estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama. Informou que as medidas protetivas, preventivas e emergenciais em relação aos desastres ambientais teriam sido mais eficazes caso não “tivesse havido um desmonte”, nos últimos dois anos, da política ambiental, referindo-se às estruturas construídas ao longo dos anos com a participação dessas organizações. Salientou que o Formad - que agrega mais de trinta organizações da sociedade civil, entre movimentos sociais, organizações de direitos humanos, meio ambiente, saúde e educação ambiental - entende que se deve retornar à estrutura anterior, sobretudo no que tange à participação direta das organizações nos comitês e conselhos na estrutura do Sisnama. Concluiu ao ressaltar o papel fundamental das organizações não-governamentais na estrutura do Sisnama, como também junto às comunidades locais, dos povos tradicionais, sob a perspectiva da sustentabilidade sócio-ambiental nos processos protetivos e serviços ecossistêmicos em todos os biomas, sobretudo no Pantanal.

O **Sr. Flávio José Ferreira**, Secretário-geral da OAB-MT e representante do Grupo Amigos do Pantanal, destacou que a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Direitos Animais da OAB-MT organizaram grupo de trabalho, acompanhado pela OAB nacional, para acompanhar as dificuldades encontradas no Pantanal. Acrescentou que as duas instituições trabalham na formação de uma comissão permanente de acompanhamento mais próximo e mais real da real situação ambiental. Citou outra iniciativa conjunta, da Associação Amigos do Pantanal e TV Centro-América do MT, uma campanha de conscientização para a realização de uma “live” sobre a situação

ambiental no Pantanal. Destacou que haverá outra fase da campanha, com duração até dezembro. Citou a importância de conscientização da sociedade não somente sobre ações atuais das pessoas, das organizações e do Estado, mas também sobre as consequências no futuro. Como ações atuais, citou a campanha de arrecadação, separação e transporte de alimentos pela organização “É o Bicho” para o Pantanal, com o auxílio do Grupo Amigos do Pantanal e apoio técnico do Corpo de Bombeiros. Ressaltou a pujança do agronegócio no Mato Grosso, com a ressalva da concentração de muitos recursos nas mãos de poucas pessoas, e indicou a necessidade de uma tributação adequada para a permanência dos recursos na região e da aplicação dos recursos de forma ampla. Comentou em seguida sobre as consequências ambientais do “desmonte da máquina que fiscaliza” e da falta de “política séria” de respeito ao meio ambiente. Ressaltou o atual cenário de fumaça contínua e das temperaturas altas diárias no Pantanal. Disse ainda que além das campanhas de conscientização e do apoio às comunidades locais, deve-se dar atenção à legislação tributária em MT no que tange ao investimento dos recursos em ações preventivas. Elogiou o comprometimento da Secretaria de Ambiente de MT – Sema, mas ressaltou as limitações burocráticas da secretaria quanto aos recursos financeiros. Acrescentou a necessidade de conscientização local e nacional no sentido de fortalecer a legislação no âmbito da fiscalização. Pontuou a importância de ouvir e respeitar os grupos envolvidos no trabalho ambiental e que a sociedade deve fazer ações junto ao governo e ao poder legislativo federais nas questões de fiscalização da política ambiental. Concluiu ressaltando a importância do agronegócio, mas defendeu a mudança do sistema atual, alertando para a importância do respeito ao meio ambiente, sob risco de o agronegócio não se sustentar no futuro.

A **Sra. Fátima Aparecida Moura**, destacou a representante da Federação de Órgãos para Assistência Social - Fase; a atuação da Fase no Mato Grosso desde 1987 junto aos povos tradicionais na agricultura familiar, no sentido de contribuir para a continuidade desses povos em seus territórios, com práticas agroecológicas. Enalteceu a tradição da Fase em buscar práticas

conjuntas com outras organizações e informou sobre os trabalhos junto às comunidades na baixada cuiabana, na região sudoeste de MT, desde o início da pandemia. Informou sobre a participação das organizações e da Rede de Agroecologia nas ações humanitárias de distribuição de cestas e de informações sobre a Covid. Ressaltou que ultimamente as organizações vêm alertando sobre a necessidade de uma agricultura mais sustentável. Disse que a Fase participa de uma campanha em defesa do Cerrado e do Pantanal há mais de dez anos, contra os agrotóxicos e a favor da vida, e que integra também a Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Informou também que todas as atividades são realizadas no sentido de dar visibilidade mundial às “investidas do governo”, sobretudo nos últimos dois anos. Em seguida, disse que sempre houve dificuldade junto ao Governo do Estado em relação à participação da sociedade civil nos conselhos e na construção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Pontuou sobre a questão do “crime” no Rio Paraguai e o trabalho necessário para a preservação das nascentes. Ressaltou que hoje o estado vem sofrendo com os impactos provocados pelo agronegócio, “que é criminoso”. Continuou dizendo que além da questão dos agrotóxicos, agora se convive com a seca e com o fogo. Há preocupação com a perda da biodiversidade e as consequências sobre os animais, as plantas e os modos de vida das pessoas. Ressaltou o impacto na região da baixada cuiabana, na região de Poconé, de Nossa Senhora do Livramento, onde as populações tradicionais cultivam milho com variedades centenárias. Destacou ainda que muitas das sementes, já prejudicadas pelo aparecimento dos transgênicos, vêm sendo perdidas também por causa do fogo. Falou em seguida sobre o início de uma campanha com outras organizações no sentido de recuperar esse prejuízo buscando sementes no Cerrado de Goiás para serem utilizadas no período das chuvas. Destacou a necessidade de garantir a segurança alimentar das famílias do campo e das cidades e que muitas comunidades estão em situação de fome. Informou em seguida que foi elaborada uma carta “denunciando ao mundo” “todas essas mentiras” da fala do Presidente na ONU. Nesse contexto, ressaltou que os povos da região não são os responsáveis pelo fogo e pela situação que a região atravessa. Concluiu dizendo que é preciso denunciar para defender a

continuidade da vida dos povos nas regiões do Cerrado, do Pantanal e da Amazônia que estão em chamas.

A Sra. **Letícia Larcher**, Coordenadora Técnica do Instituto Homem Pantaneiro, destacou que o instituto trabalha na gestão de áreas protegidas e configura-se como rede de proprietários de áreas do pantanal, combatendo o fogo na região da Serra do Amolar desde fevereiro. Complementou dizendo já havia expedido ofício sobre o fogo na região em janeiro. Informou que as práticas não previam a condição climática, de seca e de chuvas, nem a continuidade do fogo por todo o ano. Afirmou que os recursos de combate ao fogo do instituto acabaram em março, quando passou a juntar forças com outras instituições para a continuidade do combate. Disse, ainda, que hoje há cerca de 100 homens em atividade entre brigadistas colaboradores do Instituto Homem Pantaneiro, brigadistas do Prevfogo do Ibama, brigadistas do ICMBio, Bombeiros do Estado do PR e do MS, brigadistas voluntários e outros colaboradores. Mencionou também que houve, neste ano, a perda de quase 3 milhões de hectares por causa do fogo, configurando-se em real ameaça para o sítio do patrimônio natural da humanidade. Destacou a prevenção como estratégia para o próximo ano e defendeu o apoio em rede e a colaboração de outros setores em trabalho conjunto, com brigadas permanentes e rurais bem equipadas, capacitadas para o “primeiro combate” ao fogo. Citou também a importância do manejo integrado do fogo e a renovação das técnicas de manejo na época da seca, considerando-se a maior duração da seca nos próximos anos e a necessidade do aprendizado do ciclo de seca do Pantanal. Confirmou a disposição de apoiar todas as instituições que trabalham na Serra do Amolar, fornecendo hospedagem e alimentação às pessoas, inclusive nas áreas vizinhas, não importando se a área pertence à União, como o Parque Nacional, ou se é área estadual. Concluiu ao dizer que o Instituto se coloca à disposição para fazer outras parcerias, não somente em relação à Serra do Amolar, e que os envolvidos nos trabalhos estejam preparados, equipados e treinados para lidar com o fogo no ano de 2021. Em suas considerações finais, informou que o Instituto recebeu recursos da Unesco, que estão sendo usados para equipar a

região da Serra do Amolar e finalizou ressaltando a importância da existência de uma “lei do pantanal”.

O **Sr. Ilvanio Martins**, destacou o Presidente da Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos – Ecotrópica, que está no Pantanal há mais de 60 dias, no fornecimento de alimentação e água aos animais como também na ajuda às pessoas e enalteceu o trabalho da Ecotrópica, que sempre atuou na linha de frente, trabalhando para fornecer recursos necessários à manutenção das vidas e das atividades das pessoas no Pantanal. Enfatizou que os que vem trabalhando no Pantanal tem o reconhecimento de que participam no “maior movimento humanitário” nessa região, neste período inicial, envolvendo pessoas de pousadas, os que transitam pela Transpantaneira e os que atuam direta ou indiretamente na recuperação e na promoção da qualidade de vida no Pantanal. Alertou que apesar de a situação dos incêndios neste ano ser ímpar, era também previsível e seus efeitos poderiam ter sido reduzidos. Ressaltou que as organizações agem mais rapidamente e com mais intensidade que o Estado, alcançando um maior número de pessoas. Asseverou que, neste caso, o Estado, na esfera federal, estadual e municipal, retardou o processo. Usou como exemplo as dificuldades de comunicação via internet. Reforçou, nesse caso, o papel estratégico da comunicação nos alertas e ajudas entre vizinhos, como também entre transeuntes e os que estão nas fronteiras da região. Informou que a Ecotrópica continuará presente no Pantanal, inclusive para participação e composição em eventos. Disse que atua especificamente na região de Porto Jofre-MT, e que a falta de comunicação e o desencontro de dados dificultam a defesa das pessoas e o resgate dos animais. Reclamou da falta de gestão integral, local e nacional, que prejudica a ação da Fundação e das pessoas envolvidas nos trabalhos, como, por exemplo, os especialistas veterinários. Reiterou a necessidade de integração efetiva para solucionar a situação de risco e calamidade, por meio de decreto. Disse também, que nessas condições, “as regras em geral ficam suspensas e o agente vai intervir e responder na medida de suas forças pelo excesso delas”. Reforçou que esse deve ser o pensamento neste momento para salvar vidas de animais pessoas e ambientes. Ressaltou a necessidade, antes impensável, de trazer água para o

pantanal para salvar vidas. Reclamou que há um desalinhamento de responsabilização de ações e da tempestividade delas. Disse também que a Fundação, que está na linha de frente, faz um “pedido de socorro”, uma vez que faltam planos de ação e ações coordenadas. Exemplificou, dizendo não adiantar trazer mais pessoas para o Pantanal se não houver orientação para a realização das atividades, como no caso de brigadistas sem treinamento de uso de moto-bomba no combate ao fogo. Acrescentou a existência de queimadas voltando a se formar, e de ilhas verdes que poderiam servir de refúgio, com o “fogo brotando”. Reforçou o papel da Fundação na linha de frente da defesa do Pantanal para atender a população, alertando que o fogo afetou a todos os tipos de vida, inclusive peixes, répteis, mamíferos e aves. Citou a falta de pescados e ausência dos ninhais ao longo da Transpantaneira. Concluiu ao dizer que é necessária a orientação para os trabalhos de defesa no Pantanal, pedindo para que as pessoas se movam para o campo, onde a vida pede socorro e onde é necessário agir. Em suas considerações finais, lembrou que a chuva “vai trazer alento, talvez uma diminuição na queimada, mas o campo vai continuar precisando de nossa intervenção”. Reafirmou a necessidade de “reconhecer, praticar e admitir em campo o decreto de estado de calamidade pública”, de maneira a possibilitar a intervenção humana necessária para salvar vidas.

O **Sr. Laercio Machado de Sousa**, Presidente do Conselho Nacional da Reserva Biosfera do Pantanal e representante do Bioma Pantanal no Conselho do COBRAMAB - Conselho Brasileiro Homem e Biosfera, solicitou à Comissão a apresentação de um vídeo sobre a Reserva da Biosfera do Pantanal. Após a exibição, explicou que se tratou de um plano de comunicação para facilitar o entendimento da Reserva da Biosfera, sobretudo para os pantaneiros, os fazendeiros, que normalmente têm aversão aos parques e outros tipos de unidades de conservação. Apontou a situação “absurda” hoje vivida, em que a justiça tem de “nos proteger, proteger o meio ambiente do Ministro do Meio Ambiente”. Fez referência sobre a fala do Ministro e sobre a ideia repassada às pessoas de que o fogo é ocasionado nas unidades de conservação. Em seguida, ressaltou a existência de um discurso já conhecido,

que “não é verdadeiro e legítimo”. Concordou com a fala antecedente da Sra. Letícia Larcher, reafirmando que o Pantanal está pegando fogo desde janeiro, comprovando-se pela emissão de ofícios naquele mês pelo Instituto Pantaneiro e outras organizações. Afirmou que se trata de “um crime por parte do governo, que está prevaricando com essas informações”. Nesse contexto, explicou que há “interesses e sentimentos pessoais” para “responder a um grupo e não à coletividade do bioma Pantanal”. Acrescentou que a Biosfera do Pantanal, com 264 mil quilômetros quadrados, é a terceira maior reserva da biosfera do mundo, foi criada por lei no ano 2000 e integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Afirmou que ela ficou “parada” até 2015, quando um grupo começou a agir. Informou sobre a existência do segundo plano de ação e que a Reserva da Biosfera fazia parte de um dos itens do Programa Pantanal, quando este existia. Pontuou, nesse contexto, sobre um recurso, de R\$ 400 milhões, que “viria de fora”. Afirmou que o governo “está prevaricando” quanto aos recursos e que existem recursos em caixa provenientes de multas e de outras fontes. Informou, ainda, que existe um projeto denominado “GF Terrestre”, que atinge Pantanal, Caatinga e Pampa, com US\$ 36 milhões disponíveis, por volta de R\$ 200 milhões, um recurso que poderia ter sido aplicado para programas de manejo de fogo desde 2018. Criticou, nesse caso, a lentidão do Ministério do Meio Ambiente. Concluiu em seguida, ao dizer que o Pantanal não necessita de um estatuto, mas sim de uma lei – “por ser a maior área úmida existente” - que abarque todas as questões das necessidades do “povo pantaneiro”, da sociedade em geral, e não somente do “homem pantaneiro”, que representa um grupo. Em suas considerações finais, ressaltou a existência dos recursos do fundo emergencial da Unesco, disponibilizados ao Instituto Homem Pantaneiro, para a aquisição de equipamentos de combate aos incêndios. Destacou também que a Reserva da Biosfera vem trabalhando em um programa em 3 regiões, Rio Paraguai, Transpantaneira e Estrada Parque, para combate e prevenção a incêndios. Acrescentou, ressaltando a necessidade urgente da “lei do Pantanal” e informou que há recursos financeiros, em torno de R\$ 50 milhões, para o combate aos incêndios e recuperação das áreas degradadas, sendo necessário cobrar a execução pelo Ministério do Meio Ambiente.

A Sra. VANDA e o Sr. SALOMÃO, Representantes do Comitê Popular do Rio Paraguai/Pantanal e da Sociedade Fé e Vida, fizeram uma apresentação musical sobre o contexto atual do Pantanal e dos pantaneiros. Em seguida, o Sr. Salomão explicou que compõem uma organização não-governamental e ao mesmo tempo um movimento organizado, Fé e Vida, que forma os comitês populares das águas da região do Pantanal. Explicou que são pantaneiros pobres nascidos no Pantanal, não percebem organização em “nenhum governo” e também sentem dificuldades quando tentam organizar-se na defesa das águas e de “sua gente”, ponto forte do movimento. Disse que se encontram na contradição de um Pantanal com natureza de água, mas vivendo uma situação de fogo, o que deixa o pantaneiro “perdido”, juntamente com a sua comunidade e a biodiversidade. Disse que o Pantanal tem a maior extensão de água e de áreas úmidas do mundo, que resulta em sua biodiversidade. Ressaltou que passam por um empobrecimento, que deixa dúvida sobre a situação deles hoje e nos próximos anos. Explicou que já haviam previsto a situação e citou do o exemplo das minas do assentamento Paiol, que haviam secado em fevereiro. Acrescentou que conviviam com a seca desde fevereiro, mês normalmente com abundância de água. Pontuou que consideram o Pantanal “por inteiro”, pois quando as nascentes secam, também deixam de receber de água e, como as águas são provenientes das morrarias e do planalto, a situação resultante é parecida com a de um “deserto baixo”. Argumentou que é necessário trabalhar a vocação do Pantanal e, nesse sentido, considerar a extensão territorial, os habitantes e o que é possível produzir para desenvolver a região. Criticou o aparecimento de pessoas de fora com pensamento “no negócio”, com trabalhos diferentes dos desenvolvidos na região, empobrecendo-a. Citou o exemplo das “máquinas chegando e arrancando todas as nossas árvores para fazer plantio de algodão”. Lamentou que estão perdendo a capacidade de navegar no rio e pescar, por causa das hidrovias, utilizadas por barcas e barçaças a serviço do agronegócio e do hidronegócio. Criticou a instituição de audiências públicas via internet, informando que o “sinal fraco” prejudica a participação popular em decisão “online” sobre a aceitação da hidrovia no rio Paraguai. Ponderou que o desenvolvimento do pantanal depende de sua conservação, de cuidar do

turismo, do peixe, das matas e sobretudo das águas. Destacou o trabalho de 30 anos com os corredores bioculturais, referindo-se ao Paraguai como “grande corredor cultural”, com uma grande variedade de vidas. Disse que estão organizados em grupos de trabalhos conjuntos nos corredores, com integrantes do Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina. Acrescentou que na região de Cáceres, na baixada pantaneira, há 13 corredores bioculturais. Comentou ainda que eles se organizam em comitês “populares das águas nesses corredores” e conseguem evitar catástrofes por meio da união de esforços, fazendo referência a incêndios nos corredores apagados pelos grupos. Em seguida, disse que é preciso enfrentar as ameaças treinando o povo pantaneiro e não com pessoas de fora que “não se importam” com o Pantanal. Destacou a qualidade do trabalho de 30 anos e citou o exemplo de fogo ocorrido em um dos comitês, apagado em menos de 3 horas, revelando-se em trabalho mais ágil e eficiente do que a espera pela chegada dos bombeiros ou do poder público. Asseverou que a melhor forma de combater o fogo é utilizar o pantanal de maneira correta. Criticou a implantação de hidrovias, o uso do lençol freático e de lagoas, o desmatamento e as queimadas, relacionados com situação atual de fogo. Lamentou ainda a inclusão “fácil” de gado, de sementes para pastagem e o fogo “desde o plantio”. Pediu para que os governantes se organizem e “vivam a situação do nosso povo para governar”. Após, anunciaram outra apresentação musical como forma cultural para sensibilizar os governantes, porque “é preciso sentir o que o pantaneiro sente e saber o que o pantaneiro sabe”. Concluiu, ao dizer que “pantaneiro ou pantaneira” não são os donos de gados e de fazendas, mas os ribeirinhos, os assentados, as comunidades pobres, tradicionais, que moram há mais de 70 anos no Pantanal e não têm sequer água para beber nos poços. Houve perda de conexão e a apresentação musical ocorreu nas considerações finais.

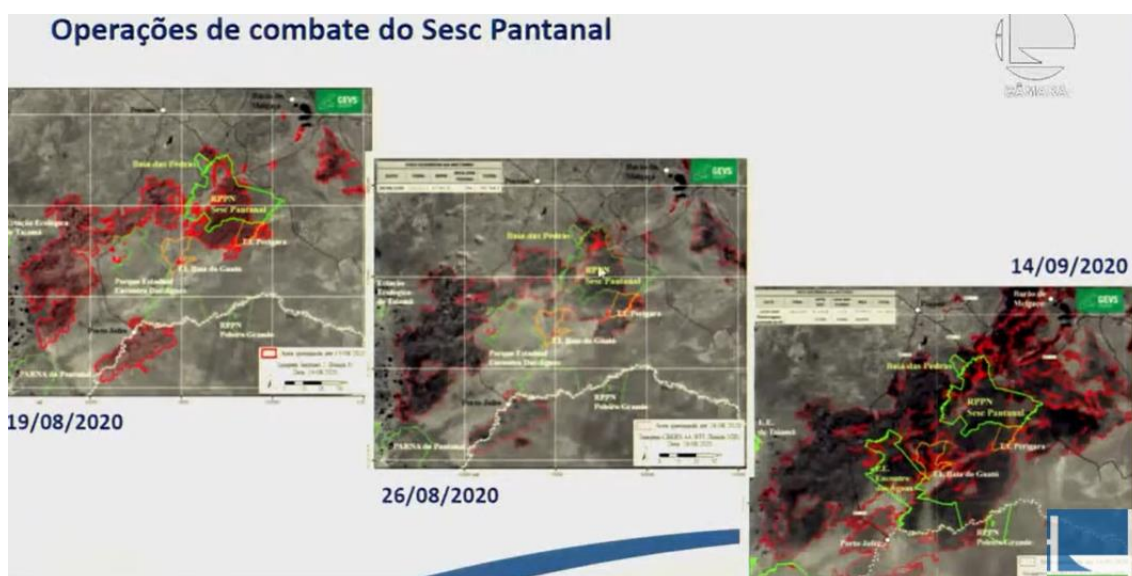
A Sra. **Cristina Cuiabalia**, representante do Polo Socioambiental Sesc Pantanal apresentou slides sobre o Polo, ressaltando que o Sesc está há 23 anos no Pantanal, com o trabalho voltado para a biodiversidade e para a valorização da cultura pantaneira. Explicou que o trabalho da conservação caminha junto com a equidade social e

desenvolvimento sustentável, de forma integrada. Ressaltou que há 5 unidades de trabalho, RPPN SESC, Hotel Sesc Porto Cerrado, Parque Sesc Baía das Pedras, Hotel Sesc Poconé e o Parque Sesc Serra Azul. Pontuou que o Sesc hoje trabalha em parceria com 14 instituições. Destacou que pouco se conhece sobre a cultura e o saber científico construídos localmente. Trouxe o exemplo da coleção “Conhecendo o Pantanal”, há muitos anos disponível no site do Sesc Pantanal, na Biblioteca Virtual, com as principais pesquisas em linguagem acessível e visual, mais ligadas à biodiversidade da RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural. Há também 150 publicações científicas disponíveis na internet, sendo 4 em andamento na RPPN. Ressaltou que das 262 espécies de peixes no Pantanal, 157 ocorrem dentro da reserva. Em relação às aves, das 463 espécies, 340 ocorrem dentro da RPPN. Disse que esse panorama registrado está disponível para que se compreenda como era a configuração da biodiversidade do Pantanal antes do incêndio, e a partir disso entender qual o impacto gerado pelo fogo e como atuar para o restabelecimento da região. Ressaltou o trabalho de planejamento e planos de ação junto com outras agências responsáveis pela fiscalização e repressão contra as ameaças de incêndios florestais, pesca predatória, caça, desmatamento e poluição. Informou que os incêndios florestais ganharam grandes proporções em 2020. Nesse contexto, disse que o SESC está apoiando a Operação Pantanal II há 57 dias, iniciada em 08 de agosto, voltada para as operações de combate aos incêndios no MT, envolvendo o CIOPAER, corpo de bombeiros do MT e do MS, Marinha, Exército, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, ICMBIO, Força Aérea Brasileira, Força Nacional, a Sema e várias outras entidades. Disse, ainda, que por conta da visibilidade dos incêndios, houve uma grande procura da imprensa nacional e internacional para o trabalho de cobertura dos eventos, que o Sesc também acompanhou, na medida do possível. Informou sobre as áreas de incêndio, tendo sido atingidos 98 mil hectares na área do RPPN Sesc Pantanal, de uma área de 108 mil hectares da maior reserva privada do Brasil, sem precedentes na história da RPPN. Destacou o incêndio no Parque Sesc Baía das Pedras, atingido em 433 hectares, e outro muito próximo ao empreendimento do Hotel Sesc Porto Cercado, em Poconé-MT. Complementou informando que 90% do território do

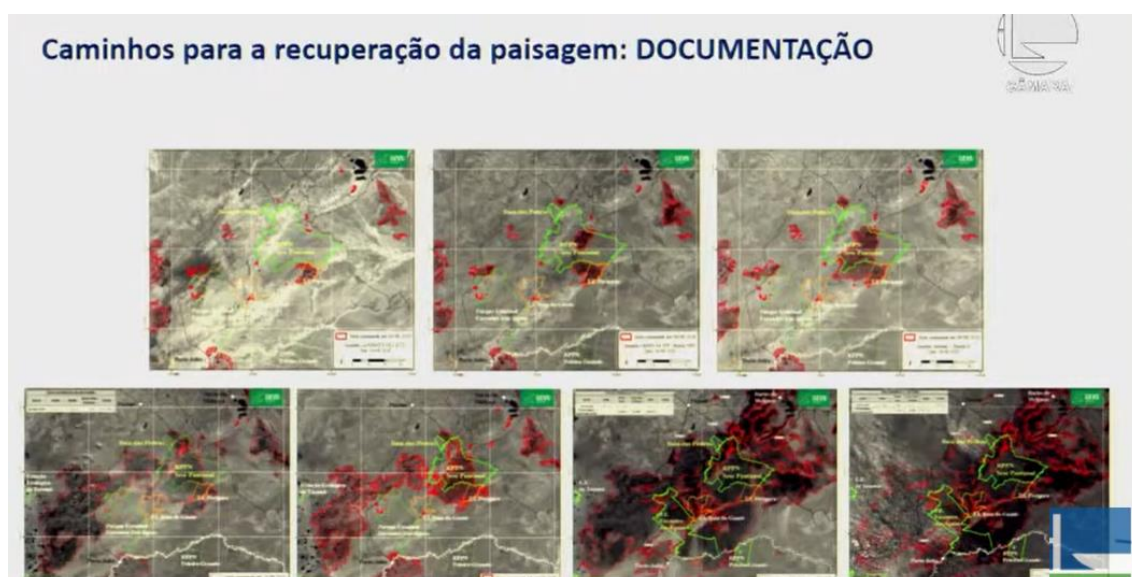
RPPN foi atingido. Em seguida informou que o Sesc realiza um trabalho anual há 20 anos, com uma brigada própria de 20 brigadistas, entre eles mateiros florestais, motoristas, operador e mecânico de máquinas. Adicionalmente, disse que há funcionários efetivos e outros envolvidos nas ações, como monitores ambientais, além de uma estrutura para auxiliar no combate e controle dos incêndios de forma mecanizada. Acrescentou que só nas áreas do Sesc Pantanal foram quase 300 Km de aceiros executados, quando a média anual é de 200 Km, e explicou que o aumento decorreu da abertura de novos acessos para o controle das chamas em outras áreas. Mostrou a evolução da dinâmica dos incêndios por meio do slide abaixo. Mostrou que a área da reserva está marcada pelo contorno verde (nas 3 figuras), com a Transpantaneira do lado esquerdo da reserva. Explicou que o ponto vermelho ao norte (figura à esquerda) avançou em 2 dias para toda a parte central da reserva, encontrando-se com outro foco na divisa sul da reserva (figura ao centro).



Nos slides seguintes, abaixo, mostrou a expansão lateral pela área da reserva, leste e oeste, e disse que o fogo foi controlado no período de 40 dias, em área total de 20 mil hectares, entre os dias 4 de agosto até o dia 15 de setembro.



Comentou que no dia seguinte, 16 de setembro, aquela área foi consumida pelas chamas, que evoluíram até a situação atual, conforme o slide abaixo:



Informou, em seguida, o intenso trabalho de documentação dos incêndios com o apoio dos grupos de pesquisas que atuam no Sesc: INAU, UFMT, UFRS, Museu Nacional do RJ e Fiocruz. Comentou também sobre o apoio imediato da SOS Pantanal e da Associação Mata Ciliar na disponibilização de recursos para os animais, como doação de cochos para água. Esclareceu que o combate das chamas nos 40 dias, em etapas, permitiu a mobilidade da fauna e mais chance de vida. Afirmou que agora a missão

atual é distribuir alimentos e água para os animais sobreviventes. Apontou outras áreas próximas à Transpantaneira e uma grande área do Parque Nacional rapidamente consumidas pelo fogo, o que ressalta a importância do combate dos brigadistas locais, pois proporciona uma taxa de vida um pouco maior da fauna local, na RPPN. Informou, em seguida sobre o apoio da Mata Ciliar no resgate aos animais durante 10 dias, ressaltando que houve poucos casos de resgates de animais. Pontuou que agora o Sesc trabalha no estudo do impacto do fogo na fauna e na flora, nas populações pantaneiras - com o apoio da Fiocruz e com as ações de vários anos do Sesc Pantanal - e na água, com o apoio da UFMT. Deixou como mensagem final que não houve distinção de áreas alcançadas pelos incêndios, porque atingiu áreas de fazendas, de reservas e de turismo. Nesse contexto, deixou como reflexão e aprendizado que o trabalho deve ser realizado de forma integrada e coletiva, e que não se deve buscar soluções somente na ciência, mas também no conhecimento tradicional. Concluiu dizendo que todos os brigadistas e os quase 400 funcionários que ali trabalham são pantaneiros. Ressaltou, ainda, a importância de se entender o Pantanal para que todos possam agir positivamente no desenvolvimento da região.

Após as falas e questionamentos dos Deputados e Deputadas, Professora Rosa Neide (PT/MT), Ivan Valente (PSOL/SP), Merlong Solano (PT/PI), Nilto Tatto (PT/SP), os convidados fizeram suas considerações finais, já resumidas acima.

8.4 ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS: AÇÕES REALIZADAS PARA COMBATER AS QUEIMADAS

Convidados:

- Eduardo Lunardelli Novaes, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Meio Ambiente;
- Ronney Augusto Matsui Araújo, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- General de Brigada José Eduardo Leal de Oliveira, Subchefe de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa;
- Jaime Verruck, Secretário de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul;
- Alex Sandro Antônio Marega, Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso.

Data: 6/10/2020

O Sr. **Ronney Augusto Matsui Araújo**, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, destacou que a estratégia nacional de enfrentamento é complexa e ampla, envolvendo a contenção e a prevenção para os próximos anos. Ressaltou que é uma questão de intensidade “que não era tão previsível”, com o envolvimento de vários atores, como o Exército, a Marinha, o ICMBio, o Ibama, a Secretaria Nacional da Defesa Civil, o que mostra a magnitude da questão. Citou a oferta de apoio pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública aos governadores do MT e MS, destacando a ação inédita de apoio dos Bombeiros Militares da Força Nacional de Segurança Pública no combate a incêndios. Ressaltou que o apoio não foi “tão imediato” por causa de decisão do STF, de 24 de setembro, que culminou nos pedidos de apoio dos estados de MT e MS, formalizados nos dias 21 e 28 de setembro, respectivamente. Assinalou que inicialmente verificaram a necessidade de aeronaves para levar as equipes aos locais de incêndios. Informou também que as equipes enviadas estão sob o comando dos estados, que têm o domínio da situação, conhecendo a localização das necessidades. Em seguida, procedeu à apresentação de slides. Explicou que inicialmente deslocaram 43

policiais para MT, autorizado pela portaria de 22/9, e mais 46 policiais para o MS. Mostrou imagens de combate noturno; combate em ponte de madeira para garantir acesso logístico e apoio às comunidades; combate em vegetação em MT; apoio com aeronaves; abertura de aceiros; equipes de monitoramento; salvamento de sucuri; uso de equipamentos. Mostrou ainda um mapa de situação de área em 4 de outubro (imagem abaixo) e citou o apoio deslocado em 6 de outubro para o MS, em Coxim, Costa Rica, Chapadão do Sul e Corumbá.



Em seguida, mostrou a situação atual do efetivo empregado no combate, ressaltando a colaboração de outras unidades da federação como o Paraná, com 30 militares auxiliando no MT. Disse também que estão em processo de mobilização relativo a 50 militares do DF e 20 de SC. Ressaltou a limitação de recursos e a importância da colaboração de outros entes da federação, reconhecendo que muitos deles também estão sofrendo com incêndios, sem condições de oferecer suporte. Finalizou ao destacar o esforço do Ministério para que os estados colaborem uns com os outros. Em suas considerações finais, ressaltou a presença de 309 homens empregados no enfrentamento dos incêndios e crimes ambientais, enalteceu o ineditismo da participação da Força Nacional no combate. Por fim, justificou a atuação restrita do Ministério por conta da limitação de recursos.

O **Sr. Eduardo Lunardelli Novaes**, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Meio Ambiente - MMA, mencionou a Portaria do MMA, de 18 de março de 2020, que declarou estado de emergência ambiental previamente, no MT, entre os meses de abril e novembro de 2020, e no MS, entre os meses de maio e dezembro de 2020, além de outras regiões. Disse que isso possibilitou a obtenção dos instrumentos necessários para fazer frente à situação. Mencionou também o Decreto do Presidente da República de 15 de julho de 2020, que determinou a suspensão de emprego de fogo, salvo algumas exceções, como práticas realizadas e supervisionadas por instituições públicas. Explicou que, pelo decreto, o Pantanal e a Amazônia Legal entraram em regime de exceção no decreto, com tratamento diferenciado para casos de incêndios. Acrescentou que foram contratados pouco menos de 3 mil brigadistas pelo ICMBio e Ibama, aproximadamente o dobro das contratações do ano passado. Ressaltou ainda a disponibilização de 10 aeronaves “Air Tractor” e a colocação de 6 helicópteros do Ibama. Informou, ainda, que além das alocações previstas em maio deste ano - de 317 brigadistas das duas instituições nos estados do MT e do MS - foram acrescentadas 444 pessoas ao longo da crise dos incêndios. Em seguida, destacou o papel preponderante da água no Pantanal, região que passa parte do ano alagada. Ressaltou que todo o bioma gira em torno do ciclo de cheia e vazante e assinalou que a época das chuvas iniciada ao final do ano passado teve uma quantidade bastante inferior de água em relação à média observada em anos anteriores. Concluiu que isso resultou em um ambiente bem seco no início de época da seca, com carga hídrica muito reduzida e o menor nível de chuvas dos últimos 22 anos, situação bastante crítica de água. Mencionou também as temperaturas anormais, de 1 grau a 1,5 grau acima da média histórica e que em setembro a temperatura subiu para 2,5 graus acima da média, com recorde de temperatura em Cuiabá, Corumbá e Campo Grande, agravando a propensão a queimadas e incêndios. Acrescentou que os ventos chegaram à média de 2 m/s acima da média, oriundos principalmente da região Nordeste, ventos secos com maior intensidade agravando a situação hídrica e a propensão a incêndios. Pontuou ainda sobre vazantes, explicando que a quantidade de água que transborda foi a mais baixa desde 1968, ou 1973, e que o Rio Paraguai se encontra em sua

mínima histórica. Em seguida, teceu esclarecimentos sobre as competências do Ibama e do ICMBio, que fazem seus planejamentos e ações de acordo com essas competências. Finalizou ao dizer que, especificamente no Pantanal, há um território coberto pelo ICMBio e Ibama, correspondente a aproximadamente 5% do território ou 127 mil hectares. Em suas considerações finais, fez referência aos recursos da operação Lava Jato que foram para o IBAMA, tendo sido 68% empenhados. Acrescentou que o restante está em licitação para a compra de camionetes, munições, coletes, drones, além dos recursos para custeio. Destacou a importância da Medida Provisória nº 900/2019, que tratava da conversão de multas e possibilitaria a aplicação de recursos na prevenção de incêndios, mas não foi apreciada na Câmara dos Deputados. Finalizou, fazendo referência ao projeto de lei nº 3.111/2020, em tramitação no Senado, que permitirá a aplicação de recursos inclusive em prevenção, como por exemplo, nas ações de recuperação de bacias hidrográficas.

O **Sr. José Eduardo Leal de Oliveira**, General de Brigada, Subchefe de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, destacou que estão em mais de uma frente no apoio ao combate aos incêndios e queimadas que assolam o Pantanal. Informou sobre o contato feito pelo governo do MS com o Ministério da Defesa, em 25 de julho, solicitando apoio das Forças Armadas no combate ao desastre no Pantanal, que culminou no emprego do 6º Distrito Naval na região de Ladário, Corumbá. Disse também que o governo de MT pediu apoio adicional para a porção sul do estado do MT, ainda no Bioma Pantanal. Explicou, em seguida, que empregam em média efetivo aproximado de 400 militares da Marinha, Exército e Força Aérea, que somam esforços a aproximadamente 500, 600 pessoas de outras agências, totalizando combate diário aproximado com “coturno no terreno” de 1000 pessoas. Acrescentou que as Forças Armadas empregam 80 viaturas; 10 navios e embarcações; e 14 aeronaves, helicópteros em sua maioria, para transporte de meios e pessoas e também para o lançamento de água em grandes áreas, com o emprego do C-130 Hércules. Em seguida, comunicou que há dois centros de coordenação, um em Ladário-MS, na Sede do 6º Distrito Naval, e outro centro de cooperação, de coordenação, na região do Sesc-Pantanal, no sul de MT.

Ressaltou que nos últimos dias receberam a demanda de distribuição de água e alimentos para os animais, com o emprego de pessoal, de helicópteros e viaturas. Acrescentou que além desse esforço no Bioma Pantanal, há também atuações no Bioma Amazônia, na porção norte do MT e em toda a Amazônia Legal, em uma outra operação denominada chamada Rede Brasil 2. Finalizou ao dizer que as atividades das Forças Armadas no Pantanal têm o enfoque de cooperação com os órgãos competentes na redução do grande desastre que assola a região. Em suas considerações finais, ressaltou que a Operação Verde Brasil 2 envolve aproximadamente 2500 militares por dia, nos 9 estados da Amazônia Legal, e que a Operação Covid, em todo território nacional, conta com 22 mil militares por dia. Além dessas, citou a Operação Acolhida, em Roraima, a Operação Carro-Pipa, no Nordeste, e as ações de fronteira. Em seguida, reforçou as ações das Forças Armadas no Pantanal, na Amazônia e por todo o País. Finalizou respondendo que o avião Hércules C-130 poderá ser utilizado no estado do MT, a depender de solicitação e de disponibilidade do sistema de combate a incêndio – MAFFS.

O **Sr. Jaime Verruck**, Secretário de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul-MS, destacou a proximidade de nova estação da seca no pantanal, daqui a 4 ou 5 meses. Informou que a sala de situação permanente de avaliação da gestão hídrica do estado de MS já indica a maior seca no Rio Paraguai nos últimos 71 anos. Ressaltou a importância de avaliação do impacto das queimadas sobre o ponto de vista ambiental, social e econômico. Em seguida, lembrou a ocorrência de incêndios em março e abril – que normalmente acontecem em agosto – com ações dos bombeiros e deslocamento de grande parte do efetivo das forças estaduais - que estavam atuando nas ações de saúde em razão da Covid - para o combate aos incêndios. Informou que inicialmente houve o Decreto do Governo Federal que trata de moratória; em julho, a publicação do Decreto Estadual de emergência ambiental; e logo depois o Decreto de emergência dos municípios de Ladário e Corumbá, reconhecida pelo Ministério de Desenvolvimento Regional. Em seguida, disse que não há como acionar preventivamente a defesa civil, somente quando acontece a catástrofe, como na questão das queimadas.

Afirmou que, após o decreto emergencial, alocaram 100% das forças no combate e iniciaram uma articulação com outros estados. Explicou que receberam apoio dos estados de SC, MG e MT, ressaltando que deslocaram efetivo do MS para atendimento no Pantanal do MT. Enalteceu essa ação integrada, ao observar que provavelmente não existia no país, em nenhum momento, uma articulação integrada com envolvimento de todos os organismos federais e estaduais para o combate aos incêndios florestais. Comentou sobre a existência do centro de reabilitação de animais silvestres e a criação de uma estrutura para o resgate e acompanhamento de animais, com a ajuda de voluntários. Ressaltou que a sala de situação para o acompanhamento dos incêndios florestais foi ativada em janeiro e que em agosto a situação tornou-se extremamente crítica, com recordes de incêndios em agosto e setembro e, provavelmente, em outubro. Comentou que 70% das unidades de conservação e 50% das aldeias indígenas no MS foram queimadas. Quanto à responsabilidade dos incêndios no estado do MS, afirmou que “90% do fogo foi colocado. As pessoas colocaram fogo”, ainda que não tenham pensado na extensão do dano causado. Citou o montante atual de multas, de R\$ 50 milhões, e acrescentou que estão em operação permanente, em colaboração com a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros. Exemplificou flagrantes de colocação intencional de fogo em setembro, sendo “muito poucos” por motivo de limpeza de pastagem, e “boa parte” iniciada nas beiras de rios. Destacou que se inicia um ciclo de 5 anos de redução dos índices pluviométricos, como o de 1964 a 1971. Acrescentou que não vai haver recomposição normal no Rio Paraguai a partir de novembro e, portanto, deve-se pensar na estruturação para o atendimento às populações em janeiro e fevereiro. Avisou que a navegação no Rio Paraguai está suspensa para todas as operações de carga. Nesse cenário, esclareceu que não é possível operar com países como Bolívia, com grãos ou minérios, com atividades turísticas. Disse também que estão fazendo ações de apoio aos ribeirinhos, os quais não estão exercendo atividade econômica porque os respectivos municípios também não a estão exercendo. Ressaltou a dificuldade dos produtores da pecuária, afetados pelos incêndios e pela estiagem. Nesse contexto, disse que estão articulando uma linha de financiamento junto ao Ministério da Agricultura

para a recomposição desses produtores. Asseverou que estão buscando, junto aos Ministérios, aquisição para o MS, de 1 helicóptero para transporte de tropas e um avião, compondo uma estrutura mínima para o combate inicial aos incêndios. Citou, em seguida, a importância de regulamentação do manejo integrado do fogo e do uso de aviões agrícolas no combate ao fogo, e ressaltou a tramitação dessas matérias na Câmara dos Deputados e no Senado. Pontuou também a questão da conversão de multas ambientais relativas ao fundo ambiental e pediu a aprovação emergencial de uma lei para viabilizar essa fonte recursos para ações conjuntas. Finalizou ao dizer que enviará um relatório de atividades à Comissão. Em suas considerações finais, citou o uso do avião Hércules C-130, destacando a limitação de abastecimento, somente no aeroporto de Campo Grande, que culminou na escolha de uso de pequenos aviões Air Tractor. Salientou que o estado MS tem legislação própria para utilizar a conversão de multas. Disse também que o estado recebe somente 30% das multas ambientais, o que impulsionou a implantação da conversão de multas. Ressaltou o termo de cooperação existente entre MT e MS, que permitiu o intercâmbio de aviões entre os dois estados. Respondeu sobre a distinção entre Força Tarefa e Força Nacional e informou que a Força Tarefa foi criada em julho, com a inclusão das Forças Armadas e não da Força Nacional. Acrescentou que os recursos da Defesa Civil foram alocados no final de setembro. Alertou que o combate a incêndios florestais nos estados é feito pelo Corpo de Bombeiros Militar em coordenação conjunta com as Forças e apoio do ICMBio e dos brigadistas. Pontuou que o federalismo cria uma questão complexa sob o ponto de vista de coordenação. Acrescentou, nesse contexto, que a efetividade no MS aumentou a partir da implantação de uma coordenação federal, que possibilitou a comunicação com os Ministérios. Finalizou dizendo que estão trabalhando com a expectativa de início de chuva em novembro e que continuarão no esforço de combate aos milhares de focos de incêndio.


O Sr. Alex Sandro Antônio Marega, Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso-SEMA/MT, destacou que a principal ação da SEMA direciona-se ao combate aos incêndios e ao

desmatamento. Explicou que desmatamento e incêndio são indissociáveis, uma vez que os incêndios se iniciam após degradação florestal, com a retirada de árvores. Observou que no Bioma Cerrado e Bioma Pantanal os incêndios ocorrem costumeiramente e que no Bioma Cerrado há reincidência anual. Informou que o Bioma Pantanal estava há 12 anos sem incêndios de grandes proporções e que os pequenos focos eram rapidamente contidos com o apoio das comunidades e dos proprietários de terra e produtores. Destacou que as barreiras físicas impediam a propagação, mas que a falta de água, com a ausência de cheia do Pantanal e de grandes lagoas, possibilitou os grandes incêndios, que se propagaram inclusive por meio dos materiais dos fundos dessas lagoas. Informou que há mais de 10 anos existem planejamento e plano de combate ao desmatamento e a incêndios florestais do MT. Destacou que há legislação que permite o uso da queimada de forma controlada, enquanto os incêndios florestais são sempre proibidos. Ressaltou o uso de satélites e a coleta de imagens diárias que possibilitam a identificação das causas e origens dos incêndios. Citou casos periciados com o uso de tecnologia, de incêndios iniciados por proprietários rurais, por unidades extrativistas de mel e em comunidades indígenas. Iniciou apresentação de slides e informou que o plano de combate ao desmatamento de 2019 resultou em operação conjunta do estado, das forças federais, do exército, gerando autos de infração de R\$ 600 milhões somente no estado de MT e mais R\$ 500 milhões referentes ao IBAMA. Explicou que o plano de 2020, lançado no início fevereiro, resultou nas operações Arco Norte, do MT, e Verde Brasil 2, do Exército, que geraram mais de R\$ 1,10 bilhão em multas até 30 de setembro, valores provenientes dos órgãos estaduais, como a Polícia Ambiental, Corpo de bombeiros e SEMA. Informou ainda que o valor total, somadas as ações dos órgãos estaduais e federais – IBAMA, Ministérios Públicos e Estadual (MPF e MPE) - chegou a 2,25 bilhões em multas até o mês de setembro. Especificou, em seguida, os tipos de ação propostas pelos Ministérios Públicos: ações contra a humanidade (MPF) e ações civis públicas na esfera criminal (MPE). Citou a atuação de força tarefa para que as multas sejam julgadas e pagas até o início de 2021, e destacou o uso de mecanismos, em caso de não pagamento das multas, de inscrição em dívida ativa e em serviços de proteção ao crédito. Do total de

multas aplicadas, esclareceu que R\$ 100 milhões decorrem de multas por uso de fogo. Mostrou, em seguida, a apreensão, até setembro, de 74 tratores de pneus, 37 tratores de esteira, 110 caminhões, 66 motosserras e mais de 400 equipamentos em geral, cedidos a prefeituras e corpo de bombeiros para o combate ao fogo. Apresentou o quadro orçamentário (de planejamento) de investimentos abaixo, ressaltando que somente nas ações de prevenção e combate a incêndios florestais serão gastos R\$ 15 milhões. Acrescentou que até o fim das operações o orçamento total deste ano chegará a R\$ 40 milhões, enquanto a média dos anos anteriores não passava de R\$ 5 milhões.

PLANO DE AÇÃO PARA COMBATE AO DESMATAMENTO E INCÊNDIOS FLORESTAIS EM MATO GROSSO 2020

PLANO DE INVESTIMENTOS	
01. PLANEJAMENTO E GESTÃO	R\$ 450.000,00
02. MONITORAMENTO	R\$ 6.000.000,00
03. RESPONSABILIZAÇÃO	R\$ 2.000.000,00
04. FISCALIZAÇÃO	R\$ 5.250.000,00
05. PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	R\$ 7.000.000,00
06. COMUNICAÇÃO	R\$ 2.000.000,00
TOTAL DE RECURSOS INVESTIDOS	R\$ 22.700.000,00



Finalizou ao comentar que, apesar do aumento dos recursos, trata-se da maior seca nos últimos 50 anos “ou mais”, e que é preciso muito mais apoio para a estruturação das unidades de atenção aos animais e das brigadas independentes em todas áreas do estado. Em suas considerações finais, destacou que a última discussão sobre o termo de cooperação entre MT e MS ocorreu em 2018, e que o termo não foi finalizado. Ressaltou, no entanto, as ações de cooperação existente entre os dois estados. Destacou que a legislação de uma política única para o Pantanal, como a que está em discussão no Senado, favorecerá o debate entre os dois estados para unificar a legislação e atender a legislação federal. Informou ainda que, em fevereiro, o estado de MT editou decreto com a criação de comitê estratégico de combate aos desmatamentos e incêndios florestais em MT. Acrescentou que as Forças Armadas participam das reuniões estratégicas a cada duas semanas e

ressaltou as 780 ações conjuntas da Sema, Ibama e Exército em todo o estado do MT desde fevereiro. Acrescentou que em agosto e setembro ocorreu o apoio da Marinha e Aeronáutica. Ressaltou o uso mais eficiente de aeronaves Air Track e a limitação operacional do Hércules C-130. Pontuou que o Inpe continua a ser o órgão oficial de informações, como as de focos de calor usadas pela perícia. Afirmou que até 2018 a média histórica de recebimento de multas ficava abaixo de R\$ 10 milhões e, em 2019, o recebimento totalizou R\$ 70 milhões, somente de multas ambientais. No ano de 2020, disse que a meta é chegar a R\$ 100 milhões e que, em 2021, o recebimento provavelmente superará R\$ 100 milhões. Finalizou ao citar a construção do maior centro de reabilitação de animais silvestres do estado, com recursos de compensação ambiental de hidrelétricas, e finalização prevista para o ano de 2021.

Após as falas e questionamentos dos Deputados e Deputadas, Professora Rosa Neide (PT/MT), Paulo Teixeira (PT/SP), Nilto Tatto (PT/SP), Erika Kokay (PT/DF), Vander Loubet (PT/MS), Dr. Leonardo (Solidariedade/MT), os convidados fizeram suas considerações finais, já resumidas acima.

8.5 DIFICULDADES E PERSPECTIVAS DE SETORES ENVOLVIDOS

Convidados:

- André Molina, Presidente da Cooperativa de Mineradores de Poconé - Cooper Poconé;
- Vicente Falcão Filho, Representante do Sindicato Rural de Poconé;
- Alvine Freitas, Representante do Coletivo de Mulheres Pantaneiras;
- Luiz Vicente da Silva Campos Filho, Gerente do Pouso Alegre Lodge;
- Leopoldo Nigro, Diretor Executivo do Pantanal Mato Grosso Hotel;
- Adalberto Eberhard, Ambientalista.

Data: 7/10/2020

A **Sra. Alvine Freitas**, representante do Coletivo de Mulheres Pantaneiras, retomou discussões históricas ocorridas com a participação de representantes do sindicato rural nos anos de 2000 e 2001. À época, o Pantanal passava por problemas semelhantes e já se aventava a necessidade de rever as políticas de manejo na região. Destacou as contribuições dos senadores Jonas Pinheiro e Antero Paes de Barros nessa discussão, inclusive, reproduziu na ocasião os discursos deste último realizado na tribuna do Senado, em 2 de abril de 2001: "(...) não podemos nos esquecer de que, se não valorizarmos o pecuarista do Pantanal, estaremos submetendo o Pantanal mato-grossense a uma tragédia. O boi não precisa do Pantanal, mas o Pantanal precisa do boi. O boi vive em qualquer lugar, cresce em qualquer lugar, mas o Pantanal precisa do boi". Disse ainda o ex-Senador Antero: "(...) por que o Pantanal precisa do boi? Porque no Pantanal existe uma formação de massa seca e acúmulo de material de fácil combustão; se não tem o boi para pastar vai se formar um acúmulo de material de fácil combustão (...). Uma faísca pode trazer uma tragédia, como trouxe, há 2 anos (...). E até a combustão espontânea vai causar uma tragédia no Pantanal mato-grossense, porque o boi está sendo retirado de lá". Continua Antero em outro trecho: "Há o pensamento equivocado de algumas organizações não-governamentais que

querem transformar o Pantanal numa região contemplativa, mas eles precisam aprender com os verdadeiros cientistas do Pantanal, que são os pantaneiros que sustentaram o Pantanal a vida toda com o boi sobre as pastagens. Se isso não ocorrer, vislumbra-se uma tragédia enorme. Se não for possível criar gado bovino ostensivamente na região, está se tornando um barril de pólvora que poderá jogar por terra todo o esforço da sua conservação". Arrematou indicando que os trechos comprovam que o problema não é novo, que anteriormente o tema já foi abordado pelo congresso, mas nenhuma legislação tratou satisfatoriamente das necessidades do Pantanal, dos pantaneiros e de suas fazendas produtivas. Criticou as advertências, os processos e o valor abusivo das multas. Sugeriu a liberação para que campos sejam recuperados. Ainda que a legislação permita o manejo do fogo, para permitir a redução do combustível natural. Destacou a necessidade de criar instrumentos que alertem imediatamente a ocorrência de focos de incêndio e de aparelhar os batalhões de combate com caminhões e aviões. Finalizou afirmando que os fazendeiros são os primeiros "a estarem na linha de frente do combate ao fogo", que se sentem responsáveis e defensores do bioma pantaneiro. Reafirma a necessidade de legislações adequadas, de linhas de fomento, de instrumentos para promover a fixação e manutenção do homem pantaneiro em suas propriedades. Além disso, destaca a necessidade de criação de "instrumentos para que novas formas de produção, tanto para o turismo, quanto para a pesca e para os safáris, sejam viabilizadas".

O **Sr. André Molina**, presidente da Cooperativa de Mineradores de Poconé - Cooper Poconé, salientou que o garimpo possui uma relação histórica na região, iniciada com os bandeirantes, no século XVI, em meados de 1700, em busca de ouro. Nesse sentido, afirma que há muito se reconhece a vocação da região de planalto ou da Baixada Cuiabana relacionada à mineração e à produção de ouro. Em relação a função geológica da bacia do Pantanal, destacou a visão de que o processo de sedimentação ocorrerá naturalmente, tendo em vista que faz parte de sua evolução esperada. Em relação a hidrologia dos rios que formam a bacia do Pantanal, elucidou que estes se encontram em uma fase senil de seu desenvolvimento. Assim, os

vários rios, como o Cuiabá, o Paraguai e o São Lourenço estão perdendo a sua força de planalto. Isso quer dizer que “estamos perdendo as curvas e a acumulação nos locais mais profundos desses rios, que ocasionam, é claro, um processo de assoreamento natural no desenvolvimento e na evolução desse processo de hidrologia”. Sobre a hidrogeologia, enfatizou a inexistência de aquíferos na Baixada Cuiabana, não havendo grandes camadas de arenito, que teriam a função de acumular água. Todavia, a região apresenta “vasos comunicantes através de fraturamentos e cisalhamentos nessas rochas onde existe uma acumulação de água”. Portanto, apesar de não formar um aquífero, o Grupo Cuiabá é um transmissor importante de águas. Sobre os índices pluviométricos da região, destacou a baixa pluviometria. “Estamos com 1.100 a 1.300 milímetros por ano, o que é, na verdade, uma sazonalidade pluviométrica muito baixa. Então, nós temos problemas muito sérios de água nessa região da Baixada Cuiabana e proximidade do Bioma Pantanal”. Outro ponto destacado na exposição do participante diz respeito a atividade de mineração na região pantaneira. Ressaltou que a aproximação de regiões de baixas cotas altimétricas, não é possível desenvolver a mineração. Portanto, há uma incompatibilidade entre a atividade de mineração e a região da planície alagável do Pantanal. Fato este inclusive aferido nos levantamentos da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, que não localizou nenhum empreendimento de mineração localizado na planície de alagamento do Bioma Pantanal. Conclui afirmando que apesar de a cooperativa não estar presente no bioma, ela gera em torno de 4.500 empregos diretos nas atividades de relacionadas à exploração mineral. Indicou que a cooperativa de mineradores tem “contribuído com algumas ações nessa situação de queimadas, principalmente com a doação de equipamentos de combate, caminhão-pipa, pneu para maquinário e, principalmente, na montagem agora de um sistema de coleta de animais da Transpantaneira, porque sempre contribuímos com a Prefeitura Municipal e com a Secretaria de Meio Ambiente”. Sugeriu a adoção de medidas preventivas no bioma. Nesse sentido, recomenda o Estatuto do Pantanal, apresentando em um projeto de lei proposto pelo Senador Wellington Fagundes. Considera imprescindível a realização de levantamentos para confirmar dados utilizados para embasar a legislação anterior, em vista da

existência de novos recursos tecnológicos. Exemplifica a questão citando que “não tínhamos em 2004, quando o IBGE definiu o bioma ou quando foi definido por lei a área alagável do Pantanal, recursos tecnológicos, como imagens de satélites mais precisas, modelos digitais de terreno. Não temos levantamentos, por exemplo, planialtimétricos para definição de cota de inundação e processo de endomorfismos nessa região da planície alagável que tenha tanta precisão para que possamos então criar intervenções verdadeiras, como a definição de microbacias, a definição desses regimes de água no Pantanal”. Concluiu sua exposição clamando pela destinação de recursos para a região, sendo estes necessários “para conseguirmos realmente desenvolver uma política comprometida com a defesa e a preservação do Bioma Pantanal”.

O **Sr. Vicente Falcão Filho**, Representante do Sindicato Rural de Poconé, criticou a falta de reconhecimento da pecuária extensiva no Pantanal como atividade econômica imprescindível para manutenção do bioma. Como exceção, citou a Lei n. 8.830 do Estado de Mato Grosso. Para o participante esta é uma incoerência diante das “inúmeras pesquisas já realizadas pela EMBRAPA, a CPAP, e pelo INAU, com a Dra. Kátia, na USMT, reconhecendo como uma atividade essencial para a sobrevivência no Pantanal”. Considera que a referida lei é um dos melhores exemplos, dadas as definições para particularidades da região, como cordilheira, capão, vazante, brejo, corizo, cambará. Esclareceu que a atividade pecuária na região remonta um período de pelo menos trezentos anos. Ilustrou informando que a sede de sua fazenda data de 1918, inclusive, considera incoerente não se reconhecer os pecuaristas como povos tradicionais da região. Enfatizou que nenhum produtor rural do Pantanal tem por objetivo destruir a sua própria atividade econômica, prejudicando a sua produtividade ou o meio-ambiente. Sobre o turismo rural, destacou que no ano de 2019 o setor foi responsável pelo faturamento de sete milhões de dólares. Todavia, destacou que o setor está atualmente abandonado, que nenhum cliente tem frequentado a região nos últimos seis meses. Indiretamente, essa situação também afetou a agricultura familiar do município de Poconé, que abastece esse turismo com hortifrutigranjeiros. Informou ainda que existe um PL sobre queimadas em

tramitação desde 2017 na Câmara dos Deputados. Criticou a falta de uma visão regional na legislação vigente, equiparando o Pantanal ao Cerrado, o Pampa, ou a Caatinga. Segundo o participante, é necessário respeitar a diversidade e as particularidades regionais. Admoestou a falta de articulação do poder público na organização de ações ambientais no Pantanal. Advertiu para a atuação dos fiscais do IBAMA na região, caracterizada por uma postura punitiva e menos educativa ou conciliadora. Agradeceu a intervenção do Ministro Salles e do Superintendente do IBAMA, que se sensibilizaram com os episódios relatados pelos pecuaristas da região. Na conclusão de sua fala defende que não se pode dissociar produção sustentável e meio-ambiente. Defendeu o respeito à visão do pantaneiro e um debate menos ideológico sobre a região. Solicitou ajuda no combate à seca e a adoção de tanques para dessedentação de animais, tendo em vista que a prática enseja hoje atuação ambiental. Finaliza criticando a legislação estadual que não reconhece o Pantanal como área consolidada, como preceituado na Lei n. 12.651, de 2012.

O Sr. Luiz Vicente da Silva Campos Filho, gerente do Pouso Alegre Lodge, reiterou a necessidade de incluir o povo pantaneiro nas discussões sobre políticas públicas para a região. Criticou as soluções criadas para atender a região, citando o exemplo das unidades de conservação. Em suas palavras, “criam-se unidades de conservação, com medidas restritivas ou de banimento de uso econômico, e, por outro lado, não se cria uma política que favoreça o uso sustentável de recursos e da natureza em geral. Isso gera, em último caso, uma ilha de conservação e destruição ao redor dela”. Sugere a criação de unidades de conservação com usos diferenciados para cada caso, compatibilizando a economia sustentável e a vida no planeta. Refletiu sobre o impacto dos incêndios e enchentes para o Pantanal, destacando que as aluviões são tão danosas quanto as queimadas. Nesse sentido, sugeriu planejamento e estudo para lidar com as intempéries naturais da região. Sobre a pecuária e o turismo na região pantaneira, considerou necessárias novas discussões para repensar o futuro da região integrando uma proposta de desenvolvimento econômico com uma visão sustentável. Nesse sentido, há de se respeitar os limites inerentes à localidade. Ilustrou o ponto com a seguinte

fala: “Existiu, inclusive, no passado pantaneiro, a presença do boi colonial, que é um gado adaptado. Essa também é uma discussão muito ampla, em que cabe a produção por área, e não por indivíduo; em que tem que caber um selo de qualificação por não destruição da natureza; em que se valoriza a unidade do animal, enfim, do produto, porque a competição entre o Pantanal e as áreas de fora do Pantanal é totalmente injusta. Não existe, na verdade, essa forma de ter aqui dentro da planície a mesma produtividade que se tem fora dela”.

O **Sr. Leopoldo Nigro**, diretor executivo do Pantanal Mato Grosso Hotel, informou que o maior problema pós-pandemia para o para o turismo no Pantanal são as queimadas. Todavia, considera que diferentemente da primeira, os incêndios podem ser mais bem controlados. Sugeriu uma intervenção imediata, tendo em vista o início do ciclo das chuvas em algumas regiões da Transpantaneira, como em Poconé. Ressaltou que o Pantanal que está queimando “não é o Pantanal dos pantaneiros, mas o Pantanal de uma proposta, um Pantanal esquecido, um Pantanal sem lei e sem regras”. Criticou falas genéricas de entrevistas concedidas pelo pesquisador Carlos Nobre e pelo Coronel Barroso, que segundo o participante, atribuem noventa por cento do fogo a ações antrópicas. Refutou a fala do pesquisador Carlos Nobre de que se faz fogo no Pantanal para aumentar a pastagem. Segundo o participante, nenhum pantaneiro faz uso do manejo com fogo no inverno, sendo este destinado à época de chuva, na segunda quinzena de dezembro. Considerou essas falas sensacionalistas. Defendeu ser necessária uma visão mais crítica do problema, com uso de tecnologias que deem suporte ao controle e prevenção dos incêndios. Ilustrou o tópico informando que laudo do Corpo de Bombeiros do Mato Grosso encontrou os quatro focos de incêndio iniciais e que eles tinham sido originados acidentalmente. Advogou pelo reconhecimento do pantaneiro como povo tradicional e pela aceitação da contribuição da pecuária extensiva para o bioma pantaneiro. Lembrou que a pecuária extensiva possui um histórico de mais de 300 anos na região e que há uma sinergia do modelo com o Pantanal. Exemplificou citando que “os tanques que servem para o boi servem para os demais animais. Imaginem se não houvesse a pecuária: o animal só beberia água no rio. Imaginem a distância que teriam que

percorrer”. Na mesma linha, informou que o setor de turismo tem todo interesse em manter a biodiversidade do Pantanal e que qualquer atitude diferente seria prejudicial à atividade econômica do setor. Advertiu para urgência de melhorias em infraestrutura, em especial, as estradas e pontes. “A Transpantaneira já vai fazer 50 anos. Até o Pixaim foram feitas pontes de concreto, e há mais 80 pontes para serem feitas até Porto Jofre, que é a bola da vez no Pantanal, com suas visitas e avistamento das onças”. Indicou a necessidade de instalar reservatórios de água ao longo da Transpantaneira, tendo em vista que são utilizados pelos caminhões-pipa e animais em momentos de crise. Ademais, sugeriu a disposição de estacionamentos, banheiros e mirantes ao longo da Transpantaneira. Sugeriu a revitalização da Estrada Parque, com controle da vegetação, que favoreceria a diminuição do número de atropelamento de animais e serviria como aceiro de foto. Além disso, considerou ser necessária uma maior fiscalização na região. Em especial por ser uma região de fronteira, caracterizada por problemas com tráficos de drogas e roubos. Finalizou sua fala reafirmando que “precisamos trabalhar rapidamente nesses aceiros, principalmente nas principais rodovias; na Transpantaneira, de uma divisão de fogo, de leste a oeste; de brigadas de incêndio no Pantanal, tanto públicas quanto privadas; de três pistas de pouso de 1.200 metros para o avião Air Tracker, usado pelos bombeiros; e fazer as leituras antecipadas das secas mais severas. Nós sabemos que em janeiro, que no verão choveu muito pouco, não houve cheia. Provavelmente, então, a seca vai ser forte. São essas medidas de alerta que temos que fazer, antecipadamente. Temos que criar um plano de gerenciamento de risco no Pantanal. Não encheu? Há alto risco de fogo. Isso é uma coisa que dá para fazer este ano ainda, para o ano que vem já estarmos com todas essas sugestões implantadas”.

O **Sr. Adalberto Eberhard**, ambientalista, criticou a lentidão e custo dos programas governamentais dedicados à região nos últimos quarenta e cinco anos. Lembrou que o Pantanal, do ponto de vista de precipitação, é um semiárido, porque evapora e evotranspira mais do que chove na planície, que há “regiões da borda oeste do Pantanal onde a precipitação não passa de 900 milímetros por ano”. Continua sua fala indicando que a riqueza do pantanal

decorre da inundação anual e que o ciclo de cheias e de secas são também influenciados esporadicamente por fen menos meteorológicos, como o El Ni o e a La Ni a. Além disso, informou que o Pantanal possui, no mínimo, onze regiões com clima, vegetação, morfologia, dinâmicas e características próprias, citando Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Paraguai, Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Aquidauana, Miranda, Nabileque e Porto Murtinho. Destacou a importância de avaliar a ocupação do planalto circundante ao Pantanal e os impactos dos efluentes domésticos e industriais na degradação da planície inundável. Criticou a ineficiência dos planos regionais e fez uma retrospectiva histórica. “A FUNDEPAN foi a primeira Fundação de Desenvolvimento do Pantanal, criada em 1973 com a finalidade de estabelecer uma política de proteção e conservação do Pantanal Mato-grossense. Desenvolveu a primeira proposta de ecodesenvolvimento do Pantanal, mas teve vida ef mera. Depois ela virou embrião daquilo que hoje é a Secretaria Estadual do Meio Ambiente”. Em seguida, apresentou o “CIDEPAN — Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal, que criou um grupo de estudos que se chamou PRODEPAN — Programa de Desenvolvimento do Pantanal, criado pela SUDECO em 1974, cuja missão era a de encontrar solução para todos os problemas da planície pantaneira. De l  já vinha a questão do Programa de Desenvolvimento da Pecuária. Hoje, 40 anos depois, nós continuamos falando a mesma coisa. Estão certos os pantaneiros, sejam eles pecuaristas, sejam eles ribeirinhos, sejam eles isqueiros, sejam eles pescadores. Estão certos em dizer que há 40 anos eles batem na mesma tecla, e nunca ninguém os levou a sério. O PRODEPAN, obviamente, não fez nada, a não ser o aterro da Transpantaneira e outras obras físicas que implicaram grandes recursos financeiros”. Citou também o EDIBAP - Estudo de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai (1979), que realizou diagnósticos aprofundados, estudos e propostas que nunca foram postos em prática. Seguiu a linha do tempo com o PCBAP, em 1997, o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai. “O Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai gerou 13 volumes de trabalho, que estão na biblioteca e nas prateleiras do Ministério do Meio Ambiente, com propostas de todos os tipos. Gastaram-se fortunas em recursos financeiros da

União, e nada foi implementado”. Recomendou que uma nova proposta para o Pantanal tenha por base todos os estudos e diagnósticos que foram realizados ao longo das últimas décadas. Por fim, citou o Programa Pantanal. “Para o Programa Pantanal havia 400 milhões de dólares, dos quais mais de 200 milhões de dólares eram doação do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Governo japonês. O restante era contrapartida da União e dos Estados. Foram 8 anos de elaboração do projeto, com discussões com os dois Estados, com órgãos federais, com o próprio Banco Interamericano, que atuou fortemente nessa discussão. Era para ter resolvido boa parte das questões dos resíduos sólidos e do saneamento dos Municípios-chave, como Cuiabá, Cáceres, Barão, Rondonópolis, que hoje são os grandes contaminantes de resíduos domésticos e industriais da planície pantaneira. Também nada aconteceu”. Criticou o Governo brasileiro pelo cancelamento de uma doação de duzentos milhões de dólares, por interesses fiscais. Na mesma linha, advertiu a inação do GEF-Terrestre, programa que é gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente e recebeu trinta e dois milhões de dólares de doação para investir em projetos de conservação, restauração e manejo. Declarou ser falso o conflito entre ambientalistas e fazendeiros, tendo em vista que aqueles reconhecem desde muito não ser possível transformar o Pantanal em uma grande reserva, mas sim ter reservas. Relatou que o Pantanal já faz manejo sustentável da paisagem a trezentos anos. Defendeu uma maior presença do Governo Federal na região, tendo em vista que a presença do ICMBio e do IBAMA tem sido insuficiente. Solicitou uma intervenção junto à Embaixada da Rússia para um pedido de doação emergencial de dois veículos Sherp ATV, que é um SUV anfíbio capaz de adentrar em regiões inóspitas (figura 1).



Figura 1 – Sherp ATV

Na mesma linha, requereu uma intervenção junto à Embaixada do Canadá para a cessão temporária ou ainda a doação de duas aeronaves anfíbias, que “não precisa de pista de terra, pode operar não só na terra como também na água. Ele carrega, nessa situação de voo, seis mil litros. No Pantanal, neste momento, o Rio Paraguai, o Rio Cuiabá, as grandes baías, todas elas estariam a dois minutos, três minutos ou cinco minutos do fogo. É um avião canadense chamado Canadair, já esteve em operação demonstrativa no Brasil, mas o Governo brasileiro entendeu que era um investimento desnecessário naquele momento. E isso não ocorreu, dada essa questão governamental, naquele momento. O Brasil não comprou o Canadair porque não teve interesse. O custo é de trinta e sete milhões de dólares, e o valor da hora voada é de três mil e setecentos dólares. Mas o Brasil comprou os caças Gripen, há pouco tempo. É um pequeno caça de ataque e reconhecimento. E o Brasil assinou um contrato de 5,4 bilhões de dólares para a compra de 36 caças Gripen, de nova geração, com um valor de hora voada de 4.700 dólares” (Figura 2).



Figura 2 - Canadair

Recomendou a elaboração imediata do zoneamento ecológico-econômico da BAP, previsto no planejamento estratégico do MMA. Reforçou que é preciso garantir um sistema capacitado e eficiente de extensão rural, que contribua para recuperação da estabilidade das diversas cadeiras produtivas existentes no pantanal. Reiterou a necessidade de compor grupo de trabalho em caráter emergencial para resgatar as informações acumuladas sobre o Pantanal nos últimos quarenta anos. Sobre a Câmara dos Deputados, destacou o Projeto de Lei nº 4.670, de 2020, do Deputado Célio Studart e do Deputado Alessandro Molon, que institui a Política de Acolhimento e Manejo de Animais Resgatados — AMAR, isso é importante. Segundo o participante, “está havendo um problema sério de superposição de autoridades, de órgãos públicos estaduais, querendo interferir nas ações de resgate. Não está claramente definido quem pode ou deve fazer alguma coisa”. Além disso, informou que há o Projeto de Lei nº 9.950, de 2018, do Deputado Alessandro Molon, que dispõe sobre a conservação e o uso sustentável do Bioma Pantanal e dá outras providências. Para ele, o “há muitas coisas nesse projeto que precisam ser revistas e repensadas, incluindo nessa discussão os setores

interessados, para daí então, definitivamente, chegarmos a uma proposta definitiva sobre essa lei do Pantanal”. Sobre a Constituição brasileira, lembrou que “o art. 170 da Constituição subordina o processo econômico do Brasil às questões do meio ambiente”. Finalizou sua apresentação descrevendo “a pesquisa como uma medida que pode economizar recursos do erário público e pode trazer melhores condições de vida para os habitantes do Pantanal”.

Após as falas e questionamentos dos **Deputados e Deputadas, Professora Rosa Neide** (PT/MT), **Paulo Teixeira** (PT/SP), **Vander Loubet** (PT/MS), **Célio Moura** (PT/TO), Merlong Solano (PT-PI), os convidados fizeram suas considerações finais.

8.6 ORGANISMOS ECLESIAÍSTICOS, PASTORAIS E DE DIREITOS HUMANOS

Convidados:

- Dom Juventino Kestering, Bispo da Diocese de Rondonópolis Guiratinga;
- Pe. Marco Antônio A. Ribeiro, Articulador das Pastorais da Diocese de Corumbá e do Regional Oeste 1 da CNBB -MS;
- Valéria Pereira Santos, Representante da Comissão Pastoral da Terra - CPT;
- Paulo Roberto Martins Maldos, Representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz;
- Luís Augusto Passos, Representante do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação/UFMT;
- Pastor Teobaldo Witter, Representante do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC.

Data: 8/10/2020

Dom Juventino Kestering, Bispo da Diocese de Rondonópolis Guiratinga, que a região é permeada pelo Cerrado e a entrada do Pantanal. Informou que na entrada do Pantanal se encontram as nascentes do Rio Vermelho, do Rio São Lourenço e do Rio Itiquira, rios fundamentais que abastecem o Pantanal, que estão praticamente secos. Ressaltou que, segundo estudiosos, se não houver ações concretas em relação à água, dentro de 30 anos esses rios se tornarão “pequenos riachos”. Declarou que reside há 22 anos na região e percebe 3 aspectos preocupantes: destruição do bioma do Pantanal e do Cerrado; ausência de enchentes significativas nos 3 rios há muitos anos; e o aumento das queimadas. Destacou a existência de aldeias indígenas como Piebaga, Perigara, Córrego Grande, Tadarimana, todas atingidas pelo fogo e com ausência de água. Para o equilíbrio entre ocupação humana e vivência no pantanal, apresentou 5 sugestões: 1) plano nacional de salvamento do Pantanal, com a conscientização da sociedade e investimentos em equipamentos e em pessoal; 2) reconhecimento de que progresso e riqueza vêm com o sacrifício da florestas, das águas, do cerrado, o que demanda um plano de cuidado da “casa comum”, com nova postura de vida e

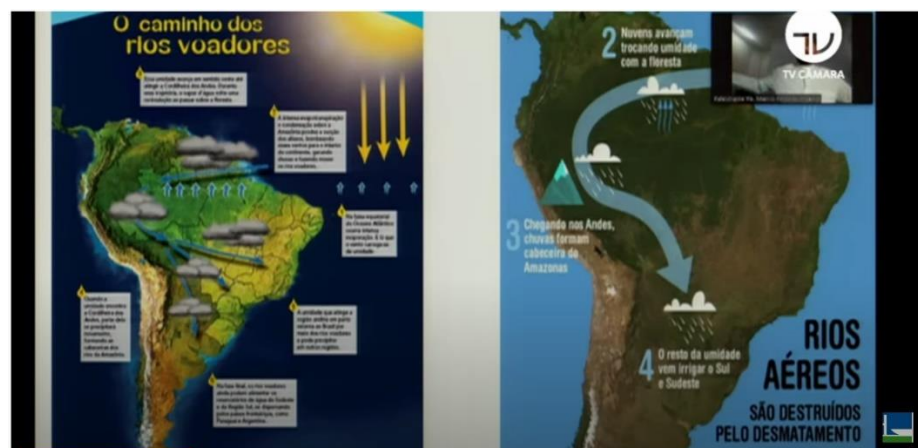
cuidados em relação à ecologia, a fauna, a flora, o clima, as pessoas; 3) plano integrado de prevenção, de preservação do Pantanal em âmbito nacional, estadual, municipal e com a participação dos habitantes do Pantanal; 4) conscientização sobre o controle necessário da pesca, exploração das matas e das madeiras no Pantanal. Ressaltou a questão do lixo observado nos rios e nas estradas; 5) implantação de brigada especializada permanente no Pantanal, relacionada ao Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, com equipamentos e aeronaves, e treinamento da população residente na região. Em suas considerações finais, pontuou a necessidade da preservação e recuperação de nascentes e de reflorestamentos no curso dos rios, na região de Rondonópolis e em todo o Pantanal. Disse também que a preservação deve ser assumida pelo Estado, que possui os equipamentos necessários, e não ser uma preocupação exclusiva do cidadão. Citou ainda a importância de se iniciar um planejamento de preservação de curto médio e longo prazos; de uma fiscalização mais eficiente para impedir a prática do lixo jogado nas estradas e nos rios; e de se fazer uma limpeza no Pantanal.

A **Sra. Valéria Pereira Santos**, Representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT, destacou que as queimadas atuais não são desastres naturais, mas crimes ambientais. Reforçou que as pesquisas e os inquéritos relacionam as queimadas com a grilagem de terra e os desmatamentos. Disse que é uma situação de ataque direto às populações de territórios tradicionais e dos povos indígenas e mostrou preocupação quanto ao impacto no modo de vida dessas populações do campo. Destacou o processo de destruição acelerado no Pantanal, Cerrado e Amazônia, sentido com a seca dos rios e com o aquecimento, inclusive em Brasília, no Cerrado. Afirmou que são atingidos não somente o povo que está nas florestas, mas também a população em geral. Ressaltou as dificuldades de respiração e os alertas de risco para a vida humana e completou ao dizer que o “Brasil todo está queimando”, em um processo de autodestruição. Citou como causas o avanço das monoculturas, os grandes projetos que avançam nas fronteiras agrícolas e a destruição de fontes de água, de campos e florestas. E que a “boiada está passando”, causando danos irreversíveis às populações do campo e às

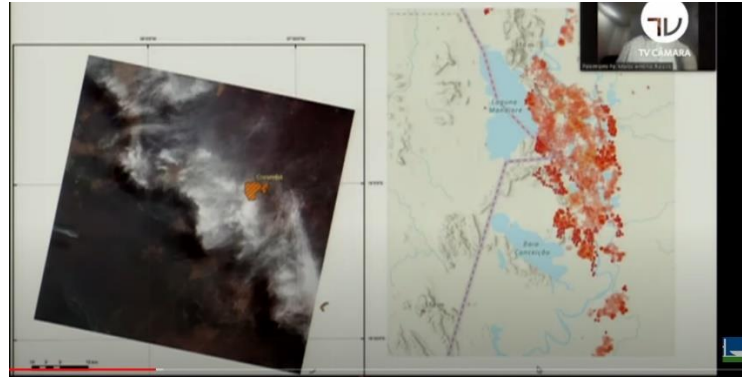
populações em geral. Criticou os discursos do governo e de alguns setores do agronegócio de “naturalizar essa destruição” e salientou o avanço da produção agrícola desenfreada, sem controle e de forma irresponsável. Informou que os dados da CPT e do Conselho Indigenista Missionário têm mostrado o crescimento da violência no campo contra as comunidades. Afirmou que no mês de maio houve desmatamento em todos os biomas e depois de alguns meses vieram as queimadas, em um processo vicioso de grilagem, desmatamento, e violência contra as populações do campo. Completou que é necessário “combater as queimadas, mas combatendo as causas e não só olhando para as consequências”, que têm impacto no longo prazo. Ressaltou a necessidade de articulação, não somente por bioma, e da atenção com a saúde em tempos de pandemia. Asseverou que o fogo tem sido usado “como arma” para expulsar as populações do campo e os povos indígenas de seus territórios. Mencionou os processos de regulamentação fundiários parados no Incra, com 180 áreas que poderiam ser desapropriadas e regularizadas em benefícios das populações. Em seguida, apresentou slides com imagens da situação dos incêndios na Comunidade Quilombola Cocalinho, em Parnarama – MA – 2020. Acrescentou que o combate ao fogo na comunidade ocorre sem equipamentos e sem apoio público, e que a destruição retira a capacidade de sobrevivência da população, que vive dos frutos do Pantanal e da Amazônia. Em suas considerações finais, pediu que o Estado reconheça o papel das comunidades e dos povos tradicionais nos serviços socioambientais prestados ao País e à humanidade. Além disso, que responsabilize os autores das queimadas, que estão lucrando com elas. Ressaltou que o agronegócio e a produção de soja estão crescendo, mas as queimadas também estão aumentando. Disse, ainda, que é preciso ressalvar a queimada que faz parte da cultura das comunidades tradicionais, que ainda garantem refúgios de biodiversidade no campo, ressaltando que o “fogo químico”, os agroquímicos e os agrotóxicos “não são dos povos tradicionais”. Respondeu que a maior parte do fogo no Cerrado está no Matopiba, área de fronteira agrícola. Defendeu o monitoramento das áreas onde avançam o agronegócio e os grandes projetos, e onde também avançam as queimadas, o desmatamento, a contaminação da água, a expulsão da população do campo, a violência, a disputa por água,

como no oeste da Bahia. Ressaltou a degradação ambiental e social nas grandes áreas da monocultura da soja. Colocou-se à disposição para participar do enfrentamento permanente às queimadas, inclusive no que se refere ao Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, oriundo da Medida Provisória nº 910, de 2019, ressaltando que se trata de “um passe livre para a boiada passar; é a abertura dessas portas da degradação”.

O **Pe. Marco Antônio A. Ribeiro**, Articulador das Pastorais da Diocese de Corumbá e do Regional Oeste 1 da CNBB –MS, destacou que a situação que atinge o Pantanal em 2019 e 2020 tem origem na Amazônia, e envolve todo o país, o que exige uma “posição global” nas medidas de controle e de combate. Disse também que o aquecimento global influencia a situação vivenciada no Pantanal e também interferirá no Aquífero Guarani. Mostrou imagens dos “rios voadores” (abaixo), que vêm da Amazônia, cujas águas caem na “esponja” Cerrado e no Pantanal.



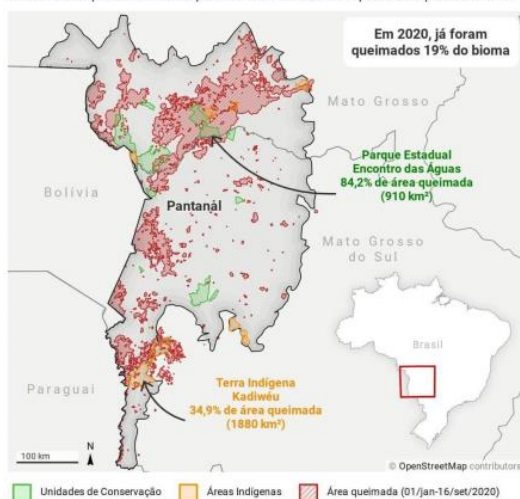
Ressaltou a interferência de grupos que buscam espaço na Amazônia, Cerrado e Pantanal para a monocultura. Apontou o fim dos “rios voadores”, em função da pressão local constante, que afasta a possibilidade de chuva na região do Pantanal. Destacou a dificuldade dos que defendem as minorias e mencionou os riscos corridos pelas vilas. Comentou também que, além de limpar a área, a queimada tem a função de expulsar as comunidades ribeirinhas pantaneiras nativas e tornar as áreas disponíveis para uso posterior. Apresentou mapas da fumaça na região de Corumbá (imagem abaixo, à esquerda) e os focos de incêndio (à direita).



Informou em seguida, que os incêndios consumiram mais de 23% da área do Pantanal. Afirmou que as queimadas não foram provocadas pelos ribeirinhos, pantaneiros e indígenas, que sabem que é necessário preservar para continuar vivendo na região. Ressaltou a eventual colocação de fogo por necessidade e salientou a falta de política pública para manter as pessoas convivendo e protegendo as áreas. Citou o papel das tribos indígenas na proteção das nascentes e dos parques, e alertou para a expulsão das tribos pelo uso do fogo. Disse também que disponibilizaria o *link* sobre a origem do fogo, referindo-se também a uma operação da Polícia Federal. Em seguida, ressaltou o desmonte das instituições, com a retirada da participação da sociedade civil e a exclusividade do governo. Apresentou mapas da situação dos incêndios no Pantanal (imagem abaixo, à esquerda) e da localização as propriedades (à direita)

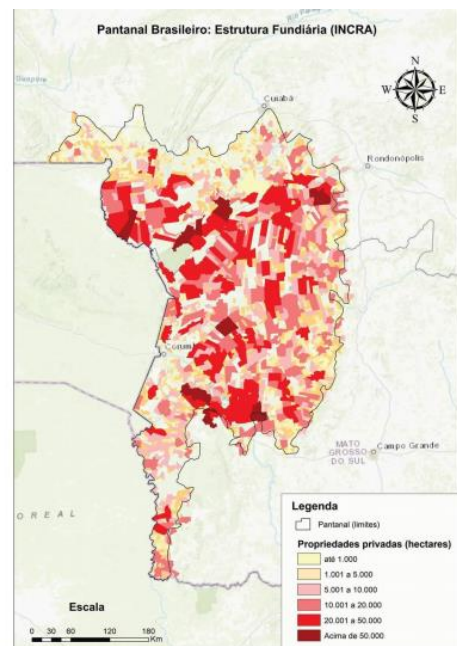
Área queimada no bioma Pantanal - Brasil (2020)

Dados da área queimada obtidos a partir do Sistema ALARMES implementado pelo LASA-UFRJ

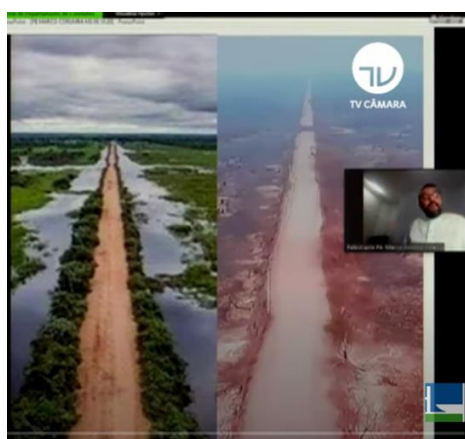


Fonte dos dados: Pinto, M. M., Libonati, R., Trigo, R. M., Trigo, I. F., & DaCamara, C. C. (2020). A deep learning approach for mapping and dating burned areas using temporal sequences of satellite images. *ISPRS Journal of Photogrammetry and Remote Sensing*, 160, 260-274

Mapa: Bruno H. Miotto Stabile - Fonte: LASA-UFRJ - Criado com Datawrapper



Destacou a dizimação de espécies de animais que não haviam sido sequer catalogadas e mostrou imagem de destruição de ninho do Tuiuiú, símbolo do Pantanal, à beira da BR 262. Salientou a questão da reincidência de fogo nos mesmos locais, inclusive dentro das lagoas secas e também na vegetação sobre a água. Alertou sobre a inviabilidade da utilização de aceiros no controle do fogo. Mostrou imagens comparativas da Transpantaneira em direção a Poconé, “antes e depois”, abaixo. Ressaltou, por fim, a seca do Rio Paraguai e chamou atenção para as graves consequências sobre o território nacional.



Em suas considerações finais, destacou que o Decreto nº 9.806, de 2019 acarretou a conclusão do desmonte do CONAMA, com a diminuição da representação da sociedade cível em vários conselhos, comitês e organizações, tornando frágil e vulnerável a condução das questões ecológicas e de muitas outras. Reclamou da falta de apoio do Estado aos trabalhos das pastorais, que deveriam estar cobertos por políticas públicas. Informou que o Conselho Indigenista Missionário — CIMI defende os povos indígenas das situações diretas e indiretas relacionadas à dizimação deles. Por fim, afirmou que as fontes da região de Bonito, que atraindo pessoas do mundo inteiro, estão ameaçadas porque o terreno é sensível e que a produção agrícola danificará todo o ambiente.

O **Pastor Teobaldo Witter**, Representante do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC, que reside há 44 anos na região e, especificamente no Pantanal do MT, há 18 anos, disse que em 1977 a seca era maior do que a atual e havia fogo somente na região das madeiras, sendo

raro nas florestas e no Pantanal. Salientou a existência, na época, de projetos de “agricultura alternativa” na Região de Canarana, com produção para consumo e exportação, ainda existente, e ressaltou o respeito aos conceitos de agroecologia. Destacou que merecem atenção os garimpos na direção de Poconé, na Transpantaneira, que modificam toda a paisagem, alertando para as escavações profundas. Ressaltou os impactos ambientais gerados pelos venenos jogados no Pantanal e, nesse contexto, mencionou pesquisas da UFMT e os dados da Instituição Fé e Vida, de Cáceres. Referiu-se à articulação internacional com a Bolívia, Paraguai e Argentina, relativa aos impactos da destruição do pantanal. Alertou também sobre os resíduos dos animais e das plantas que se acumulam nas partes mais baixas do Pantanal, juntamente com o veneno. Ressaltou que há desprezo pelos povos indígenas, pantaneiros tradicionais e quilombolas, pela vida na natureza, pelas nascentes das cidades. Pontuou que não houve melhorias significativas nas ações de saneamento para Cuiabá, que tem mais de 300 nascentes. Disse ainda que a CPT está empenhada na questão das nascentes e que os resíduos mostram a face visível da degradação existente. Afirmou que o problema da degradação da terra não é somente local ou regional, mas também nacional e global. Nesse cenário, teceu comentários sobre o Manifesto do IECLB, produzido no ano 2000, na Chapada dos Guimarães. Fez menção à ocorrência de aves do Pantanal no centro de Cuiabá em busca de abrigo. Finalizou ao sugerir algumas medidas: discussão sobre o currículo e a formação dos professores nos cursos do Senar; educação ambiental das comunidades; ações de prevenção e combate ao fogo; criação de brigadas permanentes; cuidado com a terra, a exemplo da agroecologia; plantação e preservação de árvores; cuidado com o lixo produzido. Em suas considerações finais, disse que é necessário mobilizar as prefeituras, os vereadores, os governadores para o enfrentamento da questão. Disse que as queimadas foram iniciadas, apesar da proibição pelas leis. Em relação ao percentual de 90% dos incêndios de origem criminoso, questionou a falta de investigação e de punição dos responsáveis. Abordou ainda a perseguição às pessoas fazendo referência à iniciativa A Vida por um Fio e ao programa de proteção do Estado. Finalizou ao ressaltar a importância do compromisso com a educação ambiental.

O **Sr. Paulo Roberto Martins Maldos**, Representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, destacou a importância da sistematização das avaliações, demandas e propostas dos povos e comunidades tradicionais pantaneiras, de curto, médio e longo prazos. Ressaltou que esse conhecimento tradicional deve ser articulado com o conhecimento científico, tanto para o combate imediato, como para a preservação e recuperação permanente do Pantanal. Destacou a importância de revisão dos projetos de impacto no Bioma, como os das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH, hidrovias, barragens, empreendimentos econômicos, na perspectiva de uma política ambiental específica para o Pantanal. Lamentou os danos causados pelos garimpos e, sobretudo, pelas PCH, que levam as comunidades à situação de fome. Sugeriu o exame cuidadoso da questão das toneladas de lixo geradas pelas centenas de pousadas na região e uma revisão da política nacional para os agrotóxicos. Indicou o combate imediato aos 20 mil focos de incêndio, aproximadamente, com mobilização de forças municipais, estaduais e das Forças Armadas, no âmbito federal. Citou os incêndios no Parque Estadual, com destruição de mais de 84% da área, e na terra indígena Kadiwéu, com mais de 40% de destruição. Alertou que é uma situação de crime contra a humanidade, que deve ser imediatamente contido. Salientou a necessidade de apoiar as comunidades pantaneiras para a continuidade de seus modos de vida, por meio de políticas públicas. Citou também a importância da presença das brigadas durante todo o ano; e da mobilização dos comitês de bacias, que possuem expertise para o combate atual e para a ação permanente na preservação do bioma. Pontuou que é fundamental a articulação com sociedade civil, entidades pastorais e igreja na construção de uma política ambiental permanente de preservação do bioma. Mostrou preocupação com o cenário futuro, quando o Pantanal, a Amazônia e o Cerrado estarão mais ressecados e, nesse contexto, mencionou a CPT como importante rede de entidades de contribuição permanente. Em seguida, destacou ser fundamental a demarcação das terras indígenas, na perspectiva da retirada de invasores, e a titulação das terras dos povos e comunidades tradicionais, com o reconhecimento de que o modo de vida deles permitem a preservação do Bioma Pantanal. Mencionou a necessidade da recuperação e

preservação das nascentes e das margens dos rios do Bioma. Citou relatos de destruição das nascentes e ocupação sistemática do Rio Cuiabá e outros rios, por sítios, casas e empreendimentos, e reafirmou a necessidade de uma política ambiental própria do Bioma. Disse também que é fundamental capacitar as comunidades para o manejo de internet comunitária e de redes de comunicação, para realizar o monitoramento do clima, articular a proteção do ambiente e permitir ações na preservação do Pantanal. Defendeu que a comissão tenha caráter permanente e trate de outros biomas, da Amazônia e do Cerrado, que estão interligados e sofrem forte risco. Finalizou ao sugerir que a comissão escute as comunidades tradicionais e a científica, e realize audiências específicas para cada bioma. Em suas considerações finais, afirmou que há intencionalidade nas queimadas e que a origem de 90% delas é criminosa, conforme identificação pela Polícia Federal. Acrescentou que se trata de um modelo destrutivo, com raízes na ditadura militar, e com a concepção de levar para o oeste o latifúndio improdutivo como base de desenvolvimento. Citou a defesa feita pelo Ministro do Meio Ambiente, no sentido de reduzir áreas de preservação e de territórios indígenas. Em seguida, afirmou que a concepção de desenvolvimento deve ter como base o reconhecimento dos territórios das comunidades tradicionais, que sabem preservar os biomas do País. Fez menção à carta das comunidades pantaneiras, entregue pela Presidente do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Indígenas, que elencam medidas imediatas e de caráter permanente para a recuperação do Pantanal. Ressaltou a capacidade de atuação da sociedade civil, citando a expertise do Instituto Terra, responsável pela recuperação de 5 mil nascentes em Mariana, e a proposta de florestamento de 100 milhões de árvores em todo o País pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MTST. Finalizou ressaltando a necessidade do uso das Forças Armadas para cessar imediatamente o fogo; e da construção de políticas públicas de recuperação, preservação e prevenção, de caráter permanente, no Bioma do Pantanal.

Passada a palavra ao Sr. LUÍS AUGUSTO PASSOS, destacou o Representante do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e

Educação/UFMT, a necessidade de compromisso com o sofrimento de todas as vítimas, inclusive os animais. Ressaltou a adoração do controle sobre juros, sobre as “dimensões bancárias” e sobre os produtos, com interesse na comercialização, permitindo que se enxerguem exclusivamente os interesses pessoais. Salientou a falta de piedade e de percepção sobre a “morte do bioma” e o comprometimento da vida do planeta. Finalizou citando a carta do Papa à ONU, que coloca a importância das relações com os outros países do mundo, e de se buscar uma verdadeira unidade, com toda a natureza, com piedade de todos os organismos, que fazem parte da mesma terra, da mesma criação.

Após as falas e questionamentos da Deputada Professora Rosa Neide (PT/MT), Deputado Nilto Tatto (PT/SP), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), Deputado Célio Moura (PT-TO), Deputado Vander Loubet (PT/MS), Deputado Paulo Teixeira (PT/SP), os convidados fizeram suas considerações finais, já resumidas acima.

8.7 RESGATE E ACOLHIMENTO DE ANIMAIS ATINGIDOS POR DESASTRES

Convidados:

- Vânia Plaza Nunes, Diretora Técnica do Grupo de Resgate de Animais em Desastres – GRAD;
- Gláucia Amaral, Procuradora do Estado de Mato Grosso e Presidente da Comissão dos Direitos dos Animais da OAB-MT;
- Coronel Paulo Barroso, Secretário Executivo do Comitê Estadual Gestão do Fogo;
- Letícia Filpi, Presidente e Fundadora do Grupo de Advocacia Animalista Voluntária - GAAV;
- Aline Duarte, Médica Veterinária e Coordenadora do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres - CRAS/MS e Ana Paula Felício, Zootecnista e Coordenadora da Unidade Fauna - GPF/Imasul;
- Neusa Arenhart, Coordenadora de Fauna e Recursos Pesqueiros da

SEMA-MT;

- Cristina Harumi Adania, Coordenadora da Equipe da Associação Mata Ciliar no Pantanal;
- Jorge Salomão Júnior, Médico Veterinário e representante da Ampara Animal/Silvestre.

Data: 9/10/2020

A **SRA. VÂNIA PLAZA NUNES**, Diretora Técnica do Grupo de Resgate de Animais em Desastres – GRAD, informou que o GRAD, formado por ocasião do acidente em Mariana, faz parte do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, uma ONG de caráter nacional, que congrega mais de cento e quarenta entidades de proteção e defesa animal. Relatou que o GRAD tem atuado no Pantanal desde o início de setembro. Informou que o GRAD trabalha se apresentando às pessoas da localidade; realiza reconhecimento do local, por meio de georreferenciamento dos locais atingidos e câmeras *trap*; diagnostica a crise, planeja ações; faz encaminhamentos técnicos; auxilia nos resgates; avalia periodicamente as ações empreendidas; faz acolhimento, cuidado e transporte dos animais, quando necessário e autorizado; oferece apoio logístico, treinamento e capacitação. Afirmou que o GRAD atua dentro dos princípios da Medicina Veterinária do Coletivo. Elogiou a capacidade de articulação do Estado de Mato Grosso, mas advertiu sobre “a necessidade de produzir reparos nas estruturas que permitem o deslocamento na área, por falta de estrutura do próprio Estado em conferir essas questões em tempo hábil”. Além disso, criticou o Estado pela “falta de preparo e por não existir uma força-tarefa ou uma brigada que pudesse, periodicamente, avaliar os locais, muitos animais fugiram do fogo e acabaram se enroscando e morrendo queimados nas estruturas das próprias fazendas”. Destacou a necessidade de providenciar alimentação e água para os animais de várias espécies, como as lontras. Fez uma série de recomendações preliminares: “elaboração de um plano de contingenciamento dos desastres; capacitação da equipe de voluntários — nós fizemos isso e estamos à disposição para fazer quantas vezes forem necessárias; definição de equipe técnica para fazer um constante

monitoramento, em especial, nos momentos de risco; agir preventivamente; formação de brigada contra incêndios e enchentes em todo o Estado — em toda a região isso é necessário; instalação de câmara técnica permanente de forma paritária para o monitoramento, seja no Governo Estadual, seja nos Governos Municipais; existência de um fundo de financiamento permanente ligado ao Estado de uso específico, ou seja, um fundo simplesmente para receber recursos que possam ser acessados numa situação como a que vimos, de desastre antrópico ou ambiental; formação, imediatamente, de uma equipe de trabalho composta por moradores do Estado; formação do GRAD MT e do GRAD MS”. Informou os presentes do lançamento do Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animais, produzido após o desastre de Brumadinho e publicado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária. Finalizou a sua apresentação lembrando que os animais têm direitos e são seres sencientes, citando a Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos.

A **Sra. Neusa Arenhart**, Coordenadora de Fauna e Recursos Pesqueiros da SEMA-MT, informou que o Pantanal abrange uma área de cento e noventa e cinco mil quilômetros quadrados, em três países, Brasil, Bolívia e Paraguai. “No Brasil, nós temos 140 mil quilômetros, que estão divididos entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. São 35% dentro de Mato Grosso e 65% dentro de Mato Grosso do Sul”. Lembrou que a seca no Pantanal é cíclica, então, existem períodos de seca nos quais há a morte de uma parcela significativa de espécies e períodos de chuva, que promove a proliferação da biodiversidade. Todavia, alertou para o fato de que a seca tem se intensificado, gerando um grande acúmulo de matéria orgânica, as tufas; soma-se a isso a alteração dos ambientes terrestres promovido por drenos e pastos.

O **Sr. Coronel Paulo Barroso**, Secretário Executivo do Comitê Estadual Gestão do Fogo, citou autores que tratam do ciclo de incêndio florestal no pantanal, Soares e Batista. Relatou que o incêndio florestal pode ser combatido pelo viés da defesa civil e pelo viés da proteção ambiental. Observou que há períodos no ano nos quais é possível trabalhar questões de planejamento, prevenção, preparação e manejo integrado do fogo (MIF).

Informou que existem duas leis que amparam as atividades de controle de incêndios, a Política Nacional do Meio Ambiente — PNMA e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil — PNPDEC. Relatou que é o atual presidente do Comitê Nacional de Gestão de Incêndios Florestais (CONAGIF) e informou que há um entendimento na instituição da necessidade de um sistema de proteção contra incêndio florestal por bioma, tendo em vista as suas características socioeconômicas e ambientais. Nessa linha, comunicou a elaboração de proposta de criação do Sistema de Proteção Contra Incêndio Florestal da Amazônia Legal (SISPROCIFAL), já apresentada aos três Poderes federais. Na proposta, estima-se um dispêndio com investimento e custeio em um bilhão e seiscentos mil reais para cinco anos. Atualmente, o CONAGIF está produzindo uma segunda proposta denominada Sistema de Proteção Contra Incêndio Florestal do Pantanal, envolvendo nove instituições, os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e a Bolívia. Posteriormente, buscarão um Termo de Cooperação Técnica Internacional e a inclusão dos demais biomas em novas propostas a serem apresentadas em anos subsequentes. Informou sobre a legitimidade e abrangência nacional do Corpo de Bombeiros no que tange ao combate a incêndios florestais, alegando que as outras autarquias possuem uma atuação limitada: o ICMBIO se restringe às unidades de conservação federais, e o PREVFOGO se limita às terras indígenas e projetos de assentamento federal. Defende que os Corpos de Bombeiros sejam fortalecidos com “investimentos, com aquisição de aeronaves e veículos de combate a incêndio florestal, com custeio parcial da temporada, porque os bombeiros não têm condições de custear tudo, e a contrapartida nossa é o salário dos bombeiros, que é uma quantia significativa dentro desse contexto de divisão de recursos para investimento e custeio”. Recomendou a capilarização sazonal do serviço de bombeiros, tendo em vista que não estão presentes em todos os municípios. “Os bombeiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão em 12%, 15% dos Municípios dos dois Estados. Então, como fazemos para atender o resto? Capilarizamos o serviço”. Segundo o participante, vinte municípios são responsáveis por oitenta e cinco por cento dos desmatamentos e queimadas no Estado do Mato Grosso e não há serviço de bombeiros nessas localidades. Ademais sugeriu a concessão de poder de

polícia ambiental administrativa à corporação, visando operações de resposta e responsabilização. Sobre o ICMBIO e o PREVFOGO, também recomendou seu fortalecimento, em especial, o PREVFOGO, que possui estrutura reduzida. Sugeriu a criação de bases aéreas de combate a incêndio florestal na região, segundo o participante, seriam necessárias pelo menos três bases a serem instituídas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e na Bolívia. Informou que as pistas de pouso disponíveis impossibilitam o trânsito de aeronaves como os *Air Tractors*, tendo em vistas que as pistas possuem entre oitocentos e novecentos metros de extensão. Além disso, afirmou serem necessárias a construção de bases sazonais para o período crítico dos incêndios na região pantaneira. Em outra linha, defendeu a necessidade de maior capacitação, ilustrou afirmando que apenas “quarenta e oito por cento dos bombeiros militares de Mato Grosso são capacitados em incêndio florestal”, sendo necessária a formação adequada de todo o contingente disponível. Reforçou a necessidade de programas como a “Brigada Municipal Mista; de Município Resiliente ao Fogo — isso já está sendo desenvolvido em Mato Grosso; de Brigada Rural privada — e vou falar mais à frente da norma técnica dos bombeiros; de Brigada Rural voluntária, pela Defesa Civil; de Brigada Indígena, estadual e federal. Nós temos as federais, que não atendem a todas as terras indígenas. Então, temos que estruturar as estaduais. Com isso, eu vou atender todas as áreas temáticas que têm fogo, não vou deixar ninguém desassistido: cada um com a sua brigada e fazendo parte de um grande sistema”. Sugeriu mudança na legislação de gestão do fogo no Pantanal, a apresentação de proposta de Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF), e o Manejo Integrado do Fogo (MIF). Detalhou que o PPCIF deve conter seis medidas: “nós temos que fazer isso. Isso é similar ao que há num shopping. Quem for a um shopping e puder prestar atenção, vai ver que há extintor de incêndio, há sistema de sprinklers, há sistema de evacuação, rota de escape, há iluminação de emergência e hidrante, há uma brigada formada lá, treinada para atender o público, caso aconteça um incêndio. Então, da mesma forma como fazemos na área urbana, temos que estabelecer proteção contra incêndio florestal na área rural. Como? São seis sistemas: vigilância e detecção; compartimentação por talhões; acessos; apoio a operações de

combate a incêndio florestal. Cada propriedade rural tem que ter a sua brigada, treinada, capacitada, credenciada e vinculada ao Corpo de Bombeiros”. Relatou a existência de comissão de estudos na ABNT, o subcomitê SCB 24, que tratará de normas técnicas de segurança contra incêndio em propriedades rurais próximas a unidades de conservação. Apresentou a ideia do SAMU Silvestre, uma unidade de atendimento móvel de urgência que deverá fornecer suporte básico de vida móvel para os animais no Pantanal. Acrescentou que serão necessários também hospitais veterinários, CRAS e centros espalhados pelo Estado. Aconselhou a criação de um fundo de proteção do Pantanal e a ativação do Observatório do Fato no Pantanal, envolvendo técnicos e especialistas na discussão dos problemas relacionados aos incêndios no Pantanal. Na mesma linha, defendeu a destinação de recursos para pesquisas sobre o tema. Por fim, manifestou a necessidade de envolver o Judiciário na questão, por meio da priorização de processos de responsabilização por DDF, desmatamento e degradação ambiental.

A **Sra. Gláucia Amaral**, Procuradora do Estado de Mato Grosso e Presidente da Comissão dos Direitos dos Animais da OAB-MT, antes de iniciar suas colocações sobre o tema, relatou o problema com fornecimento de energia elétrica na região pantaneira em decorrência dos incêndios. Aludiu à colocação do Coronel Barroso sobre a necessidade de envolver o Poder Judiciário na questão, fato este já considerado pela OAB e pelo Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais, do CNJ e CNMP. Nesse sentido, o Poder Judiciário poderia atuar na responsabilização por crimes ambientais, processos de regularização fundiária e de imóveis abandonados. Lamentou a perda de uma geração de animais, que não conseguiram fugir dos incêndios. Além disso, afirmou que a situação crítica deve se perpetuar pelos próximos meses, tendo em vista que os animais terão problemas para se alimentar. Lembrou que os danos à fauna impactarão o turismo no Mato Grosso, tendo em vista que vinte por cento das atividades desse setor estão relacionadas ao turismo de observação. Recomendou a estruturação de uma rede de atendimento aos animais. “Nós precisamos dos CRAS, os Centros de Reabilitação de Animais Silvestres; nós precisamos dos

hospitais; nós precisamos do CEMPAS, o Centro de Medicina e Pesquisa de Animais Silvestres. Nós precisamos, especialmente, desse trabalho feito pelo Coronel Barroso, o PAEAS, que é o Posto de Atendimento Emergencial a Animais Silvestres. Não é caríssimo para estruturá-lo”. Finalizou a sua apresentação chamando atenção para a falta de estruturas de atendimento de animais silvestres no Mato Grosso, em que pese possuir três biomas importantes e deter um território maior do que muitos países europeus.

A **Sra. Letícia Filpi**, Presidente e Fundadora do Grupo de Advocacia Animalista Voluntária – GAAV, apresentou uma visão geral sobre a teoria animalista e afirmou serem necessárias mudanças na legislação sobre acolhimento e resgate de animais provenientes de tragédias como o incêndio no Pantanal em 2020. Defendeu que a política de acolhimento de animais resgatados deve ter por foco o animal como sujeito de direitos e não apenas por sua utilidade como bem ambiental. Citou o art. 5º da Constituição Federal, “que garante o direito à vida, entre outros direitos, sem distinção de qualquer espécie. Todos aqueles que estão em território brasileiro são abarcados, são abraçados pelo art. 5º. Então, o direito à vida também se aplica aos animais”. Complementou citando o art. 255 da Carta Magna, que preconiza que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Contrapôs essa visão com o que está estabelecido na legislação ambiental vigente, que determina a soltura na natureza, transferência para a pesquisa ou encarceramento permanente. Nesse sentido, defendeu a construção de santuários para preservação do bem-estar físico, psíquico e emocional do animal que passou por traumas. Destacou o avanço da Constituição do Equador, que implementou os direitos de Pacha Mama, que são direitos da natureza. No contexto, há uma mudança de paradigma em relação ao pensamento antropocêntrico e utilitarista da natureza. Os rios e florestas, por exemplo, passam a ser vistos como sujeitos de direito. Citou o caso do Rio Ganges, na Índia, que ganhou uma ação judicial que garantia o seu direito de sobrevivência. Informou que experiências análogas estão ocorrendo em países como os Estados Unidos, Nova Zelândia e África do Sul. Conclui sua apresentação citando o art. 170 da Constituição brasileira, que “diz que a

economia tem que respeitar os princípios ambientais, e isso não vem ocorrendo. Nós estamos tapando o sol com a peneira há muito tempo”.

A **Sra. Ana Paula Felício**, Zootecnista e Coordenadora da Unidade Fauna - GPF/Imasul, relatou a complexidade do processo de reabilitação dos animais, sendo a construção de novos CETAS insuficiente para resolver a questão. Defendeu que o processo de reabilitação contemple uma visão de saúde única, “saúde do ambiente, saúde humana e saúde dos animais, para que não se introduzam novas doenças no meio ambiente, acabando com uma biodiversidade muitas vezes já fragilizada por esses desastres”.

A **Sra. Aline Duarte**, Médica Veterinária e Coordenadora do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres - CRAS/MS, recomendou mais envolvimento de produtores rurais no processo de reabilitação, tendo em vista serem necessárias áreas de soltura para os animais resgatados. Advertiu para os riscos da ceva permanente e da transmissão de doenças de humanos para os animais resgatados, principalmente, os que estão ameaçados de extinção. Informaram que os animais chegam aos centros de tratamento muito debilitados e a taxa de sobrevivência deles é muito baixa. Finalizou sua fala relatando que o CRAS atuou esse ano por meio de uma unidade móvel, ainda improvisada, mas que possibilitou um suporte mais imediato às vítimas.

A **Sra. Cristina Harumi Adania**, Coordenadora da Equipe da Associação Mata Ciliar no Pantanal, expôs a necessidade de criar centros de reabilitação locais, com o intuito de evitar um longo deslocamento para o fornecimento de atendimentos intensivos de reabilitação. Ratificou as falas de Ana Paula e Aline Duarte em relação à complexidade e morosidade do processo de reabilitação, que depende do estado e espécie do animal atendido. Relatou que a Equipe da Associação Mata Ciliar no Pantanal forneceu medicamentos, materiais hospitalares, materiais de contenção, caixas de transporte, puçás e cambão para uso no resgate de animais selvagens. Declarou que apesar dos esforços empreendidos, pouco pôde ser feito, tendo em vista que os animais nessas condições necessitam de um atendimento célere. Informou que a força-tarefa montou postos dois Postos de Atendimento

a Animais Silvestres do Pantanal (PAEAS), um na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN do SESC); e outro, na Baiazinha. Relatou que os incêndios impactaram não só os animais silvestres, como também os animais domésticos e de produção. Avaliou como positiva a disponibilização de carros para o atendimento ambulante, mas considerou também a necessidade de carros que disponham de material de contenção, como caixas adequadas para a contenção de animais silvestres, como antas e onças. Concluiu sua fala sugerindo que a prevenção é a prática mais efetiva, tendo em vista que os animais silvestres não têm por onde escapar do fogo dos incêndios.

O **Sr. Jorge Salomão Júnior**, Médico Veterinário e representante da Ampara Animal/Silvestre, informou que foi um dos primeiros voluntários a chegar na região pantaneira e que o cenário era catastrófico e assustador. “No primeiro dia em que nós saímos a campo, eu rodei 1,5 quilômetro, 2 quilômetros; e, num quadradinho de 10 por 10, nós contabilizamos 10 cobras mortas, muitos jacarés mortos, pacas queimadas. Aí nós sentimos onde estávamos entrando mesmo”. Relatou que a atuação de resgate é apenas um paliativo considerando os animais enquanto indivíduos, visto que foram resgatados e atendidos cerca de cento e vinte e oito animais. Informou tratar-se de um esforço para tratar dignamente os animais que puderam ser resgatados, mas nada pôde ser feito considerando a fauna do Pantanal como conjunto. Nesse sentido, defendeu a necessidade de trabalhar com medidas preventivas e protetivas para evitar novas tragédias no futuro. Chamou atenção para a grande mobilização da sociedade civil na região pantaneira. Alertou para as dificuldades logísticas no tratamento dos animais resgatados, “Dependendo do local em que fazemos esse resgate, levamos de 1 hora a 1,5 hora de barco até chegar ao Porto Jofre; depois, temos mais 150 quilômetros de Transpantaneira; e, por fim, mais 200 quilômetros para chegar à UFMT, que é o principal ponto de apoio para os animais de casos mais graves. Nos casos mais brandos, nós acabamos encaminhando os animais para o PAEAS. Mas há animal que precisa, de fato, de tratamento intensivo, com mais estrutura. Temos que partir deste ponto: às vezes, são necessárias 7 horas, 8 horas, 9 horas de deslocamento. Isso não aconteceu uma vez só. Precisamos

pensar em todo o estresse que isso gera para o animal, que já está traumatizado, já está machucado e ainda tem que passar por toda essa situação do transporte, com solavanco do barco”. No contexto, sugeriu a instalação de pontos de socorro mais próximos, tendo em vista que muito animais não resistem ao deslocamento. Em seu relato, o participante também explicitou a insuficiência das oito equipes disponíveis para atender a região do Pantanal. Informou que a Ampara disponibilizou medicação, equipamentos e profissionais à UFMT para auxiliar no atendimento aos animais resgatados. No entanto, acrescentou que a estrutura da UFMT está no limite de sua capacidade. Por fim, informou que nesta semana chegaria um trailer para atendimento móvel, com sala de atendimento e mesa para procedimento cirúrgico.

Após as falas e questionamentos dos **Deputados e Deputadas, Professora Rosa Neide (PT/MT), Professor Israel Batista (PV-DF), Vander Loubet (PT-MS), Paulo Teixeira (PT/SP), Nilto Tatto (PT/SP)**, os convidados fizeram suas considerações finais.

8.8 O IMPACTO DAS QUEIMADAS NAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DE POPULAÇÕES AFETADAS

Convidados:

- Fernando Zasso Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saúde;
- Leonardo Moura Vilela, Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS;
- Marcelo Firpo, Membro do GT de Ambiente e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO;
- Márcia Chame, Chefe da Biodiversidade da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ.

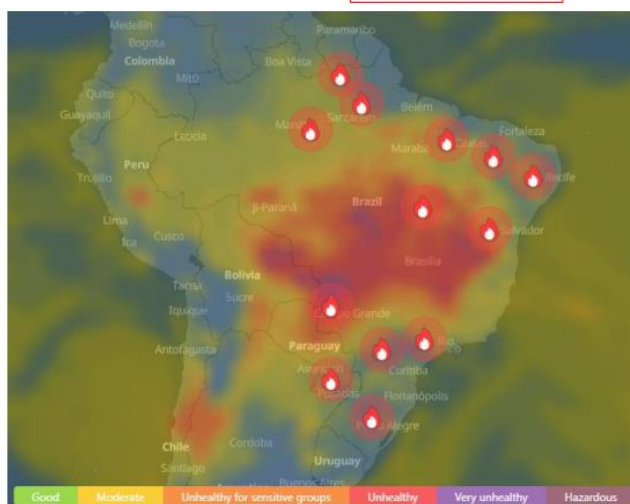
Data: 14/10/2020

O **Sr. Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS, afirmou que há um “negacionismo genocida deste Governo, seja com as vidas da fauna, da flora. Não importa a vida, importa o lucro”. Disse que dados oficiais mostram um dos maiores desastres ambientais da história do País, com risco em todos os ecossistemas: a Floresta Amazônica, na Região Norte do País; o Pantanal, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Acrescentou que há consequências drásticas no bioma e na saúde da população. Destacou a Política Nacional de Vigilância em Saúde e o papel do Estado brasileiro - nas esferas Federal, Estadual e Municipal - de realizar ações e vigilância em saúde para prevenção de doenças e agravos e promoção da saúde da população afetada. Em seguida apresentou as seguintes propostas: 1) definição de um plano de gestão de risco, descentralizado e com coordenação nacional, por meio de estratégias para identificação, planejamento, intervenção, regulação, comunicação e monitoramento de riscos, doenças e agravos; 2) Participação da população afetada, os povos indígenas, os ribeirinhos, por meio de articulação com os Conselhos de Saúde, entidades, instituições, organizações não governamentais, associações, cooperativas e demais representações das comunidades, inclusive as em situação de vulnerabilidade; 3) articulação das ações de vigilância em saúde, para garantir a atenção à saúde da população,

sobretudo da atenção básica em saúde. 4) atenção à vigilância em saúde dos trabalhadores que estão na linha de frente do combate ao fogo; 5) utilização e produção de evidências, a partir da análise da situação da saúde da população, para melhoria das intervenções de prevenção e de tratamento; 6) produção conjunta de protocolos e instrumentos, normas técnicas e atos normativos, a partir da articulação entre as vigilâncias epidemiológicas, em saúde ambiental e em saúde do trabalhador, com os demais órgãos ambientais, Defesa Civil, Polícia Militar Rodoviária, Polícia Militar Ambiental, as áreas da agricultura, da educação, entre outras; e 7) produção de indicadores para o monitoramento e a avaliação da situação da saúde da população afetada. Em seguida, fez referência a um decreto presidencial de março de 2019, que extinguiu órgãos colegiados, e declarou que se encontra em elaboração uma nota conjunta contrária às recentes resoluções do CONAMA. Acrescentou que a sociedade civil foi praticamente excluída da composição do CONAMA, o que prejudica as condições do meio ambiente e da saúde da população brasileira. Finalizou ao dizer que o CNS lançou, no início de agosto, uma petição pública que exige manutenção do piso emergencial de R\$ 35 bilhões para o SUS em 2021, além da revogação da Emenda Constitucional nº 95, a emenda do teto de gastos, que “está gerando mortes em nosso País”. Em suas considerações finais, ressaltou que encaminharia o documento oficial do CNS para a Comissão e reforçou a necessidade de fortalecimento do controle social, dos conselhos municipais, dos conselhos estaduais e dos conselhos locais de saúde.

O **Sr. Leonardo Moura Vilela**, representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS iniciou, mostrou um mapa (imagem abaixo), de 11 de outubro, com focos de fogo por todo o País, em especial no Pantanal, mas também na Região Amazônica, na Caatinga, no Cerrado e na Região Sul, nos Pampas. Ressaltou a baixa qualidade do ar em quase toda a Região Centro-Oeste, em uma parte da Bahia, no Nordeste, e em parte do Tocantins, na Região Norte. Acrescentou que há simultaneamente a incidência da onda de calor, das altíssimas temperaturas, da baixa umidade do ar e da grande quantidade de fumaça causada pelas queimadas.

Qualidade do ar



Situação do US AQI no dia 11 de out de 2020

<https://www.iqair.com/us/air-quality-map?lat=45.6795472026&lng=-112.4616737&zoomLevel=3>

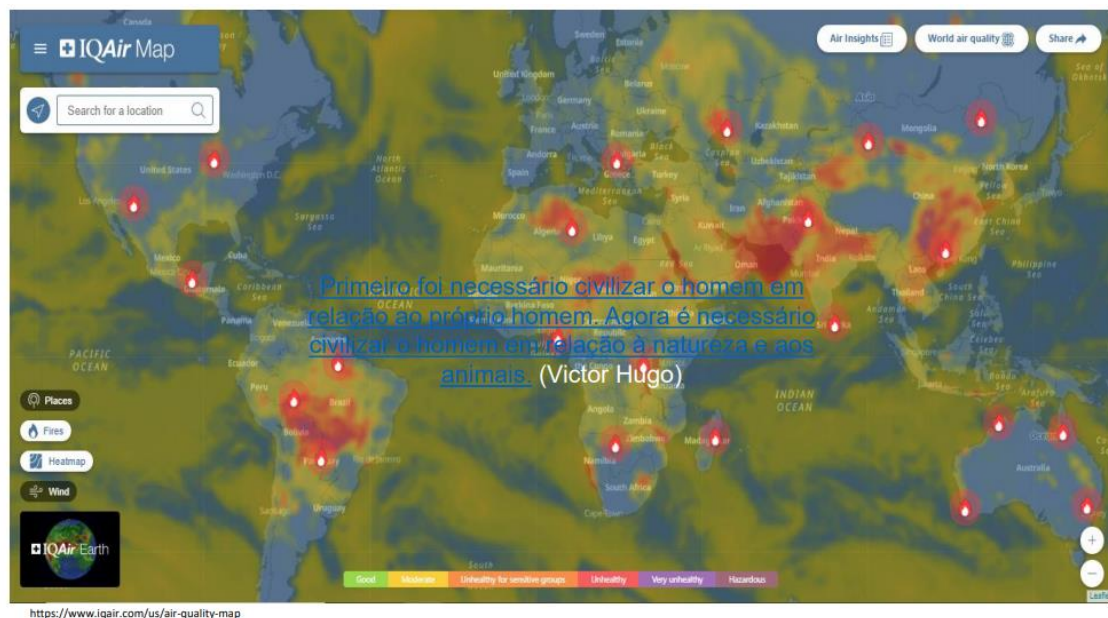
O que é o AQI (Air Quality Index) ?

O AQI é um índice para relatar a qualidade do ar diária. Mostra o quanto o ar é limpo ou prejudicial e também o nível de preocupação com os efeitos associados à saúde. O AQI enfoca os efeitos à saúde que você pode sentir dentro de algumas horas ou dias após respirar ar não saudável. O AQI é calculado para quatro principais poluentes do ar regulamentados pela Lei do Ar Limpo (US): **ozônio ao nível do solo, poluição por partículas em suspensão, monóxido de carbono e dióxido de enxofre**. No Brasil estes poluentes também fazem parte do padrão de qualidade do ar.

Air Quality Index (AQI) Values	Levels of Health Concern	Colors
When the AQI is in this range:	...air quality conditions are:	...as symbolized by this color:
0 to 50	Good	Green
51 to 100	Moderate	Yellow
101 to 150	Unhealthy for Sensitive Groups	Orange
151 to 200	Unhealthy	Red
201 to 300	Very Unhealthy	Purple
301 to 500	Hazardous	Maroon

Citou o sistema VIGIAR, estruturado a partir de 2001, com o qual o Ministério da Saúde faz a vigilância das condições da poluição atmosférica. Informou que a queima da biomassa, as atividades de mineração, o uso de agrotóxicos, entre outros, passaram a ter importância nas condições de poluição, antes associada às grandes metrópoles e polos industriais. Acrescentou que o VIGIAR tem as seguintes funções: identificação e priorização dos Municípios de risco de exposição humana a poluentes atmosféricos; definição de áreas de atenção ambiental atmosférica de interesse para a saúde; e identificação dos efeitos agudos e crônicos da exposição a poluentes para as pessoas. Para isso, o sistema utiliza o Instrumento de Identificação de Municípios de Risco e também a estratégia de Unidade Sentinela. Em seguida, disse que há dificuldade no isolamento de causa e efeito da poluição por queimadas e que os fatores exógenos, endógenos, comportamentais, de densidade demográfica, interferem nos resultados. Mostrou imagem recente, em Sorriso-MT, e disse que a concentração de partículas na atmosfera é quatro vezes maior que o limite aceito pela Organização Mundial da Saúde. Informou que essa condição causa problemas em crianças e idosos e nas pessoas com doenças respiratórias, como asma e bronquite, e outras doenças, como conjuntivite, além de irritações nos olhos, garganta e nariz e do desconforto respiratório. Em seguida mostrou imagens

com os biomas brasileiros e informou que o menos afetado é a Mata Atlântica, “até porque o resíduo existente da Mata Atlântica é muito pequeno”. Explicou que as queimadas são sazonais: na Amazônia, nos meses mais secos do ano, que são agosto e setembro; no Cerrado, são mais comuns em agosto, setembro e outubro, meses muito quentes, com baixa umidade, com baixa ou nenhuma precipitação pluviométrica. Apresentou dados fornecidos pelo INPE, ressaltando que 2005 foi um ano semelhante a 2020 em relação à quantidade de queimadas. Em seguida, apresentou uma tabela (abaixo) com os 2 anos em que cada bioma foi mais afetado por queimadas, entre 2003 e 2020. Mostrou que até agosto de 2020 já tinham sido queimados 18 mil quilômetros quadrados no Pantanal. Informou que, possivelmente, com os dados de setembro e de outubro, o ano de 2020 será o de maior área queimada no Pantanal nos últimos 20 anos. Após, mostrou o mapa mundi, com focos em várias regiões do mundo (abaixo), ressaltando, entre outros, os focos no Brasil, Paraguai, México, Estados Unidos, África, Grécia, Oriente Médio e Austrália.



Em seguida, afirmou que as intervenções humanas no ambiente - o aquecimento global resultante da queima de combustíveis fósseis e acúmulo do gás carbônico e outros gases de efeito estufa na atmosfera - aliadas ao vento e à quantidade de biomassa de cada bioma, tornam propícias as ocorrências de desastres. Destacou as iniciativas criminosas, tanto pelos fumantes que jogam “bitucas” de cigarros, quanto pelos produtores rurais

inescrupulosos que utilizam o fogo de forma indevida. Pontuou ainda que o cerrado tem o fogo como parte de sua constituição, o que não é o caso do Pantanal e da Floresta Amazônica. Finalizou ao lembrar das vítimas da poluição atmosférica, que provoca doenças respiratórias agudas e também crônicas, como o câncer, não só do trato respiratório como de outras partes do organismo.

O **Sr. Marcelo Firpo**, o Membro do GT de Ambiente e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, destacou os esforços da ABRASCO neste momento de pandemia. Citou a publicação da nota “Para defender a vida e o Pantanal”, disponível no site da ABRASCO, e da *live* do dia 13/10/2020, sobre saúde pública e coletiva no Pantanal, disponível no canal da ABRASCO no *YouTube*. Em seguida, pontuou as duas dimensões sobre a questão da saúde e o tema do Pantanal. Disse que a primeira dimensão está restrita aos impactos mais diretos, agudos ou crônicos para a saúde pública, provocados pelos incêndios, desmatamentos, poluição, entre outros e pela insegurança alimentar a eles associada. Informou que a segunda dimensão está associada à determinação socioambiental da saúde, que envolve o entendimento das causas de fundo, riscos e vulnerabilidades que agravam os quadros de morbimortalidade das pessoas e populações. Visto de outra perspectiva, afirmou que se trata dos processos que a sociedade promove e que a tornam mais saudável, ambientalmente sustentável e socialmente justa. Informou, em seguida, que as queimadas não só agravam os problemas respiratórios, como também intensificam as internações e as mortes, e que estudos epidemiológicos em breve demonstrarão a dimensão dessa gravidade sobre as populações mais afetadas. Sobre os efeitos crônicos, citou o fato de a poluição conter particulados cancerígenos e que, em médio e longo prazos, com o agravamento das queimadas, haverá aumento de certos tipos de câncer nas populações afetadas. Após, disse que as ondas de calor agravam os problemas de saúde, principalmente dos grupos mais vulneráveis. Acrescentou que o calor e a fumaça se ampliam e atingem áreas mais densamente povoadas, inclusive Corumbá. Mencionou ainda as queimadas e o calor produzido da Amazônia, que atingem outras regiões e cidades do país fora da

Região Centro-Oeste. Alertou sobre as condições precárias e de estresse em altas temperaturas, relativas aos bombeiros, brigadistas e voluntários, e que há casos graves de internação por falta de EPI's e de apoio adequado. Afirmou, em seguida, que a tragédia é simultaneamente ecológica, social, sanitária e democrática e que os desastres estão relacionados com: o modelo de desenvolvimento neoextrativista, relativo à hiperexploração do trabalho humano e dos recursos naturais; a volúpia do agronegócio, em especial com o modelo agrícola baseado nos monocultivos de grande extensão, voltados ao capim, pecuária e grãos, sobretudo a soja; e a megamineração, com tragédias como a de Mariana e Brumadinho, e a do recente derramamento de petróleo no litoral nordestino. Alertou que esse modelo de desenvolvimento tem vulnerabilizado não somente os ecossistemas, mas também as populações, em especial as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, e os agricultores familiares, afetando seus modos de vida, sua segurança e sua soberania alimentar, “o que caracteriza uma prática de racismo ambiental”. Nesse contexto, leu o trecho final da nota da ABRASCO e disse que se não houver a discussão de outro modelo de desenvolvimento, os problemas serão continuados e agravados. Em suas considerações finais, defendeu uma grande articulação - nos âmbitos federal, estadual e municipal para a defesa da saúde, da vida e da sustentabilidade – nas questões relativas ao Ministro do Meio Ambiente, às legislações não cumpridas e ao orçamento. Propôs também a defesa das universidades e instituições como a FIOCRUZ e o respeito aos povos e comunidades tradicionais. Finalizou ao propor um modelo sustentável de desenvolvimento, uma bioeconomia, uma sociedade agroecológica, um modelo de agricultura que conviva com os biomas e ecossistemas, um modelo de economia nas cidades que se articule com os ecossistemas e com o campo.

A **Sra. Márcia Chame**, Chefe da Biodiversidade da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, destacou que as mortes dos animais – foi possível contar 14 antas adultas carbonizadas em uma área de 2 quilômetros (quadrados) - mostram o rompimento de toda a cadeia alimentar que comprometerá o processo de restauração do Pantanal, causando impactos importantes na saúde e na economia. Ressaltou que os acontecimentos de

hoje no Pantanal são resultantes das mudanças climáticas e das intervenções humanas nas cabeceiras dos rios, nas matas ciliares, nos assoreamentos. Sugeriu planejamento de Estado para médio e longo prazos, com o acolhimento de estudos de diversas naturezas. Demonstrou preocupação com a saúde das pessoas que estão no combate, as comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas. Disse que os problemas de saúde também acometem os animais silvestres e de criação, concluindo que a saúde deve ser pensada de maneira integrada. Citou a temperatura de 49 graus no interior do MT e que nas áreas de fogo as temperaturas chegam a 800 graus. Afirmou que, a até um 1 centímetro da terra, as temperaturas alcançam 55 graus, impedindo a proteção dos animais, que não conseguem escavar nem se esconder. Nesse contexto, alertou para a perda da microbiota do Pantanal, dos estoques de sementes, o que trará uma restauração com arranjo biológico bastante diferente do atual e que deve ser monitorado. Informou que o calor traz a queima pulmonar, que leva a fibrose, a qual, por sua vez, causa um processo de morbidade das pessoas e dos animais, de longo prazo, que também deve ser incluído na avaliação do impacto das queimadas. Ressaltou, ainda, o processo de acúmulo de cinzas, brancas e negras, com a chegada das chuvas. Explicou que a branca vem da primeira queima e a negra, da queima total, que se torna completamente mineralizada. Acrescentou que haverá impactos na criação de alevinos e na piscicultura. Lembrou que o Pantanal é a maior área alagada das Américas, grande bolsão de hidratação da América do Sul e que compartilha os seus efeitos com outros países. Em seguida, tratou da questão da zoonose e a necessidade de estudar-se o deslocamento das espécies para as áreas não queimadas, onde vivem pessoas e existem atividades agropecuárias. Citou o aumento de raiva transmitida por morcegos e a hantavirose, já acompanhado na Amazônia. Ressaltou que as próximas chuvas criarão brotamento de gramíneas utilizadas para o pasto, gramíneas exóticas, que, por sua vez, provocarão aumentos de populações de algumas dessas espécies. Destacou que essa questão diz respeito diretamente à vigilância em saúde, a ser integrada com as questões ambientais, sendo também necessário integrar a saúde silvestre à saúde humana. Em seguida, disse que estudos recentes da FIOCRUZ mostram, no Bioma Pantanal, 16 espécies de vírus com

potencial médico e 6 espécies desconhecidas da ciência, cujos impactos são desconhecidos. Após, propôs uma avaliação imediata dos impactos diretos, indiretos, crônicos e agudos na saúde humana em grupos específicos, e a ampliação da vigilância de epizootias em toda a área do Bioma. Pontuou que já trabalham com a Coordenação de Vigilância do Ministério, mas que é preciso capilarizar para os Estados, para os Municípios e para a sociedade. Acrescentou que a FIOCRUZ dispõe de um aplicativo por meio do qual qualquer pessoa pode ajudar no monitoramento, e apontou para a necessidade de uma rede de informação e de dados de amostras biológicas. Alertou para o rompimento da barreira biológica de agente infeccioso para a população humana (*spillover*), informando que o Brasil até o momento importa doenças e não as exporta. Alertou, no entanto, para a perspectiva de fatores que desestruturam os ecossistemas e promovem esse rompimento. Ressaltou a necessidade de apoio e integração para estudos que demandam trabalhos de campo exaustivos e bases laboratoriais complexas, que necessitam de insumos e de pessoas. Finalizou, afirmando que o Brasil não deve ficar na dependência de insumos biológicos de outros países. Em suas considerações finais disse que há uma proposta de trabalho de avaliação de impacto imediato, de curto e longo prazos sobre as populações. Em relação às zoonoses, destacou que é uma questão de emergência e há necessidade de estruturação de bancos de amostras, desenvolvimento de indicadores e de modelos de previsão. Citou os modelos de febre amarela, que possuem 30 mil parâmetros e fatores socioambientais para a investigação das causas de surtos da doença. Acrescentou que se usam também informações da sociedade, das pessoas, dos Enfermeiros Clínicos Especialistas-ECEs. Reforçou que o SUS deve ser compreendido como uma rede de trabalhos que trazem benefícios, e não só como hospital ou posto de saúde. Destacou o trabalho de vacinação da febre amarela por zoneamento na Região Sul a partir do uso de modelos complexos e metodologias diversas. Informou também que haverá abrangência de outras enfermidades, como raiva, hantavírus, doença do Oeste do Nilo. Acrescentou, em seguida, que estão buscando parcerias com as universidades estaduais, a UFMT e as unidades regionais da EMBRAPA porque se trata de uma questão integrada. Defendeu a utilização de dados georeferenciados, que permitirão o

uso de diversas ferramentas tecnológicas. Sugeriu a mudança dos modelos econômicos e disse que há outros caminhos que podem ser lucrativos, não somente no aspecto financeiro, mas também em termos de qualidade de vida. Finalizou ao dizer que o Brasil deve se estruturar, entender a microbiodiversidade e a identificação de patógenos, e trabalhar com o planejamento do uso do solo, da terra e dos recursos nacionais.

Após as falas e questionamentos da Deputada Professora Rosa Neide (PT/MT), Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), Deputado Alexandre Padilha (PT/SP), os convidados fizeram suas considerações finais, já resumidas acima.

8.9 O IMPACTO DA CRISE HÍDRICA NA REGIÃO PANTANEIRA

Convidados:

- Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho, Superintendente de Operação e Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA;
- Alberto Setzer, Representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE;
- Maicon Eirolico Veber, Representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE;
- José Renato Fialho, Superintendente de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ;
- Áurea da Silva Garcia, Diretora Geral da Mulheres em Ação no Pantanal - Mupan;
- Rubem Mauro, Representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá;
- Karina Ocampo Righi Cavallaro, Docente da UFMS e integrante do Comitê de Bacia do Rio Miranda;
- Vicente Andreu Guillo, especialista;
- Luciana Ferraz, membro do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas - FONASC.CBH.

Data: 15/10/2020

O Sr. **Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho**, Superintendente de Operação e Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, informou que a ANA mantém uma rede hidrometeorológica em todo território nacional. Relatou a ocorrência de eventos raros em regiões como a do Alto Paraguai, no Pantanal, e da Bacia do Rio Iguaçu, na Região Sul, que vive o pior momento de todos os períodos registrados. Anunciou a instituição da Sala de Crise do Pantanal – Alto Paraguai, que congrega especialistas da área de meteorologia, recursos hídricos e área sociais. Cientificou que com a baixa dos níveis, “nós temos, por exemplo, problemas com a questão da navegação; problemas com o abastecimento das cidades; e, se não tomarmos medidas adequadas, como o rebaixamento das bombas que captam água nas cidades, podemos ter problemas na sequência. Isso já é uma condição que acontece no Pantanal: a chegada de cinzas nos rios no período de águas altas”. Também avisou que a ANA decidiu que manterá a sala de acompanhamento e monitoramento da região do Pantanal, mesmo após a crise atual, visando a realização de discussões sobre medidas de médio e longo prazo. Finalizou sua fala destacando as incertezas sobre o futuro da região pantaneira, tendo em vista que “quando vier a recuperação, nós não sabemos em que patamar pode vir. Ela pode vir num patamar menor do que aquele em que nós já praticamos no passado, devido a várias questões ambientais que estão assolando a todos nós, inclusive essas questões de mudanças climáticas”.

O Sr. **José Renato Fialho**, Superintendente de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, ratificou a importância das salas de crise, destacando-as como fóruns para resolução de conflitos e planejamento da utilização de recursos hídricos. Destacou os potenciais dos rios pantaneiros para o desenvolvimento de hidrovias. “Na hidrovia Paraguai, nós temos um importante transporte de cargas entre um trecho que chamamos de trecho baixo do rio, que é em Corumbá, quando a hidrovia, o rio sai do território brasileiro e entra no território paraguaio, na foz do Rio Apa. Então, temos essa movimentação. Minério de ferro é o principal produto. No Tramo Norte, entre Corumbá e

Cáceres, apesar de ser um trecho com capacidade de navegação, as condições de navegabilidade impedem uma navegação de comboios com capacidade de carga maior. Então, temos baseado o transporte de cargas no Tramo Sul. Esse transporte, infelizmente, é muito inferior à potencialidade da hidrovia”. Informou que nos últimos anos houve um decréscimo na movimentação hidroviária na região, atribuindo isto a estratégias comerciais, principalmente, do setor mineral. Comunicou que as hidrovias têm potencial para escoar cargas do agronegócio, sendo substitutas potenciais para as rodovias, oferecendo benefícios socioambientais para a região. Todavia, considerou que eventos como os incêndios no Pantanal em 2020 trazem receios ao empreendedor, que dificilmente mudará a sua logística de transporte para um modal com risco de interrupção por questões climáticas.

O Sr. **Alberto Setzer**, representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, apresentou imagens que demonstram as detecções de focos de incêndio concentrados, principalmente, no Parque Nacional do Pantanal Matogrossense e no território indígena guató. Destacou a precisão do sistema de detecção e informou que tecnicamente já está disponível toda tecnologia para fornecer dados visando o combate de focos de incêndio e prevenção de crises climáticas. Nesse sentido, enfatizou a necessidade de maior iniciativa institucional e política para enfrentar o problema. Apresentaram dados demonstrando que o ano de 2020 já está sendo o pior ano da série histórica iniciada em 1998, em relação à quantidade de focos de incêndio.

O Sr. **Maicon Eirolico Veber**, representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, informou que a distribuição da precipitação mensal na região pantaneira está abaixo da média em boa parte dos últimos dez anos, e destacou, também uma anomalia na temperatura este ano.

A **Sra. Áurea Da Silva Garcia**, Diretora Geral da Mulheres em Ação no Pantanal – Mupan, informou que o Pantanal é a maior área inundável por água doce do planeta. Não obstante, enfatizou a necessidade de avaliar a qualidade da água disponível no Pantanal, principalmente, água potável.

Lembrou que “as áreas úmidas fazem parte de todo um contexto e há a necessidade de complementação, porque são muitas interconexões. E essa área tem alguns marcos regulatórios, alguns reconhecimentos, como o da Reserva da Biosfera, o dos Sítios Ramsar e o título de patrimônio nacional, juntamente com outros territórios”. Advertiu que algumas comunidades tradicionais têm dificuldade de acesso a água potável. Nesse sentido, apresentou o Programa Corredor Azul, que visa o fortalecimento de comunidades locais e enfatiza a recuperação e cuidado de nascentes.

O **Sr. Rubem Mauro**, representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá, destacou a necessidade de racionalizar a construção de reservatórios. Observou que o reservatório da UHE, por exemplo, propiciou uma melhoria significativa no nível do Rio Cuiabá no período de seca. No entanto, considerou problemática a inserção de novas modificações no regime hídrico dos rios formadores do Pantanal. Defendeu a visão de que as secas na região são cíclicas, citando o período de seca extrema que aconteceu entre 1963 a 1973, quando ainda não havia grandes problemas ambientais na região do Pantanal, Amazônia e Cerrado. Declarou que encontrou evidências históricas dos ciclos na região pantaneira, que se remetem a ocorrências no século XIX. Criticou os reservatórios das hidrelétricas, que interferem o regime hídrico e o nível dos rios. Comunicou que a ocorrência do fenômeno La Niña, como reportado pelo prof. Luiz Carlos Molion, traria uma probabilidade grande de seca forte na região pantaneira este ano, mas também poderia ser o prenúncio de um período mais longo de estiagem, como foi na década de 60. Criticou a ação antrópica danosa na região. Exemplificou citando o rio Bento Gomes, que abastecia o município de Poconé, afetado pela atividade de mineradoras na região. Soma-se a isso a drenagem de várzeas do Rio Piranema para plantio de capim para gado. Enumera ainda um terceiro elemento que poderia ter trazido danos ao rio Bento Gomes, que seriam as roças dos quilombolas em trechos que prejudicam as matas ciliares. Com relação aos incêndios, defendeu a utilidade da pecuária para contenção de incêndios e criticou as proibições impostas aos pantaneiros. “Houve essa proibição ao homem pantaneiro. Proibiram-no de fazer a limpeza

e retirar árvores invasoras, principalmente o cambará, o pombeiro, a canjiqueira — essas não são invasoras, mas se multiplicaram. Também é o caso do quebra-laço, do algodoeiro. O pantaneiro não pôde limpar a área, porque várias proibições aconteceram, feitas por pessoas que desconhecem a realidade do Pantanal. Para que pudesse fazer isso, você tinha que montar um processo e dar entrada num órgão ambiental. Depois de 5 anos, com certeza, alguém que não conhece o Pantanal diz para esse fazendeiro: "Não pode!" Ocorreu isso em muitas fazendas".

O sr. **VICENTE ANDREU GUILLO**, especialista, informou sobre a sua experiência em crises hídricas no Brasil, como as inundações no Rio Madeira e as crises no Sistema Cantareira. Advertiu que os nossos recursos hídricos são frágeis diante das mudanças climáticas. Advertiu para os limites do uso de estatísticas para a avaliação de novas crises hídricas, tendo em vista que os rios estão profundamente alterados, principalmente pela operação das usinas hidrelétricas. "Se é verdade que os grandes reservatórios têm uma importância grande no processo de gestão das secas nas grandes bacias brasileiras, onde esses reservatórios existem, não é menos verdade, em certa medida, que as crises são acentuadas pela operação dos reservatórios". Citou como exemplo disso a crise identificada no rio São Francisco a partir de 2012. Defendeu a necessidade de integrar áreas de conhecimento para melhor lidar com as futuras crises hídricas. No entanto, observou que o cenário atual está se caracterizando por uma maior fragmentação. Considerou ainda a limitação dos modelos disponíveis atualmente para operação das bacias. "Na verdade, nós operamos as bacias em função da água que existe, com previsão, por exemplo, de 7 dias, de 14 dias. Essas previsões não são sustentáveis para uma operação preventiva nas bacias hidrográficas. Isso não é simples. Por quê? Qual é a confiabilidade que você vai ter ao restringir eventualmente um uso em função de uma previsão de seca daqui a 6 meses e essa seca não acontece, assim como todas as suas consequências? Então, o aprimoramento e a integração da gestão das bacias com previsões climáticas mais seguras são fundamentais". Destacou a necessidade de valorização de instrumentos de planejamento, em especial, os planos de recursos hídricos e

os planos de bacia. “A Bacia do Paraguai tem um plano de recursos hídricos muito recente, aprovado no começo de 2018. É um estudo que condensa as informações dos diversos setores, mas é muito frágil. Ele é muito poderoso do ponto de vista técnico, mas é muito frágil do ponto de vista político, porque esse plano não se desdobra em obrigações futuras, vou chamar assim, compromissos mais fortes, dos diversos agentes econômicos e políticos”. Sugeriu que o Congresso Nacional aprovasse e transformasse em lei os planos de recursos hídricos das grandes bacias nacionais. Propôs também que o processo de gestão nas bacias fosse participativo, por meio de Comitês de Bacia Hidrográfica. Recomendou o retorno da ANA e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos ao Sistema Nacional do Meio Ambiente. “Não há a menor racionalidade, a não ser a de fragmentar e quebrar essa visão integradora, a permanência do sistema de recursos hídricos no Ministério do Desenvolvimento Regional. Aliás, se olharmos para os grandes problemas do Brasil — seja na área urbana, com a poluição, seja na área rural, com o uso indiscriminado da água, porque a água tudo suporta —, veremos que eles são originários dessa visão utilitarista da água, por meio da qual pode-se usar a água, que ela suporta tudo, que não há problema algum”. Concluiu sua fala criticando as pequenas centrais hidrelétricas instaladas na Bacia do Paraná, as quais não tem função significativa na segurança energética do país, mas impactam negativamente a segurança hídrica. “Se olharmos os números, o total de empreendimentos, hoje — cerca de 50 empreendimentos e mais de 120 que estão previstos na bacia —, produzem 1.200 megawatts. Não que 1.200 megawatts não sejam importantes, mas é possível conseguir isso através da repotencialização das usinas existentes, das energias alternativas”.

A **Sra. Débora Calheiros**, especialista, destacou a importância hídrica da região do Pantanal, que está sendo extremamente afetada por atividades agropecuárias desempenhadas nas áreas de planalto. “É uma junção das planícies de inundação de todos os rios formadores, e as nascentes de todos os rios formadores estão na área de planalto, que drenam para o Pantanal, que drenam para a planície. O que está acontecendo aqui na parte alta, como já colocaram? O uso extremo da agropecuária”. Ressaltou que na

parte alta do planalto, que circunda o Pantanal, há áreas de recarga dos aquíferos e de afloramento dos aquíferos subterrâneos. Portanto, são regiões que abastecem os rios com o seu nível basal, principalmente na seca. Segundo a palestrante, a instalação de hidrelétricas na área de planalto é outra grande ameaça à segurança hídrica da região. “Já existem nove hidrelétricas de grande porte — no total, são 47, com previsão de 180”. Conclui afirmando que essas alterações antrópicas na região têm provocado “a entrada de sedimentos, a entrada de processos erosivos, a entrada de agrotóxicos, a influência de alteração de cada curso de inundação de cada rio em função da construção de hidrelétrica. E para conservar o Pantanal, a Planície Pantaneira, eu tenho que conservar o Planalto”. Por esse motivo, considera um equívoco separar a região em planalto e planície, tendo em vista a relação estreita que guardam entre si. Considerou também crítica a situação do desmatamento na região, que se encontra em ritmo crescente. “Nós estamos, no Planalto, com um nível de desmatamento de 60% a 80%. Aqui na região de Cáceres, aqui na região de Miranda, nós temos já níveis de 80% de desmatamento, nas sub-bacias”. Criticou a supressão das gramíneas nativas, as quais estão sendo substituídas por braquiária, que é espécie exótica utilizada sem critérios técnicos. Discordou da visão apresentada pelo sr. Rubem Mauro, que defendeu a tese do “boi bombeiro”. Segundo a participante, o incêndio começou fora da área de unidade de conservação e que há relatos da Polícia Federal de incêndios criminosos. Recomendou a prática do fogo na região, desde que respeitadas questões técnicas, lembrando na ocasião que a própria EMBRAPA aconselha o seu uso. Informou que o índice de poluição atmosférica e o fornecimento de água potável estão prejudicando as comunidades ribeirinhas. Informou da atuação junto ao Comitê Nacional de Zonas Úmidas, ressaltando a recomendação para se evitar a navegação no Tramo Norte, contrariando a proposta apresentada pela ANTAQ. “Nós temos uma série de trabalhos científicos e da luta da sociedade civil da região, inclusive de todos os países da Bacia do Prata, contra o projeto de hidrovia na região, principalmente no Tramo Norte, porque é a área mais sensível do Pantanal [...] nós temos aqui os impactos no trecho mais restrito, mais protegido da bacia, que é o trecho entre Cáceres e Corumbá, onde o rio tem cerca de 80 metros de largura apenas, é

extremamente meândrico e é uma área extremamente importante para a manutenção da hidrodinâmica do sistema rio abaixo”.

Após as falas e questionamentos dos **Deputados e Deputadas, Professora Rosa Neide** (PT/MT), **Nilto Tatto** (PT/SP), **Ivan Valente** (PSOL-SP), os convidados fizeram suas considerações finais.

8.10 TUTELA DO MEIO AMBIENTE: ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Convidados:

- Sr. Luciano Furtado Loubert, Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental do Ministério Público do Mato Grosso do Sul – MPMS;
- Sr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe, Procurador de Justiça de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística do Ministério Público do Mato Grosso – MPMT;
- Sr. Leonardo de Faria Galiano, Procurador da República da 4ª Câmara do MPF - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural;
- Sr. Felício Pontes Júnior, Procurador Regional da República da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais;
- Sr. Walter Mendes, Coordenador Geral de Fiscalização Ambiental do Ibama;
- Sr. Ricardo Vianna Barreto, Chefe do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama;
- Sr. Neurilan Fraga, Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios — AMM;
- Sr. Renan Sotto Mayor, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Data: 21/10/2020

O **Sr. Luciano Furtado Loubert**, Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental do Ministério Público do Mato Grosso do Sul – MPMS, afirmou que todos devem trabalhar “juntos na defesa desse patrimônio nacional, previsto pela Constituição Federal, que é o Pantanal” e que, se houve um ponto positivo na tragédia, foi chamar a atenção para a importância do bioma. Relatou que “desde 2004, o Ministério Público vem fazendo planejamentos de atuação na área ambiental para a defesa do Pantanal” e que é preciso prestar atenção também “no assoreamento nos rios da Bacia do Alto Paraguai”. Destacou que “o Ministério Público, há muitos anos, criou o Projeto SOS Rios, que trata da recuperação das nascentes, onde estão mais de 4 mil propriedades cadastradas com o trabalho de recuperação de APP, de conservação de solo, tudo isso para tentar evitar esse problema”. Apontou que

outro problema é o desmatamento, e que o Ministério Público, desde 2008, criou um controle do desmatamento por satélite, que, hoje, é feito bimestralmente, em parceria com outras instituições. Chamou a atenção para o fato de que no pantanal não há uma legislação protetiva, como na Amazônia, onde a Reserva Legal é de 80%, e na Mata Atlântica, onde o desmatamento é muito restrito. Citou que, no Pantanal, há autorizações de desmatamento acima 20 mil hectares. Na questão das queimadas, disse que o papel do Ministério Público está mais na responsabilização cível e penal. Destacou que, como na seara penal a responsabilidade é subjetiva, a responsabilização é bastante difícil. Apontou que o sistema de comando controle encontra-se muito ineficiente, pelo que preciso “buscar formas de valorizar as áreas protegidas e as áreas naturais do Pantanal, seja por meio de uma valorização da pecuária extensiva em capim nativo, para que isso seja mais rentável e não precise substituir, seja com compensações de reserva legal no Pantanal para criar áreas protegidas”. Destacou também ser muito importante que se ouça a comunidade científica, e que desde 2004, no primeiro planejamento, “os cientistas alertavam que, com essas mudanças climáticas, o cenário futuro seria cada vez pior, com cada vez mais enchentes muito grandes ou secas muito grandes no Pantanal”. Afirmou que o Ministério Público irá levantar as causas e os danos, para melhor buscar uma forma de trabalhar para o futuro. Ao final sugeriu: que, por ser difícil retirar recursos do orçamento, deve se destravar os recursos da Lei do Snuc e dos programas das conversões de multas; que se elabore uma legislação específica para o Pantanal e na questão do uso do fogo; que se faça uma política articulada entre MS e MT; que se efetivem os incentivos à produção de forma tradicional; que se fortaleça os comitês interinstitucionais de prevenção e combate aos incêndios; que se tenha a contratação de brigadistas nos Estados e Municípios. Em suas considerações finais, destacou que o Pantanal “é um bioma conjunto em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e também no Paraguai e na Bolívia”. Disse que tem tecnologia para saber onde começou o fogo, e que, no caso de Mato Grosso do Sul, a parte dos perímetros externos nas propriedades é muito delimitada no Cadastro Ambiental Rural, mas, em razão de ser a responsabilidade penal subjetiva, a punição nessa seara é complicada. Criticou o art. 38, §3º, Código

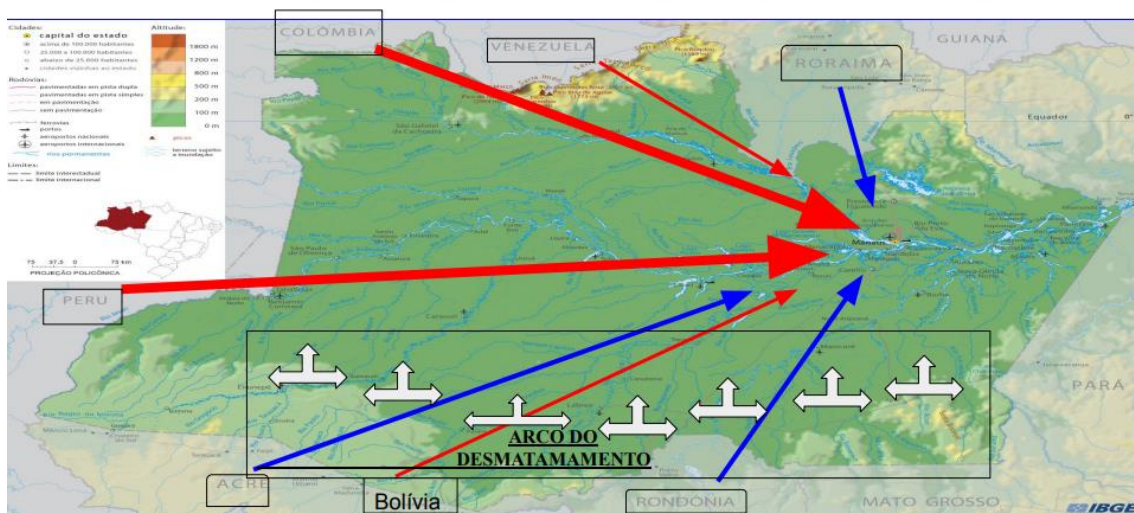
Florestal, ao exigir a comprovação do nexos causal. Destacou, quanto à responsabilidade civil, que “ainda que o fogo tenha começado em outra propriedade, é obrigatória a recuperação da área que pegou fogo; ela é *propter rem*, ou seja, ainda que o fogo ocupe uma propriedade e que não tenha sido colocado pelo dono, ele é obrigado a recuperar aquela área”. Afirmou que, ao que tudo indica, 90% dos fogos se iniciaram no pantanal sob ação humana, mas que desconhece qual o percentual que se iniciou para abertura de pastagens, ainda não estando clara essa questão.

O **Sr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe**, Procurador de Justiça de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística do Ministério Público do Mato Grosso – MPMT, relatou que os procuradores do MT e MS, agora de uma forma mais orgânica, estão buscando uma atuação conjunta. Ressaltou a importância das audiências para aumento da compreensão da necessidade do meio ambiente. Destacou que a função articuladora é fundamental para que se diminua a necessidade da atuação repressiva. Destacou que em MT já se encontra em atividade o Programa Satélite Alerta, que é feito junto com o INPE, no qual se produz imagens e relatórios técnicos, a serem enviados aos promotores (voltado à Amazônia) e que também existem os programas Olhos da Mata (voltado ao sul de MT) e Águas para o Futuro (voltado a áreas urbanas), no qual se busca levantamento e recuperação das nascentes. Destacou, ainda, que o MPMT é também filiado ao subprograma dentro do programa REM, no qual se comprometeu diminuir o desmatamento em troca de recursos de bancos de desenvolvimento britânico e alemão. Destacou que há a CEDIF onde se reúnem todos os entes que trabalham com desmatamento e incêndios, sendo que, na crise, todos se voltaram para os incêndios. Apontou, que, somados, já se tem mais de um bilhão de reais e 200 mil multas aplicadas, sendo que “parte dessas multas é enviada à importante Delegacia do Meio Ambiente”, que passa por reestruturação e melhoria. Apontou que os esforços estão sendo feitos, que, embora haja contrariedades com a Sema, ela está atuando, assim como o exército, mas que “muita gente chegou atrasada”. Afirmou que estão trabalhando com a Universidade Federal de Mato Grosso, com a Prefeitura de Lucas do Rio Verde e com o Governo do Estado, com a

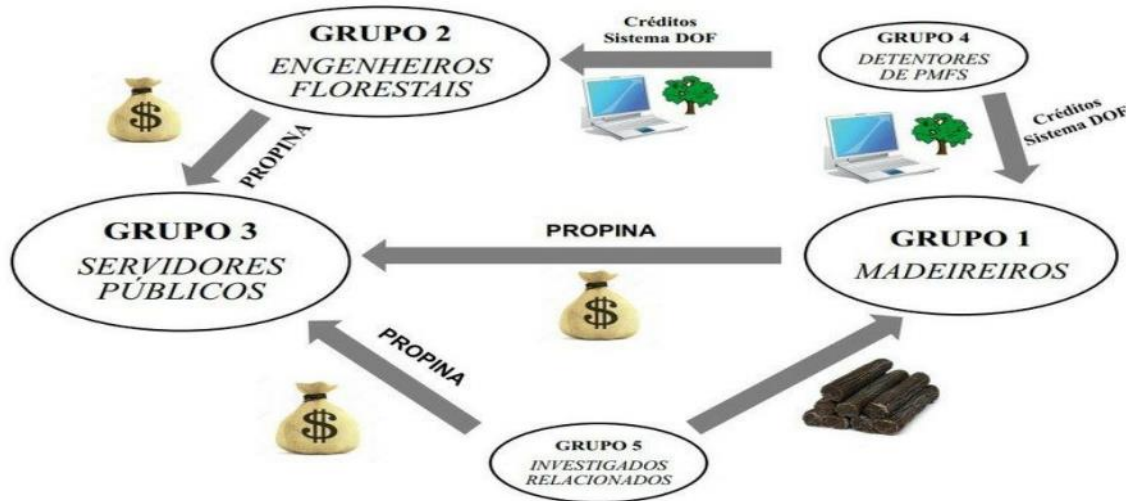
SEMA, em São três frentes de construção: “de um centro de pesquisas, que já está instalado, para proteção e atendimento animal, com hospital veterinário; de um centro de triagem, com ambulatório, em Lucas do Rio Verde”; e de uma construção “no próprio Centro Político e Administrativo de Cuiabá”. Afirmou que essa tragédia também chamou a atenção para a fauna, facilitando a destinação de recursos para melhoria de entidades afins e centros de tratamentos de animais. Ao final disse que “a proposta feita por Mato Grosso do Sul é muito relevante, pelo Ministério Público, a de fazermos uma coordenação, que ainda está para ser montada, para supervisionarmos e organizarmos a estratégia de defesa da Amazônia e do Pantanal”. Em suas considerações finais, afirmou que o Ministério Público “está conectado”, por meio da Abrampa e da Rede Latino-Americana com Ministério público de outros países, mas que existem dois outros agentes: o Judiciário e o Executivo. Em sua visão, no Judiciário há uma cultura civilista que prejudica a assimilação da função social da propriedade. Em suas palavras, “há o ingresso de uma mentalidade, de um exercício ideológico, de uma falsa linha de pesquisa no Direito para poder embutir teses que, na verdade, são antagônicas ao meio ambiente, não são de sustentabilidade. Não há essa inocência ou essa vontade. Há uma disposição de destruir”. Destacou que “há um movimento nacional (...) de retirada dos Ministérios Públicos dos Conselhos (...), do IBAMA e do Conselho da Amazônia”, e que “quando este Governo entrou, demitiu 12 membros do Conselho Federal de Educação, todos de alta qualidade, e colocou pessoas de entidades privadas”, o que representariam políticas equivocadas. Destacou “a presença magnífica, participativa e aceita das ONGs por causa da crise”. Apontou que há um decreto do governo permitindo o uso do “correntão”, o que é um absurdo, e que “se o Poder Executivo é tomado, como disseram os Deputados, nós do Ministério Público ficamos sem instrumentos, sem meios”. Afirmou que a pecuária extensiva “é um crime hoje em dia”, pois “há tecnologia para fazê-la de forma intensiva”. Para finalizar, disse que se deveria “radicalizar essa democracia e aumentar e valorizar mais a participação popular séria nos órgãos, com mais comitês de bacias hidrográficas”.

O Sr. **Leonardo de Faria Galiano**, Procurador da República da 4ª Câmara do MPF - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, iniciou apresentando os estágios de destruição da Amazônia: corte seletivo, corte raso, “limpeza” para utilização e abandono do solo, levando a um “risco iminente de um processo de desertificação e de savanização da Amazônia”. Após, passou a apresentar a operação “Arquimedes”, conduzida no estado do Amazonas, mas com repercussão em outros estados da região norte. Pontuou que o preço da madeira brasileira é muito baixo, não gera nenhuma renda para as populações impactadas e os devidos benefícios ao Estado. Em suas palavras, “o Estado brasileiro, pelo fato de parte dessa exploração madeireira ser clandestina, não se beneficia com o recolhimento de impostos, dos tributos daí decorrentes. Isso acaba trazendo um impacto econômico, pois é uma atividade bilionária para as pessoas que se dedicam de forma criminosa à exploração da madeira do Brasil”. Afirmou que tem ocorrido tratativas de cooperação internacional com países consumidores da madeira. Disse que a operação Arquimedes conta com tecnologia avançada e com a presença estatal nos portos de concentração de exploração da madeira. Somente na primeira apreensão foram 10 mil metros cúbicos de madeira já beneficiada, o que significa 1.500 quilômetros se enfileiradas as peças. Destacou que o porto de Manaus é basilar à região (consoante ilustrado na imagem seguinte), pelo que a presença da fiscalização no mesmo é essencial.

Portos de Manaus/AM: ponto estratégico de fiscalização

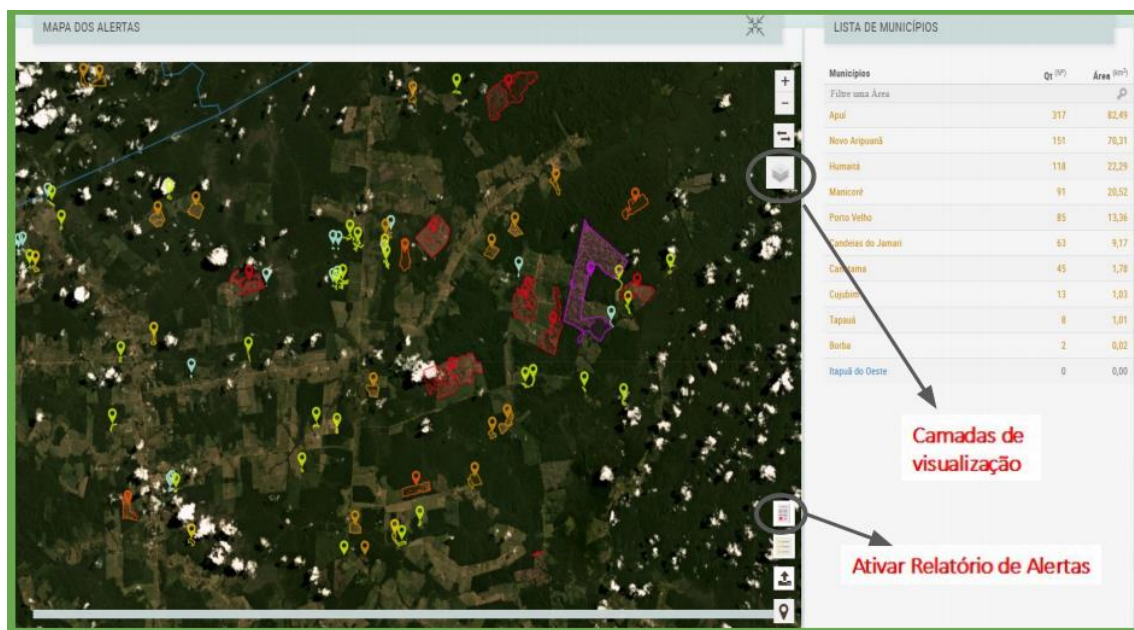


Afirmou que, geralmente, utiliza-se o próprio sistema DOF para “esquentar” a documentação, com participação de servidores e engenheiros florestais, tanto do Ibama quanto do órgão estadual.



Disse que a descoberta dos delitos envolve perícias não só volumétricas, mas também de espécie da madeira declarada no documento em comparação à transportada, bem como da origem do produto, via sensoriamento remoto. Afirmou que “para essas técnicas de investigação, tanto a de sensoriamento remoto (...) quanto a de rastreabilidade do local de extração da madeira por isótopos estáveis, foram adquiridos equipamentos estrangeiros da Alemanha que só existem aqui no Amazonas para fazer essa análise dos isótopos estáveis e para verificar se a área declarada pelo explorador é realmente a área de onde é extraída aquela espécie transportada”, e que também são utilizados “marcadores químicos”. Afirmou ser a rastreabilidade da extração madeira no Brasil razoavelmente satisfatória, porém, “a partir do momento em que o exportador dessa madeira a despacha para o comércio exterior, toda essa rastreabilidade, infelizmente, tem sido perdida, ou seja, essas informações não têm sido aproveitadas pelos órgãos fiscalizadores estrangeiros”, pelo que “seria muito interessante pensar-se na construção de uma ferramenta que permitisse a integração para a geração de alerta de risco”. Afirmou que, a partir do rastreamento, investigações e procedimentos estão sendo instaurados e, consegue-se identificar a autoria de

uma forma muito boa. Destacou várias outras funções importantes do uso de imagens de satélite (controle do desmatamento, queimadas, acompanhamento de obras públicas, rastreamento de drogas, entre outras), ressaltando a importância do contrato entre o Ministério da Justiça e a empresa Planet, para obtenção dessas imagens. Destacou que a polícia federal, a partir das imagens de satélite, tem um sistema de alerta de desmatamento, por um sistema de polígonos, exemplificado na imagem abaixo:



Apontou a recomendação conjunta n. 01/2020, FT Amazônia e Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas, destacando a importância também da atuação dos órgãos estaduais e o investimento de recursos financeiros para melhor estruturação dos órgãos ambientais como um todo.

Ao final, apresentou dados sobre desmatamento e queimadas na região amazônica, destacando um crescimento significativo no ano de 2020.

Evolução Mensal das Queimadas

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	TOTAL
2019	35	90	114	10	21	57	1.371	6.668	3.026	318	11.710
2020	197	73	77	12	15	122	2.119	8.030	4.271	1.087	16.002
Varição (%)	463%			20%		114%	55%	20%	41%	241,32%	36,61%

Citou “a Operação Curuquetê II, com o objetivo de combater o desmatamento ilegal e as queimadas, com a participação de diversos órgãos, inclusive do Exército Brasileiro, da Polícia Federal, do IBAMA, do ICMBio. Afirmou que, em uma evolução comparativa da Operação Curuquetê I, no ano de 2019, com a Curuquetê II, do ano de 2020, percebeu-se, até o mês de setembro, “uma evolução muito significativa do quantitativo de áreas embargadas: elas passaram de 3 milhões e 700 mil, em 2019, para 29 milhões e 900 mil, no ano de 2020”. Citou, também, o Fórum de Logística Reversa, que diz respeito a coleta seletiva e das cooperativas de recicladores, algo “essencial para a preservação da Amazônia”. Apontou “o Fundo Amazônia, o BNDES e a eficiência das doações internacionais para a prevenção e o combate ao desmatamento da floresta”, dizendo que “existe um inquérito civil instaurado na Procuradoria da República do Amazonas para apurar essa questão”.

Citou o Projeto Amazônia Protege, “com milhares de ações propostas, que pleiteia uma indenização de 5 bilhões de reais dos desmatadores”. Ao final sugeriu que, na reforma tributária, se vincule as questões tributárias aos incentivos fiscais ambientais. Sugeriu, ainda, o tombamento do “Encontro das Águas”, “que também é uma questão que está posta no Supremo Tribunal Federal, a exemplo do Fundo Amazônia”. Em suas considerações finais, apontou que “com relação aos dez *hotspots*, que seriam os pontos estratégicos de fiscalização na Amazônia brasileira, trazido pelo colega Felício, eu coloquei no chat que conseguimos apenas a implementação de um deles, o GIASE, uma unidade da Polícia Federal alocada em Santo Antônio do Matupi, um polo

madeireiro extremamente importante, com problemas ambientais e indígenas enormes, entre os Municípios de Apuí e Humaitá, no sul da Amazônia, justamente no arco do desmatamento”. Disse que a GLO “trouxe um apoio importante do ponto de vista da presença estatal na Amazônia”. Disse que, em relação as multas, são muitos autos de infração, mas que não refletem os devido efeitos práticos, pois muitas vezes são lavrados contra “laranjas”, sem viabilidade de execução patrimonial do real responsável pela área. Disse que foi externado pelo Ministro do Meio Ambiente que seria tomada uma iniciativa de reforço da fiscalização nos principais portos do Brasil. Por fim, disse ser tecnicamente possível expandir os programas de monitoramento via satélite a outros biomas, como, por exemplo, o cerrado.

O **Sr. Felício Pontes Júnior**, Procurador Regional da República da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, ressaltou a importância da Comissão e do Relatório para que se conheça as causas e consequências da tragédia dos incêndios, de grande complexidade. Destacou que, no início do ano, já havia sido identificados pelo IBAMA 10 pontos, que chamou de *hotspots*, com maior incidência do desmatamento, constantes do Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental (PNAPA 2020). Juntas, elas respondem por 60% da degradação ambiental da Amazônia. Disse que, se esses dados fossem utilizados no início do ano, poder-se-ia ter um desmatamento 60% menor, mas que, ao contrário, estima-se que houve um desmatamento 30% maior que no ano anterior, o que foi “uma tragédia para todos nós”. Sobre as regiões, esclareceu: “em primeiro lugar, vem a região de Altamira, Terra Indígena Ituna/Itatá, Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio, todas elas no Pará Essa microrregião amazônica congrega essa terra indígena muito peculiar a todos nós, a Ituna/Itatá, a mais desmatada do ano passado, porque, Deputada, é a terra indígena que abriga índios isolados. (...) A segunda região que eu gostaria de destacar é a de São Félix do Xingu, também no Pará. A terceira região é a chamada região polarizada de Porto Velho, que engloba Cujubim, Nova Mamoré e Buritis, todas no Estado de Rondônia. A quarta

região é a de Ponta do Abunã e Boca do Acre, que fica ali na tríplice divisa, como nós dizemos na Amazônia, entre Rondônia, Acre e Amazonas. A quinta é uma região do Amazonas especialmente em voga, porque está no noticiário quase todos os dias: Apuí, Santo Antônio do Matupi e Realidade, na BR-319. A sexta região é a de V.Exa., onde V.Exa. tem uma atuação muito forte: Juína, Aripuanã, Colniza, Guariba e Guará, localizada onde nós chamamos de noroeste do Estado de Mato Grosso. A sétima região, também no Estado do Pará, engloba os Municípios de Rurópolis, Trairão e Uruará. A oitava região, também no Estado do Pará, engloba Novo Progresso, Moraes de Almeida e Castelo dos Sonhos, na BR-163. A nona região é Sinop, no Mato Grosso. E a décima região, também no Mato Grosso, é a de Alta Floresta, Paranaíta, Apiacás, Nova Bandeirantes, que nós chamamos na região — todos que a conhecem — de Nortão”. Reafirmou que essas dez regiões já estavam mapeadas e o Ministério Público esperava operações que estabelecessem bases nessas regiões, mas que não houve medidas protetivas, mesmo diante do Decreto para garantia da lei e ordem (Decreto 10.341, de 2020), que previa a utilização das forças armadas para a questão ambiental. Disse que o próprio MMA projetava queda no desmatamento da Amazônia no ano de 2020, porque iria responder a esses compromissos, mas não foi o que se viu, não se cumprindo a promessa de reduzir o desmatamento, prevista na “Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e, mais especificamente, o Acordo de Copenhague, de 2009, e o Acordo de Paris, de 2015”. E afirmou, “a União falava no Plano Nacional de Contingência e de Fiscalização Ambiental”, mas que esse plano “não prevê que atividades fiscalizatórias serão mantidas, quais serão priorizadas e que medidas serão adotadas para assegurar a continuidade das atividades de comando e controle”. Afirmou que esse plano não substituiu o citado PNPA, “o que ele proporcionou foi uma diretriz para que as estratégias alternativas fossem implementadas sob a batuta da Diretoria de Proteção Ambiental”, mas “que, em 2020, mais precisamente em abril deste ano, durante a pandemia, houve troca do titular dessa diretoria, que era fundamental para as ações fiscalizatórias na Amazônia”. Ponderou que o Ibama não tem assento no Conselho Nacional da Amazonia. Asseverou que o “Gabinete de Prevenção e Controle do

Desmatamento e das Queimadas — infelizmente, essa é a grande constatação deste ano — se restringiu à edição do Decreto nº 10.341, de 2020”. Ressaltou que em todos os 10 *hotspots* há populações indígenas e tradicionais. Asseverou que a medida para Garantia da Lei e da Ordem chegou “2 meses atrasada em relação à pandemia da Covid-19”, mas que contribuiu para a queda, em termos absolutos, do desmatamento na Amazônia entre agosto a outubro de 2019”. Disse que, pela GLO, o Ibama e o Icmbio estão sujeitos às Forças Armadas, quando essas deveriam entrar como apoio e não como protagonistas, pois não possuem a formação técnica e o *know how* para tal. Afirmou, no que tange especificamente ao ICMBio, que “houve o cancelamento de quatro ações fiscalizatórias neste ano e o remanejamento de outras tantas operações que nós nem sabemos o número”. Em síntese, afirmou “que nem as ações do IBAMA, nem as ações do ICMBio, nem as ações das Forças Armadas foram capazes de produzir bons resultados, foram capazes de minorar esses ilícitos ambientais no contexto pandêmico vivenciado atualmente no Brasil” e que “o que é mais constrangedor nessa constatação é que não faltaram recursos”, pois “a GLO deste ano possui a previsão de gastos em torno de 63 milhões de reais”. Em suas considerações finais destacou que fizeram recomendações ao Ibama para que “levasse a cabo essa fiscalização” nos 10 *hotspots*, mas que não foi feito. Quanto ao tema, apontou: “Nós tivemos que entrar com uma ação judicial, que teve êxito em uma tutela antecipada, provisória, concedida pela Justiça Federal do Amazonas. A ação foi assinada por dezenas de Procuradores da República que atuam na Amazônia e teve êxito em primeira instância. Ocorre que o Governo recorreu, por mais improvável que fosse, para que não fizesse essas ações de fiscalização. E ele utilizou um instrumento da época da ditadura militar, chamado suspensão de segurança, onde nem se discute o mérito da ação, e a apreciação é feita pelo Presidente do Tribunal Regional Federal de 1ª Região, em Brasília. O Governo Federal obteve êxito nisso. A justificativa do Presidente era de que o Ministério Público estava entrando, junto com o Judiciário, num campo de ação específico, exclusivo do Executivo, e, portanto, havia a violação do princípio da separação de Poderes. Nós não concordamos com isso porque toda a jurisprudência vai no sentido de que, quando se trata de violação de direitos

fundamentais, não se pode utilizar o princípio da separação de Poderes para frear, para não legitimar, para não respeitar direitos fundamentais.” Apontou também que há uma ação de improbidade administrativa contra o Ministro do Meio Ambiente, não tendo o juízo de 1ª instância acatado seu afastamento, razão pela qual deve haver recurso. Ressaltou, por fim, o papel das organizações não governamentais, citando como exemplo um programa de prevenção do fogo na Terra Indígena do Xingu, “fundamental para que nós não tivéssemos neste ano uma tragédia maior ainda”.

O **Sr. Walter Mendes**, Coordenador Geral de Fiscalização Ambiental do Ibama, Destacou que estão atuando da melhor forma possível e que fez anotações importantes das informações passadas em audiência, para repassá-las ao Diretor de Proteção Ambiental. Após, passou a palavra ao Sr. Ricardo.

O **Sr. Ricardo Vianna Barreto**, Chefe do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, disse que existem 3 entidades oficiais para combater incêndios florestais: “A primeira é o ICMBio, responsável por combater incêndios florestais tanto dentro das unidades de conservação quanto dentro da zona de amortecimento, a zona definida de acordo com o plano de manejo, nas unidades de conservação. É aquela zona externa. A segunda é o IBAMA, instituição na qual eu sou atualmente chefe do PREVFOGO. O IBAMA é o responsável por combater incêndios florestais nos assentamentos; nas zonas de amortecimento, em conjunto com o ICMBio; nas unidades de conservação, em conjunto com o ICMBio; e nas terras indígenas. Além disso, damos apoio aos Estados. A terceira instituição legalmente responsável por combater incêndios são os Corpos de Bombeiros comunitários dos Estados”. Afirmou que hoje se observa que há grande dificuldade de deslocamento em áreas inóspitas, destacando “a falta de apoio aéreo”. Disse que “a maioria dos incêndios é causada por ação pessoal direta”. Destacou haver no Ibama hoje 1319 brigadistas no Ibama; que acredita haver um contingente semelhante no ICMBIO; e que, juntamente com os Corpos de Bombeiros esse número ultrapassa os 10 mil. Ressaltou ser

importante a criação de brigadas, treinadas e chefiadas pelos Corpos de Bombeiros e que é preciso fortalecer instituições estaduais, Icmbio e Ibama. Disse ser importante a contratação temporária de brigadistas para períodos mais críticos. Destacou que a atuação deve ser técnica e que “essas brigadas, repito — e é uma sugestão do PREVFOGO —, devem ficar atreladas aos Corpos de Bombeiros, pois o combate ao fogo é missão dos Corpos de Bombeiros, legal e constitucionalmente falando”. Em suas considerações finais, destacou que “este foi um ano atípico, pois houve grandes incêndios no mundo todo. Para se ter uma ideia, a Estação Ecológica Serra das Araras, em Mato Grosso, não pegava fogo há 30 anos. Portanto, a quantidade de material orgânico ali era muito grande e a intensidade da chama foi muito alta”. Apontou que há um trabalho conjunto entre União e Estados, intitulado Comando Unificado, que utiliza de uma ferramenta chamada Sistema de Comando de Incidentes, oriunda do Serviço Florestal Americano. Destacou que há um relatório feito a cada 24 horas, chamado Plano de Ação Incidente, no qual se coloca tudo que será empregado no dia seguinte, visando otimizar recursos da União e do Estado.

O **Sr. Neurilan Fraga**, Presidente da Associação Matogrossense dos Municípios — AMM, disse que essa tragédia já estava anunciada, prevista, e que o governo nada fez para que isso fosse evitado. Em suas palavras: “Era claro, era anunciado, o Governo tinha conhecimento disso, e o mais lamentável é que tinha dotação orçamentária e financeira para evitar esse desastre no bioma amazônico, no entanto, praticamente nada se fez”. Disse que os incêndios tem uma série de causas “como a falta de manejo do gado, proporcionando o aumento da biomassa, e a seca extrema, que colaborou muito com a ocorrência desses incêndios”, sendo também ponto pacífico que o pantanal vem secando há muito tempo, situação que não começou agora e é decorrente do mau uso, em especial da falta de cuidado das nascentes que produzem água para o Pantanal e que se localizam no planalto, onde há praticamente 40 municípios produtores de água. Afirmou a necessidade de se investir em programas de recuperação de nascentes e produção de água. Destacou que, nos próximos 4 anos, ter-se-á um sistema de

chuvas muito parecido com o de 2020. Em suas palavras “não adianta colocar gado no Pantanal para diminuir a biomassa e fazer outras intervenções pontuais, se não se trabalhar a questão dos recursos hídricos para fazer a água chegar lá”. Afirmou que no planalto “queimou muito mais que no próprio Pantanal” e que a cabeceira do Rio Paraguai foi destruída pelos incêndios, assim como as nascentes do Rio da Casca, do Rio Manso e do Rio Cuiabá. Destacou também o problema do assoreamento, em razão das atividades agrícolas que vem sendo desenvolvidas nas suas margens. Algumas atividades econômicas devem ser restringidas e “por essa razão, dentro desses programas de recuperação e preservação teríamos que trabalhar as alternativas econômicas para dar sustentabilidade às pessoas que ali estão, porque nós temos que levar em consideração também quem mora na região. Temos que levar em consideração as pessoas que trabalham na região: os ribeirinhos, os pescadores, os indígenas, os quilombolas e também os empresários, que têm atividades em áreas como o turismo, o agronegócio e a prestação de serviço”. Destacou que as prefeituras não possuem equipamentos suficientes para atender a pedidos de levar água a animais, sendo também preciso pensar na reestruturação das prefeituras. Defendeu a existência de brigadas municipais, desde que aparelhadas e treinadas, supervisionadas pelo corpo de bombeiros. Alertou novamente para o fato de que, nos próximos 4 anos, ter-se-á estiagem muito parecida, não se devendo “fazer como o Governo Federal, que, sabendo que havia dez regiões na Floresta Amazônica já anunciadas como regiões de risco, nada fez”.

O **Sr. Renan Sotto Mayor**, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, destacou a importância da Comissão e as dificuldades que surgem como fruto de uma política ambiental equivocada. Destacou que, quando em Cuiabá vivenciou os impactos da fumaça. Pontuou que CNDH deve, em breve, votar uma resolução sobre a questão, a ser encaminhada para a Comissão.

Ao final, fizeram o uso da palavra, para ponderações e questionamentos, o Dep. Ivan Valente, o Dep. Paulo Teixeira, o Dep. Nilto Tatto, o Dep. Paulo Teixeira e a Dep. Prof. Rosa Neide.

8.11 ARTISTAS E PERSONALIDADES EM DEFESA DOS BIOMAS BRASILEIROS.

Convidados:

- Almir Sater;
- Dira Paes;
- Letícia Sabatella;
- Lucélia Santos;
- Luis Nassif;
- Marcos Palmeira;
- Mateus Solano;
- Rainer Cadete;
- Renato Braz;
- Tetê Espíndola;
- Thaila Ayala;
- Thiago Lacerda.

Data: 29/10/2020

No início da reunião foi efetuada a leitura de uma carta assinada pelos Parlamentares que compõem a Comissão, dirigida aos artistas brasileiros.

Carta aos Artistas

Emprestem suas vozes e sua arte ao Pantanal

O Brasil e o mundo encontram-se estarrecidos com os incêndios sem precedentes que se alastram pelos biomas brasileiros.

As lágrimas escorreram com a combinação do dia do fogo para destruir a Amazônia com a mais recente destruição do Pantanal, em um cenário em que recordes históricos

de desmatamento e incêndios são ultrapassados dia após dia. O nosso Cerrado também não é poupado, lócus do nascimento dos rios que banham o Pantanal; hoje, com suas cabeceiras assoreadas e desmatadas, também a pedir socorro.

Como nos orienta o Papa Francisco: cuidar da casa comum é compromisso de todos e todas. E, portanto, não é possível aceitar milhões de hectares queimados, milhares de animais virando cinzas, secas intensas, incêndios criminosos, sinais invertidos e omissão do poder público, matérias (biomassa) carbonizadas carregadas para os rios, ataques ao trabalho científico, povos originários e tradicionais duramente afetados.

É preciso formar uma ampla consciência social chamando a responsabilidade da opinião pública, com vigor, para esta realidade.

A participação de pessoas amplamente reconhecidas na sociedade por sua atuação — artistas, atletas, intelectuais e várias outras personalidades — é fundamental para chamar a atenção da população e articular forças vivas da sociedade para pressionar, reivindicar e reforçar o compromisso do poder público com soluções sustentáveis para nossos biomas, para garantir ajuda emergencial, para prevenir novos incêndios e para restaurar os quilômetros e quilômetros destruídos.

Com artistas e as mais variadas personalidades engajadas, certamente lançaremos luzes sobre os problemas e, de forma coletiva, enfrentaremos as causas e consequências dessa tragédia e, principalmente, disporemos de soluções dialogadas e pactuadas, com responsabilizações claras, para que as tragédias não voltem a se repetir.

Nossos artistas e personalidades brasileiras abraçam o Pantanal. Abraçam a causa de defesa de nossos biomas! Serão embaixadoras e embaixadores de uma causa comum.

O **Sr. Almir Sater**, destacou que “não dá para a dizer quem foi o culpado disso (das tristes imagens mostradas no vídeo)”, pois “são vários fatores”, sendo o Pantanal “um lugar em que morremos afogados nas águas e morremos de sede na seca, ou queimados”. Destacou que os “heróis que vieram para ajudar a pagar nosso fogo – vieram do Piauí, de diversos lugares do Brasil – merecem realmente todo o nosso apoio, a nossa consideração, o nosso respeito, porque esse é um trabalho de heróis”.

A **Sra. Tetê Espíndola**, disse estar chocada e que sua maior preocupação é com a fauna e com a flora, ressaltando que a recuperação da fauna será mais difícil. Entoou uma canção chamada “Adeus Pantanal”.

A **Sra. Lucélia Santos** disse ser realmente um sofrimento insuportável vivenciar as consequências da tragédia para os animais. Disse que “todo o sistema protetor do meio ambiente está sendo desmontado de uma forma criminosa, de uma forma irreversível”.

O **Sr. Marcos Palmeira** disse que é preciso pensar em que ambiente queremos viver, o que estamos buscando como sociedade de consumo. Disse ser “impossível não falar de um Ministro do Meio Ambiente que odeia o meio ambiente”. Ressaltou a importância do trabalho dos brigadistas. Questionou “o Brasil vai perder a chance, mais uma vez, de ser o País do futuro ambientalmente, de forma sustentável, com produção de alimento de verdade?”. Questionou o sistema brasileiro de exportação de *commodities* e a falta de uma política indigenista definida.

O **Sr. Renato Braz** leu a letra de uma música de Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, chamada Borzeguim.

A **Sra. Edmara Barbosa**, disse que não dá para “tirar o peso da política de tudo que está acontecendo nos dias de hoje e também do mau uso do solo, do mau uso das águas”. Pontuou que “não dá para sabermos ao certo

onde começou, mas a verdade é que o fogo se alastrou de maneira terrível, dizimando a fauna, dizimando a flora, dizimando as áreas indígenas, por exemplo”. Ressaltou que há tecnologia para uma produção mais sustentável, a exemplo da agroflorestal. Destacou que “o artista tem que sair da área em que grava, deixando um legado à comunidade e dando-lhe visibilidade, para, do lado de cá, entendermos o que acontece”.

A **Sra. Preta Ferreira** disse que é necessário “comunicar à população — numa linguagem mais simplificada para que as pessoas entendam — que, automaticamente, queimando as florestas, ela está se matando”.

O **Sr. Reiner Cadete** pontuou que “nós somos a natureza” sendo equivocado pensar que “a natureza está lá e que vamos salvá-la”. Ressaltou, também, que “a relação que os povos indígenas têm com a natureza não é de extração, é uma relação humanizada”.

A **Sra. Vera Baggetti** cantou uma música intitulada Pantanal-Solidão.

A **Sra. Zuleica Arruda** disse ser necessário “inteligência emocional” e lembrou Manoel de Barros: “No Pantanal ninguém pode passar régua. Sobremuito quando chove. A régua é existidura de limite. E o Pantanal não tem limites”.

A **Sra. Dira Paes** disse que a união de artistas e parlamentares com causas humanistas e ambientais representa “uma equação de força e de resistência para que consigamos fazer valer as nossas expectativas de sobrevivência”.

A **Sra. Letícia Sabatella** disse ser importante que se preste atenção na questão do “marco temporal”, a ser novamente julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Destacou que o ser humano não se dissocia da natureza. Pontuou: “é preciso que haja um exercício cidadão em que vamos combater fake news e trazendo a verdade, trazendo o enfrentamento dessa dificuldade, de fato, e não a negação das dificuldades, como a negação de uma pandemia, como a negação de um modo de vida que pode ser sustentável e que pode

sustentar muito melhor a nossa subsistência, que é uma alimentação que não dependa de agrotóxicos em excesso, de tanto envenenamento, de tanta monocultura, e que destrói totalmente toda a diversidade, toda a fala, toda a língua, toda a arte”.

O **Sr. Thiago Lacerda** disse: “Parece-me que existe algo realmente muito terrível operando no Brasil, tal como essa negligência com os ecossistemas, com os biomas — não só o Pantanal, mas estamos aqui para falar do Pantanal. Parece-me que o impacto disso todos nós sofreremos por muitos anos, por muito tempo”. Pontuou que estão todos comovidos, sensibilizados e à disposição.

O **Sr. Luis Nassif** chamou a atenção para um grande pensador polonês, Ignacy Sachs, segundo o qual “com o etanol você pode ter produção em pequenas propriedades, uma produção de energia que garantia aquela pequena propriedade e criava um mundo — a Internet não estava tão ampla — mostrando como você poderia deixar a cidade e voltar para o campo”. Pontuou o ideal “reencontro com os valores fundamentais da criação humana, esse reencontro com a família, com o conceito de amizade e tudo mais”.

9 EVENTOS EXTERNOS

9.1 DILIGÊNCIA AO PANTANAL

<p>Participantes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dep. Professora Rosa Neide (PT-MT), Coordenadora da Diligência;• Dep. Rodrigo Agostinho (PSB-SP), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara;• Dep. Nilto Tatto (PT-SP);• Dep. Paulo Teixeira (PT-SP);• Dep. Professor Israel Batista (PV-DF);• Dep. Dr. Leonardo (Solidariedade-MT).
<p>Data: 19 e 20 de setembro de 2020</p>

Comissão Externa da Câmara dos Deputados

RELATÓRIO DA DILIGÊNCIA IN LOCO AO PANTANAL

Dias 19 e 20 de setembro de 2020

Participantes

- Dep. Professora Rosa Neide (PT-MT), Coordenadora da Comissão
- Dep. Rodrigo Agostinho (PSB-SP), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara
- Dep. Nilto Tatto (PT-SP)
- Dep. Paulo Teixeira (PT-SP)
- Dep. Professor Israel Batista (PV-DF)
- Dep. Dr. Leonardo (Solidariedade-MT)

Sábado 19 de setembro de 2020

7h30 – Batalhão do Corpo de Bombeiros em Cuiabá -MT. Saída para Poconé (viagem de 100 km)

- A Comitativa com os seis deputados federais que integram a Comissão Externa da Câmara de acompanhamento e investigação das queimadas no País, se encontrou com os senadores Welington Fagundes (PL-MT), Jayme Campos (DEM-MT) e Carlos Fávaro (PSD-MT) que integram Comissão Externa do Senado, que tem a mesma finalidade.

Do Batalhão se deslocaram para Poconé-MT, acompanhados dos representantes do governo de Mato Grosso: secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho; secretária de Meio Ambiente, Mauren Lazaretti; e secretário de Segurança Pública, Alexandre Bustamente.

O reitor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Professor Evandro Soares, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Mato Grosso, Leonardo Campos; cerca de 20 jornalistas da imprensa de Mato Grosso, representantes de Organizações Não Governamentais e entidades também integraram a comitativa.

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (AL-MT), Eduardo Botelho (DEM), o presidente da Comissão de Meio Ambiente da AL-MT, deputado Carlos Avalone (PSDB), os deputados estaduais, Valdir Barranco (PT), Lúdio Cabral (PT) e Wilson Santos (PSDB), também integraram a comitativa.

A diligência in loco das duas comitativas ao Pantanal contou com suporte logístico do Corpo de Bombeiro de Mato Grosso, cujo comandante, coronel Alessandro Borges Ferreira, também acompanhou os parlamentares.

9h30 – Visita ao Posto de Atendimento a Animais Silvestres (PAEAS) – KM 17 da Estrada Parque Transpantaneira

Recepção - Prefeito de Poconé, Tatá Amaral (DEM), autoridades locais, brigadistas, biólogos, veterinários e voluntários recebem a comitativa no PAEAS.

Coronel Barroso – Líder das equipes de bombeiros militares e voluntários que estão há dois meses atuando na região, o coronel disse que os combatentes estão pedindo doações financeiras para a sociedade civil para auxiliar no resgate de animais feridos pelo fogo e na compra de alimentos, como frutas, porque os incêndios além de destruírem a flora e a fauna deixaram sem comida os animais que sobreviveram.

O coronel também pediu que o Estado providencie um Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para os animais silvestres.

O coronel disse que os alimentos que estão sendo distribuídos aos animais ao longo do pantanal estão sendo arrecadados por voluntários nas cidades de Cuiabá e Poconé.

Relatou ainda que os animais em estado mais grave estão sendo atendidos pelo Hospital Veterinário da UFMT, e informou que estão fazendo vaquinhas e leiloando obras doadas por artistas locais para arrecadarem fundos para que possam continuar o trabalho. “Falta estrutura”, disse.

Biólogas e Veterinárias, que atuam no Posto informaram que muitas espécies, principalmente de pequenos animais, correm risco de desaparecer devido ao fogo. Destacaram também o grande desequilíbrio ambiental que ocorrerá principalmente nos estoques de peixes.

11h21 – Hotel Mato Grosso Pixaim – KM 45 da Estrada Parque Transpantaneira

- Os coordenadores das Comissões Externas fizeram discurso informal para os participantes da diligência, cerca de 100 pessoas ao todo.

- **Senador Wellington Fagundes** – informou que a Comissão do Senado é composta pelos 03 senadores de Mato Grosso, pelos 03 senadores de Mato Grosso do Sul, pelo senador Esperidião Amim (PP-SC) e pelo senador Fabiano Contarato (Rede-ES).

O senador disse que a Comissão do Senado fará trabalho conjunto com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso e com a Comissão da Câmara dos Deputados de escuta da população que vive no Pantanal

O objetivo da Comissão do Senado é criar o Estatuto do Pantanal, norteados pelos marcos do Código Florestal. O pantanal como um todo, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul precisam de uma legislação única que garanta a prevenção, para que essa tragédia não se repita – disse Wellington Fagundes.

- **Deputada Professora Rosa Neide** – agradeceu a presença dos secretários de Estado presentes (Mauren Lazaretti, Mauro Carvalho e Alexandre Bustamante); agradeceu a vinda a Mato Grosso dos deputados Rodrigo Agostinho, Nilto Tatto, Paulo Teixeira, Professor Israel Batista e a participação na diligência do deputado do Estado Dr. Leonardo; agradeceu ao prefeito Tatá Amaral pela acolhida; e agradeceu aos deputados estaduais.

A deputada disse que conversou com o senador Wellington Fagundes para que as duas Comissões façam trabalho conjunto. Relatou que apresentou na segunda-feira (14.09.2020), Requerimento para instalação da Comissão Externa da Câmara, que foi autorizada na quinta-feira (17.09.2020) pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e que a diligência in loco é a primeira ação da Comissão.

A deputada citou que o objetivo da visita ao pantanal é verificar a situação do bioma, a extensão dos danos provocados pela seca e pelas queimadas e ouvir os moradores: fazendeiros, seguimento do turismo (proprietários de pousadas), população tradicional, povos originários (indígenas), quilombolas e associações de pequenos produtores.

A comissão também colherá subsídios de pesquisas da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Faremos um trabalho preventivo, mas também de responsabilização para que essa tragédia de 2020 não se repita em 2021.

-Deputado estadual Eduardo Botelho – presidente da Assembleia Legislativa informou que a Casa de Leis contratou um estudo da Embrapa sobre manejo sustentável do Pantanal. Segundo ele, além da questão da seca e do fogo, os pantaneiros passam por situação de dificuldade econômica para se manterem em suas propriedades.

- **Deputado estadual Carlos Avalone** – disse que a diligência estava dando um choque de realidade nos presentes e que a AL e as duas Comissões do Congresso trabalharão em conjunto visando o aprimoramento da legislação para o bioma.

- **Comandante do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul, Joilson Alves do Amaral** – Relatou que dos 155 mil KM2 do Pantanal, 65% fica em Mato Grosso do Sul e 35% em Mato Grosso. Dessa área total do bioma, cerca de 20% já foi consumida pelo fogo. Os focos de calor estão fora de controle estamos lutando para salvar os 80% restantes do bioma, resgatar animais e proteger a vida dos moradores.

13h30 – Audiência da Comissão Externa do Senado – Transmitida ao vivo pela TV Senado

Presentes Remotamente

Senador Nelsinho Trad

Senadora Simone Tebet

Senadora Solange Lopes

Senador Fabiano Contarato

Senador Wellington Fagundes

Senador Carlos Fávaro

Senador Jayme Campos

Deputada Federal Professora Rosa Neide

Deputado Federal Rodrigo Agostinho

Deputado Federal Paulo Teixeira

Deputado Federal Nilto Tatto

Deputado Federal Professor Israel Batista

Deputado Federal Doutor Leonardo

Deputado Estadual Eduardo Botelho

Deputado Estadual Valdir Barranco

Deputado Estadual Lúdio Cabral

Deputado Estadual Carlos Avalone

Deputado Estadual Wilson Santos

Representante do Trade Turístico do Pantanal – Leopoldo Nigro (proprietário do Hotel Mato Grosso Pixaim)

Presidente do Sindicato Rural de Poconé – Tico de Arlindo

Presidente da Associação de Criadores do Cavalo Pantaneiro – Cristovão da Silva

Chefe do Estado Maior da Marinha – Alexandre José Gomes

Presidente da OAB-MT – Leonardo Campos

Comandante do Corpo de Bombeiros de MT – Alessandro Borges

Comandante do Corpo de Bombeiros de MS – Joilson do Amaral

Secretária de Estado de Meio Ambiente de MT – Mauren Lazaretti

Secretário de Estado de Segurança Pública - Alexandre Bustamante

Secretário-chefe da Casa Civil do governo de Mato Grosso – Mauro Carvalho

Doutora em Áreas Úmidas – Cátia Nunes da Cunha

Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária – Francisco Cavalcanti de Almeida

Reitor da UFMT – Evandro Soares

Superintendente do IBAMA-MT – Gibson Almeida

- **Senador Jayme Campos** – o homem pantaneiro está abandonado pelo governo federal e pelo governo estadual. Cobrou investimentos do governo federal e estadual para recuperação da renda das fazendas devido às queimadas; e das pousadas, que segundo o senador já estavam quebradas devido à pandemia de covid-19 e a situação ficou pior com os incêndios. Os R\$

10 milhões que o governo federal anunciou que vai liberar não é nada perto das demandas que estamos vendo aqui no Pantanal.

- **Senador Carlos Fávaro** – disse que as autoridades precisam ser proativas, com o Pantanal assim como foi no caso da Covid-19. Tenho projeto de lei para utilizar aviões agrícolas no combate a incêndios.

- **Deputada Professora Rosa Neide** – Citou o Requerimento 2369 de 2020 de sua autoria que foi acatado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para criação da Comissão Externa. Leu os nomes dos 20 deputados e deputadas que compõe a Comissão.

A Comissão fará trabalho conjunto com a Comissão do Senado em parceria com AL-MT, UFMT, UNEMAT, IFMT, Ibama, ICMBio e demais entidades. Faremos o relatório da diligência a partir da escuta o homem pantaneiro e da mulher pantaneira.

Rosa Neide agradeceu aos Bombeiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a Defesa Civil de Mato Grosso e voluntários que estão há dois meses na linha de frente do combate ao fogo e no resgate aos animais. A Comissão da Câmara fará seu trabalho com o objetivo de que as queimadas de 2020 no Pantanal não se repitam.

- **Secretário da Casa Civil, Mauro Carvalho** – disse que o governo do Estado disponibilizou todos os recursos disponíveis para o combate às chamas no pantanal. E agradeceu a diligência das Comissões do Senado e da Câmara.

- **Presidente da AL-MT, Eduardo Botelho** – disse que a Assembleia fará trabalho conjunto com as Comissões da Câmara e do Senado. Disse que o Parlamento Estadual contratou estudos da Embrapa para verificar a possibilidade de plantio de novas gramas em pastagens de fazendas no Pantanal para retomada do fortalecimento da criação de gado, no bioma.

- **Pecuarista no Pantanal e diretor da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Cristóvão Afonso da Silva** – não foram os criadores de gado pantaneiro que colocaram fogo no pantanal. Foram pessoas que trouxeram um modelo de desenvolvimento econômico para cá, há 25 anos, que não é o nosso. Precisamos de dinheiro para recuperar nossos empreendimentos e recuperar o pantanal. O pantaneiro (fazendeiros/pecuaristas) está pobres e arrasados. Precisamos de crédito e apoio financeiro.

- **Deputado Federal Paulo Teixeira** – Cumprimentou o senador Wellington Fagundes por promover a audiência do Senado no meio do Pantanal. Cumprimentou os demais parlamentares e presentes no nome da deputada Rosa Neide. Disse que há 12 anos esteve em Poconé, no Sesc Pantanal, onde discutiu-se como preservar o Pantanal. Após o debate levou os subsídios para a Câmara onde propôs utilizar os recursos do Pré-sal para investimentos em proteção ao meio ambiente.

Mudamos um marco regulatório do petróleo e com o regime de partilha garantimos recursos do fundo do pré-sal para o Pantanal e Amazônia. A lei de partilha foi mudada no governo Temer e o meio ambiente perdeu os recursos do Pré-sal.

Disse que antes de chegar em Mato Grosso estava nessa semana ajudando a combater incêndios em seu Estado, São Paulo, na região de Águas da Prata. O aumento dos incêndios no Brasil é consequência também do aquecimento global. Em 2009, o país teve cerca de 1.800 focos de calor, em 2019 já foram mais de 31.000. Em 2020 já temos 51.000.

Disse que a seca e as queimadas no Pantanal tem como causas, o aquecimento global, a falta de chuvas e o problema do desmatamento e das queimadas na floresta amazônica

O deputado disse que a situação do Pantanal exige ação imediata para apagar os incêndios. Por isso disse que está faltando um ator nesse esforço: o governo federal. A Força Área Brasileira (FAB) precisa encaminhar os aviões hércules para apagar os incêndios no pantanal

Após o combate de todos os focos de incêndio é preciso construir com os pantaneiros um programa de recuperação do bioma e prevenção.

- **Presidente do Trade Turístico do Pantanal da região da transpantaneira e proprietário do Hotel Mato Grosso Pixaim, Leopoldo Nigro** – Depois de todo esse fogo e com a pandemia de covid-19, esse é o dia mais importante e feliz para o Pantanal. Precisamos de ações rápidas e foco do governo federal e estadual para com o pantanal.

Entregou um documento assinado pelos representantes do setor: turístico, da Pecuária e da Pesa. Disse que eles sabem o que fazer para preservar o Pantanal.

Disse que os voluntários que estão combatendo o fogo no Pantanal são os empresários setor do turismo e os fazendeiros.

- Comissão Externa do Senado também recebeu documento assinado por 40 mulheres pantaneiras.

16h30 – Deputados Professora Rosa Neide, Nilto Tatto, Paulo Teixeira e Professora Israel Batista e senadores Wellington Fagundes e Carlos Fávaro embarcaram no Helicóptero da Marinha para sobrevoar as área atingidas pelas queimadas no Pantanal, município de Poconé (MT).

17h – **Os parlamentares desembarcaram no Sesc Pantanal, na localidade Porto Cercado, à 30 km da cidade de Poconé.**

No local se reuniram com bombeiros e brigadistas e foram informados das ações que estão sendo realizadas no combate às chamas.

Há 170 homens atuando na Operação, 02 aviões, quatro carros pipa e 10 camionetes.

18h30 – **Encerrou-se a diligência da Comissão Externa do Senado.**

22h – **Reunião dos Deputados Federais com proprietários de pousadas, fazendeiros e pesquisadores. Local: Pousada Piuval, km 07 da estrada parque transpantaneira.**

- **Fazendeiro Ricardo Arruda** – relatórios do Corpo de Bombeiros apontam que o fogo começou por ação humana. Disse que apenas 14% do gado pantaneiro está no pantanal. É a maior seca da história. Tem 57 anos de idade e nunca viu a Baía do Cavalo Marinho que tem 300 metros de comprimento secar e este ano secou.

- **Pesquisadora, doutora do Instituto Nacional de Áreas Úmidas, professora aposentada da UFMT, Cátia Nunes da Cunha** – Trabalha com o Centro de Pesquisa do Pantanal, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Fez o relato de suas pesquisas no bioma e defendeu que os campos do pantanal sejam recuperados. Defendeu a técnica do fogo controlado para recuperação dos campos necessários para a criação do gado pantaneiro. O foco de sua pesquisa refere-se a invasão de plantas estrangeiras no bioma, como o cambará.

- **Luiz Vicente, membro da Associação Civil de Ecoturismo no Pantanal (Ecopam)** – se considera como integrante dos povos tradicionais do Pantanal porque a família de seu pai está na região desde o século 18. Defendeu a volta da criação do gado Tucura no Pantanal. Podemos trabalhar o desenvolvimento econômico no Pantanal, mas com preservação e cuidado com o meio ambiente.

- **Braulio Carlos, membro da Associação Civil de Ecoturismo no Pantanal (Ecopam)** - disse que os integrantes da Ecopam estão neste momento combatendo o fogo voluntariamente no km 140 da estrada parque Transpantaneira.

O Parque Nacional Encontro das Águas na região de Porto Jofre queimou porque não tem Plano de Manejo.

Criticou a legislação ambiental do Estado de Mato Grosso, que segundo ele inviabiliza atividades econômicas no pantanal. Hoje a Sema-MT nos multa se fizermos acero nas cercas das propriedades para impedir a propagação do fogo.

Disse que a fumaça das queimadas no Pantanal, em outros anos já provocaram o fechamento do aeroporto Marechal Rondon, Cuiabá mais vezes do que este ano de 2020.

Disse que a Mídia dá destaque apenas aos animais mortos pelos incêndios, mas em nenhum momento abre espaço para que os fazendeiros e proprietários de pousadas falem de seus prejuízos, provocados pelos incêndios.

Com a seca no Pantanal é preciso que haja investimento para manejo do território.

Defendeu atividade econômica no pantanal com gado, fogo controlado para limpeza de pastagens e turismo.

- André Pirolí, mora no Pantanal de 1996 – cria roteiros de eco-turismo no Pantanal principalmente para turistas estrangeiros.

Pediu olhar urgente do poder público para a região. Disse que a Sema-MT está sendo o principal empecilho aos moradores do pantanal. Disse que a região conta com inteligência de famílias tradicionais que vivem na região há 200 anos.

Disse que querem desenvolver economicamente o Pantanal, mas para isso cobrou política de crédito, para investimentos no gado e no ecoturismo.

Aqui já teve seca e queimadas. Não é a primeira vez que isso ocorre. Com a chuva essa situação vai passar.

Cobrou participação nas ações que a Comissão Externa da Câmara vai tomar. Aqui temos experiência teórica (pesquisadora Cátia) e empírico com os fazendeiros e a Ecopam. Cobrou estrutura para o turismo ser retomado com sustentabilidade.

- Eduardo Matos, filho do empresário João Losano proprietário da pousada Piuval – boa parte dos fazendeiros já foram à falência por falta de políticas públicas. Disse que se sua família não tivesse entrado no ramo do turismo em 1989, provavelmente estaria falida.

Disse que muitos fazendeiros falidos deixam que o fogo entre para limpar a propriedade, pois não possuem recursos para limparem os campos de maneira sustentável.

- Dona da Pousada – Quando ela e o marido trabalhavam na propriedade quando era apenas fazenda, não existia ainda a pousada, ele disse que eles faziam o manejo do fogo no mês de novembro por que sabiam que em seguida viria o período de cheias causadas pelas chuvas que começavam a cair no início de setembro.

Não havia Usina Hidrelétricas nos rios do pantanal e nem a falta de chuvas que tem agora.

As leis aprovadas no Estado de Mato Grosso penalizam o povo pantaneiro.

- **Ex-secretário de Meio Ambiente, Vicente Falcão** – Reivindicou dinheiro de Fundos federais para combate ao fogo e manejo do Pantanal.

- **Ana Cristina, moradora da região e sobrinha do proprietário da Pousada Piuval** – pediu que os deputados levassem os relatos do povo pantaneiro e que eles fossem considerados ao aprovarem legislações para o Pantanal.

- **Deputado estadual Valdir Barranco** – disse que Mato Grosso está enfrentando onda de calor e baixa umidade do ar acima das médias. As temperaturas estão na casa dos 43°C e a umidade na casa dos 8%. Por mais que no passado tenha havido grandes secas no pantanal, não foi como essa de agora que é considerada a maior seca dos últimos 50 anos.

A preocupação de vocês proprietários de pousadas e do povo pantaneiro de um modo geral é a nossa preocupação. O mundo está de olho nessa tragédia que está ocorrendo no bioma.

A deputada Rosa Neide e os demais parlamentares que compõe a Comissão Externa da Câmara farão um trabalho a partir do relato de vocês. Todos os segmentos da sociedade que vive no pantanal serão ouvidos.

- **Deputado Federal Professor Israel Batista** – Disse estar sendo uma experiência muito importante poder estar no Pantanal para verificar a tragédia porque passa o bioma e também para entender como vive as populações do pantanal.

Destacou o amor e o orgulho que as pessoas que vivem no Pantanal sentem. Mas ressaltou que é necessário que se haja um ponto de equilíbrio entre a sobrevivência do meio ambiente pantaneiro e a necessidade de que o bioma seja economicamente sustentável.

Disse que é necessário que se faça de forma urgente o debate técnico e não ideológico sobre o pantanal. Esse desastre pode ser a oportunidade de dar voz a todo esse conhecimento empírico e teórico que vocês que vivem aqui possuem.

- **Deputado Federal Nilto Tatto** – Agradeceu os depoimentos enriquecedores. Disse que não há nenhum lugar do mundo que não seja produto da interação do homem com a natureza. Ressaltou que o Pantanal é resultado da interação de 300 anos com os povos tradicionais.

Mas lembrou que antes dos povos tradicionais, o Pantanal já contava com a presença dos povos originários: os indígenas cuja maioria foi dizimada pelos processos de colonização europeia do território.

Hoje o Pantanal conta os povos indígenas Guató e os Bororo há séculos resistem e sobrevivem no Pantanal. Destacou a presença dos povos quilombolas na região do Pantanal.

Citou que os quilombolas por muito tempo não podiam dizer que eram descendentes de quilombos e os indígenas também não se assumiam como povos originários, porque eram discriminados. Porém, a beleza do Brasil está na sua diversidade cultural e étnica.

Disse que nos últimos anos o ser humano tem feito mudanças drásticas no meio ambiente e isso tem provocado o aquecimento global.

Destacou que é preciso resguardar a cultura pantaneira e a paisagem. O Planalto Pantaneiro, conhecido como pantanal de cima, tem trazido cada vez mais assoreamento e agrotóxicos para o pantanal de baixo (planície que alaga). O desmatamento do pantanal de cima para plantar soja, milho e algodão está secando o pantanal de baixo. E o desmatamento da floresta amazônica está fazendo com que chova cada vez menos no Pantanal.

Braulio disse que se o Pantanal secar é preciso vir dinheiro para manejar o solo. Mas porque ninguém questiona o desmatamento nas nascentes do pantanal de cima? Porque o Blairo Maggi (ex-governador de Mato Grosso) interrompeu o projeto BID Pantanal? Porque há projetos que visam a liberação do plantio de cana no pantanal?

O que é economicamente mais viável para a vida humana: a soja no Planalto ou o Pantanal? Estamos aqui para construir as respostas com vocês.

- **Deputado Federal Paulo Teixeira** – O Brasil não se preparou para enfrentar os incêndios de tamanha proporção como estamos vivenciando este ano. Incêndio. Na região de Águas da Prata onde estava ajudando a combater incêndios no início da semana antes de vir para o Pantanal, ninguém tinha memória de um incêndio daquele tamanho.

Disse que no Pantanal o fogo está fora de controle. Citou no mesmo dia, antes de chegar a Pousada Piuval, participou com os demais deputados federais de reunião no ao Sesc Pantanal, na região de Porto Cercado, onde foram informados que apenas 172 pessoas estão trabalhando no combate às chamas. São guerreiros, mas somente esse contingente não conseguirá apagar os incêndios no Pantanal. As queimadas aqui serão debeladas somente com a chuva.

Voltou a cobrar que o governo federal envie aviões hérules das Forças Armadas para combater as chamas que naquele dia devastavam o Parque Nacional Encontro das Águas, maior santuário de onças pintadas do mundo. A União precisa jogar peso para apagar esses incêndios no Pantanal. Pois o fogo no Pantanal são um drama que aflige o País todo.

Disse que os pantaneiros precisam aproveitar esse trauma vivenciados em 2020 para dizerem ao Parlamento Federal e a todos os poderes constituídos o que o Brasil precisa fazer para que o Pantanal não sofra em 2021 o que está sofrendo neste ano.

Vamos pegar os Projetos de Lei sobre o Pantanal que tramitam no Congresso e vamos estudar. Vamos atualizar com o apoio e a participação dos pantaneiros a legislação federal. Os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul precisam harmonizar suas legislações sobre o bioma. Criar comitê permanente de cientistas que estudam o Pantanal, colocar o bioma na centralidade da pauta nacional e assegurar os recursos necessários para garantir o desenvolvimento com preservação desse patrimônio da humanidade. O pantanal precisa ser tema central da pauta da Câmara assim como foi o auxílio emergencial.

- **Deputado Federal Rodrigo Agostinho** – Destacou que todos os problemas apontados pelos moradores do bioma precisam ser elencados em busca de soluções.

Citou que a Câmara possui um projeto de lei 11.276/2018 em tramitação sobre manejo do fogo. Disse que fogo controlado é diferente de incêndio. Disse que esse projeto precisa ser priorizado para ser votado.

Destacou que é preciso ter bom senso nas legislações de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para que não haja engessamento das atividades econômicas no bioma, mas desde que desenvolvidas com sustentabilidade.

Não se pode comparar quem desmatou para fazer acervo, com aqueles que desmataram quase toda a propriedade. A punição não pode ser na mesma proporção nesses casos.

A lei do pantanal precisa tratar do Camabrá e demais árvores invasoras. Citar o manejo adequado para preservação das plantas nativas. As Áreas de Proteção Permanentes do Pantanal não podem ter as mesmas definições que a de outros biomas.

Ressaltou que a Comissão Externa da Câmara pode propor um novo texto para o Projeto de Lei 9950/2018 do Pantanal, apresentado pelo deputado Alessandro Molon (PSB-RJ).

Destacou que o Brasil precisa investir em estruturas de combate a incêndios florestais. Disse que estamos em um dos anos mais quentes da história e o País precisa se preparar para eventos extremos

Disse que é preciso se despir de pudores para que o Congresso e as Assembleias Legislativas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul aprovem planos de manejo para os Parques Nacionais e Estaduais do Pantanal.

Elencar as sugestões que vocês que vivem aqui nos passaram e colocar na lei.

- **Deputado Estadual Lúdio Cabral** – o fogo no Pantanal é uma doença grave e sistêmica e o problema dessa febre é a falta de água. Disse que a escassez de água não nasci no Pantanal e sim no Planalto, nas nascentes dos rios que formam o bioma.

Disse que os deputados federais não podem aceitar a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no alto Paraguai. Criticou a implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná. E criticou a destruição das matas nas nascentes do rio Paraguai, para em seu lugar plantarem soja.

Defendeu mudanças nos limites do Pantanal para incluir na legislação o Planalto onde nascem os rios que formam o Pantanal, também como área pertencente ao bioma.

Denunciou que já há plantações de soja no município de Cáceres, às margens do rio Paraguai, principal Rio do pantanal, já há soja no distrito de Chumbo em Poconé. Daqui a pouco a soja chega aqui na Transpantaneira e para isso farão a drenagem do Pantanal.

- **Deputada Federal Professora Rosa Neide** – agradeceu aos moradores pelo diálogo. Lamentou que em Mato Grosso apenas a soja, o milho e o algodão tenham importância para o governo do Estado e os biomas não sejam tratados com o devido cuidado. Tudo vira negócio e o meio ambiente vai ficando relegado.

Destacou que as nascentes do rio Paraguai, maior rio do Pantanal foram desmatadas.

Reafirmou que os proprietários de fazendas, pertencentes a famílias que há 300 anos criam gado no pantanal são povos tradicionais, mas antes deles vieram os povos originários que são os indígenas: guató e bororo que ainda resistem no Pantanal.

Destacou que a Comissão trabalhará com muita humildade e equilíbrio, ouvindo e acolhendo as demandas de todos os seguimentos do Pantanal.

Disse não ter nada contra a soja. Ela equilibra nossa balança comercial, mas tudo tem que ser feito dentro de limites.

Vamos trabalhar para atualizar a legislação do Pantanal, mas ouvindo vocês e em parceria com o Senado e as Assembleias de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

23h45 – Encerramento da reunião e do primeiro dia da Diligência.

Domingo, 20 de setembro de 2020

9h40 – Reunião na cidade de Poconé com lideranças locais de trabalhadores rurais e urbanos, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

- **Prefeito de Poconé, Tatá Amaral** – agradeceu a deputada Rosa Neide e o senador Wellington Fagundes por serem autores dos requerimentos de criação das Comissões Externas da Câmara e do Senado.

Destacou que o homem pantaneiro é o guardião do Pantanal. Destacou que as legislações que são feitas sem ouvir o homem pantaneiro trazem prejuízos ao bioma. Destacou que o homem pantaneiro não são somente os fazendeiros, mas todos os moradores do município de Poconé e todos aqueles que gostam do Pantanal.

Disse que na audiência externa do Senado realizada no sábado (19.09.2020), o povo mais humilde de Poconé não foi ouvido, pois foram convidados somente os grandes proprietários de terra e donos de pousadas. Disse que nesta reunião de agora realizada pela Câmara, os trabalhadores e comunidades mais humildes do pantanal tem a oportunidade de verem suas vozes serem ouvidas.

Pediu que as comissões do Senado e Câmara produzam trabalhos que contribua para que em 2021, a população pantaneira e o bioma não passem o que está passando este ano.

- **Deputada Federal Professora Rosa Neide** - destacou que desde o sábado (19) os parlamentares que compõem a Comissão Externa estão dialogando com os diferentes povos que vivem no Pantanal para colher subsídios para o trabalho que a Comissão desenvolverá. Vamos caminhar para pontos comuns de defesa do Pantanal.

O pensamento dos fazendeiros, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais não é o mesmo, mas o Pantanal é único e a convergência precisa ser construída para defender o bioma.

Agradeceu a Cristiane diretora do Sesc Pantanal que acolheu os brigadistas que estão atuando há 2 meses no combate às chamas no bioma.

Destacou que o Pantanal é o maior corredor de umidade do mundo. E citou que os seres humanos precisam observar as consequências das mudanças climáticas, do desmatamento das nascentes dos rios que formam o pantanal, bem como o desmatamento da floresta amazônica.

Disse que o pantanal já teve na história grandes cheias e grandes secas. Mas essa foi a maior seca dos últimos 50 anos, com a maior queimada da história do bioma. Afirmou que não foram os animais que colocaram fogo no Pantanal gerando esses incêndios sem controle e sim a mão humana.

Informou que a Comissão Externa da Câmara, que a tem como coordenadora é composta por 20 parlamentares de vários partidos. É uma comissão supra partidária que fará a escuta de vocês que moram aqui para atualizarmos a legislação para esse novo momento histórico que passa o bioma. O que ninguém quer é ver essa tragédia se repetir no bioma.

- **Valdivino, representante da Rede de Comunidades Tradicionais do Pantanal** – passou a palavra para Adinalda que fez a leitura da Carta da Rede, que logo em seguida foi entregue à Comissão.

- **Indígena Soilu, assessor da Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT)** – agradeceu aos deputados federais por terem convidado os indígenas para a reunião e criticou a Comissão Externa do Senado por ter feito audiência somente com os fazendeiros e donos de pousadas sem terem convidado os povos indígenas e quilombolas.

Disse que Mato Grosso possui 43 etnias indígenas, dentre essas o povo Guató e o povo Bororo resistem no Pantanal. Dizem que no Pantanal não tem povos indígenas, mas somos povos originários. Estamos aqui muito antes de outros povos chegarem. Fizeram as divisas no Pantanal separaram em 03 países, sem nos consultar, sem consultar nosso povo que é originário dessa terra.

Disse que Apesar de negarem a existência e os direitos, os povos indígenas existem em Mato Grosso, no Brasil e no Pantanal. Disse que os incêndios devastaram 83% do território indígena: Baía do Guató.

Destacou que as autoridades precisam ouvir todos os povos quem vivem no Pantanal e não somente uma parte.

Porque aconteceram tantos incêndios? Porque o governo não previu que isso aconteceria e não atuou para impedir?

Porque não se apura quem causou essas queimadas. Com certeza se apurar vão descobrir que os responsáveis não são os povos indígenas.

Queremos ser ouvidos nesse processo dessa comissão que visa a defesa do Pantanal, da vida humana e dos animais.

- **Joenil, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais** – Disse que estão enfrentando seca no município há 3 anos. Este ano ficou mais intensa e ocorreram as queimadas.

Disse que as queimadas atingiram não somente a região da transpantaneira, mas todo o território do município de Poconé. As pequenas propriedades da agricultura familiar foram atingidas. Pediu apoio dos deputados federais.

- **Mônica, Coletivo de Mulheres Pantaneiras** – entregou carta subscrita por 40 mulheres. Disse que as mulheres estão sofrendo junto com suas famílias. Temos relatos de mulheres com depressão, devido a devastação causada pelo fogo em propriedades rurais.

Disse que precisam de crédito para recuperar currais e cercas das propriedades. Citou as dificuldades de renda enfrentadas pelos pecuaristas e citou que se o gado voltar a ser criado em larga escala no pantanal, não haverá mais incêndios. Hoje há muita biomassa no Pantanal, sem o gado esse material virou combustível para o fogo. Nossas famílias criavam gado há 300

anos no pantanal. Mas nos últimos anos, legislações nos proibiram de criar gado no bioma.

- **Eduarda, da Ampara Animal** – Disse que integrantes da organização estão há 36 dias resgatando animais machucados no pantanal. Disse que já foram resgatados animais, como onças e antas.

Principal reivindicação – a criação de brigada permanente de incêndio e estrutura permanente para acolher animais machucados.

- **Justina Fiori, assessora do senador Wellington Fagundes** – disse que os subsídios coletados na diligência serão utilizados pela Comissão Externa da Câmara e pela Comissão Externa do Senad, para construção de relatório conjunto. A ideia é que o Congresso construa uma legislação para o bioma pantanal.

- **José Bispo, da Coordenação Nacional da Igualdade Racial** – destacou que Poconé possui 38 comunidades quilombolas, mas os remanescentes de quilombo não possuem posse definitiva de nenhuma dessas terras.

Disse que as comunidades sofrem com desabastecimento de água. Nesse período de pandemia e agora com as queimadas no Pantanal só não estão passando por insegurança alimentar porque a prefeitura do município tem os apoiado.

Disse que Mato Grosso possui 83 comunidades quilombolas e todas elas convivem todos os dias com risco de serem despejados. Pediu apoio dos deputados federais para regularização fundiária dos quilombos

- **Rita da comunidade Capão de Angico** – Disse que sua comunidade está enfrentando problemas com a seca, o fogo e a falta de água potável.

O pantanal está queimando há meses e não vimos urgência por parte das autoridades em apagar o fogo.

Quem sabe lidar com o Pantanal e com o manejo é o homem pantaneiro. Tem que ouvir o povo.

Disse que eles estão vendo a mídia mostrando o sofrimento dos animais devido ao fogo, mas em nenhum momento mostra o homem e a mulher pantaneira que também está sofrendo as consequências desses incêndios. Criticou a Sema-MT por multar os proprietários de fazendas.

Pediu a instalação de um programa definitivo de Prevenção ao Fogo, para que nos próximos anos, os incêndios não fiquem fora de controle. Pediu crédito para reerguer as propriedades.

- **Edimar Bororo da Terra Indígena Pirigára, do município pantaneiro de Barão de Melgaço** – destacou que os indígenas, os ribeirinhos e os quilombolas precisam de estrutura permanente e brigadistas para combater as chamas.

Disse que quando há incêndios são os indígenas sem estrutura e equipamentos que vão para a linha de frente tentar combater.

Reivindicou acesso a internet e sinal de rádio para sua comunidade. Quando as queimadas ocorrem não temos como nos comunicar com as autoridades de forma rápida para pedir ajuda.

- **Edmir, da Comunidade ribeirinha Ilha do Piraim** – Disse que a comunidade possui 380 famílias.

Disse que há 10 anos a ponte que dá acesso à comunidade foi queimada e a prefeitura disse que não pode arrumar porque a rodovia MT 050 pertence ao governo do Estado. Pediu construção de nova ponte. Pediu investimento em saneamento e água potável para a comunidade.

- **Deputada Federal Professora Rosa Neide** – disse que cobrará do governo do Estado a construção da ponte para tirar a comunidade da Ilha do Piraim do Isolamento. Disse que vai contar com todas as vozes dos povos que vivem no Pantanal para ajudar a produzir os encaminhamentos da Comissão Externa.

Disse que na diligência a Comissão verificou ações emergenciais que precisam ser encaminhadas como:

1- cobrar do Ministério da Defesa o emprego de brigadistas do exército no combate imediato das chamas que continua fora de controle, no bioma.

2- cobrar do Ministério do governo federal mais estrutura no combate ao fogo como o envio dos aviões hércules que tem capacidade maior de armazenar água para serem jogadas nas frentes de fogo.

Disse que a Comissão continuará ouvindo a população de Poconé e de todos os municípios do Pantanal. E destacou que dos níveis de poder a prefeitura é a que tem menos recursos, mas no combate ao fogo no Pantanal a prefeitura de Poconé é que está mais empenhada e com suporte de estrutura do que o governo do Estado. Disse que o governo federal está completamente ausente.

- **Deputado Federal Paulo Teixeira** – disse que a reunião trouxe subsídios importantes para a Comissão. Disse que os deputados de outros estados também vieram para se solidarizar com o povo pantaneiro devido à tragédia ambiental no pantanal.

Reforçou que o desmatamento na Amazônia, no cerrado onde nascem os rios do pantanal e o aquecimento global tem prejudicado o bioma. Criticou o governo federal por desmontar as políticas públicas de prevenção e os órgãos ambientais como Ibama e o ICMBio. Disse que o presidente Bolsonaro esteve em Mato Grosso durante a semana e não esteve no Pantanal. Vejam qual a prioridade do presidente.

Reforçou que o governo federal precisa assumir seu papel na coordenação do combate ao fogo no Pantanal. Disse que o governo federal precisa enviar

equipamentos e o exército para apagar os incêndios, e depois promover políticas públicas para as pessoas que moram no pantanal. Disse que o governo federal precisa voltar a investir no Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e no Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA). Disse que o auxílio emergencial não pode ser reduzido para R\$ 300,00.

Reforçou que o Brasil precisa criar política de prevenção a incêndios florestais. Disse que todos precisam lutar contra o aquecimento global, o desmatamento da Amazônia e das nascentes do Pantanal. Voltou a cobrar os recursos do Préstimo para investimentos em preservação ambiental.

- **Deputado Federal Professor Israel Batista** – disse que a Câmara e o Senado precisam construir saídas a partir do olhar dos povos que vivem no pantanal. Disse que é de Brasília e não tinha muito conhecimento sobre o Pantanal e que aprendeu muito com a diligência e que será um embaixador do Pantanal no Distrito Federal.

Disse que nos debates no Congresso sobre o Pantanal e sobre a atualização da legislação sobre o bioma, as vozes dos povos que vivem no pantanal precisaram ser ouvidas.

- **Deputado Estadual Valdir Barranco** – disse que é muito significativo os deputados federais terem feito a diligência no pantanal. Disse que o governo do Estado demorou para tomar providências em relação ao combate ao fogo no Estado. Disse que o governador Mauro Mendes (DEM) só decretou estado de emergência depois que a deputada Rosa Neide realizou reunião remota na segunda-feira (15.09.2020), para encaminhar a construção da Comissão Externa da Câmara.

Disse que é possível o homem pantaneiro viver com dignidade no pantanal, auferir renda e preservar a natureza.

Disse que o governador Mauro Mendes e o presidente Jair Bolsonaro são omissos diante das queimadas que varrem o Pantanal há 2 meses.

- **Deputado Federal Rodrigo Agostinho** – disse que no sábado (19.09.2020) os deputados e deputada ouviram uma parte do Pantanal e no domingo (20.09.2020) estava ouvindo a outra parte. Destacou que em comum acordo entre os parlamentares a coordenadora da Comissão deveria ser alguém do Estado onde há o bioma, por isso a escolha da deputada Rosa Neide.

Disse que a política pública precisa ser construída ouvindo os principais interessados, caso contrário ela não faz sentido.

Ressaltou que é muito triste ver Povos Indígenas e quilombolas sem seus territórios demarcados.

Disse que o bioma foi desequilibrado pelo fogo. Que nascerá um novo equilíbrio. Disse que vai demorar para animais e plantas se recuperarem. Disse que muitas plantas e animais foram extintas.

Reforçou que a legislação do Pantanal terá que compatibilizar o manejo seguro do fogo. E terá que incluir a opinião das pessoas que vivem no bioma.

Criticou a Sema-MT por não ter políticas públicas permanentes para o Pantanal. Criticou o governo federal por ter desmontado o Ibama e o ICMBio.

Disse que Mato Grosso derruba 700 mil hectares de florestas por ano. É o Estado que mais derruba florestas no Brasil. Sem florestas não tem chuva e nem água no Pantanal. Se continuarem derrubando florestas nativas no alto Paraguai para pasto e soja não haverá água no Pantanal.

- Deputado Federal Nilto Tato – disse que o deputado estadual Valdri Barranco e a deputada federal Professora Rosa Neide fizeram a provocação para que eles viessem ao pantanal.

Disse que estava triste pela tragédia ambiental, mas feliz por poder se reunir com os povos indígenas, quilombolas, pequenos trabalhadores rurais que são os que mais sofrem com esse desastre, mas não tem espaço nas Redes Sociais e na Mídia. Disse ser triste ver ribeirinhos em que o fogo queimou suas roças e eles não tem o que comer.

Disse que os povos originários e comunidades tradicionais são os que mais preservam a natureza.

Disse que quem defende de verdade a vida e a natureza ajuda a combater o agrotóxico e a soja que desmata as nascentes do Pantanal, a hidrovía no rio Paraguai e as Pequenas Centrais Hidrelétricas na bacia do Pantanal.

Disse que a Comissão Externa, além de colher subsídios para atualizar a legislação irá denunciar que há somente 172 homens atuando no combate às chamas no pantanal e que de estrutura há somente dois aviões, cinco carros pipa e 10 camionetes. Cadê o presidente Bolsonaro, o vice-presidente Mourão e o ministro Salles?

Quem colocou fogo no Pantanal? Essa Comissão vai investigar.

Quando derramaram óleo no oceano atlântico e as manchas chegaram na costa brasileira acusaram de forma mentirosa o Greenpeace, quando fizeram o dia do Fogo na Amazônia em 2019 acusaram de forma mentirosa os brigadistas e agora querem acusar de forma criminosa que quem colocou fogo no Pantanal foram os indígenas. Nós vamos apurar descobrir quem foi e responsabilizar.

Vamos denunciar a omissão do governo federal no combate ao fogo no pantanal e nos outros biomas do Brasil. O governo federal é o principal responsável porque desmontou o Prevfogo, o Ibama e o ICMBio e cortou o orçamento da fiscalização e da prevenção.

14h48 – **Reunião na cidade de Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá, para recepção de estudos, documentos e projetos de pesquisa elaborados por pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), Observa MT.**

- **Deputada Federal Professora Rosa Neide** – coordenadora da Comissão Externa da Câmara disse que o trabalho do colegiado só produzirá políticas públicas se também contar com subsídios e suporte de pesquisas científicas. Disse que as instituições de ensino superior do Estado estudam o bioma pantanal há décadas e podem nos ajudar a construir um futuro sustentável para o bioma em conjunto com as populações que lá vivem.

Disse que a professora doutora da UNEMAT, campus de Cáceres, Solange Ikeda já encaminhou sua pesquisa sobre o Pantanal.

Deputada ainda denunciou a omissão do governo federal no combate às chamas no Pantanal.

- **Deputado Federal Paulo Teixeira** – no último evento da diligência reafirmou a ausência e omissão do governo federal e disse que a prioridade agora deve ser cobrar a presença da União no combate imediato aos incêndios.

- **Deputado Federal Professor Israel Batista** – disse que qualquer autoridade que negue a ciência, o aquecimento global, o desmatamento na Amazônia, a falta de chuvas e as queimadas no pantanal precisam ser vistos com desconfiança pela possível tolerar o negacionismo.

- **Deputado Federal Nilto Tatto** – disse que o governo federal tem política deliberada de destruição da natureza. A omissão mediante as queimadas, o desmonte das estruturas dos órgãos ambientais e o corte orçamentário são provas disso. Disse que a Comissão também produzirá denúncias e proporá responsabilização.

- **Deputado Federal Rodrigo Agostinho** – reforçou que o mundo está cada vez mais quente com secas mais prolongadas e incêndios. Destacou que a Sema-MT e os órgãos ambientais do País não possuem estrutura de combate a incêndios. Disse que é preciso haver gestão das unidades de conservação.

Disse que o Projeto de Lei do Pantanal precisará ser reescrito e que a Comissão terá de fazer mais oitivas com os moradores do Pantanal e com os pesquisadores locais para construir o novo texto.

- **Evandro Soares, reitor da UFMT** – Parabenizou os deputados e senadores pela visita in loco ao Pantanal e por colocarem o bioma na agenda do Parlamento Nacional.

Disse que a UFMT possui o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP). Disse que a UFMT vai apoiar as duas comissões com suas pesquisas

e expertise para ajudar na construção de uma legislação para o Pantanal que garanta sua preservação, mas também sua viabilidade econômica.

- **Professor Claumir da UNEMAT** – entregou sua pesquisa sobre o pantanal para a deputada Professora Rosa Neide.

Disse que as queimadas de 2020 provocaram impactos ambientais no Pantanal pelos próximos 10 anos. Disse que a UNEMAT, a UFMT e o IFMT possuem corpo técnico qualificado para pesquisar e propor soluções para mitigar esses impactos.

- **Professor Paulo, do Instituto de Biociências da UFMT** – Entregou documentos de pesquisas para a deputada Professora Rosa Neide.

Disse que o Instituto tem base de pesquisas no Pantanal que foi inaugurada em 2007. Pediu melhorias, como reforma na base e equipamentos para que os pesquisadores tenham mais estrutura para desenvolverem suas pesquisas.

Disse que após essas que foram as maiores queimadas do Pantanal, o bioma não voltará a ser o que era. Após os impactos o bioma adquirirá um novo equilíbrio.

- **João Andrade, do Observa Mato Grosso** – disse que a entidade estuda dados para a sociedade civil. Disse que há muito conhecimento científico acumulado sobre o Pantanal elaborado pelas Universidades.

Disse que a entidade já possuía dados que apontavam para essa que foi a maior seca dos últimos 50 anos, mas que faltou planejamento dos governos federal e estadual para evitar o desastre que se abateu com o fogo.

Disse que dos 9 focos de calor que deram origem aos incêndios no Pantanal, cinco tiveram iniciaram em propriedades privadas. Os responsáveis precisam aparecer. Falta responsabilização.

Cobrou fundo emergencial para apoiar as comunidades mais vulneráveis atingidas pelo fogo, como a Terra Indígena dos Guató, os ribeirinhos e os quilombolas. E cobrou a aprovação da lei federal do Pantanal.

- **Euziany Rodrigues, jornalista** – acompanhava a reunião e pediu a palavra para criticar o Estado de Mato Grosso por ter aprovado leis sem ouvir os proprietários de terra no Pantanal. Disse que não há mais criação de gado no Pantanal porque a legislação engessou a atividade. Disse que não se pode mais fazer manejo do fogo frio e nem aceiros no Pantanal.

- **Soilo, indígena do povo Chiquitano, assessor da FEPOIMT** – disse que os povos indígenas de Mato Grosso pedem socorro principalmente os indígenas do Pantanal. Disse que Baías que nunca secaram este ano secou. Disse que o fogo queimou até buritis, árvores localizadas em nascentes de cursos d'água.

- **Alessandra, indígena do povo Guató** – Disse que a comunidade precisa de recursos. Disse que o Pantanal precisa de socorro e sua comunidade precisa de saneamento básico, água tratada e escola.

- **Odilza, militante da ONG Teoria Verde** – Pediu que a Comissão faça estudos para apresentar soluções, visando resolver a questão do lixo no pantanal. Disse que a ONG já coletou toneladas de lixo no pantanal oriundo da cidade Cuiabá e Várzea Grande.

- **Deputada Federal Professora Rosa Neide** – encerrou a reunião agradecendo a presença dos deputados federais à diligência e agradecendo aos pesquisadores e professores.

16h30 – Término da diligência in loco ao Pantanal.

Cuiabá-MT, 21 de setembro de 2020

Volney Albano
Assessor Parlamentar
Deputada Federal Professora Rosa Neide (PT-MT)

10 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

Além das contribuições apresentadas nas reuniões técnicas, diversos interessados, entre professores universitários e outros especialistas, representantes dos setores de turismo, pecuária, organizações eclesiais, representantes da sociedade civil, de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais encaminharam sugestões e manifestações por escrito à Comissão Externa, que foram apreciadas e consideradas durante a redação deste relatório.

Estas contribuições podem ser consultadas na página da Comissão, por meio do link:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/56a-legislatura/queimadas-em-biomas-brasileiros/expedientes-recebidos>

11 REQUERIMENTOS E PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

No âmbito dos trabalhos realizados pela CEXQUEI, foram encaminhados, até dezembro de 2020, as seguintes proposições legislativas:

Proposição	Assunto
INC nº 1022/2020	Sugere ao Poder Executivo a adoção de medidas imediatas para mobilização de militares e consignação de dotações orçamentárias adicionais para apoiar o enfrentamento das queimadas em biomas, notadamente no Pantanal, bem como sugere a instituição de “Gabinete de Crise” interinstitucional, participativo e interfederativo.
RIC nº 1291/2020	Solicita à Sra. Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações referentes aos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no bioma Pantanal.
RIC nº 1264/2020	Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. André Mendonça, a respeito das medidas protetivas e reparadoras para proteção dos indígenas do Pantanal afetados pelos incêndios florestais, em especial, os povos Guató e Bororos.
RIC nº 1263/2020	Solicita ao Excelentíssimo Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Walter Souza Braga Netto, pedido de informação referente às medidas adotadas pelo Governo Federal para a efetiva implementação da Lei nº 14.021/2020.
RIC nº 1254/2020	Requer informações ao Ministério da Defesa sobre a atuação das Forças Armadas no combate aos focos de incêndio do bioma Pantanal.
RIC nº 1183/2020	Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, informações sobre as medidas adotadas pelo Governo Federal para enfrentar as queimadas em biomas, notadamente no Pantanal
Indicação nº 1076/2020	Sugere a aquisição emergencial ou o de pedido de cessão de veículos e aeronaves destinados ao combate aos incêndios nas regiões mais inacessíveis do Pantanal.
Projeto de Lei nº 4670/2020	Institui a Política de Acolhimento e Manejo de Animais Resgatados - AMAR
Projeto de Lei nº 5009/2020	Dispõe sobre o auxílio emergencial aos pantaneiros atingidos pelos incêndios no bioma Pantanal.

<u>Projeto de Lei nº 5268/2020</u>	Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e à Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para proibir o uso da técnica popularmente conhecida como “correntão” e incluir sua utilização como agravante da pena de crimes contra a flora.
<u>Projeto de Lei nº 5269/2020</u>	Altera o art. 38 da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 (Uso Irregular do Fogo) Responsabilização por incêndios Florestal.
Proposta de Emenda à Constituição (em coleta de assinaturas)	Altera a Constituição Federal para dispor sobre a distribuição de recursos para a proteção ao Meio Ambiente e sobre os Fundos de Proteção de Biomas (FPB), no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.
<u>Requerimento de Urgência nº 2339/2020</u>	Requer urgência ao PL 9950/2018, que dispõe sobre conservação e o uso sustentável do Bioma Pantanal.
<u>Requerimento de Urgência nº 2826/2020</u>	Requer urgência ao PL 5009/2020, que trata sobre o Auxílio Emergencial aos Pantaneiros atingidos pelos incêndios
<u>Requerimento de Urgência nº 2827/2020</u>	Requer urgência ao PL 4670/2020, sobre resgate e acolhimento de animais (AMAR).
<u>Requerimento de Urgência nº 2828/2020</u>	Requer urgência ao PL 5269/2020, sobre responsabilização por uso irregular do fogo.
<u>Requerimento de Urgência nº 2829/2020</u>	Requer urgência ao PL 5268/2020, que proíbe o uso da técnica do correntão.
<u>Requerimento de Urgência nº 2830/2020</u>	Requer urgência ao PL 11276/2018, que institui a Política nacional de Manejo do Fogo

Sala das Comissões, em 9 de dezembro de 2020.

Deputada Professora Rosa Neide
Coordenadora